

UM HOMEM, UM POVO

ENTREVISTA CONCEDIDA POR HUGO CHÁVEZ
FRÍAS A MARTA HARNECKER

UM HOMEM, UM POVO

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

Copyright © 2004, by Editora Expressão Popular

Título original: *Un hombre, un pueblo.*

Tradução: *Geraldo Martins de Azevedo Filho*

Revisão: *Orlando Augusto Pinto e Geraldo Martins de Azevedo Filho*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *ZAP Design*

Foto da capa: *Miraflores*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR, Brasil)

F897h	Harnecker, Marta Um homem, um povo / Hugo Chávez Frías: entrevista concedida a Marta Harnecker; tradução: Geraldo Martins de Azevedo Filho. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2004. 256 p. ISBN: 85-87394-58-4
	Título original: Un hombre, un pueblo.
	Livro indexado em GeoDados- http://www.geodados.uem.br
	1. Frías, Hugo Chávez - Presidente - Venezuela - Entrevistas. 2. Político venezuelano. 3. Venezuela - Política I. Harnecker, Marta. II. Título.
	CDD 21.ed. 320.987

Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: dezembro de 2004

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 266 - Bela Vista

CEP 01319-010 - São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3112-0941

Correio eletrônico: vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

Sumário

INTRODUÇÃO	7
ANTECEDENTES HISTÓRICOS MAIS RELEVANTES	15
A VIA PACÍFICA: UM PARTO INSTITUCIONAL MUITO DOLOROSO	49
OS MILITARES NA REVOLUÇÃO E NA CONTRA-REVOLUÇÃO	83
AVANÇO LENTO EM DIREÇÃO DE UMA ECONOMIA ALTERNATIVA	125
UMA POLÍTICA INTERNACIONAL INDEPENDENTE E SOBERANA	143
CAMADAS MÉDIAS, ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIÁLOGO	165
UM PARTIDO À ALTURA DO PROCESSO	189
O GOLPE DE 11 DE ABRIL	217
POSFÁCIO - VENEZUELA PÓS-REFERENDO: OS NOVOS DESAFIOS	229

INTRODUÇÃO

A idéia de entrevistar o presidente venezuelano Hugo Chávez Frías surgiu-me em abril de 2002. Eu havia programado fazer uma viagem por vários Estados da Venezuela para realizar palestras sobre meus últimos trabalhos sobre a esquerda. Como não aproveitar essa ocasião para entrevistar o líder do processo revolucionário venezuelano, um processo tão tergiversado pelos meios de comunicação internacionais e tão pouco compreendido pelos setores progressista e de esquerda deste e de outros continentes?

Não é de se surpreender que isso ocorra, já que se trata de um processo *sui generis*, que rompe com os esquemas preconcebidos dos processos revolucionários. Primeiro: surge a partir da esmagadora vitória de Chávez em uma disputa eleitoral e continua avançando pela via institucional, apesar de todas as provocações que recebe dos opositores. Segundo: é conduzido por um ex-militar que, seis anos antes, ao procurar superar a crise política que já então vivia a Venezuela, ousou promover um levante

militar contra o regime. Terceiro: tem sido incapaz de eliminar a corrupção, uma de suas bandeiras de luta. Quarto: não conta com um partido de vanguarda para conduzir o processo. Quinto: é catalogado ideologicamente de indefinido, porque não assume ideologicamente o marxismo como ideologia, mas o bolivarianismo. Este, evidentemente, não fala da luta de classes, mas fala, sim, de integração latino-americana. Concebe a democracia como o sistema político que proporciona a máxima felicidade ao povo. Não aceita que um militar dirija suas armas contra o povo. E, talvez o mais significativo, adverte, já naquela época,¹ que os “Estados Unidos da América do Norte parecem destinados pela providência a semear de misérias a América em nome da liberdade”. Sexto: não materializou ainda transformações econômicas de envergadura e é um fiel pagador da dívida externa.

Levando em conta tudo isso, muitos se perguntam: como falar então de processo revolucionário?

Paradoxalmente teria havido uma contra-revolução sem uma revolução.

Propus, então, ao presidente Chávez, realizar uma longa entrevista, partindo das dúvidas da esquerda em geral, que lhe permitisse informar e refletir sobre temas como: o porquê da escolha da via institucional para realizar mudanças revolucionárias; as razões de uma presença militar tão importante tanto nos órgãos de governo quanto na condução de muitas das principais tarefas revolucionárias; as características das atuais gerações de militares venezuelanos que os tornam diferentes de outros exércitos latino-americanos; as relações históricas com a esquerda organizada e suas frustrações; o tipo de modelo econômico que

¹ Na década de 1820.

se pretende levar adiante e as razões do escasso avanço neste terreno; as dificuldades que teve de enfrentar, os erros cometidos; a aprendizagem conseguida através desses anos e uma visão dos últimos acontecimentos – o golpe reacionário de 11 de abril de 2002 e o retorno do presidente ao palácio de Miraflores.

Minha intenção era de que esta entrevista servisse não apenas para dar a conhecer o processo venezuelano e os enormes desafios que enfrenta ao tratar de avançar nas transformações profundas da sociedade pela via pacífica constitucional, mas também como material de formação para os que acreditam, diante do neoliberalismo selvagem que hoje arrasa o nosso continente, que outro mundo humanista e solidário é possível e procuram obstinadamente construí-lo.

Quando decidi empreender a tarefa, li algumas entrevistas que ele havia concedido e me dei conta de que vários dos temas que me interessava abordar já haviam nelas sido desenvolvidos. Estive a ponto de abandonar o empreendimento. Não tinha sentido obrigá-lo a repetir o que já havia dito a outros. Duas coisas me fizeram decidir continuar adiante. Primeiro, o convencimento a que finalmente cheguei de que era possível aprofundar vários temas já abordados e levantar alguns novos. E, segundo, a possibilidade de difundi-lo de forma “massiva” entre os que acompanham meus trabalhos desde tempos atrás.

Compreendia as dificuldades que o presidente teria para me conceder uma longa entrevista e, por isso, devido ao tempo e para oferecer ao leitor o máximo de informação possível sobre cada tema, pensei que o melhor seria elaborar as perguntas precedendo-as de um longo comentário informativo que oferecesse uma síntese das idéias principais já expostas em outros lugares, entrevistas e discursos, permitindo-me evitar os temas já tratados e destinar o tempo que me concedesse para aprofundá-los e abor-

dar os novos. Fiz então um longo questionário de 12 páginas que, como era de se esperar, dada as suas múltiplas tarefas, ele nunca leu.

Não pude realizar a entrevista da forma como me havia proposto. Chávez é um grande conversador, foi muito difícil que se centrasse exatamente no tema proposto. Costuma acompanhar suas exposições com episódios e referências históricas. Às vezes, parecia haver perdido o fio ou que não queria abordar a matéria proposta, mas, passado algum tempo e sem que eu lhe cobrasse, voltava sistematicamente à pergunta. Por outro lado, em alguns assuntos, não pude impedir que repetisse a informação que havia concedido a outros entrevistadores, o que finalmente tornou-se positivo porque, em vários deles, o fez com maior profundidade, talvez motivado pelo perfil do leitor para o qual sabia estava destinado este trabalho.

Fui apreensiva para minha primeira entrevista: seria capaz de estar à altura da tarefa? Meu entrevistado compreenderia a dureza de algumas perguntas? O gravador funcionaria bem? Bastou conhecê-lo e conversar uns minutos para que todas as minhas preocupações se desvanecessem. Encontrei um homem simples, simpático, autocrítico, reflexivo, com uma grande capacidade para ouvir com atenção os comentários que lhe são feitos. Apaixonado, com uma grande força interior. Chamou-me especialmente a atenção sua grande sensibilidade humana e sua genuína vocação popular. Adora suas filhas e filhos e é muito terno com eles. Não pode viver sem ter um contato direto e freqüente com os setores populares mais humildes, nos quais, ele sabe, reside sua maior força. Sabe que é adorado pelo seu povo, mas quer transformar esse amor em organização e desenvolvimento autônomo. É um dirigente extraordinariamente humano. Todas essas virtudes não negam seus defeitos. Ele

mesmo reconhece que tem grandes dificuldades para trabalhar em equipe, perde facilmente a paciência, ofende seus colaboradores, confia excessivamente em pessoas em quem não deveria confiar, é incapaz de organizar sua agenda de forma racional, fala mais do que deveria falar: diz toda a verdade quando só poderia dizer uma parte.

Não se define como marxista, mas sim como revolucionário e bolivariano. Está convencido de que só uma revolução – ou seja, uma profunda transformação econômico-social – pode tirar a Venezuela da crise que se arrasta há décadas e, sobre este tema, não está disposto a transigir, custe o que custar. Sabe que, no processo revolucionário bolivariano, está em jogo a esperança, não só de seu povo, mas também de muitos povos da América Latina e do mundo. Escolheu a via pacífica para conseguir que esta se materialize e acredita sinceramente que este é o caminho mais desejável. Tem uma grande fé no papel que pode desempenhar o povo como poder constituinte para evitar que seus opositores obstruam este caminho. “O admirável em nossa nova Constituição, costuma dizer, é que não permite que se aliene o Poder Constituinte”. Esse é o último recurso no caso de o processo ser obstruído institucionalmente.

Não pretende ter soluções claras e precisas para todos os problemas que angustiam a esquerda mundial. Reconhece honestamente que não possui todas as respostas, e está convencido de que deve caminhar guiado por algumas orientações básicas e ir criando muitas delas no caminho.

Tem absolutamente claro que não há processo revolucionário sem povo organizado e consciente e, por isso, dedica uma parte significativa de seu tempo a educar esse povo através de seus discursos e de seu programa semanal radiotelevisado “Alô, Presidente!”, além de seu contato direto com o povo. Não se cansa

de chamá-lo para desempenhar um papel ativo na construção da nova sociedade que está nascendo.

Sua obsessão tem sido transformar todo esse povo que se expressou nas ruas em 12, 13 e 14 de abril em organização. Não perde oportunidade para convocar pela construção de círculos bolivarianos dos mais diversos tipos. Sabe que um povo organizado e não desarmado, porque conta com o apoio de parte significativa da Força Armada, é invencível.

Mas, voltando à entrevista, apesar de ter gravado mais de 15 horas em diferentes sessões de trabalho, que ocorreram nos meses de junho e julho de 2002, em vários lugares da Venezuela, num jipe a caminho de El Vigia, em Mérida; num helicóptero em direção a um bananal, no mesmo Estado, onde se realizou o programa “Alô, Presidente!”; no avião presidencial em vôo de regresso para Caracas; na residência presidencial La Casona; na residência presidencial na ilha La Orchila, lugar onde esteve preso nas últimas horas do golpe militar de abril; no palácio de Miraflores; e no Forte Tiúna – foi impossível desenvolver completamente o amplíssimo questionário que eu havia elaborado. As maiores lacunas ocorreram em dois temas: os elementos teóricos que fundamentam seu projeto e o instrumento político necessário para enfrentar os enormes desafios que ocorrem. Temas que, inclusive, ele reconhece como abertos.

Pareceu-me que a melhor forma de cobrir essas lacunas temporariamente, já que não renuncio à idéia de aprofundar esses temas em uma futura entrevista, era sintetizar os aspectos não abordados com dados conseguidos por mim da mesma forma que havia feito para o questionário, intercalando-os, sinteticamente, entre um tema e outro, ou no início de alguma pergunta.

A entrevista havia sido planejada para acontecer antes do golpe de Estado de 11 de abril de 2002, mas só foi possível

materializá-la dois meses depois. As informações e reflexões sobre como um governante deposto por um golpe militar recupera o governo em menos de 48 horas, acontecimento único no mundo, ocupam um espaço importante neste livro. E, falando do golpe, gostaria de terminar esta introdução com suas próprias palavras:

“Quando penso no golpe do 11 de abril, lembro-me das idéias de John Kennedy, ex-presidente dos Estados Unidos, que disse: ‘Os que fecham o caminho para a revolução pacífica abrem o caminho para a revolução violenta’. Escolhemos fazer a revolução constitucionalmente, por um processo constituinte de inquestionável legitimidade. Se em algum momento de 11 e 12 de abril duvidei que uma revolução democrática e pacífica fosse possível, o que aconteceu em 13 e 14 de abril, quando essa imensa quantidade de pessoas saiu à rua para rodear o palácio de Miraflores e vários quartéis, exigindo meu retorno, reafirmou-se em mim, com muito vigor, a idéia de que, sim, é possível. Claro que a batalha é dura, e será dura e difícil. Trata-se da arte de tornar possível o que tem parecido e continua parecendo para muitos como algo impossível”.

15 de agosto de 2002

ANTECEDENTES HISTÓRICOS MAIS RELEVANTES

FATOS QUE MARCAM

Marta Hanecker – Gostaria que me falasses, para começo de conversa, da tua visão da esquerda venezuelana. Mas, antes talvez fosse bom saber quais são as coisas que vão influenciando em tua vida e que despertam tua motivação política.

Academia Militar

Hugo Chávez Frías – Olha, Marta, eu entrei na Academia Militar em 1970, quando tinha completado 17 anos, era quase uma criança, não tinha nenhuma motivação política. Nesse momento, uma das minhas aspirações era ser jogador de beisebol. Éramos uma geração de garotos dos povoados, das periferias, dos campos, que vivia um momento em que a guerra de guerrilhas estava terminando e o país parecia entrar em uma relativa estabilidade democrática.

Estas são circunstâncias bem particulares: pertença à primeira promoção do que se conhece como o Plano Andrés Bello. A velha escola militar deu nesse momento um salto para uma espécie de universidade militar. Antes, a Academia formava técnicos militares de nível médio, enquanto que nós entrávamos já com esse nível e saíamos licenciados em Ciências Militares, que era como um nível universitário. Por exigência universitária, o currículo de estudo sofreu um salto positivo. Estudávamos Ciências Políticas e eu comecei a me motivar com o estudo da teoria militar. Mao Tse-tung me agradou muito e então passei a estudar um pouco mais este autor.

Marta – Teu irmão não influenciou nisso?²

Chávez – Talvez indiretamente, porque naqueles anos de juventude eu via muito pouco meu irmão. Ele estava estudando em Mérida, eu não sabia que ele andava metido no Partido Revolucionário Venezuelano com Douglas Bravo.³

De minhas leituras de Mao tirei várias conclusões que foram determinantes para mim. Uma delas era que a guerra tinha uma série de componentes, de variáveis, que havia que calcular. Os chineses falam de cálculo para tudo, têm um pensamento que voa rasante ao solo, tratam de se conectar com a realidade. Mao dizia que uma dessas variáveis era a moral e demonstrava que o que determina o resultado de uma guerra não é a máquina, o fuzil, o avião ou o tanque de guerra, mas o homem, o ser humano que maneja a máquina, mas, sobretudo, a moral do homem que

² Pergunto isso porque Adán Chávez, seu irmão mais velho, tinha uma formação marxista. Adán era então membro do Partido Revolucionário Venezuelano (PRV) Ruptura, para fazer parte mais tarde do MBR-200. É o atual presidente do Instituto da Terra.

³ Ex-dirigente guerrilheiro, ex-militante do Partido Comunista Venezuelano, que se afasta do partido e funda o PRV-FAL, que depois se transforma em PRV Ruptura.

maneira a máquina. E, em segundo lugar, algo que creio muito mais importante, mais amplo e profundo: aquilo de que “o povo está para o exército como a água está para o peixe”. Eu concordei sempre com isso e tenho tratado de praticá-lo, ou seja, sempre tive uma visão cívico-militar, que devia existir uma estreita relação entre o povo e o exército.

Nessa época lia muito. Passava o tempo lendo todo livro que me chegasse às mãos sobre esse tema. Entre essas leituras, lembro-me do livro que se chamava *El ejército como agente de cambio social (O exército como agente de mudança social)*, de Claus Heller. Este senhor compilava uma série de artigos que falavam de casos nos quais o exército havia atuado como agente social.

Li também muito sobre estratégia militar, história da guerra: o livro *Verde Oliva*, de Clausewitz,⁴ também Bolívar, os escritos militares de Paez, Napoleão, Aníbal.

Tínhamos um professor de História Militar e Filosofia Militar muito bom, Jacinto Pérez Arcay, militar doutor em História, um homem de um pensamento muito profundo.

Marta – Entre todos esses autores tens dito que estudaste também Marx, embora confesses tê-lo feito só superficialmente e, por isso mesmo, consideras que não podes te definir como marxista, embora digas não ser antimarxista. Defendes que para encontrar a solução para os problemas de nossos países é preciso ir além do marxismo, já que neles é difícil encontrar uma classe operária como a que Marx mencionava em suas obras. Não és comunista, mas também não és anticomunista e não tens problemas em dizer que tens bons ami-

⁴ General prussiano adversário de Napoleão, autor do famoso tratado de estratégia “Sobre a Guerra”.

gos entre os comunistas e que rejeitas as posições que satanizam o marxismo ou o comunismo.⁵

Soube que também estudaste Direito Constitucional a fundo porque era uma das matérias exigidas para a licenciatura em Ciências e Artes Militares; que eram preparados para defender o sistema democrático e estudavam o tema da democracia. Falas do livro: *Venezuela: uma democracia enferma*, escrito por um membro da Ação Democrática que tinha uma visão muito interessante.⁶ É Montenegro o autor desse livro? Falas que definiam a democracia como um governo do povo e que, portanto, detinham-se sobre o que é o povo, os direitos humanos e os direitos do povo. E sobre o pensamento de Bolívar que identificava democracia com a maior felicidade do povo. Dizes também que começaram então a estudar as teses bolivarianas e que vocês criaram sociedades bolivarianas na Academia.

Por outro lado, demonstras que tua geração não se formou, como as anteriores, na Escola das Américas,⁷ mas a escola de vocês foi muito mais as montanhas da Venezuela e os livros sobre esse país. Toda essa informação sobre a formação da tua geração de militares me parece sumamente importante para entender os militares venezuelanos.

Estudo de técnicas de liderança

Chávez – Outra coisa que acho que penso ter me influenciado foi o estudo que, como militares, fazemos da técnica de liderança, quer dizer, a técnica de como conduzir grupos humanos. Aprendemos como elevar a auto-estima, a moral das pessoas. Eu me

⁵ Agustín Blanco Muñoz. *Habla el Comandante*. Fundação Cátedra Pío Tamayo, Universidade da Venezuela, 3ª edição, 1998, p. 392.

⁶ Stempel, Antonio. *Venezuela, una democracia enferma. Apuntes para el desarrollo venezolano*. Ed. Ateneo de Caracas, 1980.

⁷ Centro de Treinamento Militar estadunidense no Panamá.

lembro até da origem da liderança, porque inclusive fui instrutor durante muitos anos.

Marta – Liderança para dentro, para a Força Armada?⁸

Chávez – Não, não só. Eu sempre pensava nisso nas duas direções: para dentro e para fora. Todos são seres humanos; a diferença é que temos um uniforme, um fuzil e o outro não. Os soldados são camponeses, jovens das periferias. Como levantar a auto-estima de um grupo de soldados por lá, na fronteira, às vezes comendo mal, sem roupa adequada e longe da família? Como manter uma unidade com moral alta e auto-estima? Como injetar nela nacionalismo, pátria, consciência do porquê é um soldado? Como falar com eles, um por um, à noite, na manhã? Como entender seus problemas? O que aconteceu? Por que chegaste tarde da tua folga? “É que a minha mãe está doente”, “minha namorada me deixou”, “tomei umas e não acordei”. “Então está bem, mas trate de não repetir isso outra vez porque isso é ruim”. Nem todos os militares nos preocupamos assim com os outros, mas especialmente essa garotada tem muito disso.

Instrutor na academia

Marta – Soube que, em 1980, com poucos anos de graduado, voltei à Academia como instrutor, junto com um grupo de companheiros que tinham as mesmas preocupações. E foi aí que comecei uma atividade de proselitismo para o movimento que estavas formando nesses anos⁹ e de formação dessas novas gerações; e que

⁸ Na Venezuela, fala-se de Força Armada e não de Forças Armadas. A Força Armada está integrada pelo Exército, Marinha, Força Aérea e Guarda Nacional.

⁹ Refiro-me ao MBR-200. Ver adiante.

quase todos os oficiais rebeldes que participaram da Rebelião de 1992 foram os melhores estudantes dessa promoção (1980-1983).¹⁰

Chávez – Sim, Marta, durante quase toda a década de 1980 estivemos trabalhando na Academia Militar e nos quartéis, formando essa juventude, esses núcleos bolivarianos.

O torrijismo

Marta – Voltando ao que tu dizias sobre o Exército como agente de mudança social, gostaria de saber se sofreste influência das experiências dos governos militares que existiam então na América Latina.

Chávez – Claro que sim, tanto a experiência panamenha quanto a peruana. Olha, à nossa Academia Militar chegou um filho de Omar Torrijos, que era então presidente do Panamá, que não tinha Escola Militar. Esse rapaz jogava beisebol e por isso nos tornamos amigos. E em uma ocasião eu pedi a ele que me conseguisse alguns livros de seu pai. Vi fotos de Torrijos com os camponeses; ele me falava do que era a Força de Defesa e que, desde criança, viveu com seu pai entre os camponeses. Falou-me do golpe de Estado que derrubou Torrijos, estando ele na Costa Rica, e de como depois retornou pelas montanhas de Chiriquí. Eu me tornei torrijista. Tive vários amigos panamenhos. Isso ocorreu entre 1971 e 1973.

O golpe militar contra allende

Outra coisa que me influenciou foi o golpe contra Allende. Olha! Vou te contar uma coisa: quando derrubam Allende, eu estava começando o terceiro ano da Academia. Em agosto haviam entrado os novos aspirantes a cadetes, de modo que estávamos no período de instrução intensiva, de treinamento, de ensinar a eles a atirar, a

¹⁰ Luis Bilbao, *Chávez y la Revolución Bolivariana*, p. 33.

ordem unida, as leis e regulamentos militares, tudo aquilo; um período duro de treinamento. Chegou ao pelotão que eu comandava um aspirante, um rapazinho de 17 anos, José Vicente Rangel Ávalo – hoje prefeito do município de Sucre –, filho de José Vicente Rangel, que era candidato presidencial nesse exato momento pela esquerda: pelo MAS¹¹, MIR¹² e PCV¹³. Alguns oficiais da Academia eram da opinião que esse rapaz não deveria ser militar porque era filho de um comunista – lembre-se de que ainda havia guerrilha na Venezuela nesse momento –, e então começam a me pressionar para que vigiasse esse novo recruta. “Cuidado! – diziam-me – pois ele é comunista.” E, depois, para que eu o classificasse de forma a encontrar um pretexto para lhe dar baixa nesse período prévio. Eu me neguei a fazer isso, o rapaz era bom, além do mais era bom estudante, tinha muita vontade, era muito bom atirador. Uma vez ganhou um prêmio de tiro e um oficial então me disse: “Não percebe, esse rapaz é guerrilheiro, está treinando”. Nesses dias derrubam Allende e, como eu já tinha simpatia por essas correntes de esquerda, esse golpe me abalou. Lembro-me de que naquele momento pensei: “Bem, e se José Vicente Rangel ganhar? Será que nos vão obrigar a dar um golpe porque ele é de esquerda?”

A revolução nacional peruana

Em seguida, também me influenciou a visita que fiz ao Peru em 1974, quando eu era cadete. Fui selecionado para ir a Ayacucho para o 160º aniversário da batalha de Ayacucho.¹⁴

¹¹ Movimento ao Socialismo, partido formado por um grupo que rompe com o Partido Comunista da Venezuela.

¹² Movimento de Esquerda Revolucionária.

¹³ Partido Comunista da Venezuela.

¹⁴ Batalha na qual o marechal Sucre derrotou, em 1825, nos Andes peruanos, o último exército espanhol da América do Sul.

Tinha 21 anos, estava no último ano de Academia e já denotava uma clara motivação política. Para mim foi uma experiência emocionante viver, como jovem militar, a revolução nacional peruana. Conheci pessoalmente Juan Velasco Alvarado que, uma noite, recebeu no Palácio, a nós, os militares da delegação venezuelana, e nos presenteou com um livrinho do tamanho deste da nossa Constituição (tira o livrinho e o mostra). Eu o guardei a vida toda até o dia da rebelião de 4 de fevereiro de 1992, quando me tomaram tudo. O manifesto revolucionário, os discursos daquele homem, “El Plan Inca”, os li durante anos. E, naquela viagem, conversei sobretudo com a juventude militar peruana, ali entre as garotas, na festa, no desfile de Ayacucho.

Todas essas coisas, Marta, foram de alguma maneira me causando impacto: Torrijos, tornei-me torrijista; Velasco, tornei-me velasquista. E, com Pinochet, tornei-me antipinochetista.

Nessa ocasião, me interrogava: para que servem os militares? Para mantê-los encerrados nos quartéis? Para servir a que tipo de governo? Para instaurar uma ditadura como Pinochet ou para governar como Velasco ou Torrijos ao lado do povo, enfrentando inclusive correntes hegemônicas mundiais? Então, eu comecei a perceber o militar, não como um massacrador do povo, nem para dar golpes de Estado, mas como um servidor social; e a Força Armada, como uma instituição social.

Quando me graduei, em 1975, eu já estava formado, já tinha uma idéia política e isso nasceu em mim na Academia.

Guerrilhas e soldados

Marta – Lembro-me de que li que, nesse momento, quando te enviaram para Barinas e te nomearam oficial de comunicações do batalhão de caçadores “Manuel Cedeño” – um dos treze batalhões

que nos anos de 1960, o Exército havia destinado à luta antiguerilha – na Marqueseña, a terra de teu bisavô, tinhas muito tempo para ler, porque nesse momento, 1975, já não havia guerrilha por aqueles lados. Contavas que, por ali – quando tinhas uns 21 anos – descobriste no porta-malas de um carro velho confiscado da guerrilha, uma boa quantidade de livros, quase todos marxistas, e que decidiste fazer com eles uma biblioteca. Havia um que te chamou muito a atenção: *Tiempos de Ezequiel Zamora*, de Federico Brito Figueroa.¹⁵ Dizes também que de tuas leituras e experiências dessa época tu começaste a relacionar guerrilha com fome, com miséria; começaste a relacionar os chefes militares com os governadores, os soldados com o povo. E que começaste a fazer reflexões sobre as causas das guerrilhas e recomeçaste a ler de novo sobre este tema em Che, em Mao, procurando conhecer as causas desses processos. Quais são as experiências mais significativas daquela época?

Chávez – Houve algo que nessa ocasião me marcou: eu estava em um palco de luta antiguerilha e, em certa ocasião, um corpo da guarda de Inteligência trouxe uns camponeses presos e, à noite, os torturavam. Eu me neguei a aceitar aquilo. Tive um enfrentamento duro. Minha atitude contrária a que torturassem esses camponeses me valeu uma ameaça de julgamento por instigar a rebelião militar e por insubordinação à autoridade. Isso me marcou muito, porque eu pensava: “Bom, que exército é este que está torturando essas pessoas, mesmo que fossem guerrilheiros, não teriam por que fazê-lo”.

Mas também presenciei como um grupo guerrilheiro, o Bandeira Vermelha,¹⁶ havia massacrado soldados. Eles vinham em um cami-

¹⁵ Agustín Blanco Muñoz, *Habla... op. cit.*, pp. 48-49. Federico Brito foi historiador, professor universitário e membro do PCV.

¹⁶ Grupo guerrilheiro dos anos de 1970, Gabriel Puerta Flores foi seu líder.

nhão de busca, meio sonolentos, cansados de caminhar por essas montanhas, e os guerrilheiros os estavam esperando no caminho: dispararam contra eles, não lhes dando tempo nem de se defender. Eu dizia: “Não estou de acordo em torturar esses camponeses porque dizem que são guerrilheiros, mas tampouco que esses guerrilheiros massacrem esses soldados, que são jovens inocentes que estavam cumprindo uma missão”. Além do mais, tratava-se de uma guerrilha que já estava derrotada, que não tinha apoio popular nem qualquer tipo de trabalho popular; tratava-se de pequenos grupos.

Primeiros contatos com a esquerda

Quando eu tinha 15 anos, em Barinas, minha própria terra, conheci intelectuais como Ruiz Guevara, um velho comunista e historiador de quem me tornei muito amigo; conheci seus filhos, que eram da Causa R,¹⁷ grupo político que estava nascendo. Através deles, entro em contato com os irmãos Vladimir e Federico

¹⁷ A Causa R inicia sua incursão no terreno institucional em 1984 com quatro vereadores na prefeitura de Caroní, a cidade mais industrial do Estado de Bolívar. Quatro anos depois, consegue 3 deputados federais e, no ano seguinte, conquista a prefeitura de Caroní e o governo do Estado de Bolívar. Três anos mais tarde, reconquista ambos os governos locais e ganha a prefeitura de Caracas, capital da Venezuela, obtendo maioria absoluta na casa legislativa, vitória eleitoral notável para a qual parece haver contribuído enormemente o fato de que o povo identificava a Causa R com o Movimento Bolivariano 200, encabeçado por Hugo Chávez. E nas eleições gerais de 1993 sobe de 3 para 40 deputados e 8 senadores, embora em seguida, por razões que aqui não podemos analisar, perde tanto o governo do Estado de Bolívar quanto a prefeitura de Caracas. A Causa R denunciou fraudes eleitorais em ambas as situações. A realidade parece ser mais complexa do que isso. De fato, esse partido acabou em uma lamentável divisão em fevereiro de 1997. O setor encabeçado pelo então secretário-geral, Lucas Mateo, e pelo líder popular Andrés Velásquez, apoiado pela grande maioria do Novo Sindicalismo, com posições moderadas e aceitando a política de privatização das empresas do Orinoco, mantém o nome de Causa R. O outro setor, encabeçado por Pablo Medina, seu anterior secretário-geral, em cujas fileiras militam figuras tão importantes como Aristóbulo Istúriz, ex-prefeito de Caracas, e Clemente Scotto, ex-prefeito de Caroní, formou um novo partido: Pátria Para Todos (PPT), que apoiou Hugo Chávez nas eleições presidenciais de 1998.

Ruiz Tirado. Vladimir hoje é do PPT e trabalha com Maria Cristina Iglesias.¹⁸ Ele se ligou à Causa R muito jovem e foi um pouco o orientador político que eu tive; era 4 anos mais velho do que eu, muito maduro, estudioso, nós o chamávamos de “Popeye”. Essa foi uma etapa de discussões políticas, de leituras.

Os irmãos Ruiz me levam para conhecer Alfredo Maneiro¹⁹ e Pablo Medina.²⁰ Conversei com Maneiro em um pequeno apartamento onde eu morava lá em Maracay, eu tinha 25 anos, era o ano de 1978. Foi a única vez que o vi em minha vida.

Lembro-me de Maneiro quando me disse muito claro: “Chávez, conseguimos o quarto pé da mesa”. Ele se referia à classe operária – o pé em Guayana –, aos setores populares, aos intelectuais, à classe média e à Força Armada, que era o quarto pé. E acrescentou: “Vou lhe pedir apenas algo: você tem de se comprometer comigo em que qualquer coisa que formos fazer aqui; não é para agora, é para médio prazo, para uma década”. Com frequência, lembro-me daquela tese que defendia que em política era preciso ter duas coisas: eficácia e qualidade revolucionária. Quando vejo muitos revolucionários que não têm eficácia política, não sabem gerenciar, tu dás a eles um cargo de governo e saem com as “tabelas na cabeça”,²¹ ou consegues outro tipo de pessoa que é muito eficaz, mas não tem qualidade revolucionária, não entende o projeto. Ele também falava do movimento e tinha, principalmente, clara a idéia da estratégia.

¹⁸ Dirigente da Causa R e atualmente do PPT. Ministra do Trabalho do atual governo.

¹⁹ Ex-militante do PCV, fundador da Causa R e seu principal teórico. Morreu em 1982 com a idade de 42 anos. Foi uma perda muito sentida por essa organização.

²⁰ Um dos fundadores da Causa R, foi seu secretário-geral por vários anos, deputado à assembléia geral em 1993, fundador e secretário-geral do PPT quando a Causa R se divide. Atualmente se afastou do partido e está participando da frente política opositora a Chávez. Esteve envolvido no golpe de 11 de abril de 2002.

²¹ Fracassam.

Eu gostava de ir aos bairros populares para ver o que acontecia ali, tentando passar despercebido. Fui a Catia²² ver o que os rapazes da Causa R faziam por lá, como faziam a propaganda. Cheguei até a colar cartazes na rua com um grupo deles.

Também Douglas Bravo, nesses anos, trazido pelo meu irmão Adán.

Alguns grupos de esquerda nunca chegaram a aceitar o nosso processo, outros quiseram nos manipular com a idéia de que os militares talvez devêssemos ser o braço armado do movimento político. Eu comecei a entrar em choque com Douglas Bravo.

Meu encontro com Maneiro e, por que não dizer, minha certeza de que pela via de Douglas Bravo a coisa não andava, fizeram com que eu me aproximasse mais da Causa R, principalmente pelo seu trabalho no movimento popular, que era vital para a visão cívico-militar da luta que começava a tomar forma em mim. Eu tinha então muito clara a idéia do trabalho de massas e não havia isso no grupo de Douglas; ao contrário, na Causa R eu sentia o cheiro das massas.

O MOVIMENTO BOLIVARIANO REVOLUCIONÁRIO 200 (MBR-200)

Marta – Explicaste em outra entrevista que foram 3 capitães: Jesús Urdaneta Hernández, Felipe Acosta Carles e tu os que decidiram fundar o Movimento em 17 de dezembro de 1982,²³ embora já fazia

²² Bairro popular em um dos montes que rodeiam Caracas, pertencente à Comunidade Sucre.

²³ Dois meses antes, Chávez havia formado um grupo com três soldados e dois sargentos, ao qual haviam denominado Exército de Libertação do Povo da Venezuela; um grupo que não tinha projeto de nenhum tipo (Agustín Blanco Muñoz, *op. cit.*, p. 57).

três anos que vinham trabalhando. E que Francisco Arias Cárdenas²⁴ se incorporou um ano depois. Fundaram-no dois anos antes do *Caracazo*,²⁵ realizando um juramento no Samán de Güere.²⁶ Nesse momento, denominaram Exército Bolivariano 200 – duzentos pelo bicentenário do nascimento de Bolívar. Tiraram dele o “R” de revolucionário pelo receio que alguns oficiais tinham desse termo. Tu contas que esse incipiente movimento militar começou a formar os Comandos de Áreas Revolucionárias (CAR), grupos cívico-militares, em vários lugares, e que estes comandos surpreendentemente tinham nomes indígenas. Dizes que se reuniam nos fins de semana, cada um expondo os problemas de sua área, com o uso de transparências, projetos; que então estudavam o pensamento de Bolívar, Rodríguez²⁷ e Zamora²⁸, a árvore das três raízes que costumamos mencionar. Afirmas que logo após o *Caracazo*, ao se incorporarem outras forças e alguns civis, é que esse movimento assume o nome de Movimento Bolivariano Revolucionário 200.

²⁴ O tenente-coronel Francisco Arias Cárdenas foi um dos fundadores do Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200). Joga um papel destacado na rebelião militar de 4 de fevereiro de 1992; ao sair da prisão, se afasta do Movimento e participa das eleições de 1996, quando sai eleito governador do Estado Zulia. Atualmente está na oposição a Chávez, embora, em seguida ao golpe militar de 11 de abril de 2002, aceitou o chamado ao diálogo do presidente e manteve conversações com ele.

²⁵ Em 27 de fevereiro de 1989, aconteceu um levantamento popular a partir de uma greve contra o aumento do preço das passagens em Guarena, Estado de Miranda. Diante da selvagem repressão, generalizou-se um protesto popular em toda a cidade de Caracas.

²⁶ Monumento a uma árvore por seus 200 anos de vida em Güere, povoado do Estado de Aráguá.

²⁷ Simón Rodríguez, mestre de Bolívar, pessoa que teve uma grande influência intelectual sobre ele.

²⁸ Ezequiel Zamora, líder de idéias liberais das forças federais durante a guerra civil de 1840-1850. Levantou um programa de Reforma Agrária em favor dos camponeses e se destacou como forte inimigo da oligarquia latifundiária. Acreditava firmemente na unidade cívico-militar. Obteve ressonantes vitórias em Los Llanos e morreu no assalto a San Carlos em 1960. O hino da guerra federal dizia: “Oligarca tremei, viva a liberdade!” Entre suas palavras de ordem estavam: “Terra e homens livres”, “Eleição popular” e “Guerra à oligarquia”.

Chávez – Por essa época, comecei a me deparar com as terríveis divisões da esquerda venezuelana, com os conflitos entre eles mesmos. Isso inclusive me levou a me afastar muitas vezes porque eu dizia: “Bem, se eles estão brigando entre si, estou em perigo porque, de repente, brigam comigo também e me denunciam, me delatam”. Tinha de me afastar pela própria segurança do Movimento.

CARACAZO

Marta – Que repercussões teve o *Caracazo* no MBR-200?

Chávez – Os fatos daquele 27 de fevereiro de 1989, quando o povo de Caracas saiu maciçamente às ruas em repúdio ao pacote econômico aprovado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez e os massacres que então ocorreram, foram acontecimentos que marcaram muito a minha geração.

Algum escritor venezuelano escreveu que nesse 27 de fevereiro o povo venezuelano saiu às ruas e não retornou delas. A selvagem repressão fez com que o povo recuasse, mas continuou pressionando de suas casas: atos, escritos, murais por aqui; pequenas concentrações, algumas passeatas por aí. Houve morte de estudantes e dirigentes sociais; houve prisões, perseguições.

Quando Carlos Andrés Pérez enviou a Força Armada à rua para reprimir aquela explosão social e houve um massacre, os militares bolivarianos do MBR-200 analisamos que havíamos ultrapassado o limite e decidimos que era preciso ir às armas. Não podíamos continuar sendo os *cancerberos*²⁹ [Cérbero] de um regime genocida. Esse acontecimento foi um catalisador do Movimento Bolivariano Revo-

²⁹ Guardas, defensores.

* Na mitologia grega, cão de três cabeças que guardava as portas do inferno.

lucionário (MBR-200). Começamos então a acelerar a organização do Movimento, fazer contatos com civis e com movimentos populares, pensar na estratégia, na ideologia, mas, principalmente, na estratégia: como fazer para superar uma situação e passar para outra.

SURGE A IDÉIA DA CONSTITUINTE

Discutíamos sobre como romper com o passado, como superar esse tipo de democracia que só servia aos interesses dos setores oligárquicos; como acabar com a corrupção. Sempre negamos o recurso de um golpe militar tradicional, de uma ditadura militar, ou uma junta militar de governo. Tínhamos muito presente o que ocorreu na Colômbia nos anos de 1990-1991, quando foi instalada uma Assembléia Constituinte. Claro! Muito limitada, porque, ao final, acabou subordinada ao poder constituído. Foi o poder constituído que desenhou a Constituinte colombiana e a colocou em prática; portanto, ela não pôde transformar a situação porque foi prisioneira do poder constituído.

Esse processo foi a fonte de inspiração do movimento de venezuelanos que se chamou Frente Patriótica. Era um grupo de intelectuais, entre eles juristas, que, em 1990-1991, emitiu comunicados e se pronunciou por uma Assembléia Constituinte, citando o exemplo da Colômbia.

Começamos a pedir materiais, a ler, a buscar uma assessoria jurídico-política e, mesmo antes de 4 de fevereiro, apresentamos a tese de convocar uma Assembléia Constituinte como único caminho para sair da armadilha, da democracia falsa, daquela representativa daquilo que terminou sendo o Pacto de Punto Fijo.³⁰

³⁰ Aliança dos partidos Ação Democrática e Copei (Comitê de Organização Político-Eleitoral Independente) para a alternância no governo.

Pensamos em algumas ações a serem estimuladas se a rebelião obtivesse êxito. Chegamos a elaborar alguns decretos para convocar uma Assembléia Constituinte. Claro! Sem haver discutido a idéia suficientemente. Acredito que não tínhamos, então, nem a força nem os atores preparados para impulsionar aquele projeto, mas, em todo o caso, plantamos a semente; e foi, então, que o país começou a se perguntar: bem, o que é uma Constituinte?

A CAUSA R E A PREPARAÇÃO DA REBELIÃO DE 4 DE FEVEREIRO DE 1992

Começamos a preparar a rebelião. Contatamos diversos setores da esquerda. Foi com a Causa R com quem mais trabalhamos a preparação.

Fazíamos reuniões, discutíamos planos políticos. Lembrome de haver dito a Andrés Velásquez³¹ e a Pablo Medina que chegaram tantos reservistas – esses rapazes que passaram pelo Exército – trabalhavam no Sidor,³² que foi feita uma lista e organizaram unidades, ainda que dissimuladas, para lutar pelos seus direitos, de tal forma que, quando explodisse a rebelião, pudéssemos contar com esse pessoal com treinamento militar. Eu estava pensando nos “Batalhões da Dignidade”, que foram organizados no Panamá, na última etapa do governo do general Noriega, para defender a soberania nacional panamenha.

³¹ Operário metalúrgico, foi secretário-geral do Sindicato Único de Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, em seguida vereador e mais tarde governador do Estado de Bolívar, um dos mais industrializados da Venezuela; foi candidato a presidente da República em 1993 pela Causa R, partido que se dividiu em 1997 quando Lucas Matheus era seu secretário-geral. Velásquez, com o setor que conservou o nome, passou para a oposição a Chávez e recentemente fez parte do bloco opositor golpista.

³² Siderúrgica do Orinoco.

Quando Andrés Velásquez ganhou as eleições para governador do Estado de Bolívar, em 6 de dezembro de 1989, eu estava preso. Naquela manhã haviam me detido no palácio de Miraflores,³³ onde estava trabalhando. Acusavam-me de conspirador dentro da Força Armada e tentavam cercear minha carreira, acusando-me de planejar matar Carlos Andrés Pérez. Lembro-me de que, apesar de preso, estava feliz porque fiquei sabendo da vitória de Andrés Velásquez e disse isso a vários militares amigos.

Mas, o que aconteceu, em seguida, foi um mau sinal. Quando assumiu o governo, mandei-lhe, por Pablo, muitas mensagens solicitando que nos reuníssemos. Eu havia levado a sério o tema da unidade cívico-militar em Guayana, inclusive fui lá várias vezes às escondidas. Eu usava uma peruca para me disfarçar, porque já estavam me vigiando. E comecei a me reunir com militares. Eu disse a vários deles que se aproximassem do governo. Fiz todo um plano de aproximação.

Cheguei a dizer a um militar, que estava no Movimento e que era chefe do almoxarifado daquela base,³⁴ que se apresentasse ao governador, em uma audiência, para lhe oferecer o carnê de compras. A idéia era estabelecer um acordo com o governo do Estado de Bolívar para lhe fornecer produtos mais baratos. A instrução era para que tentasse se tornar amigo do governador. O rapaz tentou, mas não conseguiu. Isso foi para mim um mau sinal e disse isso a Pablo Medina várias vezes. Também me coloquei em contato com Lucas Matheus.³⁵ Meti-me em um hospital, violando as medidas de segurança, para encontrar Lucas e lhe disse: “Olha, precisamos falar com o governador, fazer uma reunião”. E não aconteceu nada. A

³³ Palácio de governo.

³⁴ Almoxarifado do Instituto de Previdência da Força Armada.

³⁵ Dirigente nacional da Causa R e pessoa que exerceu grande influência ideológica e política em Andrés Velásquez.

última coisa que lhe mandei dizer foi: “Diga-lhe que quero um encontro nem que seja no fundo do Orinoco. Se não quiser que sejamos vistos juntos, vamos colocar um escafandro de mergulhador e nos lançamos à água...”. Pablo sempre tentava justificá-lo.

Não pudemos nos reunir com Andrés, mas nos reuníamos com a cúpula da Causa R. Vínhamos trabalhando, ao mesmo tempo, tanto a parte popular quanto a militar da rebelião que preparávamos. Mas, poucos dias antes de sua realização, eles decidiram, em uma reunião da Direção Nacional, não apoiá-la e, o mais grave, não nos comunicaram essa decisão, sendo que havia compromissos de ação, de combate nesse dia. O plano previamente discutido com eles era de que grupos populares iriam a uns pontos onde receberíamos armas. Somente ali Rodríguez³⁶ compareceu a um ponto e um pequeno grupo isolado tentou cumprir o determinado, mas não puderam. Mas a Causa R, como partido, não compareceu. E o pior é que nos condenaram publicamente. Nós lhes havíamos pedido transporte, comunicações – nesse momento estava chegando ao país a telefonia celular –, e a edição de um folheto com algumas idéias da Constituinte. Nada disso funcionou. Quando, mais tarde, me contaram a decisão que haviam tomado, eu não queria acreditar porque, até então, a gente era principiante em política e eu era um soldado; para mim, a palavra era um documento de honra.

Marta – Isso ocorreu com uma parte deles, porque entendo que a outra apoiou a rebelião...

Chávez – Sim, foi só uma parte deles. Então começaram a se dividir. Pablo Medina se manteve firme, embora tenha cometido

³⁶ Dirigente da Causa R e em seguida do PPT. Especialista em problemas petrolíferos, ex-presidente da Opep e atual presidente da Pdvsa.

o erro de não nos haver comunicado a decisão da Direção Nacional. Claro, entendemos que era uma razão tática e uma disciplina partidária, de modo que nunca o condenamos. Até o último momento nós acreditávamos que podíamos contar com todo esse movimento de que eles haviam falado, sobretudo em Caracas e em Catia, onde diziam ter força popular além de Matanzas, perto de Bolívar. Tínhamos fé em que o povo se mobilizaria, mas nós – militares na ativa – não podíamos dirigir esse povo, nem convocá-lo a partir da clandestinidade. Contávamos com eles e com outros dirigentes, não só da Causa R, mas também gente do MEP³⁷ e outros grupos políticos. Inclusive, eu me lembro de ter trazido um caminhão cheio de armas de Maracay para Caracas e nunca ninguém veio buscá-las. Havíamos disponibilizado armas para esses grupos de combate popular, mas não houve recrutamento, talvez por suas divisões, por seus conflitos internos.

Não houve tal mobilização popular, nada. Ficamos isolados na rebelião, sem povo, no vazio, como peixe fora d'água. Mao dizia, como tu sabes, que o povo é para o Exército como a água é para o peixe. Ficamos como peixe fora d'água e essa foi uma das razões pelas quais eu decidi entregar as armas no dia 4, perto das 9 ou 10 horas da manhã.

Isso me fez começar a perder a ingenuidade no que se refere à política, aos compromissos à palavra empenhada. Talvez se Maneiro não houvesse morrido, as coisas houvessem funcionado de outro modo.

³⁷ Movimento Eleitoral do Povo, terceira divisão da Ação Democrática. Teve como líder Luís B. Prieto Figueroa, um educador.

O GOLPE DE 1992 E A PRISÃO

Em seguida, aconteceram os fatos do 4 de fevereiro de 1992, já bastante conhecidos.³⁸ O protesto popular se desencadeou quando o povo se deu conta de que um grupo de militares estava com ele. Nesse momento, o povo passou de uma situação de ebulição reprimida para uma etapa de expansão explosiva. Essa rebelião militar foi, acho, a maior da história venezuelana.

Marta – Quantos militares participaram dela?

Chávez – Foi muito mais importante o peso qualitativo do que o quantitativo porque, mesmo que tenhamos mobilizado 10% dos efetivos, quer dizer, uns 10 batalhões, eram batalhões de elite, batalhões importantes; unidades de muito peso: tanques, pára-quedistas, mísseis antitanques etc. e isso comoveu as estruturas internas da instituição militar. Saímos em mais ou menos seis mil homens; mobilizamos tanques, helicópteros; tomamos cidades; houve combates em Miraflores,³⁹ na Casona,⁴⁰ em Valência, Maracay e Maracaibo.

Marta – Que informação esses militares tinham da ação da qual iam participar? Sabiam exatamente o que enfrentariam?

Chávez – Eu tinha meu batalhão, de aproximadamente vinte oficiais e quinhentos e tantos soldados. Deles, só um pequeno grupo de oficiais sabia o que faríamos nessa noite; as tropas nada sabem. Eu tinha um dilema: eu havia sido formado para ser um líder e pensava que, sendo líder desses jovens, eu não podia levá-los para Caracas, com o risco de morrer, sem lhes dizer a que nos propúnhamos. Então, primeiro chamei os oficiais e lhes expliquei

³⁸ Rebelião militar comandada por Hugo Chávez, que procurava derrubar Carlos Andrés Pérez.

³⁹ Palácio presidencial onde funciona a presidência da República e alguns ministérios.

⁴⁰ Residência presidencial em Caracas.

em que consistia a operação militar, dizendo-lhes que quem não estivesse de acordo que me entregasse sua pistola e fosse para seu alojamento; e, em seguida, quando eu saísse com o meu batalhão para Caracas, ficaria livre para ir para sua casa ou para onde quisesse. Antes, não podia deixá-los sair. Um deles saiu chorando e me disse: “Não vá pensar que sou um covarde, mas é que minha mulher, meus filhos...” “Está bem, vá para casa, mas só pode ir depois que eu sair”. E assim fez. Mais tarde, pediu baixa, pois não agüentou a pressão interna porque foi o único que ficou. Reuni mais tarde os soldados e lhes fiz a mesma exposição.

Marta – Desses seis mil homens, quantos foram presos?

Chávez – Uns 300. Depois, foram liberando aqueles que não tinham maior compromisso.

Fui atacado por muitas pessoas pelo fato de ter me rendido. Por exemplo, o Bandeira Vermelha fez um trabalho com um grupo de capitães tentando convencê-los de que eles representavam a verdadeira revolução, já que eu tinha desistido. Parece que não sabem que, em qualquer operação militar, há o direito de recuar. No entanto, o fato de eu haver assumido, diante das câmaras de televisão, a responsabilidade pelo levante e haver pronunciado a frase “por enquanto”⁴¹ me projetou...

Marta – E te transformou no líder indiscutível desse processo.

Chávez – Com certeza essa gente do Bandeira Vermelha se infiltrou em níveis médios do MBR-200, sem nunca haver conversado com a direção do Movimento e nos causou muitos problemas. Antes da rebelião de fevereiro de 1992, tentaram lançar um movimento dentro do nosso. Tivemos de tomar uma série de medidas para interrompê-lo.

⁴¹ Chávez disse diante das câmaras, que se rendia “por enquanto”.

Rebelião militar de 27 de novembro de 1992

Como sabes, passados alguns meses, em 27 de novembro de 1992, aconteceu uma segunda rebelião militar e, embora não a tenhamos dirigido, nós nos somamos a ela a partir da prisão. Foi um movimento da Força Aérea, instituição onde também havia setores importantes que não puderam se pronunciar em 4 de fevereiro e o fizeram então. Vários dos oficiais tiveram de se exilar. Para o Peru, por exemplo, partiram mais de 60 oficiais, um deles sendo minha secretária. Ela participou daquela rebelião e se exilou junto com seu esposo, outro militar da Força Aérea. Eles estiveram exilados durante dois anos.

Esses dois movimentos conseguiram reunir certa força militar, mas não conseguiram contar com a participação popular. Houve apoio, mas não houve participação ativa do movimento popular com o movimento armado.

Em seguida, desistimos da idéia de continuar pela via armada.

Marta – Por quê?

Chávez – Bem, porque a situação não permitia outro movimento armado naquele momento. Os quadros dirigentes do MBR-200 estavam na prisão ou haviam dado baixa. Os que ficaram na ativa da Força Armada começaram a ser perseguidos e enviados para lugares remotos. Eram muito vigiados. Existia uma verdadeira perseguição que tornava sumamente difícil qualquer coordenação.

Depois dessas duas rebeliões, não tínhamos nenhuma capacidade militar para organizar ou impulsionar algum novo movimento a partir da prisão. Por outro lado, do ponto de vista psicossocial e sociopolítico – podemos dizer assim – a saída de Carlos Andrés Pérez foi uma jogada das classes dominantes que aproveitaram para se livrar desse fardo que lhes era um estorvo;

claro, isso, efetivamente, funcionou como uma válvula de escape. Nós denunciámos isso da prisão.

Da prisão, nasce a idéia dos comitês bolivarianos

Do cárcere, começamos a desenvolver algumas teses organizativas para que esse movimento de apoio maciço, ainda sem forma, tomasse corpo. Sabíamos que existia no povo um sentimento de simpatia para conosco, mas ainda não havia uma organização popular. E foi aí que saiu a idéia dos comitês bolivarianos – naquele momento não se chamavam círculos –, quer dizer, a idéia de se criar, um após outro, pequenos grupos que se identificassem com o nosso projeto. Esses grupos seriam quase clandestinos, porque éramos um movimento perseguido nas ruas naquele momento.

O MBR-200 depois do 4 de fevereiro

Depois da rebelião de 4 de fevereiro de 1992, o Movimento Bolivariano Revolucionário deu um salto; até esse dia, éramos um movimento militar pequeno, clandestino, um grupo principalmente de jovens militares, alguns civis, algumas correntes de esquerda que estavam incorporadas no movimento. Mas, a partir dessa data, aquilo foi, mais do que tudo, uma explosão de sentimentos.

Políticos procuram capitalizar a rebelião de 4 de fevereiro

Mais tarde, vieram os problemas das eleições de 1993. Tanto Rafael Caldera⁴² quanto a Causa R trataram de capitalizar a rebelião de 4 de fevereiro a seu favor.

⁴² Rafael Caldera, candidato de Convergência, uma divisão do Copei, ganha as eleições presidenciais de 1993.

A Causa R começou a utilizar nossa prisão como um símbolo do partido e começaram a correr versões de que eu e outros militares éramos membros de sua direção, coisa que nunca foi verdade. Manipularam as coisas com interesse eleitoral, o que causou muitos problemas.

Não foram os únicos. Muita gente diz que Caldera e Aristóbulo Istúriz⁴³ ganharam as eleições em 4 de fevereiro devido a esses dois discursos que fizeram em nosso favor no dia do golpe.⁴⁴ Aproveitam-se da onda de simpatia popular que o nosso movimento havia produzido. Eu não nego que eles tinham força própria, principalmente Aristóbulo, que sempre teve uma grande vinculação com os setores populares, mas parece claro que isso os projetou ainda mais. Caldera era um cadáver político e ressuscitou em 4 de fevereiro.

Em seguida, eu me lembro de que descobrimos que havia gente da Causa R fazendo *lobby*, nos locais onde estávamos presos, através de familiares ou às vezes de forma direta, para que alguém de nós aceitasse ser candidato a deputado regional ou nacional nas eleições de 5 de dezembro de 1993. Foi então que Arias Cárdenas começou a mostrar fraqueza, pois havíamos decidido não participar do movimento eleitoral naquele momento.

Então, fizemos um comunicado dos militares presos. Conseguimos algum dinheiro e o comunicado saiu publicado em um jornal, acho que em *Últimas Notícias*, quando dizíamos que intervir em um processo eleitoral como esse, cujo marco havia sido

⁴³ Atual ministro da Educação.

⁴⁴ Enquanto, no Congresso Nacional, todos os oradores da Ação Democrática e Copei censuram a rebelião militar – chegando David Morales Bello, dirigente nacional da AD, a lançar a palavra de ordem: “Morrão os golpistas” –, Caldera e Aristóbulo tiveram uma posição diferente. Foram críticos do sistema e viram o movimento militar como uma consequência da deterioração do regime democrático. Essas mensagens foram amplamente conhecidas porque essa sessão foi televisada ao vivo.

imposto pelas elites, era se tornar cúmplice de uma fraude deliberada contra as aspirações populares; que poderíamos participar se houvesse sido aceita a convocação de uma Assembléia Constituinte. Advertíamos, ao mesmo tempo, que não queríamos desqualificar aqueles que decidiram participar, sabendo que, apesar das divergências imediatas, podiam ser futuros aliados. E terminávamos dizendo: “O MBR-200 não vai às eleições, mas continuará sempre no combate pelo país, convidando para aderir a essa tarefa estratégica todos aqueles que se consideram uma reserva patriótica e uma esperança de libertação para as massas subjugadas”. Lembro-me de que o comunicado terminava com uma frase de Simón Bolívar: “Toda a História mostra que a podridão política não é curada com paliativos”.

Esta posição começou a gerar atritos e alguns militares aceitaram ser incluídos nas listas de candidatos da Causa R. Quando Arias Cárdenas saiu da prisão, aliou-se a eles e se lançou candidato a governador de Zulia pela Causa R, ganhando as eleições. Claro, ele fez uma aliança estranha com eles e com o Copei, mais com o Copei do que com a Causa R; logo que ganhou as eleições, virou as costas para esta última.

Abstenção ativa

Marta – Além do comunicado em que firmam posição, entendo que vocês fizeram campanha em favor da abstenção. Poderias me explicar em que consistiu?

Chávez – Uns meses antes dessas eleições, começamos o que chamamos de abstenção ativa: “não” aos partidos, “não” às eleições e “sim” à proposta alternativa de Constituinte popular. Com essas palavras de ordem, fomos visitando algumas regiões e isso nos permitiu consolidar a organização, mobilizar a população, reco-

lher assinaturas contra as eleições. Toda essa atividade em torno da abstenção fortaleceu a organização do MBR-200 e ampliou seu raio de ação. Discutimos com o povo diversos temas: o significado da abstenção eleitoral, a idéia da Constituinte, nossa crítica ao partidarismo político etc. Realizamos fóruns, seminários e transmitimos essas idéias em algumas entrevistas em rádio e televisão; claro, de forma limitada, já que a grande imprensa havia nos obstado. Creio que contribuímos para aumentar a abstenção, que superou todas as previsões.

Sai Carlos Andrés Pérez e entre Caldera

Finalmente, o presidente Carlos Andrés Pérez sai; acusado de corrupção, vai para a prisão e o discurso do sistema toma então esta forma: as instituições funcionam. Nomeiam um presidente de transição até as novas eleições: o doutor Ramón Velásquez, um historiador. Então, surgem as expectativas eleitorais de 1993.

Nesse momento, não havia condições políticas, nem sociais, nem psicológicas, nem militares para outra rebelião.

SAI DA PRISÃO E COMEÇA A PERCORRER O PAÍS

O doutor Caldera é eleito para a Presidência e saímos da prisão. Alguns dos nossos não deixaram o Exército; outros, fomos obrigados a sair e, tão logo foi possível, dedicamo-nos a percorrer o país.

Alguns continuam trabalhando dentro da Força Armada

Houve alguns, como Florencio Porras, que não deixaram o Exército.

Marta – Pôde permanecer? Então não eram automaticamente excluídos do Exército?

Chávez – Não, porque fizemos uma negociação. Nós, os chefes militares do Movimento, aceitamos pedir nossa baixa, mas com a condição de que alguns permanecessem. Essa foi parte de uma negociação com o governo Caldera, na qual exigimos que alguns permanecessem.

Marta – Com a idéia de continuar o trabalho?

Chávez – Claro! De continuar trabalhando internamente. Lembrome de que, com Florencio, nos víamos através de familiares: seus pais, sua esposa – que descanse em paz. Eu me lembro de alguns contatos, amigos, quer dizer, havia um movimento interno, mas sumamente desorganizado. Quando eu vinha em visita pelo Estado de Táchira, onde ele trabalhava, isolavam-no; colocavam-no em guarda, ou inventavam qualquer pretexto para mandá-lo a Caracas.

Marta – Para que não houvesse contato?

Chávez – Para que sequer houvesse a possibilidade de ocorrer um encontro casual em algum local da cidade. Tomavam-lhe as chaves dos depósitos de armas, coisas assim. Até que um dia ele me disse: “Eu não agüento mais, vou embora”.

Todos eles tiveram de suportar esses maltratos, a falta de respeito a sua dignidade como profissionais. Não lhes permitiram, às vezes, usar armas sendo oficiais da Força Armada. No entanto, eles cumpriram sua tarefa.

Florencio gostou da carreira política e nós autorizamos sua solicitação para ir estudar Ciências Políticas na Universidade do Estado de Mérida, e começou ali a carreira.

Eu me lembro de que ele ainda estava na ativa e já fazia política nos bairros; até que pediu sua baixa e saiu do Exército como capitão.

Desenvolvendo mais a idéia da Assembléia Constituinte

Da prisão em Yare havíamos continuado elaborando, aprofundando as idéias sobre a Constituinte. E alguns setores civis, acadêmicos, intelectuais continuaram escrevendo sobre o tema. De um auge momentâneo, a idéia foi sendo abandonada por ocasião das eleições ganhas por Caldera; entretanto, ressurgem com força quando saímos da prisão. Porque saímos da prisão e fomos percorrer o país com essa proposta e, principalmente, passamos a racionalizar a idéia, a trabalhá-la. Para isso, passamos a estudar os teóricos do Poder Constituinte.

Eu lembro de Toni Negri,⁴⁵ por exemplo, e seus estudos sobre Poder Constituinte; dos teóricos franceses do *Pouvoir Constituant*. Estudamos a fundo o pensamento de Rousseau sobre o contrato social. Começamos também a buscar experiências na América Latina. Fomos a Bogotá, conversei com os três co-presidentes da Assembléia Constituinte colombiana: Álvaro Gómez Hurtado – que foi assassinado uns anos depois –, Horacio Serpa e Antonio Navarro Wolf. Trouxemos muitos documentos e conhecemos muitas iniciativas lá postas em prática em nível popular. Embora não tivessem tido expressão na Assembléia Constituinte, ficaram, no entanto, como propostas de participação.

Foi assim que fomos amadurecendo a idéia, a semente plantada em 4 de fevereiro. Pouco a pouco, ela foi adquirindo uma projeção histórica, porque começamos a falar de “processo constituinte” e não apenas de Assembléia Constituinte. Uma das importantes lições que aprendemos do ocorrido na Colômbia foi que não houve um processo: foi um fato pontual, que chegou a ser

⁴⁵ Filósofo italiano, que tem muitos trabalhos dedicados ao tema.

dominado pelo Estado, pelo Poder constituído. Realmente não houve autonomia do Poder Constituinte.

Naqueles anos de 1994 e 1995, não havíamos eliminado a possibilidade de um novo movimento armado, mas também passamos a avaliar as possibilidades, a verdadeira força, a força real, e concluímos que não a tínhamos.

Situação do movimento com a eleição de Caldera

Quando Caldera foi eleito presidente, nós saímos da prisão⁴⁶ e nos dedicamos a percorrer o país durante esses dois anos (1994-1995). Acredito que não descuidamos de nenhuma cidade, povoado, acampamento, povoado indígena, bairro. Fomos de povoado em povoado com a bandeira da Constituinte, ajudando na organização, ampliando-a, fortalecendo-a, organizando, por exemplo, as coordenadorias locais regionais do MBR-200. Deixou de ser militar e clandestino para se transformar em um movimento popular, embora com correntes militares sempre presentes, um movimento cívico-militar.

Elaboramos, assim que saímos da prisão, um mapa estratégico; no primeiro plano estava o MBR-200 e os aliados políticos – havíamos identificado antes de fazer alianças com eles: a Causa R e outros grupos menores. Em seguida, mais abaixo, estavam os “independentes”, que, na realidade, não eram independentes, eram incógnitas, a parte militar que não podia ser identificada. Era o ano 1994, éramos perseguidos, o MBR-200 tinha, então, um carácter semiclandestino.

Havia, também, como navegantes do mapa, grupos políticos e grupos sociais atuando e concluímos pela necessidade de

⁴⁶ Caldera concede uma anistia aos militares presos que participaram da rebelião de 4 de fevereiro de 1992.

estabelecer uma aliança com eles. Em seguida, tínhamos outro conjunto de projetos: o processo popular constituinte era um deles; outros eram a defesa da qualidade de vida e a defesa da soberania nacional, o “polinômio de poder”.⁴⁷ Esses projetos estavam incluídos em um megaprojeto que denominamos “organização do movimento popular”. E, mais tarde, formulamos um projeto de transição para um projeto nacional de longo prazo, que era a parte programática. Aqui temos a América Latina e o Caribe e, além, aliados de outras partes do mundo. Trabalhamos isso durante anos. Giordani⁴⁸ fez um trabalho extraordinário. Héctor Navarro,⁴⁹ o engenheiro Ciavaldini e outros.

Então, nesse megaprojeto que chamamos “organização do movimento popular”, começamos a dar conteúdo a cada projeto: cada um deles deveria ter uma espécie de “motor” para impulsioná-lo. Já naquela época começaram a aparecer experiências incipientes. Daí a idéia dos comitês bolivarianos, dos comitês constituintes. A idéia é que fossem instrumentos de organização do movimento popular. No projeto de defesa da qualidade de vida não se avançou muito, embora fossem criados alguns grupos contra o desemprego, círculos contra a insegurança, contra o aumento do custo de vida. A soberania nacional tinha a ver com a fronteira, e o “polinômio de poder” incluía setores da Igreja, da Força Armada, do empresariado, para convocar, além dos atores sociais, outros atores.

Queria comentar isto para que percebas que a nossa estratégia foi bem estudada. E, nela, sempre esteve presente a necessidade de procurar contato com movimentos de esquerda da Venezuela; porém, conseguimos muito pouco apoio, havia incompreensão, mui-

⁴⁷ Expressão algébrica de vários termos.

⁴⁸ Jorge Giordani, economista, foi ministro do Planejamento e Desenvolvimento, professor universitário e do Cendes (Centro de Estudos para o Desenvolvimento).

⁴⁹ Foi ministro da Educação, Cultura e Esporte e atualmente ocupa a pasta da Educação Superior.

tas dúvidas sobre o movimento militar, e creio que com razão, em função da experiência latino-americana.

Este panorama continua valendo, mas agora é preciso revisá-lo, é preciso atualizá-lo.

AVALIANDO POSSIBILIDADES ELEITORAIS

Ao analisar a situação, percebemos que uma nova insurreição teria sido uma loucura. Do ponto de vista militar, nosso movimento tinha a maior parte de seus líderes militares – que gozavam de um grande apoio e haviam gerado uma grande expectativa popular – fora da instituição, enquanto que o movimento militar interno ficou muito debilitado, muito desarticulado, com pouca capacidade para organizar um novo levantamento armado, porque a maioria de seus líderes já estava revelada. A isso é preciso acrescentar que o sistema havia tomado medidas internas para evitar uma nova sublevação: fortalecimento de seus quadros, lotação de seu pessoal em locais-chave etc.

Do ponto de vista social, dedicamo-nos a investigar o que a população pensava. Se bem que sempre houve correntes populares partidárias de um movimento armado, nessas viagens que fizemos pelo país, nas pesquisas de opinião que realizamos, percebemos que boa parte do nosso povo não queria movimentos violentos, mas tinha a expectativa de que organizássemos um movimento político, estruturado, para optar por uma via pacífica. Decidimos então avançar pela via eleitoral.

Consulta popular

Embora tudo nos fizesse pensar que esse era o sentimento popular generalizado, continuávamos tendo dúvida se devíamos

continuar nos definindo pela abstenção eleitoral, esperando por futuras oportunidades para conseguir uma correlação de forças diferente em outros cenários não eleitorais, ou se devíamos ir pelo caminho das urnas.

Decidimos, então, realizar uma consulta popular usando a metodologia da pesquisa. Tornou-se muito mais do que uma pesquisa, já que organizamos equipes nas quais trabalharam psicólogos, sociólogos, professores e também estudantes, procurando integrar pessoas que não eram necessariamente do Movimento, para cuidar da objetividade da consulta.

Fizemos mais ou menos 100 mil consultas em 1996-1997. Lembro-me de que dividíamos o país em Ocidente, Oriente e Centro, e jovens, professores e estudantes foram para as ruas fazer consultas. Havia duas perguntas registradas no formulário. A primeira: “Está de acordo que Hugo Chávez seja candidato à presidência da República?” “Sim ou não?”. A segunda pergunta: “Votaria nele?” “Sim ou não?” Os resultados dessa pesquisa foram a luz verde para tomar a decisão. Lembro-me das respostas à primeira pergunta: por volta de 70% dos votantes disseram “Sim”; quase 30%, “Não”. Esse resultado foi bastante contundente. E a resposta à segunda pergunta, “Votaria em Chávez?”, foi surpreendente: a porcentagem de positivo foi quase exatamente igual ao obtido dois anos depois nas eleições presidenciais: 57% pelo “Sim”.

Lembro-me de que, com Giordani, economista e professor universitário, com Navarro, também professor universitário de planejamento e matemática, e Nelson Merentes,⁵⁰ um matemático, começamos a trabalhar uns cenários e a jogá-los em computadores. Inclusive isso incorporamos na discussão.

Discutimos muito sobre o caminho a seguir. Naquele momento,

⁵⁰ Atual ministro de Ciência e Tecnologia.

as contradições não deixaram de aflorar. Alguns grupos estavam em desacordo com a via eleitoral e se foram. Acusavam-nos de haver abandonado a via revolucionária porque havíamos abandonado as armas. Mas quem disse que as armas garantem uma via revolucionária? Muitas vezes as armas estão a serviço de processos contra-revolucionários. Continuam por aí, algumas pessoas ou grupos que permanecem críticos em relação à via eleitoral. Outros voltaram.

Sabíamos que era uma decisão estratégica que podia nos levar por um caminho catastrófico, que podia nos encurralar na armadilha das forças do Pacto do Punto Fijo, que podia nos conduzir a um pântano no qual podíamos afundar.

Finalmente, decidimos tomar a decisão estratégica de avançar pelo caminho pacífico, quando me refiro a este tema – como tu dizes – sempre advirto que o nosso movimento é pacífico, mas não está desarmado, tem armas de guerra para defendê-lo. Acredito que isso ficou claramente demonstrado, quando se articulou a conspiração da oligarquia e de uma grande parte da elite militar em 11 de abril.

Lembro-me de que, quando íamos tomar a decisão eleitoral, falávamos sempre da questão tática. As eleições eram para nós uma questão tática dentro da estratégia, e sempre aceitávamos que os computadores tinham razão, quando compilavam aqueles jogos que praticávamos, que essa questão tática se aproximava de um cenário catastrófico muito arriscado, que corríamos o risco de cair nas malhas do sistema. Quando escolhemos esse caminho, o fizemos muito conscientes de que corríamos esse risco, Marta. Eu tinha muito medo de ter de negociar com alguns deputados, com alguns governadores.

Eleições de 1998

Até 1996, havíamos nos negado a ir às eleições. Lutávamos pela abstenção como questão tática ou como parte de uma estra-

tégia para a convocação da Assembléia Constituinte, que sempre foi a nossa proposição.

Foi assim que decidimos avançar por esse caminho. Agora, tu perguntas: por que insistir tanto nesse caminho? E eu respondo: porque acreditamos nele e não só como questão tática, mas porque acreditamos estrategicamente que é possível, dissemos milhões de vezes que “Vamos à Presidência da República para convocar o Poder Popular, a Assembléia Constituinte”. Eu mesmo tinha grandes dúvidas sobre a possibilidade de romper as barreiras do Pacto do Punto Fijo e transcender para outra situação, mas conseguimos. Nesse mesmo ano de 1999 promovemos o plebiscito.

A VIA PACÍFICA: UM PARTO INSTITUCIONAL MUITO DOLOROSO

ETAPAS DO PROCESSO CONSTITUINTE

Marta – Dizias que o Movimento Bolivariano 200 rejeitou, desde seu início, a idéia de um golpe militar tradicional, de uma ditadura militar ou de uma junta militar de governo, e que pautou, antes mesmo da rebelião militar de fevereiro de 1992, a idéia de convocar uma Assembléia Constituinte. Tratava-se – segundo disseste – de procurar criar uma situação, seja através das armas ou de um processo eleitoral pacífico, que permitisse romper com o passado para poder realizar as transformações de que o país tanto necessita. Poderias explicar como a idéia foi se materializando?

Chávez – Olha, Marta, aqui na Venezuela quase ninguém falava de Assembléia Constituinte. Muitas pessoas não sabiam o que era isso. Traçamos uma metodologia para explicar o processo constituinte e para que nosso povo não se limitasse a ver a Assembléia Constituinte como a meta, como o fim. Dividimos esse processo em etapas.

Definimos a primeira etapa como o despertar do poder constituinte: a transformação da força em potencial real. Lembro-me de que eu colocava o exemplo de um gelo que se derrete e corre como a água, ou uma rocha que estava encima de uma montanha e cai e desencadeia a avalanche, algo assim. E, do nosso ponto de vista, isso ocorreu em 27 de fevereiro de 1989, quando do *Caracazo*.

Em seguida vieram os fatos do 4 de fevereiro de 1992. O protesto popular aconteceu quando o povo percebeu que um grupo de militares era seu aliado. Naquele momento, o povo passou – como te dizia – de uma situação em ebulição reprimida para uma etapa de expansão explosiva.

O desafio foi, então, como fazer para convocar uma Assembleia Constituinte pela via legal. O primeiro passo era ganhar a Presidência da República para, a partir desse órgão de poder, convocar um plebiscito pelo qual o povo pudesse se pronunciar. Baseamo-nos no artigo 4º da velha Constituição, que dizia: “A soberania reside no povo que a exerce através do sufrágio (o plebiscito é uma forma de sufrágio), pelos órgãos do poder público etc.”. Encontramos uma brecha jurídica e interpretativa desse artigo que permite ao presidente convocar um plebiscito para que a soberania que reside no povo se expresse por um órgão do poder público.

Conseguimos ganhar esse plebiscito com a bandeira da Constituinte e, embora a oposição atacasse muito dizendo: “Com a Constituinte não se come, não se constroem estradas, não se constroem moradias”, o tema da Constituinte pegou em nível nacional. A essa etapa chamamos etapa da convocação da Assembleia Constituinte.

Em seguida, veio a etapa das eleições para a Constituinte e delas participaram não só candidatos dos partidos, mas também

jornalistas, indígenas, cantores, alguns por circunscrição nacional, outros por circunscrições regionais. Houve muitíssimas solicitações para eleger 130 constituintes.

Uma vez eleitos os membros da Assembléia Constituinte, passamos à etapa dos trabalhos da Assembléia: a Assembléia deliberando e elaborando o novo projeto de Constituição.

Marta – Disseram-me que houve a idéia da participação popular no processo de discussão da nova Constituição e que houve inclusive planejamento para facilitar, do ponto de vista técnico, tal participação e, de repente, esse processo se interrompeu e a elaboração da Constituição se tornou um procedimento muito fechado, sem acompanhamento pelo povo nem consulta a ele.

Chávez – Acredito que o processo de discussão da Constituição foi um processo bastante aberto. Acho que houve bastante participação. O que acontece é que havia que estabelecer um limite de tempo nesse processo. Um debate muito longo seria contraditório com a velocidade que necessariamente teria o processo político. A Assembléia Constituinte foi eleita em 25 de julho de 1999, foi instalada em agosto e, em dezembro, foi concluído o debate do projeto da Constituição, que em seguida foi votado em plebiscito. Seguramente que há setores que queriam um processo mais longo, mais profundo. Mas, apesar disso, acho que não há precedentes na história recente do país de um processo tão aberto e de tão amplo debate. Como se fez, por exemplo, com a Constituição de 1961? O povo elegeu um Congresso e esse Congresso se atribuiu poderes constituintes quando não os tinha de origem; foi eleito para fazer leis e, no entanto, dedicou-se a fazer uma constituição que foi aprovada por esse mesmo Congresso. Essa sim foi uma Constituição feita de forma fechada.

Marta – Não houve plebiscito?

Chávez – Até aqui, em toda a história venezuelana, não houve nenhum plebiscito. O primeiro foi o que convocamos em 2 de fevereiro de 1999 para perguntar ao povo se estava de acordo em convocar uma Assembléia Constituinte.

Uma vez instalada a Assembléia Constituinte, ela mesma fez seu próprio regulamento e criou uma comissão de participação – chamam-na de algo assim – cuja tarefa era motivar a participação, receber diversas propostas e discuti-las para levá-las ao projeto constitucional.

Linhas telefônicas gratuitas foram disponibilizadas para que o povo pudesse opinar. Os constituintes fizeram assembléias regionais para receber idéias, pelo menos os nossos, que eram a maioria. Creio que eles iam à região pela qual foram eleitos, um ou dois dias por semana, para fazer assembléias, conversar, buscar idéias, projetos.

Agora, claro, há quem imaginava um processo constituinte mais radical, mais participativo e pensaram – como dizes – em mecanismos técnicos para consegui-lo. Isso é possível. Alguns diziam que o processo de discussão deveria durar dois anos. Imagine! Que cada capítulo deveria ser submetido a um plebiscito para não aprovar o projeto em bloco. Isso poderia terminar em nada, como ocorreu em outros países.

Às vezes é preciso sacrificar algumas coisas importantes pela urgência e, naquele momento, era urgentemente necessário transformar o mapa político para se poder continuar dando impulso ao projeto revolucionário. Lembre-se de que, quando eu fui eleito presidente da República, a Corte Suprema continuava sendo a mesma, dominada pelos partidos Ação Democrática e Copei. Encontraríamos aí um grande obstáculo. Tínhamos só três governadores afeitos ao projeto, a maioria era da Ação Democrática e

do Copei. E o Congresso Nacional estava nas mãos deles: éramos minoria. Agora, Marta, quando nos deparamos com a realidade, muitas vezes devemos conciliar idéia e realidade; neste caso refiro-me à velocidade do processo político.

Em seguida, passamos à fase de aprovação da Constituição. Mais de 70% dos votantes disseram “Sim” à nova Constituição.

E, finalmente, vem a fase mais longa e a mais complexa: a fase executiva – emprestamos o termo de Toni Negri.

Nesta nova fase, o primeiro passo era eleger as novas autoridades para transformar – como te dizia – o mapa político do país. Conseguimos relegitimar todos os poderes: presidente, governadores, prefeitos, deputados.

Durante o processo de composição das candidaturas a deputados, a governadores e para prefeitos, surgiram problemas na disputa de cargos dentro da coalizão política eleitoral que se havia criado: o Polo Patriótico, que reunia o Movimento V República (MVR), o Partido Pátria para Todos (PPT), o Partido Comunista (PCV), setores do Movimento ao Socialismo (MAS), o Movimento Eleitoral do Povo (MEP).

Marta – Disseram-me que o Movimento V República foi muito sectário e quis impor seus candidatos em todos os espaços. Também ouvi que tu atacaste muito duramente o PPT em público naquele momento. Foi assim?

Chávez – Há algo de tudo isso, embora não em termos absolutos. Não se pode negar que houve sectarismo em algumas instâncias do Movimento V República. Infelizmente, esses vícios sempre estão presentes. Mas, se observamos de maneira geral, podemos ver que poucos partidos, na correlação de forças que então tínhamos, abriram tantos espaços para candidatos de outros partidos como nós fizemos.

Marta – E como se explica a ruptura com o PPT?

Chávez – A situação com o PPT se deu porque nem eles nem nós fomos capazes de antepor o projeto estratégico às nossas diferenças secundárias e aos conflitos regionais que foram acontecendo. Lembro-me inclusive de que, no primeiro dia da campanha, fizemos uma passeata muito grande do centro de Caracas até Petare. Lá estava o nosso candidato à prefeitura de Petare, José Vicente Rangel Ávalos, o atual prefeito; mas, como o PPT tinha outro candidato – porque não fomos capazes de fechar um acordo sobre isso –, eles montaram um equipamento de som que lançava palavras de ordem no meio do nosso ato. Quando nosso candidato estava falando, começaram a dizer coisas; eu não pude me conter e tomei o microfone de Pepe Rangel – o ato estava sendo transmitido ao vivo pela televisão – e disse: “Vão nos deixar fazer o ato ou os amigos do PPT vão nos sabotar?” E como o Pablo Medina estava lá, eu disse: “Pablo, por favor, este é um ato de nível nacional, deixe o Rangel falar”. Fiz um chamamento à ordem. Calaram-se, mas depois voltaram a intervir. Foi uma atitude divisionista, eleitoreira: aproveitar nosso ato para lançar suas palavras de ordem.

Esse foi o primeiro choque. Ali as coisas começaram mal para, em seguida, se agravarem com as candidaturas a governadores.

Marta – Disseram-me que havia um compromisso entre o PPT e vocês no sentido de que eles apoiariam tua candidatura a presidente, mas teriam seus próprios candidatos em alguns Estados e prefeituras, e que o compromisso era de, nesses locais, não apareceres publicamente apoiando o candidato do V República. Dizem que não cumpriste esse compromisso.

Chávez – Marta, eu nunca me comprometi com tal coisa. Tenho minha consciência tranqüila a respeito, porque fiz todos

os esforços possíveis para chegar a acordos em algumas regiões.

Mais adiante, em Guárico, o PPT novamente sabotou nosso ato. O candidato a governador estava falando e o pessoal deles vaiando. Houve até briga. Provocaram desordens, muita gente abandonou o ato. Então, no meu discurso fui duro com eles. Depois desse meu discurso, a direção nacional do PPT se reuniu e decidiu pela ruptura, deixando de apoiar minha candidatura a presidente.

Foram esses meus discursos rígidos – nossa resposta a suas atitudes de indisciplina e sabotagem aos nossos atos – que foram qualificados como falta de respeito para com eles. Acredito que Pablo teve muita influência nisso. Ele sempre foi muito reticente a essa aliança. Pablo foi o último deles na decisão de apoiar minha candidatura presidencial pela primeira vez; em seguida, manteve-se indiferente, não fez campanha.

Eu sempre tive clareza da importância da Assembléia Nacional como espaço estratégico a ser conquistado. No meu primeiro discurso após o início da campanha eleitoral, eu afirmei que trocava todos os governos e prefeituras pela Assembléia Nacional. Era fundamental ganhar a maioria das cadeiras porque isso determinaria a composição dos outros instrumentos do Poder: o Tribunal de Contas da República, o Tribunal Supremo de Justiça, o Poder Eleitoral, o Poder Moral. E era fundamental ter bons deputados para elaborar as leis revolucionárias. Mas, não! Como resultado de erros táticos, a estratégia foi enfraquecida e ainda estamos sofrendo por esses erros.

O PPT, um partido muito mais sólido, retirou-se da aliança, foi sozinho às eleições e não elegeu nenhum de seus candidatos. Esse espaço deixado pelo PPT foi ocupado pelo MAS. Desgraçadamente, não poucas pessoas que se elegeram à Assembléia Na-

cional Constituinte eram pessoas com pouco consistência ideológica e política. Temos aí Puchi e Mujica,⁵¹ que são verdadeiros negociantes da política. Agora, temos uma Assembléia Nacional com grandes debilidades e esta situação está pesando muito. Nela deveriam estar María Cristina Iglesias, Vladimir Villegas,⁵² Aristóbulo Istúriz, José Albornoz.⁵³ Há uns vinte quadros muito bons do PPT que deveriam ser deputados.

Não foi possível resolver as diferenças políticas e, então, chegamos à Assembléia com uma maioria, mas não determinante. E para conseguir, na Assembléia, os dois terços exigidos para indicar os nomes para formar o Tribunal Supremo e os demais poderes, foi necessário fazer acordos transitórios, de um dia, com a Ação Democrática, o Copei e o Projeto Venezuela. Eles impuseram candidaturas de pessoas não idôneas ao Poder Judiciário e em outros órgãos. Por isso é que vemos hoje no Tribunal Supremo de Justiça um grupo de senhores que não estão dispostos a exercer seu cargo de forma honrada e que se deixam manipular politicamente porque mantiveram relações históricas com a Ação Democrática, com o Copei ou com outros setores contrários à revolução.

Pablo Medina nunca aceitou minha liderança, acabou se desligando do PPT e, no dia do golpe (11 de abril de 2002), apareceu em Miraflores. No dia anterior, eu o vi pela televisão provocando aquelas pessoas inflamadas contra Chávez e contra a revolução bolivariana, ao lado de Carlos Ortega.⁵⁴ Perdeu completamente o horizonte. Por sorte, há um grupo de lutadores, como María Cristina, Aristóbulo e muitos outros, que mantêm

⁵¹ Quadros do MAS, Partido que hoje está na oposição.

⁵² Dirigente do PPT.

⁵³ Secretário-geral do Pátria Para Todos (PPT).

⁵⁴ Secretário-geral da Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV).

erguida a bandeira original da Causa R, aquele partido fundado por Alfredo Maneiro.

Marta – Tu disseste que uma das “divergências” de Pablo Medina é que não aceitava tua liderança. Não será também por tu teres muita dificuldade em aceitar outras lideranças?

Chávez – Não me é difícil, para falar a verdade.

Marta – Alguma vez em tua vida tiveste de reconhecer outra liderança que não seja a tua?

Chávez – Sim, estando preso, quando se preparava a segunda rebelião militar e surgiu um grupo diferente de chefes militares. Eu me lembro de que da prisão mandávamos cartas e recados preparando uma segunda rebelião, que estava prevista para junho ou julho, com pessoas do Exército, principalmente. Naquele momento, nos chegou a informação, por meio de um dos oficiais do Exército que estava fora da prisão, de que havia gente da Marinha, da Força Aérea preparando outro movimento. Diante dessa notícia, decidimos conter o nosso e eu fui um dos que se dedicaram a escrever, a mandar nomes, reconhecendo um outro comando. Eu era um dos que diziam: “Nós estamos presos, temos grandes limitações e aí há uma liderança: o almirante Grüber, o general Visconti, o almirante Cabrera Aguirre, o coronel Virginio Castro.” Eles formaram um comando militar e político. Naquele momento, por exemplo, recomendei que incluíssem Pablo Medina no comando, e assim foi feito. Naquele momento, as circunstâncias me indicavam que eu não era o líder. Acredito que esse foi o único momento em que se deu essa situação, porque, depois disso, não ocorreu nenhuma situação parecida.

Eu não sou o líder porque Hugo Chávez decidiu isso. Eu saí da prisão para as ruas para ver o que acontecia, para percorrer

o país e organizar o povo. Ao realizar essas tarefas, surgiu uma liderança natural que não posso delegar a outras pessoas por capricho, por pressões ou por acordos. Acredito nas lideranças naturais, não nas impostas. E se me conscientizo de que a minha liderança está se enfraquecendo, ao extremo de colocar um processo em perigo, surgindo outro líder, não terei nenhum problema em apoiá-lo.

Marta, eu tenho muito presente o que Bolívar disse uma vez: “Sou apenas uma frágil palha levada pelo furacão revolucionário”. Os homens, individualmente, nos sentimos diante de uma avalanche revolucionária que nos conduz. Seria muito triste e lamentável que um processo de mudanças, que um processo revolucionário dependesse de um caudilho. Um ser humano é tão vulnerável! Há muitas razões: ou o compram, ou se vende, ou se corrompe, ou adoece, ou o tornam doente... Vejam o que ocorreu com a guerra federal dos 5 anos: praticamente dependia de um guerreiro que se chamou Ezequiel Zamora. Bastou uma bala, uma só bala, naquele dia 10 de janeiro de 1860, lá em San Carlos, para que o matasse e, com a morte de Zamora, morreu a esperança de um povo: o movimento se desorganizou, a revolução retrocedeu e fracassou; e os oligarcas e as classes dominantes continuaram exercendo o poder e hegemонizando todos os espaços do poder.

Uns me apontam como o culpado por todos os males da sociedade, outros como o benfeitor, o responsável por tudo de bom; não sou nem uma coisa, nem outra. Sou apenas uma pessoa colocada em uma situação; mas o mais nobre é quando a vida de uma pessoa contribui, de alguma maneira, para o despertar, para o crescimento da força coletiva. Isso é o importante!

Logo após a saída de Pablo do PPT, refizemos a aliança. Agora, tenho vários quadros desse partido no governo: Aristóbulo

Istúriz, María Cristina Iglesias, Alí Rodríguez à frente do Pdvs;⁵⁵ Julio Montes, como embaixador em Havana, e muitos outros quadros que estão trabalhando na rua. E sinto que todas as diferenças táticas do passado vão sendo superadas paulatinamente.

Esta fase de aplicação da Constituição, repito, é sem dúvida a mais complexa. Trata-se de legislar e se esforçar para que esse projeto constitucional – a revolução feita Constituição – não fique na teoria, ou não fique na gaveta, não fique no projeto, no sonho, na utopia. Temos que nos integrar à realidade.

O governo habilitado pela Assembléia Nacional fez, como sabes, 49 leis, entre elas: a Lei das Terras, a Lei dos Bancos, a Lei das Microfinanças, a Lei da Pesca, a Lei dos Hidrocarburetos, leis que ferem os interesses da oligarquia e das classes dominantes, historicamente falando. Quando essas classes perceberam que estávamos decididos a aprofundar o processo que apontava para a transformação da estrutura econômico-social, então começaram a trabalhar pelo golpe que aconteceu em 11 de abril.

Quero esclarecer que sempre dissemos que a fase executiva não deveria se caracterizar – porque seria suicídio – pelo congelamento do poder constituinte. Sempre consideramos que o poder constituinte não deveria ser congelado, mas que deveria continuar ativo junto ao poder constituído e aos representantes do povo nos diversos poderes; que não deveríamos cometer o erro de permitir que os membros do poder constituído tirassem do povo o seu poder originário.

Os acontecimentos dos dias 12 e 13 de abril demonstraram que esse poder constituinte continua vivo. Se esse poder constituinte estivesse congelado, se estivesse adormecido ou sido vítima de chantagem da mídia ou de ameaça repressiva, a tentativa golpista teria

⁵⁵ Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima.

êxito e o poder constituído – expressão desse poder constituinte – não conseguiria se instalar novamente. Esse poder constituinte não permitiu que expropriassem seu direito e exigiu a sua maneira, mas o exigiu com firmeza e apoiado por setores militares.

Marta – Em tua idéia de que não se podia realizar uma verdadeira transformação social sem mudar as regras do jogo, quer dizer, sem mudar a Constituição, influiu de alguma maneira a experiência chilena e os problemas que Allende teve de enfrentar ao pretender realizar mudanças sociais profundas dentro dos marcos do sistema democrático representativo burguês?

Chávez – Posso dizer que a experiência da Unidade Popular não influiu muito em minha forma de ver as coisas, mas Carlos Matus, um economista chileno que foi ministro de Allende, sim, influiu. Em um de seus livros, propõe que uma força política, para ser transformadora, deve ser capaz de exercer a liderança, deve ser capaz de identificar a parte mais fraca do adversário – e esta é uma proposição aplicável à ciência militar – e de atacá-lo a partir daí. A sociedade tem três tipos de estruturas: a estrutura político-jurídica (o recipiente: taça, copo, de vidro, de madeira, redondo, quadrado), a estrutura econômico-social (o conteúdo) e a estrutura ideológica (o contexto). Ele defende que quem pretender transformar a realidade deve ser capaz – através da ciência e do cálculo – de determinar qual dessas três estruturas é a mais fraca e atacá-la a partir daí. Se equivocas e atacas a parte onde a força adversária é maior, então serás abatido e a força transformadora será aniquilada ou desgastada até que deixe de ser transformadora. Usamos essa metodologia para analisar a realidade venezuelana. E foi assim que decidimos começar o ataque pela estrutura político-jurídica, porque era a mais fraca de todas e, – preste atenção – não nos equivocamos. Eu, inclusive, pensava que o adversário teria maior capacidade de

resistência no ano 1999, mas aquilo foi um ataque fulminante. Acertamos no coração, não tiveram tempo de se refazer e aqui estamos hoje.

DIFICULDADES PARA MUDAR O SISTEMA

Permanecem velhos vícios

Agora, as coisas não são nada fáceis. Estamos travando uma dura batalha, porque tu constróis o novo sobre o velho e, então, carregas vícios.

O que mudamos até agora foi a macroestrutura jurídico-política, mas, pela natureza mesma do processo pacífico e amplamente democrático, esta ainda permanece viciada, infiltrada pelos adversários e, às vezes, pela infiltração em nossas próprias fileiras, ou por desvios políticos entre os nossos.

Por isso é que não pudemos eliminar o flagelo da corrupção.

Alguém, que não tenha clareza, poderia se sentir frustrado, porque o resultado não é o que queríamos; mas quem disse que um processo desta magnitude ou com tal magnitude de metas e de objetivos vai conseguir criar em três anos a nova situação político-jurídica sonhada? Agora, estou seguro de que vamos nessa direção. Quantos anos faltam? Se se trata de lançar uma data, diria que só conseguiremos acabar este processo em 2021. Talvez pudesse ser antes.

Marta – Soube que, em alguns lugares, foram nomeadas pessoas com péssimos antecedentes e que caíram na corrupção. Quem as nomeou?

Chávez – O anterior ministro do Interior e Justiça, Luis Miquilena. Apesar de esta pessoa ter cumprido uma tarefa importante na fase

constituente, perdeu em seguida a visão do projeto. Amizades, interesses, talvez pressões, quem sabe a idade, não sei quantos fatores foram influenciando naquele ser humano. Acabou uma noite dizendo que eu tinha de dar um passo atrás, eliminando as Leis Habilitantes – uma das demandas da oposição. Respondi-lhe: “Tu sabes que não vou fazer isso, porque essas são leis que nos vão permitir entrar em uma nova etapa na aplicação da Constituição”. [A Lei da Terra, a Lei da Pesca, a Lei do Espaço Aquático, a Lei dos Hidrocarburetos etc.] Reagiu, dizendo-me que não podíamos fazer uma revolução, que a revolução se faz pelas armas ou não se faz; que o máximo que podíamos fazer na Venezuela era mudar algumas coisas, fazer algumas reformas, mas que nós havíamos deparado com a força do adversário e que então devíamos manobrar. Imagine que quem está levantando isso era meu próprio ministro do Interior! Isso foi um pouco antes da greve de 10 de dezembro de 2001.

Razões que explicam o papel destacado de Miquilena

Marta – A propósito de Miquilena, há quem diga que este personagem influenciou muito na composição da atual Assembléia Nacional, que foi artífice da aliança com o MAS...

Chávez – É verdade. Influenciou também, como te dizia, na composição do Tribunal Supremo de Justiça e no Tribunal de Contas.

Marta – Por que te apoiaste em Miquilena e não em gente mais à esquerda?

Chávez – Para entender minha relação com Miquilena, é preciso examinar todo o processo. Neste momento, poderíamos dizer muitas coisas negativas dele, mas, embora houvesse críticas sobre a condução do Partido e outros assuntos, há um ano nenhum

de nós poderia imaginar o que ocorreria com ele. Era difícil pensar que uma pessoa com uma trajetória de luta tão longa ao lado da esquerda fosse terminar como terminou. Miguel Otero Silva escreveu até uma novela chamada *A Morte de Honório*, referindo-se um pouco à sua vida.

Miquilena começou sendo líder sindical, lá pelos anos de 1940. Acredito que ele esteve no Partido Comunista, sendo um dos fundadores de um movimento que chamaram de “Comunistas Negros”. Esse grupo deu apoio ao governo de Isaías Medina⁵⁶ no dia em que os membros da Ação Democrática deram um golpe de Estado, em 18 de outubro de 1945. Esteve preso durante 7 anos sob a ditadura do general Pérez Jiménez, em Ciudad Bolívar; muitos dos velhos dirigentes da esquerda conheceram-no na prisão. Com a queda de Pérez Jiménez saiu da prisão e esteve muito próximo de Jovito Villalba, da URD.⁵⁷ Mais tarde, fundaram um partido – o MAS – que lançou José Vicente Rangel como candidato presidencial. Isso é um pouco do que eu conheço de sua trajetória. Há pessoas que o conhecem mais.

Agora, como eu conheci Miquilena? Uma noite, tocou meu telefone celular – eu tinha um celular escondido na prisão – e alguém me diz: “É Miquilena”. O nome me soava conhecido, mas eu sabia muito pouco do personagem. Tudo isso que eu contei soube depois. E o nome me soava conhecido por isto: alguém havia conseguido um escritório de advogados em Caracas onde nos reuníamos clandestinamente e onde, às vezes, até dormíamos. Eu tinha a chave, abria e esperava os advogados. Havia um ga-

⁵⁶ Militar e político venezuelano, presidente da República de 1941 a 1945, foi apoiado por setores de esquerda e durante seu mandato foram aplicadas medidas tais como: iniciar a reforma agrária, melhores contratos com as companhias petrolíferas estadunidenses e restabelecidas as liberdades públicas.

⁵⁷ União Republicana Democrática (URD), partido liberal populista criado em 1945.

binete grande, com uma placa com um nome: Luis Miquilena. Gravei esse nome. Estou falando de um ou dois anos antes do 4 de fevereiro de 1992, mas eu nunca conheci o personagem, nem perguntei tampouco de quem era esse escritório, só o usávamos para reuniões.

Quando ele me chama por telefone, eu associo: Luis Miquilena... Ah! – digo – o escritório, assim, assado?” “Esse escritório era de um irmão meu que já morreu, que era advogado; eu o compartilhava com ele e o emprestava a Pablo Medina.” Foi Pablo quem havia conseguido as chaves desse escritório e as havia passado a mim. Lembro-me de que me disse: “Comandante, um grupo de velhos amigos – creio que estavam tomando uns tragos em Maracay – queremos lhe manifestar nossa solidariedade. Vou lhe passar para a doutora tal...” e todos alegres, em uma noite qualquer. Em seguida, Luis voltou a falar e me disse: “Comandante, eu, que vivi bastante, quero que saiba isto: você está envolvido, mas você mudou e está mudando, e você é um homem jovem que vai ter êxito”. Em seguida, disse-me que queria me visitar e o incluí na lista de meus visitantes. Na prisão, só poderia visitar os prisioneiros quem estivesse incluído em uma lista que o próprio preso deveria fazer. Ele visitou-me duas ou três vezes e ficou conhecendo algumas pessoas, os companheiros presos. Este assunto não deixa de me causar uma certa dor, porque eu tive muita estima por esse homem.

Logo eu saí da prisão e, no primeiro dia, estava leal, esperando-me. Lembro-me de que a primeira coisa que fizemos foi gravar um programa de televisão chamado “José Vicente Hoje”, com José Vicente Rangel. Foi uma sexta-feira. Ele era amigo de José Vicente há muitos anos. Depois, fomos à casa de Carlos Fermín – outro bom amigo que perdi no caminho, não sei o que foi feito dele –, que era meu advogado. Vivía em um pequeno aparta-

mento; pude ver o programa, falamos e brindamos. Dormi essa noite nesse apartamento de Carlos Fermín e de sua esposa Yomaida. Lembro-me deles com muito carinho.

No dia seguinte, eu estava na rua; como um furacão, fui pelos caminhos. Lembro-me de que Miquilena nos emprestou um velho Mercedes-Benz que tinha e que quase não usava. Nós o usávamos para carregar algumas armas. Certa vez, detiveram o bendito carro com alguns fuzis e, bem, houve um escândalo na imprensa: “O carro de Miquilena foi levado pela Disip”.⁵⁸ O motorista foi preso e intimaram Miquilena à delegacia por ser o dono do carro.

Por outro lado, como eu não tinha onde ficar – vivia de um lado para o outro –, ele me disse: “Olha, Hugo, lá no meu apartamento há um quarto; se queres, vais para lá”. Foi assim que morei vários meses em um pequeno apartamento que ele tem na Praça Altamira, no edifício Universo 6. Depois, passei vários dias 24 e 31 de dezembro aí. Havia muito diálogo e era freqüentado por muitas pessoas...

Luis foi um dos que promoveram a Frente Pró-Constituinte e começou a procurar recursos, a arrecadar dinheiro. Não era muito. Estava fora da política, até que se somou nesse esforço. Tivemos, em seguida, um distanciamento, a Frente Pró-Constituinte não funcionou e então eu me distanciei com meu pequeno grupo.

Quem eram os outros com quem eu tinha contato? Não havia quase nenhuma outra relação. Lembre-se de que eu não era querido por muitos setores de esquerda, ou pelo menos por seus dirigentes principais. Já te contei os problemas que foram se

⁵⁸ Direção Interior de Segurança do País.

apresentando com a Causa R.⁵⁹ Quando eles se apresentavam para as eleições, nós estávamos chamando à abstenção ativa. Lembro-me de que a nossa palavra de ordem era: “Por enquanto por ninguém, Constituinte já!” Andrés Velásquez e Pablo Medina diziam que eu estava interferindo no desenvolvimento político com essa posição de chamamento à abstenção, que eu não entendia de política e uma série de outras coisas. A figura que eles dispunham era a de Arias Cárdenas. Ele, sim, era inteligente, era o verdadeiro líder, Chávez era um louco. Estou te falando da Causa R, o movimento político que, diríamos, estava mais próximo de nós, porque todos os líderes históricos do MAS estavam com Caldera.

A esquerda mais leal a seus princípios também se confrontava comigo, incluindo o PCV. Lembro-me, por exemplo, de que uma vez um grupo de trabalhadores convidou-me para uma reunião no Parque Central para preparar a passeata do “1º de Maio” – uma passeata alternativa à da CTV⁶⁰ com a CUTV⁶¹ e todos esses movimentos de esquerda, o Partido Comunista e outros. Bem, havia chegado, a essa reunião e me sentei em um assento qualquer. Todos os dirigentes que estavam na mesa principal viram que eu havia chegado, mas não me cumprimentaram. Nunca me esquecerei disso, porque é parte da explicação a essa pergunta que tu estás fazendo. Imagina, eu tratando de me apresentar na sociedade política de esquerda, vigiado, perseguido, difamado etc., e essa reação dos dirigentes.

⁵⁹ A Causa R quis nos utilizar e conseguiu, até certo ponto, fazê-lo e levou Arias Cárdenas (um dos comandantes da rebelião de fevereiro de 1992) contribuindo para dividir o movimento dos chamados “comandantes”.

⁶⁰ Central dos Trabalhadores da Venezuela.

⁶¹ Central Unitária dos Trabalhadores da Venezuela.

Marta – De que ano estamos falando?

Chávez – De 1994, 1995. Como dizia, chego a esse ato, sento-me, comportando-me com humildade. Havia muita gente, a sala estava cheia. Algumas pessoas se aproximaram por detrás para me cumprimentar e eu procurava ouvir o que estavam dizendo, de não alterar aquilo. Então, enquanto os membros da mesa, falavam, alguém gritou: “Bem, e vocês não vão cumprimentar o comandante Chávez, que está aqui?”, e se ouvem uns aplausos. Só então esses dirigentes deram-me as boas-vindas.

Por outro lado, soube que, em uma assembléia desses pequenos grupos de esquerda, concluía-se que Chávez representava uma liderança messiânica, contrária ou prejudicial ao movimento de massas.

O discurso oficial burguês calou na esquerda e a desestruturou. Não nego minhas culpas, seguramente também as tenho, mas eu era rejeitado, era condenado por esses setores. Isso explica que eu circulasse por entre alguns militares da reserva e alguns dirigentes, que não eram de partidos políticos, como Luis Miquilena, Manuel Quijada e outros mais, não muitos.

E, além disso, eu era um dirigente sem recursos. Às vezes, não tínhamos dinheiro nem para pagar a gasolina, andávamos de um lado para o outro em pequenos grupos, muitos eram presos. De vez em quando – uma ou duas vezes por ano – José Vicente Rangel me levava à TV; de vez em quando, Alfredo Peña⁶² também me convidava para seu programa. Lembro-me de que, uma vez, convoquei a imprensa, porque havia chegado de Cuba, e só foram dois jornalistas.

Diante dessa realidade, nossos dirigentes locais, em quase todos os Estados, nasceram do enfrentamento não só com a direi-

⁶² Atual prefeito da área metropolitana e arquiinimigo de Chávez.

ta, mas também com a esquerda. Nosso Movimento MBR-200 nasceu confrontando-se com o MAS, com a Causa R, chocando-se com todos esses grupos. Quero esclarecer que Miquilena nunca foi dirigente do MBR-200. Ele apoiava, fazia reuniões, participava de grupos de discussão, sempre esteve a favor do processo constituinte.

Em seguida, decidimos participar das eleições presidenciais de 1998 e, então, foi o Partido Comunista que quebrou o gelo, digamos assim. Depois de anunciarmos a nossa disposição de participar das eleições, ele afirma: “Apoiamos o comandante Chávez em sua pré-candidatura”.

Depois começamos a nos reunir com diversos grupos e personalidades, e foi aí que Miquilena começou a atuar politicamente, porque ele é um bom político. Ele arquitetava reuniões com setores da esquerda, porque eu, às vezes, não tinha paciência para suportar as discussões intermináveis com a Causa R, com setores do MAS e com outros partidos, como o MEP.

Então ele começou a dialogar como meu porta-voz e a procurar alianças. Foi assim que conseguimos formar o Pólo Patriótico. Miquilena foi assumindo esse papel de liderança, de direção, com grande habilidade política: infundia respeito em todos estes setores, tanto de aliados políticos quanto de possíveis aliados.

Lembro-me da primeira reunião que tive, por exemplo, com a Fedecámaras, com Francisco Natera, que, naquele momento era o presidente dessa instituição. Quem preparou essa reunião reservadíssima em sua casa? Luis Miquilena. O mesmo com reuniões com empresários: quase sempre estava presente a figura de Luis Miquilena, fazendo *lobby*, fazendo contatos. Dessa maneira, ele se foi transformando no articulador, tanto no plano político quanto no plano empresarial, inclusive com ministros de Caldera.

Faltando pouco para as eleições, reunimo-nos na casa de Miquilena com Maritza Izaguirre, que era a ministra de Finanças de Caldera. Diante da evidência de que eu tinha grande possibilidade de ganhar as eleições, ela quis falar comigo, para me explicar algumas coisas de economia.

Enfim, para não me alongar muito nas respostas, acho que já há elementos que explicam as razões pelas quais Luis Miquilena se transformou em um articulador, em um dirigente dessa campanha. E creio que, apesar de todos os erros que cometeu, de suas manobras, estilos etc., cumpriu uma tarefa importante na formação da unidade para as eleições e para traçar os mecanismos para a nossa atuação eleitoral.

E, mais tarde, quando assumi a Presidência, eu o escolho para ministro do Interior – um ministério essencialmente político; não havia, então, a figura do vice-presidente –, precisamente porque tinha o perfil, tinha experiência, gestão política. E, em seguida, em três meses, peço-lhe que vá trabalhar na Constituinte, porque eu estava demasiado atarefado com os problemas de governo, com todo o desastre que havia recebido, para me preocupar com aquele assunto. E foi assim que ele praticamente se transformou no regente da orquestra de toda a campanha constituinte, buscando recursos, elaborando as listas. Teve muita influência. Creio que ele cumpriu um papel, embora com muitos erros, que não foram só dele, porque seria injusto atribuir a ele tudo o que ocorreu de negativo.

Por que tanta tolerância diante da corrupção

Marta – Voltando ao tema dos vícios do passado, o povo se queixa que a corrupção, em vez de diminuir, teria aumentado; que não há serviço público em que não seja cobrada uma propina para a sua execução, que não há ninguém preso por corrupção. Como se en-

tende isso em um movimento que levantou com tanta força a bandeira da luta contra a corrupção, bandeira que, além do mais, demonstrou ser, na América Latina, a que talvez permita fazer avançar mais a esquerda? O Partido dos Trabalhadores, do Brasil, é um exemplo disso; outro é a Frente Ampla do Uruguai.

Chávez – Eu reconheço que, neste ponto, temos muito o que fazer ainda; não se fez grande coisa no combate à corrupção, ações que possamos definir como substanciais, definitivas. Mas não creio que se possa dizer que as coisas são agora piores do que antes. Deveria se fazer uma tabela comparativa, o mais objetiva possível, para poder afirmar ou negar isso.

Aqui, a corrupção é, como em boa parte da América Latina, um fenômeno cultural, um fenômeno resistente, difícil de combater. É algo que está presente não só nos mais altos níveis, mas também nos níveis mais baixos. É como um câncer que se espalhou em todas as direções. É preciso levar isso em conta, para começar.

Não é verdade que nada foi feito, mas há falhas estruturais

Claro, o discurso da oposição é permanente: que não se fez nada contra a corrupção. Creio que tem sido feito muito, sim, mas reconheço que há falhas estruturais que impedem medir a eficácia do governo na luta contra esse flagelo pela quantidade de pessoas presas. As instituições nascentes ainda estão como entre dois pólos: entre o velho e o novo. Não contam ainda com leis adequadas à nova Constituição.

Vou dar um exemplo. Com o governo recém-iniciado, lembrome de ter ordenado abrir uma investigação contra um general que havia sido chefe do Exército. Os crimes a ele atribuídos eram tão evidentes que foi possível levar à prisão esse general quando ainda

estava na ativa. Então, lembro-me de que começou o ataque pelos meios de comunicação opositores, acusando-nos de fazer julgamento político, porque aquele general é genro do ex-presidente Caldera. Aquele homem passou por volta de dois meses na prisão e, em pouco tempo, da noite para o dia, um juiz tomou a decisão de isentá-lo de toda a culpa, afirmando que não havia provas suficientes.

Outro exemplo: em uma ocasião, também no início do governo, eu solicitei à Polícia Política que ficasse de “olhos abertos” para vários casos de denúncias de corrupção e começamos com os expedientes, as investigações. Uma noite, o chefe da Disip me diz: “Capturamos um grupo de pessoas do Hipódromo, designados pelo nosso governo, praticamente com as mãos na massa, chantageando, comprando alguém com uma soma em dinheiro, em espécie. Foram feitas fotos que comprovam isso”. Porém, o que ocorreu? A alegria durou pouco. Poucos dias depois, o tribunal responsável pelo caso tomou a decisão de deixá-los em liberdade. E o fez argumentando que a foto – em que se vê a negociação com o dinheiro – não era prova suficiente, porque os acusados, em sua defesa, diziam que o dinheiro foi “plantado” pelo corpo policial para comprometê-los e que não havia uma maneira de demonstrar que o dinheiro havia sido levado por eles à mesa.

Com o Poder Executivo, iniciamos centenas de investigações que enviamos aos órgãos competentes. Mas, além disso, eu, pessoalmente, exonerei funcionários, alguns inclusive de minha maior confiança, por denúncias com algumas evidências de corrupção. Esses casos passam, em seguida, para os processos de investigação: a uma comissão na Assembléia Nacional, ou ao Poder Judiciário, ou ao Tribunal de Contas, e é quando as coisas ficam emperradas.

Por outro lado, a luta contra a corrupção não tem a ver só com a repressão do fenômeno, mas também com a sua prevenção. É preciso realizar uma atividade pedagógica, educativa.

O governo diminui radicalmente os gastos secretos

Há ações de meu governo que demonstram claramente nossa vontade de lutar contra esse flagelo. Não sei se sabes, na Venezuela todos os órgãos de Inteligência – a Disip, a DIM,⁶³ a PTJ⁶⁴ e alguns ministérios – manuseavam gastos secretos.

Existia um velho regulamento, que permitia incluir, como gasto secreto, por exemplo, a alimentação das tropas, ou seja, que tu podias manejar isso discretamente e isso somava – e continua somando – bilhões de bolívares. A mesma coisa em relação ao uniforme, à roupa íntima, ao calçado, às botas de combate, às boinas. Esses gastos secretos eram uma das maiores fontes de corrupção, não só para os militares, mas também para os civis. O que fizemos em relação a isso? O regulamento foi modificado, o que provocou a diminuição de quase 80% de gasto secreto e, com isso, a corrupção que estava mascarada como gasto secreto.

Essa é uma das mais contundentes ações que realizamos. Tanto diminuímos esses gastos que agora temos algumas dificuldades. Por exemplo, o corpo da guarda de Inteligência não tem recursos para adquirir alguns equipamentos: um microfone, uma lupa. Antes, para fazer esses gastos não precisava de autorização de ninguém. Para lá ia o dinheiro e tu o gastavas como querias. E foi assim que aqueles que lidavam com isso repartiram fortunas durante muito tempo, milhões de dólares. Os grandes contratos de armamentos: tanques de guerra, aviões, mísseis, bombas, tudo isso era gasto secreto... Imagina!

Mas esse gesto do governo na luta contra a corrupção passou quase despercebido, ninguém o levou em conta e nós fomos incapazes de divulgá-lo.

⁶³ Direção de Inteligência Militar.

⁶⁴ Polícia Técnica Judiciária.

Limitações do Ministério Público e dos tribunais de justiça

O Ministério Público, que é o órgão central da luta contra a corrupção, e o Tribunal de Contas têm grandes limitações. Há nesses órgãos uma série de funcionários que trabalham há muito tempo e são portadores de velhos vícios, inclusive muitas vezes sabotando investigações, desviando-as, fazendo acordos com pessoas sujeitas a investigação etc. Há mil maneiras de proteger a corrupção, ou de interferir nas investigações contra a corrupção.

No Ministério Público, por exemplo, há ainda muitos procuradores amparados pelos direitos trabalhistas, com muitos anos de carreira, e se tu não dispões de uma prova bem fundamentada não podes destituí-los. Ocorre que os procuradores que foram removidos recorreram ao Poder Judiciário. No entanto, esse poder também está minado. Foi sensível tirar uns 400, mas são milhares de juízes!

Complexidade muito maior do que o esperado

Marta – Agora, aproveitando que estamos no tema das dificuldades institucionais, seguramente sabes que Lenin morreu preocupado por não haver podido mudar o aparato tsarista, depois de seis anos de revolução. Tu imaginavas que ia ser tão complicado transformar o aparato de Estado herdado? Porque, em meus estudos sobre os governos locais, as pessoas que assumem tarefas de governo se dão conta de que é muito mais complicado governar do que imaginavam. E por isso, costuma ocorrer um distanciamento entre o militante que fica fora, que não sabe o que é governar, e o militante que governa e aprende que as coisas são muito mais difíceis.

Chávez – Certamente que administrar um Estado com o grau de complexidade, clientelismo, inoperância como o que tivemos e temos,

é algo bastante complexo. Muito mais do que imaginávamos. Há uma infinidade de organizações, de organismos que desconhecíamos. Lembro-me de que pregávamos na parede um mapa do Estado para detectar as diferentes instituições e quem as controlava, e ainda continuam surgindo mais instituições. E se a isso acrescentas os procedimentos, os vícios dos funcionários públicos... Imagina que ainda não foi mudada uma velha lei que ampara o funcionalismo clientelista que foi incorporado pela AD e pelo Copei! Um ministro, ou qualquer funcionário, está impossibilitado de destituí-lo, salvo se violar a lei. Há casos em que alguns ministros exoneram funcionários e, em seguida, se vêem obrigados a readmiti-los.

Nos primeiros dias de governo, encontramos situações inimagináveis. O primeiro problema que se enfrentou foi que não havia dinheiro nem para pagar salários. O petróleo estava a 7 dólares e o orçamento que nos deixaram – o mesmo anterior⁶⁵ – havia sido feito com base em 14 dólares. O “risco país” pela ameaça de Chávez disparou. Ninguém queria nos emprestar um centavo. Em plena Constituinte, tive de ir pelo mundo buscando apoio internacional. Fui à China, à Arábia Saudita, a vários países da América Latina. Aproximei-me muito de Fernando Henrique Cardoso e do Brasil como nação. As complicações burocráticas para fazer pequenas mudanças eram numerosas. Por quê? Porque nos deparamos com uma série de leis, códigos, regulamentos que dificultavam a adoção das medidas necessárias. Para fazer uma transferência de recursos em um ministério, por exemplo, o ministro tinha de fazer não sei quantas pastas para que eu assinasse. Para conceder aposentadorias a funcionários, devia ser realizada uma série de procedimentos burocráticos. Também tivemos de enfrentar a cultura tradicional, a resistência à mudança.

⁶⁵ Quer dizer, o mesmo orçamento do ano anterior e que, pela inflação, foi cortado em 20%.

Ocorre, muitas vezes, que tu designas um bom funcionário, com boa capacidade, para ocupar um lugar que vise transformar uma instituição e acontece que a instituição acaba incorporando-o. Um exemplo é a Pdvsa, essa empresa monstruosa. Ainda não fizemos nela grandes mudanças.

Realizamos uma grande transformação no nível macroestrutural com a nova Constituição. No Poder Executivo, por exemplo, fizemos algumas mudanças no nível máximo: reduzimos os ministérios, promovemos a fusão de alguns. Cometemos erros nesse terreno; por exemplo, quando promovemos a fusão do Ministério da Agricultura com o da Produção, Comércio e Turismo, tudo em um superministério. Agora, três anos depois, fomos obrigados a separar de novo Agricultura e Terras. Eliminamos não sei quantas fundações: aqui havia uma infinidade de fundos, até um fundo para o estudo do verme verde do milho do Estado Portuguesa, coisas assim...

Agora, na transformação interna dos ministérios, aí não avançamos o suficiente. Deparamo-nos com estruturas emperradas, complexas, difíceis. Porém, creio que vamos por um bom caminho, que requer uma grande dose de vontade e uma grande capacidade para transformar essas estruturas e criar um marco jurídico adequado. Pouco podemos fazer até que se mude a Lei do Funcionário Público, essa velha lei de que falamos, que protege funcionários não produtivos ou não necessários.

Marta – Que ensinamentos tiras deste processo de luta institucional que podem ser úteis para a esquerda, para as pessoas progressistas? O que não farias de novo e o que farias de outra maneira?

Chávez – Acredito que um movimento como o nosso já deveria ter selecionado e preparado, quando ganhamos as eleições de 1998, boa parte dos novos funcionários que ocupariam os cargos

do Estado. E não fizemos isso. O resultado é que tem havido muita improvisação e, em conseqüência, cometemos muitos erros como a nomeação de pessoas inadequadas. Acredito que um partido que tenha um projeto como o nosso e que tenha, além disso, opções reais de ascender ao governo, ao mesmo tempo em que realiza a campanha eleitoral, a busca de recursos para o futuro governo e outras tarefas, deveria promover um processo de preparação dos quadros que assumissem tarefas de governo para que ocupem eficientemente esses espaços. Deve ser um processo metódico, realizado com tempo, que inclua capacitação, cursos etc. Deveria ser feito como o Exército, que forma e capacita seus quadros e lhes dá uma orientação estratégica e específica para enfrentar o combate. Não fizemos isso e foi um grave erro, mais ainda quando se recebe o governo de quem não é do teu partido.

Marta – E que além disso costuma sabotar o novo governo...

Chávez – Arquivos foram perdidos, coisas queimadas. Quase nenhum dos principais funcionários esperou para entregar as tarefas e prestar a informação necessária a quem assumia seu cargo. Falta-nos previsão, planejamento e ainda temos grandes deficiências na formação dos funcionários públicos. Precisamos de uma boa escola para a formação do funcionário público.

Necessidade de se fazer uma revisão estratégica

Acredito, Marta, que é preciso distinguir entre a Constituição e os instrumentos do Estado. Considero que as situações que estão sendo criadas podem nos obrigar a fazer uma revisão estratégica do funcionamento dos poderes do Estado.

Temos, por exemplo, o caso do Poder Eleitoral, que está hoje praticamente inativo. Não tem sido capaz, em mais de seis me-

ses, de decidir sobre o resultado das eleições da CTV e há evidências de ilícitos eleitorais, de fraude eleitoral, que foram apontados por Aristóbulo Istúriz – que foi candidato à presidência da CTV – e María Cristina Iglesias, que foi sua chefe de campanha. Há denúncias, no mesmo sentido, com relação a outros sindicatos, mas esse órgão – formado por cinco pessoas – não entrou em acordo para tomar uma decisão. Essa é uma prova de que uma parte tão importante do aparato de Estado, como é o Poder Eleitoral, entrou em uma fase de inatividade.

Situação complicada na Assembléia Nacional

Por outro lado, além das debilidades da Assembléia Nacional originadas – como te contava – por nossa incapacidade para manter a aliança estratégica com partidos como o PPT, vários deputados eleitos pelo MVR agora estão contra o governo. É preciso levar em conta que, em um processo de mudanças profundas, as pessoas também mudam: radicaliza-se o processo e se percebe que há deputados que vão ficando para trás e que já não representam as posições políticas de quem os elegeu. Eu deveria ter sido mais exigente do que fui na campanha eleitoral no momento de opinar sobre as candidaturas a deputado. Hoje, alguns dos que chegaram à Assembléia Nacional com o nosso apoio são inimigos do povo, da revolução, são traficantes de cargos. E o mesmo ocorre com os governadores e os prefeitos. Veja o que ocorreu com o prefeito da região metropolitana, Alfredo Peña, por exemplo, que foi eleito com meu apoio e que hoje é um de meus principais opositores. O povo de Caracas se sente traído. E isso ocorre também em outras partes do país. O povo votou em uns senhores que saíram às ruas com a bandeira de Bolívar e a camiseta do Movimento V República e, poucos meses depois, esses senhores mudaram de posição.

Acrescente-se a isso que, ultimamente, a oposição, num cenário menos violento, começou a engendrar uma estratégia institucional para me tirar do governo. Ela está usando diversos métodos com o objetivo de fazer com que a correlação de forças na Assembléia Nacional mude a seu favor: todo tipo de pressão, aberta e/ou velada, oferecimento de dinheiro etc. Com uma correlação favorável, a oposição poderia tentar destituir o procurador, peça-chave em sua estratégia de golpe institucional, porque o procurador é o único que pode autorizar um julgamento contra o presidente. Mas o procurador manifestou uma firmeza a toda prova, apesar das passeatas, das ameaças contra sua integridade física, contra sua própria vida, das ligações telefônicas anônimas à família.

Saídas para a armadilha institucional

Marta – Como se resolve este tema dos representantes que deixaram de ser representativos, quer dizer, pessoas que foram eleitas para um determinado mandato popular e terminaram traindo esse mandato. Por que viraram a casaca?

Chávez – Existe o recurso constitucional do plebiscito revogatório. Alguns andam falando do plebiscito revogatório para tirar Chávez. Isso está contemplado na Constituição, mas, antes do meu, virão muitos outros. O meu será o último, porque o meu será a partir de 19 de agosto de 2003, mas, em 14 de fevereiro de 2003, poderão começar a ser feitos processos de plebiscitos revogatórios contra deputados. Veremos o que fazem aqueles deputados que chegaram à Assembléia Nacional pendurados pelo braço de Chávez e agora andam por aí dizendo que Chávez deve sair do governo. Prometeram fidelidade até a morte, mas, às primeiras mudanças, viraram a casaca.⁶⁶

⁶⁶ Traíram, mudaram de opinião, de partido, de time.

Estamos conscientes de que esse plebiscito revogatório pode atingir também algum dos nossos governadores e prefeitos. É um desafio. Isso obriga que os governantes cumpram o que prometeram, porque, na metade do caminho, as mesmas pessoas que te elegeram, podem te destituir.

Marta – E o que vai acontecer com os julgamentos dos militares golpistas?

Chávez – Como te explicava, a nova Constituição contém elementos como este: para que um general, um almirante – não estabelece exceções – possa ser julgado, tem de ser submetido primeiro a um prejulgamento de mérito. O procurador-geral da República já elaborou o julgamento de mérito dos generais golpistas e entregou um longo documento ao Tribunal Supremo de Justiça e este deve se pronunciar sobre se há mérito para julgar esses senhores. Se isso não for cumprido, simplesmente estaríamos violando a Constituição. Há provas suficientes da responsabilidade que um grupo de generais e almirantes teve no golpe, mas o prazo para o veredicto do Tribunal Supremo de Justiça foi sendo dilatado, resultado da estratégia adversária: a estratégia dos juristas que apóiam e defendem os golpistas e suas redes e conexões. Eu confio em que se faça justiça, não só no campo militar, mas também no campo civil. Isso é claramente o que a maior parte dos venezuelanos está esperando. Essa é uma prova de fogo para essas instituições que têm falhas estruturais.

Mas, vamos supor que o Tribunal Supremo de Justiça acabe sendo dominado definitivamente por uma minoria que consiga uma maioria sob pressão, ou que controle o Tribunal de Justiça de fora e que o mesmo se transforme em um órgão que, em vez de administrar, desadministre a Justiça, em vez de julgar os golpistas, acabe julgando o presidente da República, como alguns propõem e já estão dando alguns passos nessa direção. Nesse caso, o país –

não só a Constituição, o país real, essa grande porcentagem de venezuelanos que me apóia – tem de ajudar a encontrar uma saída, que queremos seja pacífica, que queremos seja democrática, nos marcos da Constituição. Poderia ser um plebiscito. A própria Constituição estabelece a possibilidade de uma emenda constitucional que teria de ser colocada de ir a plebiscito⁶⁷ – e já começamos a considerar isto como uma medida que nos permita desenterrar esta situação – para reformar alguns artigos da Constituição, amparados na maioria que mantemos na Assembléia Nacional e que procuramos fortalecer. E há outro recurso extremo, que é convocar novamente o Poder Constituinte, mas como isso foi feito há apenas três anos, devem-se esgotar primeiramente as instâncias prévias de emendas, de reformas.

A Constituição pode ter muitos defeitos, muitos vazios, mas uma das suas maravilhas, e que são muitas, é que estabelece o mecanismo para o Poder Constituinte não ser expropriado do povo. No caso de uma crise institucional política sem saída, fica sempre um recurso: que o povo, recolhendo assinaturas até uma porcentagem determinada, ou a Assembléia Nacional, ou o presidente da República possa ativar um plebiscito para reformar, emendar, reestruturar, ou, inclusive, elaborar um novo texto constitucional. Para realizar este último, obviamente, deveriam ser esgotadas as instâncias preliminares.

A FORÇA SE MANTÉM

Marta – Que balanço final fazes de todo este processo?

Chávez – Marta, apesar de todas as dificuldades que estamos vivendo, eu estou contente. Acredito que a reação da direita con-

⁶⁷ Para modificar a atual Constituição venezuelana, primeiro é preciso aprovar os artigos ou a emenda na Assembléia Nacional e, em seguida, submetê-los a plebiscito.

tra nós revela que eles sentem que o processo, por muito limitado que seja, está atentando, de verdade, contra os interesses estabelecidos durante muitos anos; se não, não teria chegado ao que chegou. Isso quer dizer que, apesar da quantidade de falhas, de obstáculos, de microestruturas ou médias estruturas estarem intactas e outras apenas enfraquecidas, a direção estratégica do processo encontra-se bem orientada. Creio que tem a força para continuar avançando, para continuar demolindo por um lado e construindo por outro. Creio que os líderes devemos ser capazes de reconhecer essa força e não pensar que estamos debilitados e que, por isso, é preciso começar a dar passos para trás e entregar bandeiras. A força existe: isso ficou demonstrado em 11 de abril de 2002; e ainda podemos intensificá-la muitíssimo mais, não só em quantidade, mas também em qualidade. Há um mundo de coisas para melhorar, organizar. É preciso elevar o nível de consciência, de organização, para que essa força não se perca e para que aumente sua capacidade transformadora.

Simón Rodríguez dizia em um de seus escritos: “A força material está na massa, a força moral no movimento”. E eu me atrevi a acrescentar: “A força transformadora da massa está no movimento acelerado e consciente”.

OS MILITARES NA REVOLUÇÃO E NA CONTRA-REVOLUÇÃO

MILITARES TRABALHANDO JUNTO COM O POVO

Marta – Coube-me muitas vezes te defender contra aqueles que te criticam por te haveres cercado de militares. Eu entendo a angústia que deve sentir quem governa e tem de resolver rapidamente questões fundamentais e não conta com um aparelho de Estado à altura das circunstâncias nem de quadros políticos suficientemente preparados. Penso que é isso o que te levou a te apoiar nos militares. Mas, então, parecia existir uma contradição entre o fato de que os principais executores práticos das tarefas mais importantes do processo revolucionário sejam militares e o fato de que este processo veja a si mesmo como um processo no qual o povo soberano exerça o poder participando em todos os terrenos. Entendo que os militares costumam ser eficientes e disciplinados, mas pouco acostumados a delegar poder ao povo, e despreparados para fazê-lo participar. Ouvi dizer, neste sentido, que o Plano Bolívar 2000 significou muitas coisas boas para o povo: estradas, escolas,

casas, quer dizer, soluções concretas, mas que se trata de soluções que chegam a partir de cima, das quais o povo não participa.

Por outro lado, estou convencida de que a participação não se dá por decreto, o povo precisa aprender a participar. Trata-se de um processo de transformação cultural lento. Nós temos um vídeo que fala do trabalho lento, do trabalho de formiga que precisa ser feito para que se consiga esta transformação, mas é preciso começar fazendo e é preciso ter quadros que facilitem essa tarefa. Que podes dizer a respeito?

Chávez – Vamos supor que fosse totalmente correta essa crítica, que já me fizeram, inclusive em reuniões de partidos, no sentido de que os militares só sabem mandar, que são executivos, mas não propensos à participação, o que não é justo. Eu sou o primeiro militar desse grupo. Sinto que, desde muito jovem, minha orientação foi a participação e tive experiências maravilhosas quando fui chefe de algumas unidades afastadas, principalmente em pequenos povoados, onde desencadeamos com os militares ações participativas muito educativas que, inclusive, entravam em conflito com os poderes políticos locais: como é possível que este militar esteja se metendo em coisas do povo, reparando ruas com o povo e os soldados praticando esporte com a população. E essa não é uma tendência minha apenas; se fosse assim, eu haveria me chocado com uma estrutura militar fechada, autoritária e não participativa e não teria ficado muito tempo no Exército.

Por que tantos militares no governo

Agora tu tens razão quando dizes que consideras haver muitos militares em meu governo. Imagina em 2 de fevereiro de 1999, com quase todos os governos estaduais e prefeituras mais do que opositoras, adversárias (99,99%); o Congresso contra; o Tribunal Supremo contra; um orçamento que recebemos inalterado; um

governo quase sem recursos até para pagar salários; com o preço do petróleo a US\$ 7; além do imenso nível de expectativas que a nossa vitória gerou: nas proximidades do palácio havia filas com milhares de pessoas pedindo emprego, com seus filhos doentes, que lá dormiam, jogavam-se no chão, não deixando os carros saírem, “enquanto Chávez não nos atender, não saímos daqui”. E a tudo isso é preciso acrescentar uma estrutura partidária comprometida na luta política: vinha a Constituinte, vinha tudo aquilo. Então, eu decidi empregar a Força Armada. Creio que sem a participação dos militares na área social, o Plano Bolívar 2000 – iniciado em 1999 e que continuou em 2000 – talvez o processo não houvesse avançado no aspecto político com a rapidez com que o fez.

O plano bolívar 2000: rajadas de vida em vez de rajadas de morte

Surge, assim, o Plano Bolívar 2000, um plano cívico-militar.

A ordem que eu passei foi: “Vão de casa em casa, preparando o campo de ação. O inimigo qual é? A fome”. E começamos a fazê-lo em 27 de fevereiro de 1999, dez anos depois do *Caracazo*, como uma forma de reivindicar aos militares e eu, inclusive, utilizei o contraste e disse: “Há dez anos saímos para massacrar esse povo; agora, vamos enchê-lo de amor, vamos preparando o campo de ação, vamos atrás da miséria, o inimigo é a morte. Vamos enchê-los de rajadas de vida em vez de rajadas de morte”. Na verdade, a resposta foi bonita.

Enquanto os políticos estávamos no combate político, 40 mil militares estavam em campanha, atendendo à saúde da população; abrindo estradas com as máquinas da engenharia militar; levando passageiros em aviões militares para os locais mais pobres e cobrando-lhes só o preço de custo.

De cada um, um plano

Eu disse a cada um: “Apresente-me seu plano com base em seus recursos e capacidade”. E cada componente da Força Armada foi traçando seu plano. A Força Aérea e seu plano das rotas sociais: helicópteros, aviões militares voando por onde não havia caminhos, com passageiros que carregavam sua galinha, sua caixinha. Os marinheiros e o Plano Pescar 2000: eles estiveram envolvidos com os pescadores, organizando cooperativas, reparando fossos, refrigeradores, dando-lhes cursos etc. À Guarda Nacional demos principalmente a tarefa da segurança do cidadão, do controle da delinqüência, mas também a execução de programas por todo o país, principalmente em zonas indígenas que nunca haviam sido atendidas. Tomara que possas ir lá: há coisas que parecem milagrosas. Isso sem negar as improvisações e, inclusive, a corrupção em que caíram alguns militares, especialmente de alta patente, e pessoas da oposição, que sabotavam. Mas os jovens desenvolveram uma consciência social impressionante.

Plano Casiquiare 2000

A Guarda Nacional começou a desenvolver o Plano Casiquiare 2000. Casiquiare é um rio na selva, numa região habitada por milhares de indígenas. Foi até construída uma barca para percorrer povoado por povoado, levando médicos, medicamentos, atendendo às crianças, vacinando pessoas, construindo casas com os indígenas, sempre segundo as orientações dos indígenas, não segundo o que nós pensávamos.

Barranco Yopal e Caravali

Então, começaram a despertar coisas como essas de Barranco Yopal e Caravali, com os indígenas Cuivas e Yaruros. Anos atrás, eu ia por Barranco Yopal e levava latas e madeiras para os indígenas, porque eles faziam ranchos com esses materiais para passar ali uma temporada de inverno, mas no verão se iam. Eram nômades: caçadores e coletores, como há 500 anos. Eu vi mulheres indígenas parindo, agachadas no mato, expeliam a placenta, limpavam a criança e continuavam caminhando. A maioria das crianças morria de malária, tuberculose, de algum tipo de doença. Eram humilhados, viviam bêbados na aldeia. As indígenas se prostituíam, muitas vezes eram violentadas. Eram uns fantasmas, desprezados pela maioria da população. Às vezes, roubavam para comer. Eles não tinham a concepção de propriedade privada: para eles, não era roubo entrar em um lugar e pegar um porco para comer, porque tinham fome. Mas o que foi que eu vi lá agora: os militares com um técnico agrícola e sua capacidade de mobilização: veículos, equipamentos, organização, decisão, rapidez, mas junto com os indígenas, com os capitães indígenas⁶⁸ à frente; com um boné e uma camiseta com os dizeres “Plano Bolívar”. Os militares levavam os materiais, ajudavam com algum pessoal da engenharia e soldados principalmente, e os indígenas projetavam e construía suas escolas e suas casas.

Marta – Quem entendeu que a população deveria participar e não só receber?...

Chávez – Os militares com uns assessores civis: um técnico agrícola, um engenheiro. O Plano Bolívar não foi apenas de caráter militar; em cada guarnição militar, contratavam-se técnicos civis que conhecem seu trabalho.

⁶⁸ Maneira como os indígenas denominam seus líderes.

Bem, então aqueles indígenas estavam felizes, com a fisionomia diferente. Levaram-me para ver suas plantações. Em apenas 4 hectares estavam produzindo cana de açúcar, melancia, banana, milho, mamão. Estavam comendo bem. E agora estavam pedindo um caminhão para transportar e vender sua produção no povoado. Já haviam sido dadas umas pequenas embarcações com motor e um curso para pilotá-las, porque eles antes pescavam com vara e anzol das margens dos pequenos rios. Eu fui pescar com eles duas vezes: pescavam com as mãos ou com uma pedra grande. Aquela comunidade ressuscitou.

Quando, certa vez, fiz um discurso nessa região, utilizei esta frase de Zaratustra: “Há quinze anos vim aqui e os vi com suas cinzas; agora volto e os vejo com seu fogo”.

Plano Avispa

Há também o Plano Avispa, que é um despertar de participação. Esse plano foi criado pelo general García Carneiro. Um dia, chegou com o Plano Avispa. “O que é isso, vão vacinar a população?” “Não, rapaz, trata-se de autoconstrução de moradia em lotes isolados”. “Explica-me, então”. E apresentaram algumas transparências. “Veja como viviam – mostrou a foto da família em frente a um barraco de madeira ou de lata – e veja, agora, dois meses depois, a mesma família, mais alegre, em sua casinha”. Quem construiu essa casinha? A comunidade. Enquanto uma empresa privada constrói uma dessas casas com 10 milhões de bolívares, o Plano Avispa a constrói por 3 milhões. Por quê? Porque é a comunidade que constrói as casas. E isso, por sua vez, permite-nos reativar empregos. Os militares obtiveram uma maquininha de fazer tijolos e dão cursos a alguns técnicos civis, mestres de obras. Fazem também portas de madeira. Com o Ince (Instituto Nacional de Cooperação Educativa) – coloquei lá um

general da reserva que é exigentíssimo e efficientíssimo; conheço-o porque foi meu mestre – conseguiram reformar 40 reboques-escola⁶⁹ de educação técnica, que estavam sem pneus, desmantelados. Fornecemos dinheiro e os mesmos foram reformados. Conseguimos créditos com a Espanha para equipamentos novos. E agora temos todos esses veículos rodando pelo país, ministrando cursos, ensinando a população a fazer portas. Então, fazem as portas, fazem os tijolos, as telhas e constroem a casa de forma comunitária e a corrupção diminui, digamos não a zero, mas diminui muitíssimo.

Isso nasceu de onde? Do seio do Plano Bolívar e seguramente não dos militares somente, mas do militar em contato com a realidade, do militar que percebe não haver recursos para construir casas e se pergunta como construí-las. E a população começa a falar, a calcular e, dessa troca de relações, surge o Plano Avispa.

Estrada a baixo custo

Os militares construíram pistas em uma rodovia que estava há 20 anos paralisada. O orçamento para terminá-la, com asfalto e tudo, somava 5 bilhões de bolívares. Com a maquinaria e os engenheiros militares conseguiram terminá-la com apenas 1,5 bilhão. Ou seja, os custos de muitas obras baixaram: de casas, de estradas, pontes, caminhos por onde nunca passava ninguém. Procedeu-se a uma gigantesca operação.

Voluntariado médico

E com a saúde, nem falar! Engendrou-se um voluntariado médico formidável e começaram a ser feitos atendimentos em hospi-

⁶⁹ *Trailers*.

tais cirúrgicos de guerra, bem, da guerra social. Eram grandes filas! Uma vez, em um povoado chamado Zaraza, militares e civis do Plano Bolívar fizeram, em uma semana, mais operações – dos olhos, das pernas... – do que o hospital desse povoado havia feito em 10 anos. Uma coisa impressionante! Lembro-me de que, uma vez, um desses rapazes disse: “É preciso entender a nobreza que há em devolver a vista a um ancião, vê-lo chorar de alegria e ouvi-lo dizer: ‘Eu pensei que fosse morrer sem voltar a ver o céu azul’. Isso é o que nos faz sentir felizes, sentir que somos úteis”. Esse contato com o povo desencadeou uma torrente de sentimentos e de vontade de participar.

O governador do Estado de Cojedes

O governador do Estado de Cojedes, ao sul de Caracas, um grande Estado da planície, quase no centro do país, é um tenente-coronel da Guarda Nacional, que não esteve em nenhuma ação, em nada. Ele era o chefe militar do Plano Bolívar 2000 nesse Estado e, em pleno processo constituinte, quando se inicia o processo eleitoral para governador, ele, um dia, me diz: “Presidente, desejo pedir baixa”. Eu lhe digo: “Para que, rapaz, tu és apenas tenente-coronel!” “Bom, é que os partidos da revolução estão pedindo que eu seja candidato a governador para derrotar o integrante da Ação Democrática.” E eu pergunto: “Tu estás seguro disso?” E, de fato, em poucos dias, chega uma carta assinada pelo MVR e outros dirigentes dos partidos de esquerda desse Estado. Com sua candidatura, inclusive, solucionamos um problema que parecia não ter solução: as divisões internas. Esse rapaz conseguiu aglutinar todos, ganhamos as eleições e agora está governando. Revelou-se um líder. Claro, passava com seus soldados nos povoados, nos campos, atendendo à população e foi assim que começaram a vê-lo como um líder. Há muitos casos como este. Eu comentei apenas alguns.

E, veja bem, muitos dirigentes políticos sentiram-se diminuídos em relação aos militares; isso causou ciúmes porque, na hora da confrontação, são superados por jovens que aprenderam a técnica da liderança, como te contei.

Erros e desvio de recursos

Há muitos exemplos bons, mas, sem dúvida, também há exemplos maus. Mas o volume dos bons exemplos é maravilhoso e supera os erros e os defeitos de algumas pessoas e os fatos irregulares. Estes últimos são enviados ao Tribunal de Contas e investigados. O ministro-chefe do Tribunal de Contas da República dizia-me, há uns dias, que ele notou que o Plano Bolívar – que começou com erros – é um plano que melhorou muitíssimo.

Marta – A que erros te referes?

Chávez – Por exemplo, o uso do dinheiro de um quesito orçamentário para atender a outro ao qual não estava destinado. Essas parcelas estão rigidamente estabelecidas: se são destinados 20 milhões de bolívares para a reforma de moradias, esse dinheiro não pode ser desviado para outros gastos.

Lembro-me de que, uma vez, em uma imensa multidão, apareceu uma mulher chorando, carregando um menino que tinha uma perna bamba, parecendo um boneco de trapo. Um menino grande de 7 ou 8 anos, que não podia caminhar e ela o carregava. Eu a vi e ela me impressionou muito. Parei o carro e desci. A meu lado não estava o governador, estava o general-chefe da guarnição e, ao mesmo tempo, chefe do Plano Bolívar. A mulher me conta que o menino nasceu assim e que nunca pôde operá-lo. “Vem cá general, anota o endereço, manda o garoto para que seja operado”. Essa operação devia ser paga. Outras vezes, trata-

va-se de uma prótese que devia ser colocada em alguém, não sei quem. Devia ser paga e então tiraram o dinheiro de algum que-
sito; alguns por inexperiência, outros se aproveitaram.

Então, como no início o Tribunal de Contas estava em mãos de adversários do meu governo, começaram a se aproveitar dessas coisas para fazer campanha contra.

Quando saiu a denúncia: “Corrupção no Plano Bolívar”, eu pensei: destruíram o Plano. Imagina! A imprensa, que tenta destruir todos os nossos projetos, divulga uma lista com nomes de militares supostamente corruptos. Chamei alguns e lhes disse que tinham de justificar os gastos até o último bolívar. Então, foi iniciado um processo de investigação: eles tiveram que procurar o paciente cuja perna de pau que fizeram para essa pessoa foi paga. Alguns casos estão pendentes; outros, quando não puderam ser justificados, os responsáveis foram removidos.

Opinião da controladoria geral da República

Marta – Evidentemente, muita gente ficou com a primeira informação da imprensa e nunca conheceu os resultados da investigação. É terrível como se lançam campanhas infundadas e, em seguida, quando se obtêm dados que demonstram a falsidade de tais acusações, os meios de comunicação não retificam e, se chegam a fazer, fazem de uma forma tão pouco destacada que ninguém fica sabendo.

Chávez – É assim. Pois bem, voltando ao plano, o Tribunal de Contas da República determinou que as metas do Plano Bolívar dos anos de 1999 e de 2000 foram cumpridos em 280%.

Este ano, por exemplo, não pudemos dar recursos ao Plano Bolívar; o que estão fazendo é terminar o que ficou pendente do ano passado, como esse projeto que vimos hoje⁷⁰.

⁷⁰ Refere-se à escola e ao centro médico de Puerto Cruz.

A fase atual: retorno aos quartéis

Agora, o plano passou a outra etapa, que chamamos entrar na estrutura. Já não são centenas de militares nas ruas. Já tenho governadores, prefeitos, planos em andamento, estrutura. Já não é o governo de 3 anos atrás. Então, eles se limitaram a ser uma espécie de coordenadores de projetos especiais com os governos locais e regionais. Eles já não estão fazendo as coisas sozinhos.

E há militares que voltaram aos quartéis para se dedicarem plenamente às atividades rotineiras – nós chegamos inclusive a utilizar unidades de combate – porque necessitamos ter unidades de combate treinando para o combate: ter batalhões de infantaria, os tripulantes submarinos, os batalhões de pára-quedistas, cada um fazendo seu treinamento. Então, boa parte desse pessoal retornou a sua função rotineira.

Organizando unidades de reservistas

Estamos também organizando unidades de reservistas. Em que consiste isso? Em convocar jovens que já passaram pela Força Armada, a maioria jovens desempregados, sem educação especializada, sem formação, para constituir cooperativas. Em 2001, organizamos 8 mil desses rapazes e eles passaram a formar cooperativas. A mesma idéia: cooperativas, microcréditos, dotações de terras; inclusive, fizemos transferências de ativos do Estado que estavam por aí desativados nas mãos do Fogade (Fundo de Garantia de Depósitos Bancários). Quando houve aquela fenomenal crise bancária, com falências de muitos banqueiros, que deixaram muitos ativos, o Estado se apropriou deles: eram garantias dos depósitos. Muitos foram vendidos para recuperar o capital, mas ficaram por aí terras, fábricas abandonadas. Então,

fizemos algumas transferências para alguns grupos de reservistas para que eles funcionem como unidades de reservistas: tenham treinamento militar – que não se cumpriu muito bem por falta de recursos – e trabalhem formando cooperativas. São ministrados a eles cursos agrícolas e eles começam a trabalhar.

Isso é parte do Plano Bolívar: organizar os reservistas – que é o povo – e destinar a eles alguns instrumentos de trabalho. O Plano Pescar 2000 continua, já tem um capital acumulado, cooperativas de pescadores em contato com a Marinha. Estas os apóiam, vão aos atracadouros, ajudam os pescadores a reparar motores. Esta também é a experiência dos guardas nacionais nas fronteiras, trabalhando unidos com os indígenas.

A derrota do golpe de abril tem sua causa na ação cívico-militar

Marta, o que ocorreu em 12 e 13 de abril tem algo a ver com este processo cívico-militar porque, além da atenção social, além da pouca, nenhuma ou muita participação social que tenha havido nesse intercâmbio no Plano Bolívar e de suas falhas, o objetivo foi cumprido: a aliança cívico-militar. Em 12 de abril, aconteceram coisas que nunca foram vistas no país: centenas de milhares de venezuelanos desarmados, muitos deles sem direção política, sem orientação, sem um plano preconcebido – falha nossa – se dirigiram aos quartéis, realizando grandes concentrações em frente dos quartéis ou em suas redondezas. Cantavam o Hino Nacional e falavam aos soldados e gritavam para eles: “Soldado, consciente, procura teu presidente!” “Soldado, amigo, o povo está contigo!” Não apenas foram ao Forte Tiúna, mas também a muitos quartéis em diferentes partes do país. Por que o povo se dirigiu a esses quartéis? Nunca antes havia ocorrido algo assim.

E não era porque eu estivesse lá. De fato, a massa que rodeava o Forte Tiúna no terceiro dia, quando já se sabia que eu não estava presente, era impressionante: 300 mil pessoas ou mais.

Também ocorreu em alguns lugares, como em Maracay, onde militares da brigada de pára-quedistas viram que havia gente fora do quartel, mas disseram: “Falta mais gente, falta povo para se unir a nós!”, e foram aos bairros. Claro, eles conhecem os dirigentes dos bairros e esses dirigentes os conhecem, porque cada unidade militar fez seu plano e os setores foram distribuídos: ao batalhão tal corresponde o bairro tal. E nisso levam 3 anos, nesse contato em que o militar vai ao bairro, faz patrulhamento, constrói escola ou reforma hospital, e assim começam a se conhecer. E o militar sabe que, indo ao bairro tal, não vai ser rechaçado como antes. Depois da matança de 27 de fevereiro, por exemplo, para ir a um bairro pobre, um militar tinha de se vestir à paisana, porque corria perigo, já que o povo sabia que foram os militares que o haviam massacrado. Hoje, um militar aparece e a população o saúda com entusiasmo e alegria.

Toda essa reação não ocorreria sem esse contato profundo entre o Exército e o povo. Isso é Mao. A água e o peixe. O povo está para o Exército como a água está para o peixe. Na Venezuela, hoje, temos peixes na água. Por isso, a campanha contra o Plano Bolívar, para procurar dividir, quebrar a unidade. Uma boa parte dos militares está com o povo. Claro, nem todos, porque há setores militares opostos, que fazem eco ao discurso dos adversários. Qual é este discurso? Que Chávez vai acabar com a Força Armada, porque isso afeta a operacionalidade do corpo militar, porque agora os militares andam limpando fossas, limpando ruas, ou seja, conspurcando o plano; e isso sendo divulgado em rádio, imprensa escrita e televisão no interior e no exterior da instituição, e alguns militares se transformaram em eco disso. No entanto, a resposta é positiva ao plano: a gente os vê felizes. Hoje, vi esses mi-

litares, principalmente o responsável pelo Plano Bolívar em Puerto Cruz, o capitão de navio da Armada, Becerra: ele estava feliz por ver sua escola terminada, que construiu com seu pessoal.

EXPLICANDO O GOLPE

Marta – Em relação à natureza pacífica da revolução, quando te perguntaram se não temes que ocorra um novo Chile em teu país, tendo em mente o golpe de Estado contra Allende, tu respondeste que a diferença entre aquele e este processo é que o primeiro foi uma revolução desarmada e que a Revolução Bolivariana tem armas e homens dispostos a usá-las em caso de necessidade, para defendê-la. E, por outro lado, disseste antes do golpe de abril de 2002 que qualquer tentativa de golpe de Estado na Venezuela poderia gerar uma radicalização da revolução, com o que a oligarquia deveria pensar muito se decidisse dar esse passo. Afirmaste também que ter força militar não significava necessariamente “usar as armas”, mas contar com ela como “uma força de apoio e uma força dissuasiva”.⁷¹ De fato, segundo contas, foram as forças armadas que bloquearam uma tentativa de golpe militar que se preparava durante o processo eleitoral de 1998 e foram elas que impediram a fraude eleitoral no início do processo. Por outro lado, não podes negar que tiveram um importantíssimo papel durante o atual processo: em primeiro lugar, como garantia de seis processos eleitorais em menos de dois anos, evitando fraudes e golpes militares; em segundo lugar, como os principais executores do Plano Bolívar 2000 e dos planos de emergência para fazer frente às conseqüências dos desastres naturais que assolaram vários povoados venezuelanos.

Entendo que, até antes do golpe de 11 de abril de 2002, tu esti-

⁷¹ Dieterich, Heinz. *Hugo Chávez: Un nuevo proyecto latinoamericano*, Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2002, p. 31.

mavas que a maioria dos altos-comandos te apoiava, apesar de, nos últimos meses, alguns oficiais de alta patente pedirem publicamente tua renúncia à presidência da República e o general Guaicaipura Lameda haver renunciado recentemente à presidência da empresa estatal Petróleos de Venezuela (Pdvsa), manifestando ter contradições com algumas políticas de seu governo. É assim mesmo?

No entanto, o golpe de 11 de abril de 2002 só pôde acontecer porque um setor não desprezível dos altos-comandos apoiou a oposição, embora também seja certo que a tua volta ao governo se deveu, entre outras coisas, a que muitos desses comandos reavaliaram a situação e finalmente terminaste contando com um apoio majoritário entre as fileiras militares.

Percepção errada do nível de apoio

A que se deve a percepção incorreta do nível de apoio com que contavas na Força Armada?

E aqui se coloca um grande tema: como um governante consegue ter uma informação objetiva do que ocorre em seu país quando, por um lado, acontece que pessoas que o rodeiam, para agradá-lo, para não o preocupar, ou por oportunismo, evitam informá-lo dos problemas, transmitindo-lhe uma informação suavizada; e, por outro, acontece também que a própria atitude do governante o leva a não atender as informações críticas? Que mecanismo pode evitar o que Eduardo Galeano, uma vez, conversando, apontava como o problema do eco, do governante e seu eco...

Chávez – Ou como diz Matus: “O líder e sua bola de cristal”.

Vejamos: sobre a primeira pergunta, sem dúvida, eu superestimei a firmeza de um grupo de pessoas, que eu acreditava conhecer suficientemente; talvez tenha sido o coração..., quando os sentimentos jogam um papel importante, às vezes é fatal, trágico. Desde 1999,

eu vim respeitando a questão da antigüidade, a hierarquia militar, respeitando-a com pequenas variações. Não houve nenhuma restrição da cúpula militar. Mas equivoquei-me quanto à percepção de sua disposição em respeitar a Constituição, o governo, seu comandante-em-chefe. Na verdade, não foi um equívoco total; se houvesse sido total não estaríamos aqui sentados. Porque, na verdade, a resposta que houve no sábado, e que permitiu o retorno do governo, indica de maneira objetiva que a grande maioria de generais não estava comprometida. Foi uma minoria que conseguiu confundir o resto. Eu desconfiava de alguns deles. Não houve surpresa com os que acionaram o golpe; tínhamos informações delicadas, por exemplo, sobre o adido militar que estava em Washington e alguns gestos de outros generais. Porém, reconheço que me equivoquei com alguns que estavam em posições-chave, como o comandante do Exército, general Vázquez Velasco, e que jamais pensei que esse grupo de oficiais pudesse chegar a esses extremos, quer dizer, a se comprometer, como o fez, com o movimento golpista. Por isso, é preciso fazer a autocrítica: ficar muito mais esperto.

O tema da renúncia foi uma coisa que afetou muitíssimo. Muitos militares foram surpreendidos por essa manipulação da situação, mas em seguida reagiram.

Bem, de qualquer maneira foi uma lição. De agora em diante, vamos observar com muito mais cuidado alguns gestos, vamos procurar ser mais precisos na avaliação individual de cada ser humano: seus interesses, os conflitos internos da instituição, muitas vezes introjetados a partir de fora.

Como um governante pode ter uma informação objetiva

Agora, em relação à segunda pergunta, sobre como um governante pode conseguir uma informação exata do que ocor-

re no país, não há dúvida de que um governante necessita de uma equipe que faça um acompanhamento permanente e que lhe informe do que ocorre sem desvirtuar a realidade, sem esconder informações. Agora, é verdade o que dizes quanto a que, por diferentes razões, se costuma não informar de maneira clara a situação ao chefe de Estado, e eu acho que isso é inevitável. O que faço para corrigir isso? Leio os jornais: é uma forma de me inteirar de coisas, sobretudo as páginas interiores nas quais são inseridas denúncias, cartas do público, a página dos leitores. Gosto muito de bisbilhotar por aí e conversar com as pessoas. “O que aconteceu com isto?” “Que problema é este?”

Por outro lado, eu tenho no palácio um grupo de pessoas, alguns militares, outros civis, a que chamo de Inspetoria. Eu os envio para fazer inspeções imprevistas em locais determinados, com o objetivo de buscar informações sobre aquilo que consta em fotos e informes da população. Dessa maneira, eu me informo sobre muitas coisas, as que funcionam e as que funcionam mal ou não estão funcionando. Insisto muito para que me digam a verdade. Ao chefe da Inteligência insisto muito para que me informe dos fatos, as tendências, no momento em que ocorrem. Claro, meus informantes têm de ter critério porque tampouco se trata de abarrotar o presidente de rumores, de todas as informações que correm pelas ruas, mas considerar aquelas que, segundo seus critérios, possam ter impacto na tomada de decisões. É uma mensagem constante de minha parte. E, nisso, creio que estamos melhorando.

Por outro lado, Marta, eu procuro fugir da prisão da bola de cristal de que fala Matus, e procuro manter um contato direto com o povo. Recebo uma enorme quantidade de papéis e cartas. Claro que não tenho tempo de ler todos, mas leio uma boa parte e o pessoal que trabalha comigo lê, processa e repassam-me resumos e é assim que

recebo queixas de diversos setores: sociais, econômicos, populares. Ou através do contato com pequenos grupos como o que tivemos em Las Malvinas, com uns 60 dirigentes dos bairros, que informam, criticam, dão contribuições, apresentam anteprojetos, idéias. Outras vezes, quando caminho pelas ruas, faço perguntas.

Todos eles são modos de se realizar essa atividade, alguns institucionais, outros pessoais, outros ainda conjunturais, outros, melhor ainda que sejam estruturais.

Tenho consciência de que isso não pode se limitar a ações pessoais, realizadas uma vez ou outra. Deve ser um processo contínuo, com uma metodologia para diagnosticar, avaliar, inspecionar. É preciso organizar um órgão que seja eficaz na localização de problemas e no cumprimento das instruções. Creio que essa é a melhor maneira de nos inteirarmos o mais possível dessa realidade que nos circunda, porque seria terrível que fôssemos enganados, que acabássemos sendo “autista”, que acreditássemos que tudo estivesse indo bem quando, na verdade, o país estivesse afundando.

Marta – E em relação à tua equipe de assessores, procuras te rodear de pessoas críticas? Aceitas facilmente a crítica?

Chávez – Sim, naturalmente que sim, e faço questão de pedir que façam críticas. Não gosto de pessoas complacentes. Se há decisões para serem tomadas e que não sejam de competência de um ministro ou de um funcionário, parece-me absolutamente correto que se proponha, que se discuta, que se delibere para se encontrar a melhor opção.

A dimensão da traição

Marta – Não achas que a primeira coisa que é preciso levar em conta é que os militares não são um todo homogêneo? E creio que o que

o golpe de 11 de abril revela é justamente que tu podes contar com o apoio da grande maioria da tropa, da suboficialidade e da oficialidade jovem. E que os que te traíram foram, principalmente membros do alto escalão, o setor mais permeável à ideologia das classes dominantes. É isso?

Chávez – Sim, mas tampouco são todos os generais...

Marta – Quantos generais participaram do golpe?

Chávez – Os realmente golpistas – os que estavam planejando isso há tempo e que se somaram à operação de manipulação e de apoio ao golpe – não passam de 20% e talvez esse número seja exagerado. E se tu os analisas, quase todos, um por um, conseguirás entender suas razões. Algumas são políticas, outras econômicas. Alguns, por falta de compreensão do processo político. Outros, influenciados pela campanha persistente de que se o comunismo..., se a guerrilha colombiana..., se as milícias populares bolivarianas..., se o plano para debilitar a Força Armada... etc. Alguns confundidos, outros comprometidos com isso.

De quase 100 generais, esse grupinho não passa de 20, mesmo quando muitos apareceram no vídeo.⁷² O que leu o comunicado, sim, estava na conspiração, mas a maioria dos demais estava ali porque foi chamada, manipulada. Disseram-lhes: “O presidente mandou matar pessoas, vejam as imagens, e agora quer que a gente vá para as ruas continuar matando pessoas. Ele mesmo disse que maldito é o soldado que aponte as armas contra seu povo – frase de Bolívar – de modo que não vamos obedecer a isso, vamos nos pronunciar institucionalmente”. E muitos caíram nesse jogo, nessa armadilha, nessa manipulação.

⁷² Refere-se ao vídeo em que se anuncia a renúncia de Chávez e Carmona como novo presidente.

Quem são os militares golpistas

Marta – Como caracterizarias o grupo de golpistas?

Chávez – Quase todos do grupo conspirador são homens de privilégios, de contatos políticos com o poder anterior, com a AD e o Copei, ou oficiais que fizeram fortunas, às vezes de procedência duvidosa, em combinação com “cães da guerra”. Ali estavam “cães da guerra” intrometidos no golpe: o senhor Pérez Recao, vendedor de armas, de equipamentos militares.

Finalmente, eu continuo achando, mesmo levando em conta o que aconteceu, que a maioria, inclusive dos generais – gente de minha geração –, não foi participante ativa do golpe.

Marta – Qual é tua análise do que ocorreu dentro da Força Armada? Como foi possível que militares de tua relativa confiança fossem aliados para essa tentativa golpista?

Chávez – A Venezuela está vivendo um conflito histórico – assim o registramos –, um conflito terminal, uma guerra que termina e uma guerra que começa: é uma ruptura com o passado. E isso não pode deixar de fora um setor que tem múltiplas interações – históricas, sociais, econômicas, psicológicas etc. – com toda a sociedade e com os setores que a compõem. Então, a Força Armada, há tempo, vem sentido o impacto da comoção nacional; não é um setor isolado do acontecer nacional.

E, dentro desse contexto, alguns militares, certamente com formação democrática foram cooptados, foram convencidos por grupos de civis, de políticos, por grupos empresariais golpistas. São pessoas que passaram uma, duas ou mais décadas absorvidos pelo processo e com influências externas, que produziram interesses individuais ou de grupos muito semelhantes aos interesses desses setores civis, políticos ou empresariais. Alguns desses militares que

se comprometeram com o golpe, que foram seus promotores, participaram durante vários anos de grupos que se formaram e se ampararam no poder estabelecido, acumularam privilégios, ou assumiram posições privilegiadas. E quando acontece a nossa revolução e o nosso governo se instala, eles começam a perder privilégios, como, por exemplo, o controle da instituição armada e o controle dos contratos de compras militares. Não é de se estranhar, por isso, que um dos golpistas, que agora está nos Estados Unidos – e está quase provado que estava por trás do senhor Carmona –, é um senhor chamado Isaac Pérez Recao, que, durante muitos anos, vendeu armas – fuzis, granadas, veículos blindados para a Força Armada. Esse senhor fez amizade, por exemplo, com um dos generais que estava em Washington. No dia do golpe, esse general⁷³ veio de Washington no avião de Pérez Recao e aqui se uniu aos golpistas; inclusive, introduziu armas de guerra – mas não da Força Armada Venezuelana – no Forte Tiúna para assumir o controle de alguns espaços.

Outros vinham se projetando como possíveis chefes militares, porque vinham se associando aos partidos que governaram o país durante muito tempo. Planejaram ser generais de Divisão, chefes militares, chefes do Exército, chefes da Força Armada, mas seus planos não se realizaram. E foi então que começaram a se encher de rancores: “Chávez promoveu o... e não me promoveu”, “Chávez está dando os cargos a seus amigos e não a nós, que estávamos na frente”, e que, conforme a meritocracia... e todos estes contos...

Esses foram basicamente – com algumas exceções – os militares que se transformaram nos motores da conspiração e, além disso, manipularam um grupo de oficiais.

⁷³ Enrique Medina Gómez.

Trabalho feito pelos golpistas dentro do grupo de generais

Ontem à noite,⁷⁴ conversei com quatro generais da Força Aérea, quando decidimos não levar a julgamento – estive falando individualmente com muitos generais; quase todas as semanas falo com algum grupo – quando um deles me explicou que um dos generais golpistas lhe disse que se apresentasse ao comando na base da Carlota. Ele se apresentou e lhe disseram: “Veja, sabes o que está acontecendo? Veja essas imagens. Há uma passeata pacífica e veja o pessoal do presidente, os Círculos Bolivarianos, armados. E, preste atenção: disparando, matando as pessoas”, e lhe mostravam as imagens que todo o mundo viu. “O presidente ficou louco e está nos pedindo para continuar massacrando a população, mas não vamos fazer isso, estás de acordo?” “Pois bem, sim, estou de acordo, não quero matar pessoas. É horrível isso que está acontecendo!” E lhe disseram mais: “Veja, o presidente renunciou e há um vazio de poder; estamos fazendo um documento e vamos nos pronunciar perante o país”. E, diante de uma câmara de televisão, um dos generais lê o documento. Manipularam-no com mentiras e ele caiu no erro. E ele me disse: “Fui um tolo, mas nunca mais vão me enganar!” Eu acredito nele porque identificamos aqueles que foram os verdadeiros promotores e sabemos que houve outro grupo que foi enganado, manipulado, o grupo a que pertence basicamente a minha geração.

Além disso, um dado favorável foi o fato de que, no dia seguinte, alguns deles tenham começado a reagir, a pensar com mais calma, a olhar a realidade e a assumir posições. Isso antes do meu retorno. Esclareço isso porque alguém poderia pensar que foi por causa do meu retorno que voltaram para o lado de cá. Não,

⁷⁴ 12 de junho de 2002.

não, embora alguns tenham feito. Foi no dia seguinte que a maioria reagiu, quando se deu conta de que eu não havia renunciado. Começam a se pronunciar, alguns de maneira muito firme, outros de maneira mais reservada, mas, no final das contas, foram esses pronunciamentos, acompanhando a reação popular, que permitiram que a situação se revertesse.

Um dos generais golpistas, por exemplo, foi chefe da Casa Militar de Caldera e muito amigo do genro de Caldera. Outro dos golpistas é um general da reserva, mas estava na ativa quando eu ganhei as eleições; preparou um golpe de Estado contra mim, mas não pôde executá-lo, não teve força naquele dezembro de 1998. Quer dizer, há uma diversidade de razões, algumas individuais, outras políticas, que estes militares foram assimilando; aproximaram-se de partidos políticos – como a Ação Democrática, o Copei –, setores empresariais, vendedores de armas etc., meios de comunicação com certo poder. Eles pegaram carona em um momento conflituoso alimentado de fora, preparado em parte por um conflito como o da Pdvsa, um conflito interno de luta de setores, de luta de poderes internos. Foi sobre esse cenário golpista, que vinham preparando desde há certo tempo, que se deram os fatos ocorridos em 11 de abril.

Por que uma atitude tão complacente? Debilidade ou força?

Marta – Tu dizes que decidiste não os levar a julgamento. Qual é a razão que te leva a ter uma atitude complacente? Porque deves saber que existe, tanto fora quanto dentro da Venezuela, a preocupação com o fato de que aqui não se pune ninguém; que apesar de ser um governo que levantou com grande força a luta contra a corrupção, não se julgou, no entanto, nenhum corrupto, mesmo

havendo provas evidentes de corrupção. E a mesma coisa no caso do golpe. Entendo que em setores da tropa e da suboficialidade que estão absolutamente com o processo não se compreende essa atitude do governo. Tampouco se entende que nomeaste o general Rincón, que anunciou tua renúncia, como ministro da Defesa. Tudo isso dá a impressão de debilidade e não de força. Há quem pense que a correlação de forças dentro da Força Armada é tão desfavorável para ti que não restou outra possibilidade a não ser conciliar. Que podes dizer a respeito?

Qual é o conceito de força?

Chávez – Haverá muitas maneiras de ler uma realidade como esta. Se for debilidade ou força depende de como se concebe a debilidade e de como se concebe a força. Com o nosso retorno, logo após o golpe de Estado de 11 de abril, tínhamos várias opções. Uma era mostrar força do ponto de vista tradicional, entendido como a execução de ações contundentes, como um batalhão de tanques que ataca, que avança, destrói posições, derruba um muro atrás do outro e ocupa espaços. Alguns concebem a força dessa maneira, é uma concepção respeitável. Eu não a estou menosprezando, mas não deixa de ser uma concepção que não é exatamente válida para todas as situações. Imagino que os nazistas, quando se dirigiam a Leningrado, tinham esta concepção de força: vamos avançar até o coração do inimigo e arrasá-lo. Há outra concepção de fortaleza. Veja, esses bambus,⁷⁵ é uma imagem que os chineses utilizam: bambu se enverga, não se quebra, diferentemente de outras árvores, aparentemente muito mais fortes, que se quebram. Creio que,

⁷⁵ Refere-se aos bambus do jardim de La Casona, residência presidencial em Caracas, lugar onde foi feita esta parte da entrevista.

desde sempre, tive esta concepção de força: a força da flexibilidade, da manobra, da inteligência e não a da força bruta, ou seja, a de demonstrar, sem rodeios, sinais de força, mas que muitas vezes não resistem um determinado tempo.

As opções

Voltando ao que eu dizia, quando retornei, eu tinha várias opções. Uma delas era demonstrar força no sentido indicado antes: se houvéssemos colocado um grupo de pessoas na prisão, isso seria interpretado como força, mas não o fizemos. Uns saíram do país, outros estão em suas casas, alguns com restrições de movimento e outros sem restrições; somente são intimados, semanalmente, a comparecer a um tribunal porque estão em processo de investigações.

Eu me lembro, Marta, de que, quando fizemos a nossa rebelião, nos prenderam – como se diz aqui – “Raimundo e todo mundo”. Éramos mais ou menos 300, não cabíamos na prisão, tiveram de criar prisões. Na prisão onde eu estava, puseram até minas ao redor dela, porque havia o medo de que me fossem resgatar. Não nos deixavam falar ao país porque temiam que disséssemos a verdade. Para que mulher, filhos e familiares nos visitassem era preciso fazer uma lista e enviá-la, com uma semana de antecedência ao Ministério da Defesa, para que autorizassem a entrada. Pablo Medina, a propósito, sugeriu, nesse tempo, que nos interpelassem no Congresso, ao que responderam: “Como sabem, esses golpistas não devem falar!” Tivemos de fazer uma entrevista em Yare com José Vicente Rangel e a fita cassete saiu escondida, clandestina, mas o governo descobriu e mandou suspender o programa. Invadiram minha casa, levaram até roupa de criança, um dinheirinho que minha primeira esposa tinha. Eu pergunta-

ria: essa era uma demonstração de força? No fundo, era demonstração de uma grande debilidade. Não tenho medo algum pelo fato de Carmona Estanga ter sido interpelado, creio que por quinze ou dezesseis horas, na Assembléia Nacional, e que tenha sido realizada uma transmissão ao vivo pela televisão e pela rádio para todo o país. E que o general tal ou o almirante tal digam sua verdade. Creio que alguns deles ficaram muito mal vistos quando, por exemplo, disseram: “Aqui não houve golpe”. O povo ria. Não houve golpe? E Carmona Estanga dizendo: “Aqui houve um vazio de poder, fui chamado por militares e eu fiz o juramento. Isso nem ele mesmo acredita. Fez algo ridículo. O povo se deu conta, creio que foi uma lição. Agora não nego que pode haver pessoas, sobretudo pessoas jovens, muito impulsivas, que podem pensar que isso é debilidade e que esse senhor não deveria estar falando por aí, que deveria estar preso em Yare, onde me prenderam. Talvez tu mesma compartilhes essa posição.

Agora, quero deixar claro que os golpistas não estão perdoados; não, Marta, estamos aplicando a Constituição.

Decidimos nos transformar em um partido político, envolver-nos com eleições, instalar-nos como governo, convocar uma Constituinte, reconhecer, agora, cinco poderes e elaborar esta Constituição, que contém elementos como este: de que um general, um almirante – a Constituição não estabelece exceções –, para que possa ser julgado, tem de ser submetido, primeiro, a um prejulgamento de mérito. Ou seja, decidimos aceitar as regras do jogo que estabelecemos e é isso que está sendo feito.

O procurador-geral da República já elaborou um prejulgamento de mérito. Isso não pode ser feito de um dia para outro, porque o julgamento pode ser sustado se não estiver bem fundamentado. É preciso elaborar documentos, entrevistar pessoas. Fui

entrevistado por procuradores durante cinco horas; e entrevistaram muitas pessoas. Depois, o procurador-geral, de acordo com o prazo estatuído pela Constituição, entregou um longo documento ao Tribunal Supremo de Justiça, que o está examinando para verificar se há méritos para julgar esses senhores.

Se assim não for feito, simplesmente estaríamos violando a Constituição. Claro que a Procuradoria também adotou algumas medidas, estabeleceu algumas restrições: não podem sair do país, têm de se apresentar, não podem emitir opiniões públicas, não podem participar de concentrações.

Se o cumprimento da Constituição é considerado como uma manifestação de debilidade, imagina o que isso significaria!

Agora, se a Constituição é muito permissiva em alguns artigos – e já detectamos vulnerabilidades – deveria ser revisada, deveriam ser feitos alguns retoques. Isso é tão válido como quando se constrói uma casa e se descobre que uma de suas colunas está enfraquecida e se decide fortalecê-la. Já há pessoas pensando em apresentar emendas para fortalecer alguns pontos da Constituição. Esse é o processo constituinte e isso é válido. Por outro lado, a oposição também está apresentando emendas, e é válido que o façam, que recolham assinaturas, que participem, para depois serem levadas a plebiscito.

Diferentes níveis de responsabilidade

Então, há diferentes níveis de responsabilidade. Há um primeiro grupo de militares: os verdadeiros golpistas, que estão sendo submetidos ao prejulgamento de mérito. Há outro grupo que decidimos, com base em um estudo bem consistente, não mandar a julgamento, mas submetê-lo, conforme previsto na Lei Orgânica da Força Armada, ao “Conselho de Investigação”.

Militares submetidos ao Conselho de Investigação

Marta – Quando dizes “decidimos”, o que isso significa?

Chávez – Falo no plural porque não sou só eu; recebo recomendações dos comandos militares e de outras fontes que me dão informações de Inteligência, que fazem investigações, e eu me encarrego de obter outras informações. Assim, vamos consolidando informações para nos aproximar da verdade sobre a atuação de tal ou qual militar. O Conselho de Investigação é uma coisa séria, que não pode fazer seu trabalho de um dia para o outro; tu não podes dar baixa a um militar que tem uma graduação, tem direitos, sem fundamentação. A Constituição estabelece o devido processo e o direito à defesa. Tu tens de dar-lhe direito de defesa, se não continuaríamos tendo atitudes como as de Carlos Andrés Pérez, que deu baixa a alguns militares, sem julgamento, sem investigação, tiravam-lhes as armas e tudo mais, uma humilhação. Então, os justos pagaram pelos pecadores. Muitos justos e poucos pecadores, como naquele nosso caso.

Os processos desses senhores que estão sendo submetidos ao Conselho de Investigação já estão na fase final. Há cinco dias assinei uma recomendação para dar baixa de dois almirantes: um, que estava comandando a Infantaria da Marinha, em Carúpano, no Oriente, e outro, que se encontrava em Caracas. Consideramos que cometeram não delito, mas falta grave; se o Conselho de Investigação conclui que houve delito ou presunção de delito, então o processo segue pela via do prejulgamento de mérito, que é mais demorado. O Conselho de Investigação é mais rápido porque a aplicação de punições depende do comandante-em-chefe. Há, neste momento, mais ou menos quinze generais e almirantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Guarda Nacional submetidos ao Conselho de Investigação. Depois disso, decidiremos se serão

submetidos a julgamento, se serão presos por uns dias, se serão advertidos verbalmente ou se terão baixa da instituição.

Advertência verbal

Com alguns desses senhores eu converso por duas ou três horas e lhes digo: “Tu cometeste um erro”. Além disso, digo-lhes: “Continua em teu cargo, mas tens de tomar consciência de que cometeste um erro e que, se a situação se repetir, espero que não voltes a cometê-lo...”. Quer dizer, é uma sanção moral. Isso está previsto em nossas leis e regulamentos militares, e é o que se chama de “advertência verbal”. Eu vi um general chorando dizer: “Que merda, Hugo, me enganaram, por que fui tão ingênuo?” E sei que me disse isso honestamente. Também disse: “Veja como meus filhos têm sofrido, porque saí na imprensa e meus filhos te querem muito”. Inclusive, dei-me ao trabalho de defender alguns deles publicamente para reparar um pouco o dano moral a um homem que tem vinte e tantos anos na Força Armada, já um senhor, que tem netos, que se sente um soldado, que se sente magoado porque o enganaram e lhe disseram que Chávez havia renunciado, que Chávez matou algumas pessoas. E então ele disse: “Como pude acreditar nisso? Por que, meu Deus, não desconfiei, não vi que era um engano! Não acreditei no meu superior que me alertou, mas acreditei no outro que me chamou pelo telefone, acreditei na televisão e em toda essa campanha, como muitas pessoas no mundo acreditaram”.

Eu penso que seria uma grande injustiça que esses oficiais manipulados e enganados estivessem na prisão. Porque, além disso, para boa parte deles, a única coisa que fizeram foi, ao serem chamados, se apresentarem a seus comandos; então aparece um jornalista ou uma jornalista com uma câmara, e o golpista começa a ler. E, aquele que foi enganado, parado, fazendo número.

Evitar caça às bruxas

Depois do golpe, realizamos transferências de militares – e por ser justo é que as decisões tenham relação direta com o nível de gravidade do ato cometido pelo implicado. E, com relação a isso, temos agido com muito cuidado. Seria terrível que se estabelecesse uma caça às bruxas na Força Armada.

Um oficial me disse: “Veja esta foto. Estivemos analisando-a: o coronel Moreno, no dia em que o senhor chegou, não está com a boina vermelha, o que tem é um gorro verde. Por que ele tirou a boina vermelha e colocou o gorro verde? Poderia indicar que ele não queria se parecer com o boina vermelha”. Esclareço que o coronel Moreno é chefe da Casa Militar e esteve comigo até o último minuto no dia do golpe. Eu lhe respondi: “Veja, cuidado com o que estás pensando. Se vamos começar a duvidar de todos, vamos ficar loucos. Esse coronel arriscou a vida nesse dia. Tu não podes saber porque não estavas lá. E sabes por que esse coronel está com esse gorro, por que o coronel Moreno e os soldados que ele comandava usavam gorro verde, todos eles? Porque eles, dentro do plano tático para retomar o palácio, decidiram tirar a boina vermelha, porque com ela eram alvos facilmente detectáveis, enquanto que, com o gorro verde, as pessoas que os viam não sabiam com quem estavam. Tiraram o sinal que os identificava com o pessoal do regimento de Chávez e da Guarda Presidencial de Chávez”. O rapaz, de boa-fé, estava duvidando do coronel Moreno. Imagine que, por uma foto mal interpretada, ou por uma intriga, ou por um comentário, se comece a questionar sem razão alguns militares!

Outro me disse: “O coronel tal foi para casa, ninguém o viu por aqui no dia em que estávamos planejando a retomada do palácio”. Acontece que esse coronel estava em outro local fazendo outras atividades. Podemos, guiados por impulsos ou por observações pre-

liminares, desencadear – num meio, além do mais, tão complicado e tão sensível como a Força Armada – uma caça às bruxas.

Por que o general Rincón foi nomeado ministro da Defesa

Marta – Podes explicar por que nomeaste o general Rincón, o militar que anunciou ao país que tu havias renunciado, como ministro da Defesa? Isso ninguém entende.

Chávez – Ninguém entende?

Marta – Ninguém. Como é possível poder contar com a confiança de quem disse que tu renunciaste não havendo renunciado?

Chávez – Há muitas versões, mas eu, sim, sei a verdade. Talvez só eu saiba exatamente. Eu sei o que o levou a dizer isso. Ele não é culpado, mas vítima de uma situação na qual eu estou implicado; por isso, talvez seja eu quem o entenda, quem sabe mais ninguém o entende. Eu me sentiria mal se houvesse removido Rincón.

Pensa em renunciar com quatro condições

Marta – Por quê? Tiveste alguma atitude ambígua em algum momento?

Chávez – Não diria ambígua, mas houve um momento em que, efetivamente, começamos a discutir o tema da possibilidade da renúncia. Isso foi quando me dei conta de que havíamos perdido quase toda a força militar que tínhamos em mãos para poder resistir ou para nos mobilizar para outro local. Então, chamei José Vicente, William Lara, o presidente da Assembléia, que estavam no palácio, e outras pessoas, outros ministros e lhes pedi que fossem para o gabinete. Então, examinamos a Constituição e come-

çamos a pensar na possibilidade da renúncia. E eu disse ao grupo: “Eu sou capaz de renunciar, com a obrigação de se cumprirem quatro condições. A primeira era de se respeitar a integridade física de todos os homens, mulheres, povo, governo; integridade física e respeito aos direitos humanos. A segunda: de se respeitar a Constituição, quer dizer, eu renunciaria perante a Assembleia Nacional e o vice-presidente assumiria a presidência da República até que se convocassem novas eleições. A terceira condição seria falar ao vivo ao país. E a quarta: que me acompanhassem todos os funcionários do meu governo e o pessoal que me garantiu proteção durante anos. Sabia que não iriam aceitar isso, porque esse era um grupo de choque que teria em mãos.

Então os emissários – o general Hurtado Sucre, ministro da Infraestrutura, e o general Rosendo – vão para o Forte Tiúna, falam com os golpistas e retornam dizendo que aceitaram as condições.

Chávez comunica a Rincón sua decisão de renunciar

Eu autorizei o general Rincón, que esteve comigo toda a tarde e a noite, que se fosse ao Forte Tiúna indagar o que é que aquelas pessoas queriam de verdade. Naquele momento, ele estava lá. No meio dessas circunstâncias, ele me telefona e diz: “Presidente, estão exigindo sua renúncia e estão me pressionando para que eu também renuncie, mas eu disse que assumo a decisão que o senhor tomar”. Então, eu lhe digo: “Lucas, o Rosendo e o Hurtado chegaram e disseram que eles aceitaram as condições que eu exijo para a possível renúncia. Diga a eles que sim, que vou renunciar”. Eu lhe dei uma luz verde. Ele afirma o que eu lhe disse. O que ele disse foi: “O presidente aceitou a renúncia e eu também, com o alto comando, coloco meu cargo à disposição”. Assim é que eu estou completamente seguro de que ele disse o que eu lhe havia transmitido por telefone.

Rincón desconhece a mudança da situação

O que aconteceu nos 10 ou 20 minutos seguintes? Ele faz essa declaração e se vai dali. Porém, logo em seguida, nos chega a informação de que não mais aceitam condição alguma. Eu estava quase seguro de que não as iriam aceitar. Foi uma forma para ganhar tempo. Agora, estavam exigindo que eu fosse para lá, preso, e se não o fizesse ameaçavam atacar o palácio. Em poucos minutos, a situação havia mudado.

E o desenlace foi este: aceitei ser preso.

Lucas saiu, foi levar sua família para algum lugar e no sábado retornou ao Forte Tiúna somando-se a García Carneiro e ao grupo de generais que procuravam retomar os afazeres. De que se pode acusá-lo, então?

Informou-se sobre isto

Marta – Informou-se sobre isto, porque, que eu saiba, esta informação não chegou ao exterior?

Chávez – Eu também expliquei isso, creio, à comissão política especial da Assembléia Nacional que investiga os fatos ocorridos durante o golpe de abril, quando da minha entrevista no palácio. Eu disse isso antes, quando o nomeei ministro da Defesa, para respaldá-lo, para fortalecê-lo. Por outro lado, é um homem que esteve comigo desde o início do governo. Foi chefe da Casa Militar, foi ministro de minha secretaria, foi comandante do Exército e, depois, supervisor da Força Armada. E, em boa hora, o nomeio ministro da Defesa, porque, diante da nova situação que se dá com nosso retorno, que exige um diálogo político, o homem de maior experiência que tenho no gabinete é José Vicente Rangel e, por isso, o transferi do ministério da Defesa, para a vice-presidência. Mas sempre há alguém que parece não entender isso.

Lições do golpe militar

Marta – Poderias sintetizar as lições que tiraste do recente golpe militar? Quando conversávamos, tu explicavas que, no Forte Tiúna, os comandos golpistas estavam localizados em um edifício e em outro, mais afastado, estavam os regimentos; ali estava o general García Carneiro, um homem fiel a ti, junto a sua tropa. Dizias que este general foi chamado a se apresentar no outro edifício, mas que não foi para não abandonar a tropa; e que, quando lhe disseram que conversariam contigo em Miraflores, finalmente conseguiram convencê-lo. Resultado: essa tropa ficou sem comando e disso se aproveitaram alguns chefes militares golpistas para controlá-la através da hierarquia e do engano.

Chávez – Eu dizia que sempre respeitei a chamada linha de comando. As instruções do comandante-em-chefe eram sempre dadas através dos altos chefes militares. Agora, vamos levar em conta a situação que ocorreu com García Carneiro, as dificuldades que tive para poder conversar com ele, assim como com outros generais das guarnições militares que se mantiveram leais. Com o general Baduel,⁷⁶ por exemplo, pude conversar apenas em uma ocasião; em seguida, perdi o contato. Não pude estabelecê-lo: haviam sabotado as linhas telefônicas do palácio.

Pois bem, trata-se de usar isso como uma lição para estabelecer mecanismos muito mais flexíveis, mais seguros de comunicação e de contato direto, desde o comandante-em-chefe até os comandantes de unidades operativas, os que têm as armas em suas mãos, os que comandam os homens da Força Armada.

Não se trata de desconhecer os altos comandos, nos que, em um conflito interno ou externo, um alto comando militar pode

⁷⁶ General Raúl Baduel, chefe da 41ª Brigada Blindada de Pára-quedistas de Valência.

deixar de existir por muitas razões, ser capturado, inclusive ser eliminado fisicamente, devendo o chefe máximo ter a capacidade, os canais de comunicação, para jamais perder algo que é fundamental: o comando militar direto das unidades do exército. E isso foi vulnerável no dia 11 de abril. E disso se valeram os golpistas para manipular comandantes de unidades, para neutralizar outras unidades, para enganar chefes militares que só recebiam informação transmitidas por esses setores, que os desorientavam, desinformavam, confundiam, enganavam, manipulavam.

Esta é, então, uma lição: o contato muito mais direto com a oficialidade média, com os chefes, com os oficiais e também com as tropas.

Marta – Tu acreditas contar com o apoio absolutamente majoritário nesses setores?

Chávez – Sim, absolutamente majoritário. E poderia te demonstrar isso.

Marta – E os altos comandos como vêem isso?

Chávez – Como não se trata de desconfiança, mas de preparação para todas as eventualidades, não devem ver isso de uma forma ruim, embora possa haver algum ciúme. No entanto, o conselho, a discussão, a tentativa de eliminar qualquer tipo de ciúme têm sido minha preocupação.

Radicalização do processo e a Força Armada

Marta – Não achas que, na medida em que o processo revolucionário se radicalizar será cada vez mais difícil contar com o apoio majoritário de uma instituição cuja formação é muito influenciada pelos valores das classes dominantes e que, portanto, é muito per-

meável às campanhas que os setores reacionários fazem contra teu governo, como demonstraram os últimos acontecimentos?

Chávez – Sim, eu creio que isso é normal. E creio que isso ocorre em qualquer exemplo que tomemos de qualquer lugar do mundo. Se aplicamos, inclusive, as leis da física a nadadores que cruzam o rio Orinoco, haverá quem diga “não agüento mais”, por razões físicas. O mesmo ocorre em um grupo de alpinistas, quando alguns, por debilidade, por acidente, ficam para trás. Se isso ocorre no nível do físico, ocorre mais ainda em um processo extremamente complexo, que é influenciado não somente pelo físico, que sequer é o mais importante, mas também pelo cultural, pelo ideológico, pelo material, pelo econômico. Há pessoas que te acompanham em uma fase – e, Marta, temos vivenciado isso ao longo deste processo que, para mim, tem quase vinte e cinco anos, desde que comecei, de maneira firme, séria, a organizar pequenos grupos –, mas que, em seguida, vão ficando para trás por diversas razões. Eu sempre procurei ser agradecido, inclusive ao que fica, porque ele ajudou em uma etapa. Que ele não seja capaz de seguir em frente não é razão para condená-lo. Não, simplesmente, por diversas razões, ele ficou ali, ou parou, ou se afastou.

Muitos oficiais que ajudaram bastante na etapa pré-insurrecional não chegaram à insurreição, mas não podemos deixar de reconhecer seu trabalho. Claro que não estou falando dos traidores, mas de pessoas que ficaram para trás por razões diversas.

Na prisão, por exemplo, várias pessoas resolveram interromper a sua participação, não quiseram seguir em frente. Quantos oficiais? Muitos oficiais, companheiros de armas que, ao saírem da prisão, me disseram: “Olhe, meu comandante – ou olha, Hugo – vou para casa. Tenho mulher, tenho filhos, tenho de trabalhar

para sustentá-los”. Eu jamais tive intenção de condená-los, ao contrário.

Veja, Marta, lembro-me de uma época em que nosso grupo – eu e mais quatro pessoas – comprávamos *cambures*⁷⁷ para nos alimentar; comíamos pão, cambur e refrigerante ou um café. Não tínhamos nem um centavo e tudo o que tínhamos era para a família que estava longe, para os filhos pequenos, para a mulher. Uma madrugada, quando eu dormia em um *chinchorro*⁷⁸ e eles em um colchão, onde não cabiam todos, no corredor de uma casa de um senhor muito corajoso, que nos permitia ficar, porque ninguém se atrevia a que Chávez dormisse em sua casa, percebi que um deles estava chorando. Aproximo-me, pensei que estivesse sonhando, mas, quando lhe perguntei o que acontecia, respondeu-me: “É que minha mulher me telefonou hoje, está comendo bolachas com sardinhas”. Então eu disse a esse rapaz: “Bem, tu reconheces que eu sou o chefe”. “Sim”. “Vou te dar uma ordem: amanhã não quero te ver aqui. Volte para onde está tua mulher. Procure um trabalho em que alguém possa te pagar algo, eu não posso te pagar nada”. Ele não queria ir, mas lhe ordenei que fosse.

Eu já era presidente quando ele um dia voltou e trabalhou um tempo conosco. Depois, foi trabalhar em outras coisas, mas digamos que seguiu seu caminho. A maioria foi procurar o que fazer, onde trabalhar, claro, se eram jovens, com mulher, com filhos. Mas alguns, muito radicais, diziam: “Não, esses são traidores, são fracos”. Eu acho que são seres humanos; nem todos são como nós, que deixamos mulher e filho, não nos importando onde dormir. Temos uma grande expectativa, talvez tenhamos uma força superior que nos impulsiona mais do que a eles.

⁷⁷ Espécie de banana.

⁷⁸ Rede de dormir.

Então, o que quero dizer é que estou de acordo com o que dizem. Considero normal que, à medida que o processo vai exigindo mais, requer pessoas com maior consciência, capacidade, vigor, força. E há pessoas que têm seu limite e chegam até certo ponto. Repare que a gente se surpreende não só pelo lado negativo, mas também pelo lado positivo: há pessoas que pensamos que não chegarão a um determinado ponto, mas ultrapassam esse ponto, e outro ponto, seguem em frente e deixam muitos para trás.

Eu creio que, no nosso caso, constata-se que há mais pessoas que avançam e avançam, que é maior em quantidade e significação do que a outra parte. Temos um povo que avançou, depois de 4 de fevereiro, muito além do que poderíamos haver pensado. Quando me lembro de como me sentia em 1992, quando nos rendemos, que vergonha! “Se houvésemos lutado até morrer” – pensava eu, sozinho, em uma cela. Claro, estava isolado da realidade e não conhecia a explosão afetiva, emocional, emotiva que o gesto daquele grupo de militares havia gerado nessa população. Jamais havíamos calculado isso. E isso, que vimos em Las Malvinas anteontem,⁷⁹ é uma paixão, uma paixão que foi despertada desde então na maioria dessas pessoas. Por isso digo que há pessoas que demonstram que podem ir muito além do que se poderia pensar. Os que ficam o fazem em conta-gotas, em pequenos grupos.

Marta – Terias de estar atento também a isto, ou seja, assim como foste sensível com aquele rapaz e o mandaste para casa, detectar que uma determinada pessoa já chegou a seu limite e tomar uma decisão em relação a ela antes que ela falte ao cumprimento de seu dever, não?

⁷⁹ Refere-se a sua visita a um bairro popular em 20 de junho de 2002.

Chávez – Às vezes não é fácil; deveríamos estar atentos para desenvolver ainda mais a percepção, a intuição. Eu tenho uma boa intuição, mas, às vezes, me arrependo de não a haver levado em consideração. Costumo considerar muito a intuição estratégica, mas, às vezes, não levo em conta a pequena intuição sobre as pessoas. Isso me ocorreu antes de 11 de abril; estou procurando fazer com que isso não ocorra mais.

Atitude diante de setores militares radicalizados

Marta – Por outro lado, soube que um importante setor de jovens oficiais que estiveram à frente das tarefas sociais da Revolução radicalizou e exige a adoção de medidas mais enérgicas contra a corrupção, exige o aumento do ritmo das transformações, não entende tua atitude conciliadora para com os generais que estiveram envolvidos com o golpe. Estou bem informada? Como avalias a atitude deles? Como encaminhá-la? Que se pode esperar deles?

Chávez – Eu acredito que o setor ou o fenômeno de radicalização de setores militares a favor do processo revolucionário cresceu e não foi só em número, mas cresceu em intensidade. Tu me perguntas como enfrentar essa situação. Eu procuro exercer a liderança: reuni-me com alguns dos que pressionam, dos que se preocupam por não haver presos civis ou militares, e porque os meios de comunicação continuam fazendo o que fazem: desrespeitando, inventando, tergiversando.

Procuro fazer com que compreendam que estamos, até onde podemos, nos esforçando para conservar a opção estratégica que escolhemos e que teve o apoio de uma grande maioria do nosso povo.

Tenho claro que um processo de degeneração da situação poderia ter como consequência o crescimento ou o aumento da

força dessa tendência. Essa é uma das questões que alguns setores de oposição não levam em conta.

Marta – No sentido de que podem tirar Chávez, mas o processo continua?

Chávez – Claro, Chávez pode sair. Bem, Chávez não é só Chávez. Às vezes, tendem a simplificar o problema. Esta situação que vivemos despertou correntes e sentimentos bastante radicais. Estou certo de que na absurda hipótese de eu me curvar diante da reação, esses setores passariam por cima de mim e se forjariam novas lideranças. E isso me tranqüiliza, Marta. Acima de todas as preocupações estruturais, políticas, de todas as falhas, eu estou certo de que este processo já não tem volta. Este movimento de mudança, de reestruturação, de revolução, não vai se deter. Agora, que tome outra direção, isso, sim, pode acontecer.

Eu disse isso publicamente; não é um comentário só para ti, para tua publicação. Eu já havia dito isso e, às vezes, não foi dada a devida atenção, foi entendido como uma ameaça que eu estivesse fazendo. Não, eu o digo como conclusão e agora, depois do que ocorreu, digo com maior certeza.

Nesse ponto faço uma citação do pensamento de John Kennedy a respeito, em que ele dizia que, se não fossem feitas revoluções pacíficas, ocorreriam, nesses países, revoluções violentas – e foi quando nasceu a Aliança para o Progresso. Eu li isso em teu livro e, além disso, em seu contexto,⁸⁰ que eu imaginava, mas desconhecia.

Agora, estou convencido de que, se fracassarmos no esforço de fazer mudanças profundas no aspecto político, econômico e

⁸⁰ Refere-se a “A resposta dos Estados Unidos”, parágrafos 31 a 36, e especificamente ao parágrafo 32 do livro *La izquierda en el umbral del Siglo XXI. Haciendo posible lo imposible*, de Marta Harnecker, Siglo XXI Editores Espanha, 3ª ed., 2000.

social, por esta via, virão outras vias, Marta, virão outras vias. Talvez violentas, talvez militares, talvez cívico-militares; mas isto foi tomando uma força própria. Eu uso o rio como exemplo: tu podes represar um rio, mas não o podes deter; se não lhe dás escoadouro, ele derruba a represa, ou procura um leito em outro lado e muda seu curso, mas vai sempre para o mar.

AVANÇO LENTO EM DIREÇÃO DE UMA ECONOMIA ALTERNATIVA

Contra-revolução sem revolução

Marta – Tu tens sustentado que, sem uma revolução, a Venezuela não pode sair da profunda crise por que tem passado nas últimas décadas. E que, para conseguir realizar as profundas transformações socioeconômicas que necessita, o país precisa realizar previamente importantes mudanças no aparato político-institucional. Já analisamos as mudanças realizadas nesta esfera: os grandes êxitos e também os sérios obstáculos que foram surgindo no caminho. Acreditas que, na atual situação, é possível avançar na transformação da estrutura socioeconômica, que consideras a essência do processo revolucionário? Porque há quem defenda que o processo revolucionário bolivariano não apenas é inédito por haver sido capaz de reverter o golpe militar de 11 de abril e te devolver o poder em menos de 48 horas, mas também porque existe uma contra-revolução sem que tenha existido realmente uma revolução, entendendo por esta uma transformação socioeconômica da qual tu falavas.

Achas que é justo esse questionamento? E se não compartilhas dele, quais foram os passos revolucionários que teu governo deu nesse campo? Que papel desempenha, neste sentido, o forte impulso que o movimento cooperativo está recebendo a partir do governo?

Chávez – Esta é uma pergunta provocadora, não? A propósito, eu me lembro do que disse um dirigente africano: “O papel de uma revolução é despertar a consciência do coletivo e colocá-la em marcha; o restante vem como consequência”. Não creio que isso seja absolutamente assim, mas acredito que isso é algo que a revolução tem conseguido fazer. Esse despertar, essa emoção, esse desejo de participar e essa participação ativa de milhares de pessoas é algo que antes não se via aqui. É preciso comparar a situação que se vivia há uma década com a situação que se vive hoje para ver os passos que se têm dado.

Um importante passo que demos logo no início do governo foi a definição do rumo; mas não só a definição, Marta, mas todo o processo educativo, pedagógico, participativo, em que uma grande maioria do nosso povo apropria-se da Constituição como sua Constituição, procura conhecê-la, embora ainda não totalmente. Eu continuo insistindo: é preciso lê-la, discuti-la, analisá-la, interpretá-la, amá-la.

Creio que, nos 200 anos de vida republicana da Venezuela, jamais um povo sentiu tão sua uma Constituição como esta. E creio que este é um passo importantíssimo de uma revolução, não apenas no aspecto ideológico: conseguir semear a concepção bolivariana na alma de um povo até um ponto em que os oligarcas, que antes se chamavam bolivarianos, agora não querem mais ser chamados assim. Eles haviam se apropriado de Bolívar, agora Bolívar é do povo. Creio que – repito – este é um passo importantíssimo. E é algo que está transcendendo nossas fronteiras. Tu vês agora programas bolivarianos na Espanha,

Alemanha, França, Senegal, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e em outros países da Europa.

A reivindicação da essência da nação, que estava deturpada, é uma conquista revolucionária que tem uma conotação, na prática, de soberania, de auto-estima, de vontade e de união coletiva. Lembro-me da expressão de Camus em *El hombre rebelde*: “Eu me rebelo, logo nós somos”. Aqui foi recuperado o “nós somos”, porque havia um individualismo pavoroso, uma indiferença coletiva. Tenho uma visão desse 4 de fevereiro de 1992: eu, com um fuzil e uns binóculos, olhando: onde está o povo? Havia uma indiferença coletiva e veja o que aconteceu dez anos depois. O mundo viu um povo, corajosamente, defender sua Constituição, sua revolução imperfeita... Há alguém que diz que o perfeito é inimigo do bom.

Isso é um sinal revolucionário. Por isso, a pergunta que tu me fazes de como a inexistência de uma revolução pode ter gerado uma contra-revolução, isso foi dito por Petkov – eu o li em uma manchete do jornal *Tal Cual*, mas Petkov e os revolucionários que o acompanhavam, quando eram revolucionários, nunca foram capazes de semear na alma popular, no ser coletivo nacional, uma idéia que promovesse a união. Não chegaram às massas. Esta revolução chegou às massas. Aqui há quem, inclusive, esteja disposto a morrer por isso. Mesmo com dúvidas, mesmo com imperfeições, mesmo com fome. Por isso, não acredito neste ditado que diz: “Amor com fome não dura”. Esse ditado não é aplicável a uma revolução e aqui, concretamente, não é aplicável. Esse povo que saiu para defender a revolução tem fome. O amor dura, mesmo com fome – claro que, seguramente, não dura para sempre.

Não é verdade que aqui não haja revolução. Aqui há uma revolução. Houve uma mudança na estrutura político-jurídica. Que essa estrutura seja imperfeita, que esteja viciada, que esteja

ameaçada, que seja muito incipiente, tudo isso é verdade, mas existe uma nova estrutura nascente da qual é preciso cuidar, que é preciso potencializar, fortalecer. No aspecto jurídico, a nova Constituição é muito sólida, adquiriu uma solidez impressionante e isso foi reconhecido por diversas correntes e setores do mundo, como uma Constituição modelar a respeito de democracia. No Canadá, quando assinamos a Cláusula democrática,⁸¹ levantamos a mão e dissemos: “nós assinamos isto, mas temos uma ressalva com relação à democracia representativa: nós acreditamos na democracia participativa”. E se gerou um debate inclusive em nível internacional.

Bem, esse é um elemento. Agora, quando vamos ao fundo da questão, à essência da estrutura socioeconômica do país, com relação a isso avançamos muito pouco, eis que essa estrutura tem uma natureza diferente da estrutura político-jurídica. Conseguimos mudar a Constituição, ou seja, a estrutura jurídica, e em dois anos criar uma nova estrutura política incluída na Constituição, na qual – insisto nisto – ainda é preciso trabalhar muito; mas seria uma ilusão pensar que, em dois ou três anos, poderíamos realizar transformações essenciais na estrutura socioeconômica e, mais ainda, levando em conta que o processo é pacífico e que está preso à Constituição além do imaginável.

Se tivéssemos triunfado pelas armas, ou mesmo sem haver triunfado pelas armas, depois de um triunfo eleitoral, se tivéssemos tomado o caminho da violência ou da ditadura e começado a prender gente, a colocar toda a oligarquia na prisão, a expropriar bens e moradias, famílias e riquezas, a estatizar bancos, bem, não sei o que poderia ter acontecido. Mas a nossa estratégia era outra: vamos apertar o botão da transformação político-jurídica, vamos condu-

⁸¹ Na III Cúpula sobre a Alca, em Quebec, abril de 2001.

zir a economia com calma. Talvez fosse importante criar perturbações em ambas as estruturas. Trata-se de fases previstas dessa forma. Não é que a primeira fase esteja concluída, mas que ultrapassou o ponto de não retorno; assim o creio, Marta – refiro-me à estrutura político-jurídica. Esta Constituição vai permanecer durante bastante tempo porque, inclusive para mudar uma palavrinha dela, vão ter de consultar o povo. Antes, as emendas à Constituição eram decididas de acordo com as conveniências dos partidos no Congresso. Agora, não; é preciso realizar um plebiscito popular, é preciso realizar um debate, explicar por que essa emenda é necessária.

Agora, na ordem socioeconômico, avançamos pouco, mas estamos corretamente orientados. Se assim não fosse, não teria havido golpe; esta oposição, esta oligarquia, estes setores contra-revolucionários vinham intervindo para que este projeto fosse extinto, mudasse de rumo, para que eles pudessem neutralizá-lo, para que eu me vendesse, me entregasse, me rendesse, e talvez tenham pensado: “Bom, não importa uma Constituição a mais”. Porém, assim que viram as leis habilitantes do ano de 2001, quando aprovamos a Lei de Terras, a Lei de Pesca, a Lei dos Hidrocarburetos, a Lei de Microfinanças, a Lei de Bancos e outras leis que estão na Assembléia Nacional – um processo certamente muito lento – sobretudo as leis de conteúdo social, então a contra-revolução ideológica, jurídica e agora econômica e social percebeu que o projeto continua pressionando para se aprofundar, que nós continuamos trabalhando para aprofundá-lo.

Isso explica a resposta que nos deram. Por que um dos primeiros decretos contra-revolucionários foi o de anular as leis habilitantes? Porque se sentiram prejudicados pela aplicação de algumas dessas leis. A aplicação das leis habilitantes está sendo prejudicada por diferentes manifestações da direita: atos públicos queimando as leis, a greve de 10 de dezembro, paralisações,

o golpe de Estado de 11 de abril, as pressões através dos meios de comunicação para que as leis sejam anuladas, ou modificadas na Assembléia Nacional, ou para que sejam extintas pelo Tribunal Supremo, porque ali ainda há juizes comprometidos com interesses contrários aos estabelecidos pela Constituição.

O processo é lento, complexo e difícil, mas aí estão os camponeses com sua lei. Vão tirá-la deles? Difícilmente, porque estão dispostos a brigar por ela, a defendê-la e estão dispostos a pressionar por ela, e eu lhes digo: “Pressionem, pressionem-nos, exijam para que a lei seja cumprida”. “Pressionem os juizes, vocês são os donos do poder”. Nunca antes, na Venezuela, houve uma lei como essa, que permitisse a organização comunitária, que desse prioridade às mulheres para a concessão de terras.

Marta – Esclarece-me uma coisa: trata-se de uma lei habilitante que habilita o Executivo a elaborar leis diversas, ou são leis habilitantes?

Chávez – O Conselho de Ministros faz a lei, o presidente a aprova, a Assembléia Nacional é notificada e ela se transforma em lei.

Assim se fez a Lei de Orçamento, mas estão pendentes uma série de outras leis sociais.

Na verdade, é uma lei que habilita, mas colocamos o carimbo de habilitante em todas as leis aprovadas.

São leis verdadeiramente revolucionárias, Marta; não tão radicais como alguns quiseram, mas é preciso encontrar um ponto de consenso mínimo sem ceder nos princípios da revolução. Esse é, muitas vezes, um ponto difícil de ser alcançado.

A dívida externa: uma promessa não cumprida

Marta – Dizem que tu prometeste na campanha eleitoral que teu governo não ia pagar a dívida externa, mas soube que a estão

pagando. Muitas pessoas de esquerda não aceitam que um governo possa ser considerado revolucionário se continua pagando a dívida, quando com esse dinheiro poderiam ser resolvidos tantos problemas materiais do povo. O que podes dizer a respeito?

Chávez – Ouço esta preocupação com muita atenção, mas quero esclarecer que nunca dissemos na campanha eleitoral que não pagaríamos a dívida. Havia o rumor, comentários de imprensa etc. Dissemos, sim, que proporíamos um esquema para reestruturar a dívida externa. E é preciso reconhecer que não foi possível um avanço nesse ponto.

Marta – Por que não?

Chávez – Bem, porque, para se conseguir isso, precisa vontade dos credores. É preciso sentar-se com os bancos dos países credores para, então, estabelecer os mecanismos de reestruturação da dívida respectiva. Isso por um lado.

Por outro lado, enfrentamos tantos conflitos que não houve tempo para, em profundidade, discutir esse tema com os credores.

Agora, em relação à tua pergunta, não creio que um processo revolucionário deva, necessariamente, para ser revolucionário, ignorar compromissos como o da dívida externa. Ou outros assumidos com instituições, corporações ou países do mundo.

Não acredito que o tema da dívida seja o elemento central para qualificar de revolucionária ou não uma proposta. Neste sentido, creio que se trata de verificar o que neste momento pode ser feito. Tua frase aparece outra vez: “a arte de tornar possível no amanhã o que hoje pareceria impossível”.

Se o nosso governo tivesse se negado a pagar a dívida externa, isso sem dúvida teria economizado uma quantidade importante de recursos: uns 8 ou 10 bilhões de dólares. Poderíamos ter decidido não pagar essa dívida para aplicá-la em projetos de desenvol-

vimento. Se isso fosse assim simples, ninguém deixaria de aplaudir essa decisão. Seria um gesto revolucionário antineoliberal etc.

Mas, o que ocorreria se adotássemos essa política? Isso seguramente teria originado problemas em diversas áreas: o investimento internacional, por exemplo, seguramente teria cessado. Como sabes, fizemos novas dívidas em projetos para o desenvolvimento do país, como o da Faixa do Orinoco, uma represa que estamos projetando no Estado de Zulia; o contrato que assinamos, há pouco, para intensificar a produção de alumínio, com uma empresa francesa de grande conceito mundial que se chama Pechiney; o acordo com os chineses para instalar a fábrica China Petroleum Co., uma fábrica de orimulsão⁸² no Orinoco, para produzir 4 milhões de toneladas desse produto dentro de 5 anos, sendo toda a produção exportada para o consumo chinês, a exploração de gás na Plataforma Deltana. Todos esses investimentos significam bilhões de dólares e vêm pelo mesmo mecanismo, são todos investimentos produtivos, mas, no final das contas, traduzem-se em dívidas contraídas pelo Estado venezuelano, porque é o que faz essa empresa francesa: solicita empréstimo ao banco, obtém esse empréstimo e vem investi-lo aqui. E o mesmo fazem as outras empresas: contraem empréstimos em bancos, públicos ou privados. Quase todos privados.

Se não tivéssemos pago a dívida, economizando esses recursos para destiná-los a investimentos sociais e econômicos, o mais certo, Marta, é que nenhum desses projetos tivesse vida. Seguramente, qualquer empresa petroleira, mineira, madeireira, ou outra qualquer, que vá a um banco pedir empréstimos, quando lhe perguntam: “para investi-lo onde?”, e os computadores comecem a procurar dados, eis o que se conclui. “Ah, não, a

⁸² Combustível de caldeira para produzir eletricidade que substitui o óleo combustível.

Venezuela não paga a dívida! Como vou fazer um empréstimo para investir em um país que não paga a dívida?” O mais certo é que esses projetos estariam todos congelados. O que devemos nos perguntar é como enfrentar esta situação a partir desta modesta posição, em um mundo como o atual, com relações tão inflexíveis como o financiamento internacional.

Agora, o que eu diria aos revolucionários: primeiro, bem-vinda seja a crítica. Mas trata-se de colocar na balança o que poderia se obter com uma posição e com outra. E eu creio que nesses anos que vivemos de transição política acelerada, de mudanças políticas, de perturbação interna e externa, pela Opep, o petróleo, as conspirações, a economia, a sociedade, a constituinte, as eleições, as outras eleições, com todas essas perturbações, se tivéssemos acrescentado mais uma perturbação nesse complexo sistema de furações – podemos chamá-lo assim – correríamos o risco de tornar incontrolável a onda na qual estamos navegando.

Agora, se tu me dizes que o contexto mundial, ou pelo menos o regional, começa a mudar e que um grupo maior de países começa a se aproximar de uma posição que nos permita amanhã ou depois de amanhã, ter uma correlação de forças mais favorável... Se surgisse a possibilidade, por vontade política de líderes dispostos a enfrentar conjuntamente o risco e a explicar ao mundo sua decisão, de se organizar uma Opaie – permita-me a expressão: Organização de Países Altamente Endividados, estou inventando agora o nome –, onde deveriam estar a Argentina, o México, o Brasil, a Venezuela etc., e nos sentássemos a esta mesa, cinco ou seis presidentes, para tomar uma decisão e comunicá-la ao mundo: “Convocamos para uma reunião os donos dos bancos A, B, C e D, aos quais, devemos, talvez, 100 bilhões de dólares” e lhes diríamos: “Bem, senhores, tomamos uma decisão, em nome de nossos 200 ou 300 milhões de habi-

tantes, que nos pressionam e que nos elegeram para governar por eles: nós queremos pagar a dívida, mas não assim como a estamos pagando. Exigimos mudar o esquema de pagamento”. Eu acho que, nessas condições, com uma correlação de força mais favorável, isso poderia ser conseguido.

Poderíamos dizer: não pagamos a dívida, assim, de maneira taxativa; eu prefiro uma via de conciliação. Então, quais são as vias de conciliação? Pois há muitas. Uma delas é o chamado Fundo Humanitário Internacional: façamos um acordo para que uma porcentagem dessa dívida (que lhe devemos, mas que já pagamos três vezes e continuamos devendo – um mecanismo eterno, como disse Fidel) seja depositada em um fundo a ser administrado por um grupo de pessoas eleitas por nós nas Nações Unidas. Para quê? Para lutar contra a pobreza em nossos próprios países e outros países irmãos.

Outro mecanismo é pagar a dívida em um prazo maior, exigir um período de carência de vários anos, impor condições. Nós fazemos assim com os pobres: damos financiamento, mas está estatuído que uma pessoa não deve pagar mais do que 30% da sua renda familiar mensal. Se tu ganhas cem dólares mensais, não vais pagar mais do que trinta dólares. E fazemos isso porque temos de zelar pela vida dessa pessoa.

Elaborar programas especiais de todos os tipos para gerar recursos.

Presta atenção neste detalhe que discutíamos há pouco em uma reunião de presidentes. Um presidente sul-americano disse com clareza: “Como é que os países desenvolvidos, ou os bancos, ou o Fundo Monetário Internacional, ou o Banco Mundial nos empresta dinheiro, por exemplo, para fazer estradas e rodovias, e isso é incorporado, como dívida, no montante da dívida global. Por outro lado, esses mesmos organismos outorgam aos países de-

envolvidos empréstimos para rodovias e obra sociais e não é dívida. Aplicam-lhe outro procedimento, como ajuda para o desenvolvimento. Talvez paguem uma parte, outra não, porque é ajuda para o seu povo. Em compensação, a nós, os países pobres, nos sobrecarregavam de juros: dívida externa”. Depois que esse cavalheiro falou, pedi a palavra e disse: “Sabem os senhores por que nos fazem isso? Porque não temos a coragem de nos opor. A culpa é nossa. Se deixássemos de ficar chorando e tomássemos decisões políticas em nome dos nossos povos, ou se saíssemos daqui com o compromisso de fazer um plebiscito em cada país para saber a opinião dos nossos povos e depois de dois meses viéssemos aqui com os resultados desse plebiscito para tomar uma decisão amparada na posição dos nossos povos, então o mundo começaria a mudar. Mas estamos aqui somente para falar, saímos para fazer uma foto e não tomamos nenhuma decisão. Não nos atrevemos a desafiar o mundo. E, enquanto não fizermos isso como um todo, não vamos ter um desenvolvimento próprio”.

É esse o modelo de integração que eu proponho, a Alba, ou como for chamado. Vamos nos integrar também procurando saber quais são os problemas mais graves que temos em comum: a moradia é um? Vamos ver como fazemos para solucionar esse problema em todos os nossos países. Podemos fazer juntos muito mais do que cada um pode fazer por sua conta.

A miséria, o desemprego, a dívida... vamos utilizar um esquema conjunto para dizer ao mundo: aqui estamos nós, temos um problema em comum, queremos tratá-lo desta maneira com os senhores, vamos dialogar. Mas, se atuarmos isoladamente, não conseguiremos nada.

Outro presidente sul-americano, há uns meses, dizia que a Argentina cumpriu a tarefa neoliberal ao pé da letra. Foi o país que melhor cumpriu a tarefa e aí está. Na hora da crise, o Fundo

Monetário abandonou-a porque, aparentemente, ela não tem a importância geopolítica que têm outros lugares do mundo.

Ah! Mas se o tratamento do problema argentino fosse assumido por todos nós, se fizéssemos uma convenção como se fosse em uma guerra: ao agredirem um, estão agredindo a todos – que é o que propunha Bolívar quando se referia a um só exército – se a “Santa Aliança” retornar e atacar o Equador é uma guerra contra todos nós, não contra o Equador apenas... Se isso fosse aplicado nas Malvinas, por exemplo, os ingleses não teriam recuperado essas ilhas argentinas.

Agora, aí estão alguns pontos para serem discutidos profundamente, que nos leve a um modelo de integração que combata, conjuntamente, problemas como o da dívida. Enquanto isso não for conquistado temos de navegar nestas águas, e sozinho é bastante difícil. Não é que a gente não se atreva. Trata-se da viabilidade de decisões políticas que podem afetar muito mais a situação do que continuar pagando a dívida, como até agora temos feito.

Plano de desenvolvimento econômico 2001-2007

Marta – Presumo que conseguiram elaborar um plano de desenvolvimento econômico para seis anos...

Chávez – De fato, contamos com o Plano de Desenvolvimento Econômico 2001-2007, elaborado pelo governo nacional para dar as diretrizes estratégicas do desenvolvimento econômico do país. Esse plano foi realizado por uma equipe dirigida por Giordani, com consulta a muita gente, inclusive aos governadores. Logo após ser aprovado no Conselho de Ministros, foi enviado à Assembleia Nacional, como determina a Constituição; depois de vários meses de debate com todos os partidos políticos, foi aprovado.

Marta – Como se compatibiliza esse plano nacional com o processo de descentralização?

Chávez – Cria-se uma discrepância para a qual é preciso encontrar solução e a única possível está estabelecida na nossa Constituição, ou pelo menos uma das soluções, que é o planejamento democrático, participativo, de discussão plena.

Temos sido acusados de sermos inimigos da centralização, mas realmente não o somos; agora, somos, sim, da descentralização desintegradora. Um dos 5 pontos estratégicos do projeto nacional de desenvolvimento é precisamente a descentralização desconcentrada. Quer dizer, acrescentamos o termo “desconcentrada” ao conceito de descentralização dentro do modelo federal.

Marta – Por que “desconcentrada?”

Chávez – Porque estabelecemos como elemento central dessa descentralização a desconcentração do poder e que se entenda esse poder como poder político, poder econômico, poder social.

É preciso levar em conta que o que se gerou com a descentralização – que vamos chamar de neoliberal, já velha conhecida – foi a criação de centros de poder nos Estados. Os governadores se transformaram em verdadeiros caudilhos locais, em donos quase absolutos dos poderes regionais; e, ao mesmo tempo em que se assenhoraram de todo o poder, negavam a participação das comunidades. Eles entendiam, e alguns continuam entendendo, a descentralização apenas até o seu nível; do seu nível para baixo, em relação às comunidades, não descentralizam nada.

A descentralização neoliberal quer fazer acreditar que, assim como considera que uma mão invisível, como a do mercado, no terreno econômico, vai solucionar de maneira mágica as desigualdades, as diferenças e vai regular automaticamente a distribuição das riquezas, a mesma coisa aconteceria com a

descentralização: uma mão invisível se encarregaria de compensar as diferenças regionais e de regular automaticamente tudo. Isso jamais será assim.

Marta – Suponho que existam experiências, em nível mundial, baseado nas quais se pensou criar um fundo – chamemos de solidário – para que uma determinada quantidade de recursos dos governos estaduais e municipais das regiões mais ricas possam ser aplicados nas regiões mais pobres...

Chávez – Bem, a nossa Constituição prevê um fundo desse tipo. A idéia é que o Conselho Federal de Governo possa contar com um fundo interterritorial para a descentralização, cujo objetivo é desempenhar um pouco esse papel que tu apontavas, de uma espécie de regulador de voltagem das diferenças, um homogeneizador, que permita ajudar, da melhor maneira possível, as regiões mais necessitadas.

Os fundos que herdamos – o Fides⁸³, a Laes⁸⁴ – favorecem sempre as regiões que têm um maior nível de desenvolvimento, não as mais necessitadas.

Mas nisso fomos muito lentos. Já deveríamos ter uma lei nova do Conselho Federal de Governo – que deve ser presidido pelo vice-presidente – que considere um fundo de compensação que permita destinar uma porcentagem de recursos para auxiliar as regiões mais necessitadas, de tal forma que o país vá se equilibrando um pouco melhor. Com os atuais mecanismos, não resta ao governo nacional nada além de procurar dirigir um maior esforço em relação às zonas mais necessitadas com recursos dos órgãos descentralizados, dos Ministérios, para proporcionar uma

⁸³ Fundo Intergovernamental para a Descentralização.

⁸⁴ Lei de Concessões Econômicas Especiais da receita petroleira para as regiões.

contribuição especial a Estados como Delta Amacuro, Apure, Trujillo, Sucre, onde a pobreza é maior do que no restante do país.

Temos, então, um plano econômico nacional e, por isso, eu insistia, na última reunião de governadores e prefeitos, neste conceito e tenho de continuar insistindo: não pode existir um plano isolado para um território que não contemple o conceito nacional de desenvolvimento.

Eu insistia ontem que somos um só governo com vários níveis de governo. O governo do país deve ser um só, deve haver um sistema de governo e o que nos une entre outras coisas – além do que a alguns nos une, a ideologia, a amizade, mas isso não é o mais importante neste momento –, é um conceito e um plano aprovados pela Assembléia Nacional, portanto, um plano para todo o país.

Há muitos governadores e prefeitos, mesmo dos nossos, que se deixaram levar pela inércia, pela problemática conjuntural e, às vezes, perdem o sentido estratégico ou não o captaram.

O capitalismo é humanizável?

Marta – Passando para outro tema, tu disseste que o processo revolucionário bolivariano pretende ser uma proposta alternativa ao neoliberalismo. Trata-se, segundo disseste, de um “projeto revolucionário antineoliberal”, de um modelo econômico “humanista, de autogestão, fundamentalmente endógeno, mas que não se feche ao mundo, que satisfaça as necessidades básicas da população”,⁸⁵ no qual o desenvolvimento humano seja mais importante do que o próprio desenvolvimento econômico.⁸⁶

⁸⁵ Dieterich, Heinz. *Hugo Chávez...*, *Op. cit.* p. 47.

⁸⁶ Hugo Chávez, *Intervenção sobre o Plano Extraordinário de Investimentos*, 15 set., 2000, p. 4.

Isso quer dizer que tu consideras que o sistema capitalista é reformável, humanizável?

Chávez – Creio que visto como capitalismo, como sistema econômico isolado ou descontextualizado de outros componentes, como o social, o ideológico e político, o capitalismo puro não é, portanto, humanizável.

Quando eu conversava aqui com Mészáros, o economista marxista húngaro, lhe pedi: “Bem, critica-nos” e ele me respondeu: “Não, eu não tenho de criticá-los; os senhores estão em uma etapa de transição e creio que isso não é problema unicamente da Venezuela. É impossível que um país, por si só, exponha-se com um modelo alternativo e chegue até onde chegou; aconteceria o que aconteceu com Napoleão quando quis invadir a Rússia e as unidades ficaram no caminho.”

Então, isso é algo dentro da concepção exposta. Não defendemos a política como a arte do possível, não, a arte de tornar possível amanhã o que hoje parece impossível. Para a Venezuela, é possível transcender, neste momento, o modelo capitalista, ao qual está presa até a medula, não só a Venezuela, mas o mundo e, sobretudo, a região latino-americana, a qual pertencemos e os países com os quais temos relações de dependência e de interdependência, em alguns casos muito fortes: Colômbia, Brasil, Caribe, Estados Unidos?

Mas tu me perguntavas se o capitalismo é humanizável. Respondendo: creio que o capitalismo não é humanizável, visto nos marcos do mais puro substrato capitalista – um capitalismo selvagem como o qualifica João Paulo II – não é humanizável.

Mas, no caso venezuelano, com um governo como este, com uma Constituição como esta, com um povo que despertou como o nosso, com uma correlação de forças como a que temos, sim é humanizável. Creio que, nesses três anos, fizemos mais do que

alguns retoques. Estamos nos marcos de um sistema capitalista; não o transformamos, seria mentira dizer isso, Marta, mas diminuimos a desnutrição infantil em 10%, diminuimos a mortalidade infantil, entre outras coisas, porque vacinamos todas as crianças contra a hepatite B, vacina que vem de Cuba. Destinamos um orçamento muito maior para a educação – passamos de menos de 3% para mais de 6% –, o acesso à água potável aumentou muito. Então, esses são toques de humanização dentro do modelo capitalista. Claro, como uma etapa transitória.

Marta – Creio que os desafios que o mundo globalizado impõe aos processos revolucionários são enormes e que, até agora, nenhum movimento revolucionário pode dizer que já tem elaborada a alternativa para a atual sociedade. Por isso, não me é estranho que digas que, no terreno econômico, é necessário inventar, lembrando-se do que Simón Rodríguez dizia: “Ou inventamos ou erramos”.

Chávez – Marta, seria uma audácia de minha parte dizer que tenho uma definição própria, quando vejo reconhecidos intelectuais, como Mészáros e outros estudando o tema. De nossa parte, estamos, modestamente procurando orientar algumas luzes em direção a uma economia alternativa ao capitalismo desumanizado.

UMA POLÍTICA INTERNACIONAL INDEPENDENTE E SOBERANA

POLÍTICA INTERNACIONAL

Marta – Consciente dos perigos que uma excessiva dependência venezuelana aos Estados Unidos significa para um processo revolucionário que entra em contradição com as políticas neoliberais que esse país pretende impor em todo o continente, e com a perspectiva de caminhar para um mundo multipolar, tu vens criando e aprofundando relações com outros grandes países do mundo. Vários deles estão dando apoio econômico e político, como é o caso da China e da Rússia. Também tens boas relações com o Canadá, o Brasil e o México. Pode-se dizer que levaste adiante uma verdadeira ofensiva no campo internacional. Impulsionaste processos de integração sul-americanos e caribenhos, privilegiaste a relação com os sócios da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), fazendo um papel crucial em seu renascimento e, mais recentemente, em haver assegurado uma faixa de preços para o petróleo que flutue entre 22 e 28 dólares, idéia que foi acolhida favoravelmente

por quase todos os países desenvolvidos. Estreitaste, ao mesmo tempo, os vínculos com Cuba e com os fóruns de nações em vias de desenvolvimento, como o Grupo dos 15, de cooperação Sul-Sul, e o Grupo dos 77, que reúne mais de 120 nações em vias de desenvolvimento, tendo sido eleito presidente em ambas as entidades. Estabeleceste também um compromisso de oferecer para 11 países centro-americanos e caribenhos, um tratamento preferencial na venda de petróleo, como um gesto de cooperação. E, em um convênio assinado com Cuba, comprometeste a fornecer à ilha até 53 mil barris diários de petróleo em condições especiais de pagamento e a colaborar na recuperação da refinaria de Cienfuegos. Por sua vez, Cuba comprometeu-se a oferecer à Venezuela uma série de serviços: médicos, venda de medicamentos genéricos, assistência técnica nos setores agrícola, turístico e de esportes. Por outro lado, no Cone Sul, procuraste fazer uma aliança com o Brasil para se opor à Alca e ingressar como membro no Mercosul. Tudo isso reflete que tu, seguindo Bolívar, entendes perfeitamente que não haverá futuro para os nossos países se não for realizado algum processo de integração. Por isso é que, diante da Alca, estás propondo outro tipo de integração, a Alba (Aliança Bolivariana das Américas). Em que consiste esse processo de integração? Avançou-se em seu formato concreto? Que países o apóiam?

Chávez – Trata-se de retomar a idéia originária de Bolívar – que não foi só de Bolívar, foi de outros também –, que expôs, no Congresso do Panamá, a idéia de dar forma a uma Liga de Nações: uma União de Repúblicas.

Na Carta de Jamaica, em 1815, o Libertador disse que haveria de se formar deste novo mundo uma só grande e forte nação. Mas foi no Congresso do Panamá onde ele concretiza aquela idéia com uma ação política, depois de haver libertado, após 14 anos de guerra, cinco países. E propõe uma Liga de Nações, uma Liga de Repúblicas e um

só exército. Inclusive, chegou a estabelecer a quantidade de tropas com o que cada república deveria contribuir em função de seu tamanho. À Nova Granada, Colômbia naquele tempo, ele destinava uma quantidade importante, ao México outra, mas à América Central menos: havia uma idéia do respeito às diferenças entre as repúblicas que já estavam nascendo. Mas a idéia era ter um só exército, uma só marinha, um só modelo econômico.

Ele falava da idéia de formar um só órgão político para negociar, em condições de igualdade, na paz ou na guerra, com as outras três partes do mundo. Bolívar visualizava então o mundo como um mundo multipolar. E pensava, e fez tudo o que pôde para que no Sul da América, incluindo o Caribe e, naturalmente, a América Central, se constituísse um pólo de força.

Voltar a essa idéia foi o que nós estabelecemos. Por isso a Alba. Haveríamos de retomar esses documentos, haveríamos de revisá-los novamente. Bolívar entrou em muitos embates com os Estados Unidos. Teve conflitos implacáveis. Em uma ocasião, deteve duas fragatas, dois barcos estadunidenses aqui no Orinoco, que traziam armas para os espanhóis. E ele disse: “Que irmãos são estes? Até a Europa nos reconhece a independência e eles não reconheceram ainda?”

Em certa ocasião, possivelmente como resultado desses enfrentamentos, ele escreve em uma de suas cartas um pensamento profético: “Os Estados Unidos da América do Norte parecem destinados pela providência para desgraçar a América com misérias em nome da liberdade”. Isso foi em 1824-1825. Imagina que senso ele tinha do que estava por vir! Quem sabe quantas outras cartas ainda não conhecidas escreveu sobre essa idéia. Muitas cartas de Bolívar se perderam, foram queimadas, outras afundaram no mar no naufrágio de um historiador que as levava consigo.

Ele não apenas tinha razões para duvidar do futuro comportamento daquela grande nação que já estava se consolidando, mas também tinha apreensões sobre a Europa, sobre a Santa Aliança, que ameaçava retomar as colônias sul-americanas. Para fazer frente a qualquer ameaça externa, deveria ser formado esse órgão político.

Para se propor algo novo, deveríamos começar pelo reconhecimento do fracasso dos modelos de integração do século XX, apoiados quase todos nos marcos do capitalismo neoliberal, da integração pelo alto, de elites, e recolocarmos o tema. Por isso, propomos a Alba.

Tu me perguntas se essa idéia foi desenvolvida com maior profundidade. Não, creio que essa é uma responsabilidade que nós temos, como país e proponente da idéia, de levá-la adiante, através dos contatos com todos os grupos e correntes alternativas que há no continente e em outras partes do mundo: por exemplo, o Fórum Social Mundial, os movimentos alternativos em cada país. Devemos procurar a maneira de trabalhar o tema da integração.

ELEMENTOS ESTRATÉGICOS DA INTEGRAÇÃO

Eu levanto alguns elementos estratégicos.

Uma das primeiras coisas de que falei é a de colocar a cavalaria à frente. O que quero dizer com isso? Tu sabes que, na guerra, a cavalaria vai à frente. Quem viu a cavalaria na retaguarda? É a artilharia que sempre vai na retaguarda: os grandes canhões pesados, que disparam de longas distâncias. Eu comparo a artilharia com a economia e a cavalaria com a política. Então, resultado do modelo neoliberal, nós temos invertida a equação: os cavalos estão atrás e os grandes ou pequenos canhões à frente. É preciso inverter. É preciso retomar a política. Precisa-se de decisões de Estado, de estadistas, de políticos com visão macro.

Estou convencido da necessidade de avançar em uma integração real, que não seja mera poesia nem meras palavras. Uma integração econômica que não seja essa de “eu te vendo tal coisa tu me compras tal coisa”, das tarifas, das zonas de livre comércio. Isso favorece a quem? Favorece principalmente as transnacionais, as elites de cada país, que comercializarão um pouco mais, um pouco menos. Mas o que ocorre com os povos, com as cadeias produtivas reais?

Veja, poderíamos fazer acordos interessantes com a Colômbia. Por exemplo: a Venezuela produz, na Guiana, alumínio de boa qualidade e exporta muito alumínio, como matéria-prima, para a Europa e Estados Unidos. Por sua vez, a Colômbia desenvolveu, de uma maneira mais ou menos importante, muito mais do que nós, o processamento do alumínio, mas este país compra alumínio da Europa ou de outros países. Que bom seria se a Venezuela e a Colômbia formassem uma cadeia de processamento para produzir alumínio e seus derivados para vender ao mundo! Este é um exemplo de uma integração diferente.

Outra idéia que tenho é a de formar uma empresa petroleira dos países da América do Sul. E por que não pensar também no México? A Petroamérica. A Venezuela, país petroleiro dos maiores do mundo; a Colômbia, produtor de uns 700 mil barris diários, apesar de a situação interna impedir a exploração e a extração do petróleo em algumas zonas onde há muita violência. O Equador também tem petróleo, mas sobretudo gás; e o Peru, da mesma forma. A Bolívia tem principalmente gás. Os cinco países libertados por Bolívar são países energéticos: têm gás e petróleo. E podemos acrescentar o Brasil, que não é um país petroleiro, mas tem petróleo, tem gás e tem uma produção importante, embora seja para seu consumo interno. O México também produz e está lá encima. Trinidad e Tobago, que está muito pró-

ximo de nós é grande produtor de gás liquefeito. Por que não se pode formar uma Petroamérica, uma espécie de Opep aqui? Mas aí vem a questão da cavalaria: onde estão os cavalos? Quem toma a decisão?

Levantou-se a idéia e até agora não houve resposta, salvo do Brasil. Com este país estamos preparando papéis e reuniões, mas não houve resposta de nenhum outro país do continente.

Há os projetos de polpa para papel. A Venezuela e a Colômbia importam esse produto. Mas temos 600 hectares de pinheiro Caribe para produzir toda a polpa de que necessitam os dois países. Mas é preciso instalar uma fábrica para sua produção e para a produção do papel.

Temos rios, esses rios que nos inundam, uma força da natureza. Mas também falta o trabalho de controle das águas, o que até agora não foi feito: canais e tantas coisas. Então, que grande riqueza temos! Por exemplo, o rio Meta, que passa pelos dois países, que não é tão grande como o rio Orinoco: em ambos os lados desse rio há uma gigantesca savana com enorme potencial pecuário.

Quantos grandes projetos poderíamos fazer em parceria! Mas, para isso, é preciso definir o modelo de integração.

Propusemos, várias vezes, na Comunidade Andina, fazer uma reunião de presidentes, mas com caráter político apenas. Essa idéia foi aprovada em Cartagena, em 1999, mas a reunião foi sabotada. Imagino que não interessa a alguém que os presidentes da América do Sul falemos de integração política. Eu propus que não falássemos de coisas técnicas, nem de documentos, nem de diplomacia, nem de livre comércio, mas de política. Não foi feita. Não foi feita nesse primeiro ano porque, na verdade, faltou coordenação. Não vou dizer que foi sabotagem. Mas, no segundo ano, sim, sabotaram a reunião. Voltamos a insistir, em Lima, no ponto acor-

dado, que não foi cumprido, e propus data – devíamos ter proposto uma data, mas nunca houve um acordo – propus para 9-10 de dezembro, data em honra ao marechal Sucre e à Batalha de Ayacucho, em Cumaná, o berço de Sucre na Venezuela.

Logo após a aprovação da idéia, começamos a trabalhar esse documento sobre o futuro político da integração para a Cúpula. E o que aconteceu? Estávamos há poucos meses da reunião, e foram feitas reuniões de chanceleres, de vice-chanceleres, mas começam a acontecer coisas estranhas na América do Sul com relação à Chávez. Primeiro, fui à Bolívia para uma visita oficial de dois dias e houve uma manifestação popular de apoio, fato que muito me surpreendeu. Foi a primeira manifestação de grande apoio popular que eu experimentei em outro país. Isso foi em 2000. Passamos dois dias nesse país. Houve um certo desconforto no governo por todas essas coisas, não manifestado diretamente. Eu parti da Bolívia e fomos para Brasília para uma reunião sul-americana. Entretanto, em poucos dias, começam a circular boatos de que eu me reunia, na Bolívia, em segredo, com dirigentes indígenas, com um senhor Quispe, e que eu estava financiando a tomada de estradas nas zonas cocaleiras. Poucas semanas depois, houve várias mortes, foi decretado estado de sítio, bem, o culpado era Chávez porque veio aqui, pôs fogo, reuniu-se com Quispe, mandou-lhe dinheiro, não sei se armas... Um pouco daquilo que ocorreu com o *Caracazo*: 20 dias antes, Fidel Castro esteve na chamada coroação de Carlos Andrés Pérez. E tu sabes o que nos disseram, a nós, militares? Que a culpa pela explosão do *Caracazo* foi de Fidel Castro, porque, após sua visita, deixou duzentos cubanos nos morros de Caracas, que foram os que provocaram tudo aquilo.

Bom, então na Bolívia, como resultado disso, Bánzer – que descansa em paz – disse que não iria porque Chávez estava es-

timulando essas ações. No caso do Equador, há poucas semanas, começou a circular o boato de que Chávez estava apoiando Lucio Gutiérrez e outros militares, com dinheiro e armas para um golpe contra Novoa; que Chávez andava buscando a internacionalização desses movimentos militares. Novoa disse-me que não iria. No Peru, estava o senhor Paniagua como presidente, que, supostamente, não podia sair do Peru, mas em seu lugar sempre mandava Pérez de Cuéllar. Disseram que tampouco iriam porque, segundo as notícias que eles tinham, Vladimiro Montesinos estava escondido aqui. Montaram todo um caso. Pastrana disse que iria apesar dos boatos que circulavam do nosso apoio à guerrilha, mas que iria se os outros fossem. Assim, tivemos de cancelar a reunião.

Nesse mesmo ano foi realizada aqui a Cúpula da Opep. E eu me lembro de que os embaixadores dos nossos países estavam no Panteão Nacional, em 17 de dezembro de 2000. Nesse local, nunca se fala, mas, depois de colocar uma coroa de flores, resolvi dizer umas breves palavras, apenas isto: “Este ano, pai libertador, perante as tuas cinzas, dizemos: esta tua América, tão dividida, em Caracas, foi mais fácil reunir os chefes de Estado da Opep, que cruzaram mares, desertos e estradas, do que os presidentes dos países libertados por ti”. Depois disso, deixei o local e nada mais.

Bem, depois disso, fui acusado de inconveniente, porque tenho discursado em todas as cúpulas que promovemos, reclamando o cumprimento daquilo que foi prometido e vou continuar fazendo: é importante assumir a discussão política da integração.

Tu me perguntas que países apoiariam esta iniciativa. Neste momento, creio que nenhum país da América do Sul. Só Fidel me disse que contasse com o apoio de Cuba.

Alguns chefes de Estado, principalmente os do Caribe Oriental, que estavam na reunião, manifestaram satisfação. Mas, repito,

faltaram a nós, os proponentes da idéia, desenvolvê-la melhor. Devemos trabalhar muito nisso, porque me parece ser uma alternativa.

Eu estou seguro de que a Alca não é o caminho, não é o caminho. Então, deveria se definir qual é o outro caminho. Acho que Bolívar pode nos ajudar muito nisso.

Marta – Que pensas da possibilidade de se fazer um plebiscito contra a Alca, ou uma consulta popular, mais do que algo extremamente legalista, isso que fizeram no Brasil com a dívida externa, porque, no fundo, trata-se mesmo é de elevar o nível de consciência política da população?

Chávez – Creio que isso deveria terminar em algo formal, legal, constitucional. Nós temos a vantagem de que a Constituição Bolivariana prevê, diante de qualquer tema ou acontecimento transcendental para o país, que o presidente é quem poderá convocar o plebiscito, ou seja, tem mais peso. Mas, sim, estou de acordo contigo: antes do plebiscito, é imprescindível que se realizem debates, movimentos, consultas, fóruns, cursos etc.

Marta – E que o povo relacione o tema da Alca com sua vida cotidiana, ou seja, fazer um trabalho de educação popular, casa por casa. Uma das coisas de que eu gosto das consultas é que permite dar tarefa a muita gente, especialmente a muitos jovens que na América Latina – não digo que este seja o caso da Venezuela – querem fazer algo e não têm espaço, não querem fazer militância política, não querem entrar para um partido, mas estão dispostos a realizar tarefas concretas que os façam sentir-se úteis. Imagina estudantes dirigindo-se aos setores populares para explicar-lhes as conseqüências da Alca, o choque deste tratado com o projeto bolivariano da Alba e com aquilo que vocês estão tentando fazer

a partir deste país. Poderia se transformar, ao mesmo tempo, em uma campanha de solidariedade à Venezuela.

Chávez – É uma excelente idéia. Debates, há uns dias, contigam o tema dos partidos e essa seria uma tarefa importantíssima para ser assumida por muitos setores sociais e pelos partidos políticos que apóiam esse processo. Deveria ser levantado como uma bandeira de luta. Até agora não foi feito. Temos de trabalhar muito mais a idéia da Alba a partir dos pontos já abordados por mim em discursos e conversas com alguns dirigentes políticos.

Propus – como dizia – a idéia de se criar a Petroamérica, com isso de economias que se complementam, com a integração das universidades, a integração cultural, promover o desenvolvimento de zonas de fronteiras. Há uma série de pontos, inclusive algumas idéias do modelo de integração existente, que estão em marcha com as pernas quebradas – para dizê-lo assim – e que poderiam ser úteis: trabalhos técnicos da Cepal,⁸⁷ da Aladi,⁸⁸ do Sela.⁸⁹ Há instituições que têm trabalhos de integração elaborados, que poderiam muito bem entrar como contribuição. Quase todas foram satanizadas pelo neoliberalismo.

Os presidentes sul-americanos deveríamos solicitar ao Sela, à Aladi, à Cepal, para nos apresentar aos presidentes – aos dirigentes políticos, não aos técnicos – em um tempo condizente, um plano de longo prazo de integração real, concreta. Uma comissão poderia ser constituída. Temos os técnicos para elaborar propostas de integração. O tempo, quando se quer se acha; o que falta é a vontade política para fazer a cavalaria dar partida. Espero que, à medida que as situações políticas em alguns países

⁸⁷ Comissão Econômica para a América Latina.

⁸⁸ Associação Latino-americana de Integração.

⁸⁹ Sistema Econômico Latino-americano.

deste continente são alteradas, estas propostas tenham maior apoio dos presidentes. Enquanto isso, teremos de trabalhar muito mais nos grupos sociais, nos partidos políticos, para que esta questão ganhe peso a partir de baixo e tenha força própria.

Marta – Não os iam integrar ao Mercosul?

Chávez – Marta, não havia passado nem oito dias da minha eleição, eu estava em Brasília afirmando: “A Venezuela quer se integrar ao Mercosul”. O presidente Cardoso deu, de imediato, instruções a sua equipe para que ajudasse a Venezuela. Mas isso gerou reações opostas na Comunidade Andina de Nações – CAN: que o que a Venezuela quer é acabar com a CAN; que o que a Venezuela quer é romper a unidade da CAN para se incorporar ao Mercosul. Nós esclarecemos, em uma viagem que fiz a Bogotá, meses depois, que o que propúnhamos era que a Venezuela se incorporasse ao Mercosul como uma maneira de acelerar a união dos dois blocos. Depois de muitas reuniões, concordamos que apoiariamos a aliança dos dois blocos, mas sempre afirmamos que, se essa aliança não avançar com o ritmo de que necessitamos, sobretudo quando temos o tema da Alca na curva da esquina, a Venezuela continuará insistindo em sua integração ao Mercosul.

SOBRE O TERRORISMO

Marta – Conhecemos tua posição em relação aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e à campanha anti-terrorista lançada pelo governo estadunidense. Gostaríamos, no entanto, que te estendesses sobre este tema tão importante para o movimento revolucionário mundial. Que entendes por atividades terroristas? Não acreditas que é terrorismo de Estado a guerra

desencadeada pelos Estados Unidos contra o povo do Afeganistão e a atual agressão de Israel ao povo palestino?

Chávez – Bem, a nossa posição se aproxima muito à posição que a China manifestou em seu momento e, de alguma maneira, também a Rússia. A França também manifestou algumas opiniões parecidas com as nossas. É claro que nós não nos opomos a uma luta contra o terrorismo. Quem pode se opor? Mas, inicialmente dizemos – o que eu disse naquela ocasião e que gerou, em Washington, uma violenta reação – que não se pode lutar contra o terrorismo com mais terrorismo. E não fui eu apenas quem disse isso. Javier Pérez de Cuéllar, Kofi Anan e o Papa já haviam dito isso e Fidel emitiu, nesses dias, um comunicado muito preciso.

Estamos dispostos a lutar contra o terrorismo interno, externo, onde quer que se manifeste, mas dissemos: “respeitando a autodeterminação dos povos, a soberania dos Estados, o direito público internacional, as convenções das Nações Unidas, os direitos humanos dos povos”. Esta é a nossa posição e creio que é uma posição com grande força ética, política e jurídica. Que alguns não gostem, bom, que não gostem, mas é a nossa posição e, naturalmente, a manteremos e a conservaremos sempre.

Lamentavelmente, tentaram pintar este tema em preto e branco, tratando-o com um maniqueísmo total. Eu me lembro que, naquela viagem que fiz pela Europa no ano passado, este era o tema que estava em todos os lugares, porque era recente o 11 de setembro. Conversando com Tony Blair – apesar de conhecermos a posição da Grã-Bretanha nesse sentido – ele manifestou a necessidade de se fazer uma espécie de aliança mundial para lutar, não apenas contra os efeitos, mas contra as causas do terrorismo. E eu aplaudi essa idéia. E propus que o Grupo dos 77 e o Grupo dos 8 nos reuníssemos para analisar em sua profundidade o problema. Mas isso não foi possível.

Agora, em relação a perseguir os terroristas, sim, vamos persegui-los. Pediram a nossa colaboração e, modestamente, temos feito o que podemos: colocamos nossas polícias para investigar pessoas, contas bancárias ou informações que possam ajudar na luta contra o terrorismo. Estamos fazendo tudo isso e vamos continuar fazendo. Mas, repito, nos marcos do respeito às leis internacionais, aos direitos humanos...

Marta – O que dizes a respeito da tendência para associar o terrorismo com a guerrilha?

Chávez – Bem, creio que pode haver movimentos guerrilheiros ou subversivos cuja luta se aproxima da luta de movimentos terroristas. Eu acredito que um movimento subversivo que coloca uma bomba no centro de uma cidade e aquela bomba causa danos a pessoas inocentes – inclusive crianças, estudantes, um policial que está parado na esquina – realiza um ato terrorista. Se eu fosse guerrilheiro não estaria de acordo com isso e evitaria causar dano à população civil: explodir torres de eletricidade para deixar uma população sem energia elétrica. Imagina quantos problemas sociais e econômicos isso pode causar a um povo. Creio que esses atos são atos terroristas.

Marta – Mas não se justificam em uma guerra? Ou seja, qual é a diferença entre uma guerra de guerrilha e uma guerra regular? Porque a guerra...

Chávez – Na guerra regular, essas e outras coisas são feitas: bombardeiam cidades, jogam bombas atômicas sobre uma cidade, por exemplo, nos marcos de uma guerra regular. Mas deixemos a guerra regular e vamos à guerra irregular. Eu comentava, dias atrás, lembrando velhas leituras de quando eu era muito jovem, que a guerra irregular deve procurar o apoio popular e deve

conservá-lo. Eu não creio que um movimento guerrilheiro, para ganhar o apoio popular, tenha de explodir torres, colocar bombas, fazer ações que causem danos à população. Creio que isso gera danos ao movimento que assim age. Claro, isso foi assim desde que a história é história, mas, mesmo que tenha sido assim, eu, inclusive como soldado, sempre acreditei que isso é uma degeneração. Se eu fosse guerrilheiro, seria incapaz de colocar uma bomba em uma esquina. Como vou saber quem estará lá no momento em que essa bomba explodir? E se estão passando quatro crianças vindas da escola, cantando felizes? Quem me dá o direito de colocar ali uma bomba sem saber quem será atingido? E se for gente inocente?

Pelo enorme respeito que tenho para com a vida humana, entreguei-me nas duas ocasiões: em 4 de fevereiro de 1992, no Museu Histórico, diante do risco de a população civil desarmada sofrer os efeitos de um enfrentamento, aqui, em Caracas. Essa foi uma das principais razões que me levaram a entregar as armas naquele momento. Podiam-se ver os barracos localizados em volta do museu militar; eu sabia que eles estavam preparando um bombardeio, com um ataque por terra, para nos cercar e, bem, imaginei todas aquelas casas que estavam ali perto, via as crianças olhando pela janela... Eu via essas pessoas e dizia: “Elas não têm culpa disso, nem sabem o que está acontecendo”. E depois, passados dez anos, acontece novamente em Caracas, apesar de muito diferente, uma situação que também pode produzir enfrentamentos e mortes.

Marta – A propósito do que falas sobre se render, tenho uma mensagem de uma mulher que soube que eu vinha te entrevistar e me disse: “Diga a Chávez, por favor, que as mulheres deste país pedimos que não renuncie mais, porque sabemos que ele tem um

coração tão grande que não quer mortes. Se ele renunciar, vai haver muitas mortes. Por favor, diga-lhe que não renuncie, que esse é o medo de muitas mães”. Repare que dizia que estavam dispostas a morrer e também seus filhos, para que este processo siga em frente.

Chávez – Marta, essa é uma mensagem importante para mim. Eu sei que muita gente pensa isso e digo que o escrevas: “eu me rendi em 4 de fevereiro de 1992, mais ou menos às 10 da manhã, e me rendi dez anos depois, em 11 de abril, mais ou menos às 3 horas da manhã; mas, se ocorrer uma terceira vez, eu não estou seguro de que vá me render, apesar do que possa acontecer. Isso para que digas a essa preocupada mãe, ou às mães e jovens e a muitas pessoas que me escrevem recadinhos: “Chávez, Chávez, não saias outra vez, não nos faz isso de novo”.

Mas, voltando ao tema do terrorismo e da guerrilha, quero esclarecer que, no caso da Colômbia, nós não caímos nisso de acusar a guerrilha colombiana de terrorista. Agora, se a guerrilha colombiana coloca bombas ou coisa e tal..., bem, sim, é um ato que considero ser uma degeneração da guerra. Mas sequer isso pode nos fazer classificar este ou aquele movimento como terrorista, porque achamos que não nos corresponde fazer isso. Agora, acreditamos que o que ocorre na Colômbia tem raízes políticas. É preciso encontrar soluções políticas, é preciso encontrar soluções de diálogo, de negociação para a paz. Se acusarmos a guerrilha colombiana de terrorista, estaremos fechando o caminho para uma possível participação nossa como mediadores – que é o que aspiramos, se assim decidirem as partes em conflito – neste momento de busca de um diálogo, da paz. O que pedimos, então, não só à guerrilha, mas a todos os envolvidos na situação da Colômbia é que não utilizem ações que possam causar danos à população civil.

Essa é a nossa posição a respeito do terrorismo; além disso, insisto na concepção de luta contra as suas causas.

O mundo como está – tenho dito – não é viável. Se for ampliada a diferença entre ricos e pobres, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se a cada dia há mais miséria, mais fome, mais morte, bem, este é outro tipo de terrorismo. Há terrorismo de diversos tipos: a fome é um deles. E é preciso lutar contra esse terrorismo; creio que com mais razão do que contra os outros terrorismos violentos.

Que bom seria o mundo dar conta disso cada vez mais; que houvesse maior vontade em cooperar para o desenvolvimento humano, como pede as Nações Unidas, a FAO! O secretário-geral da FAO disse, em Roma, que a ajuda do mundo desenvolvido à agricultura e à produção de alimentos no mundo pobre, em vez de aumentar havia diminuído. Os programas de desenvolvimento ou de combate a doenças terríveis como a Aids, contra a desnutrição, tudo isso diminuiu muito mais com o neoliberalismo.

Então, se continuamos nessa direção e o número de pobres cada vez aumentando mais na América Latina, no Caribe, África, Ásia, para onde vai o mundo? O mundo caminha para um desastre, um colapso terrorista.

Marta – Não acredita que – como diz Samir Amin, economista egípcio e presidente do Fórum Mundial de Alternativas – em lugar de promover uma frente unida contra o terrorismo, como os Estados Unidos fazem, deveria ser promovida uma frente mundial contra a guerra e contra a injustiça social, que reuniria militantes do Sul e do Norte, com objetivos precisos: procurar impedir as guerras em preparação e desmascarar as campanhas que pretendem satanizar e qualificar de terroristas tanto os movimentos de libertação nacional e de combate à exploração e à miséria no

Terceiro Mundo, quanto os movimentos antiglobalização nos países do Norte?

Chávez – Eu estaria plenamente de acordo com esta proposta. Nós expusemos, em várias reuniões de cúpula internacionais, a idéia da criação de um Fundo Humanitário Internacional, reduzindo o gasto militar. Disso se falou há muito tempo, mas onde está a vontade política para levá-lo à prática?

Eu preferiria, por exemplo, que, dos quase 5 bilhões de dólares que este ano a Venezuela vai pagar – já pagamos a metade – pudéssemos investir a metade não só em benefício do nosso povo, mas também em benefício dos povos mais pobres do nosso entorno geopolítico. Imagino um programa especial, que não seria conduzido pela Venezuela, um fundo humanitário para a produção de alimentos para as crianças desnutridas, para os países mais pobres, o Haiti por exemplo, os países do Caribe, da América Central, da América do Sul; programas especiais de vacinação contra as doenças... Falo só do caso da Venezuela, mas se uma porcentagem da dívida do Brasil, do México, da Argentina, dos países endividados, pudesse ser orientada para tal fim, não creio que isso vá prejudicar a economia mundial: ao contrário. Acredito que povos com melhores níveis de desenvolvimento terão maior capacidade para se incorporar aos processos econômicos e dar consistência a essa economia produtiva.

No ano passado, propusemos no Canadá, na Cúpula das Américas,⁹⁰ diante de todos os presidentes dos países do continente – a exceção de Fidel que, como tu sabes não participou porque foi excluído “democraticamente” – que, reconhecendo a gravidade da situação social do continente, fosse decretada ali no Canadá, em Quebec, uma emergência social. Pedi que isto fosse feito ali

⁹⁰ Abril de 2001.

mesmo. Descartei a idéia de se nomear uma comissão para, dentro de um ano, nos apresentar um informe. Creio que não é necessário fazer nenhum estudo nem diagnóstico. É uma realidade que está à vista: a fome, o desemprego, a miséria, tudo isso desestabiliza as democracias; é uma desestabilização política, econômica, social, uma espécie de terrorismo também. Ninguém respondeu, sequer para me contradizer. Como seria bom se alguém dissesse: “Não estou de acordo com isso”. “Ah, muito bem, por que, o que propões então?... Mas não...”

O modelo neoliberal causou muito dano. Acredita-se que a abertura dos mercados, que os investimentos internacionais são a solução. Às vezes, nós nos indignamos quando ouvimos alguns chefes de Estado europeus afirmarem que a ajuda à América Latina teria de depender, primeiro, que fôssemos capazes de acabar com a corrupção. Como se lá não houvesse corrupção. E que deveríamos diminuir o tamanho dos nossos Estados. Condições indignas, é como impor condições impossíveis.

INGERÊNCIA ESTADUNIDENSE: ESCRITÓRIO PARA A TRANSIÇÃO

Marta – Falando de política internacional, o que podes me dizer do que saiu no jornal *El Nacional* em relação a que os Estados Unidos pretendem abrir, em Caracas, um escritório para a transição?

Chávez – Veja, Marta, estamos primeiro averiguando o que se trata antes de adotar uma posição, porque nos inteiramos disso basicamente pela imprensa e creio que qualquer um pode entender que temos razões para duvidar das grandes manchetes da imprensa opositora. Poderia ser uma intriga jornalística para que reagíssemos, neste momento em que estamos dando passos delicados,

com muita cautela, para não complicar mais ainda as relações com os Estados Unidos.

Estamos, portanto, pesquisando. Pedimos esclarecimentos ao governo dos Estados Unidos, através de sua embaixada. Estamos procurando informações por outras vias. Eles deram algumas explicações, mas ainda insuficientemente detalhadas. O diário *Últimas Notícias* – um dos mais objetivos que temos – de terça-feira, 23 de julho, quer dizer, de hoje, diz a respeito: “Esclarecimento: a embaixada dos Estados Unidos em Caracas confirmou ontem que o governo estadunidense está considerando a possibilidade de abrir um escritório para iniciativas para a transição, e esclareceu que seu objetivo é o de fortalecer a democracia. O adido de imprensa da sede diplomática estadunidense, John Low, disse que a iniciativa está sendo considerada em Washington diante da complicada situação política que vive a Venezuela. Esta é uma iniciativa que vem sendo considerada há meses, é uma possibilidade que se inscreve nos programas internacionais de fortalecimento das instituições democráticas – asseverou Low. Se o escritório for aberto, será de uma maneira pública e vai trabalhar com o governo, a oposição, as organizações não-governamentais e os cidadãos [...]. Esclareceu que o nome do escritório se relaciona à atividade que desenvolveu, em suas origens, para cooperar com países de regime comunista em sua transição para sistemas democráticos”.

Que atitude devemos adotar diante disto? Primeiro, devemos considerá-lo com atenção, com cuidado, com calma, com paciência. Devemos indagar a fundo. Até agora estão esclarecendo que é só uma possibilidade. Agora, posso te dizer que, hoje mesmo, encomendei ao chanceler Chaderton a tarefa – já cumprida – de fazer ver ao governo dos Estados Unidos, através de sua embaixada em Caracas, que nos parece que uma iniciativa

deste tipo, se for concretizada, não ajudaria em nosso esforço para diminuir as tensões internas, de procurar alternativas de solução para o país, para o que demonstramos muita abertura.

Por outro lado, é sabido que estamos dispostos a dialogar. Dialogamos com governos de muitas partes do mundo, convidamos o Centro Carter, as Nações Unidas a nos visitar. Dissemos que quem quiser pode vir, desde que respeite a nossa soberania e venha cooperar.

Agora, por que eu digo e dissemos ao governo dos Estados Unidos que, na nossa opinião e diante das primeiras informações, acreditamos que isso não ajuda? Porque isso geraria, como já começou a gerar em alguns setores de oposição, a idéia, a percepção de que esse governo os estaria apoiando. Foi essa sensação de sentir-se apoiados que lhes deu alento para fazer o que fizeram em 11 de abril. Quando, naqueles meses, setores da oposição iam a Washington e eram recebidos em diversos escritórios, não sei se eram escritórios de transição ou não. Eu manifestei, várias vezes, a embaixadores anteriores e ao atual, e o fiz também quando visitei esse país, que me parecia muito arriscada a boa acolhida que estavam dando lá às pessoas que estavam conspirando aqui; que isso era muito arriscado, porque poderia fazer com que eles e outras pessoas acreditassem, incluindo a nós como governo, que lá estavam apoiando e dando luz verde para iniciativas como essa.

Isso de “escritório de transição” poderia gerar o mesmo efeito. E o mais negativo é que isso ocorre em um momento em que há algumas razões objetivas para se sentir otimista. Há alguns setores de oposição que vêm refletindo sobre a necessidade de se evitarem saídas traumáticas, ou saídas inconstitucionais, posição essa que pode isolar os setores mais radicalizados da extrema direita e da contra-revolução. Os nossos esforços de diálogo

apontam para essa direção, de retificação em alguns pontos e para a cooperação de alguns líderes e de entidades internacionais.

Então, o estabelecimento de um escritório como o que está se propondo, com o nome e os antecedentes que tem, poderia muito mais ser lenha seca para uma fogueira que queremos apagar.

Isso é o que podemos dizer até a data de hoje, 23 de julho.

Porém, se mais adiante isso chegar a se concretizar, nós teremos também de concretizar a nossa posição e levar esse debate, primeiro ao país, às nossas instituições – já começaram a surgir porta-vozes da oposição aplaudindo a proposta, mas também, e naturalmente, há setores que começam a se manifestar contra essa proposta – e, depois, para outros países.

Por outro lado, aqui já está em marcha uma transição. A Venezuela está passando por um processo de transição, há três anos, de um modelo político, econômico e social para outro modelo que está indicado na Constituição Nacional. Essa é a nossa transição. Agora, se o governo dos Estados Unidos quer ter mais presença na Venezuela para apoiá-la, que é a única forma que eu reconheço, seja bem-vindo. Se o governo dos Estados Unidos quiser instalar, em Caracas, alguns assessores, algumas equipes para nos ajudar no programa de microcréditos para os pobres, na construção de moradias para as classes despossuídas, na aplicação da Lei de Terras, seja bem-vindo. Ele e qualquer outro governo.

Se o petróleo venezuelano interessa ao governo dos Estados Unidos, a melhor maneira de continuar obtendo-o é apoiar o nosso governo, e podemos assegurar que poderá contar com o nosso petróleo. É de mútuo interesse continuar mantendo esse intercâmbio comercial. Do contrário, uma desestabilização política no país só levaria a que esse fornecimento deixasse de estar assegurado. Imaginas o que ocorreria se fosse dado outro golpe

contra Chávez, militar ou institucional, como agora estão pretendendo levar adiante? Este país se transformaria em um estopim. Se na Colômbia há zonas afetadas pela presença da guerrilha, se são feitas sabotagens nos oleodutos, o que aconteceria aqui, com todo um povo e um exército que vêm na figura de Chávez a encarnação da esperança?

Quero que saibas, Marta, que não temos nenhum interesse em complicar as relações com os Estados Unidos, em prejudicá-las, muito menos em rompê-las. Isto, sim: reivindicamos sempre o tema da soberania, da independência, e fazemos essa reivindicação não apenas aos Estados Unidos, mas também a todos os países do mundo.

CAMADAS MÉDIAS, ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIÁLOGO

O QUE ACONTECE COM AS CAMADAS MÉDIAS

Estratégia da direita: isolar os governos populares das camadas médias

Marta – No Chile de Allende, uma das principais causas da derrota foi o fato de a direita, através de uma estratégia e táticas antiallendistas muito hábeis – entre elas a desestabilização econômica (fuga de capitais) e a desestabilização político-social, nas quais os meios de comunicação desempenharam um papel muito importante – conseguiu cooptar importantes setores das camadas médias, conseguindo isolar os setores populares mais radicalizados. Não achas que algo semelhante está ocorrendo na Venezuela e que seria importantíssimo conquistar para o processo bolivariano as chamadas camadas médias intelectuais e profissionais que, embora numericamente pouco significativas, são qualitativamente muito importantes, porque, ganhas para a revolução, poderiam proporcionar um sem número de quadros bem preparados para enfrentar os enormes desafios

econômicos e sociais que se avizinham? Achas que se tem tido uma estratégia correta com relação a esses setores que, segundo me informaram, em sua maior parte hoje não apóiam o processo revolucionário? O que haveria que fazer para reconquistá-los?

Ouvi dizer que tu te rodeias dos leais, que a questão da lealdade é muito importante para ti e que muitas vezes essas pessoas são muito leais mas pouco eficientes e, de alguma maneira, formam um cerco ao teu redor que impede que outras pessoas possam colaborar com o processo. Por outro lado, há quem sustente que existem muitas pessoas das camadas médias, com muita sensibilidade social, que querem ajudar os setores populares mais necessitados; que não querem Chávez, mas estariam dispostos a trabalhar em projetos destinados a melhorar as condições de vida do povo, mas que sentem que não há espaços para eles, que estão subutilizados. Como fazer para integrar esse pessoal?

Atitudes que afastam esses setores médios

Chávez – Não vou negar que pode haver setores – vamos chamá-los leais ou chavistas – cujas atitudes sectárias tendem a criar esses muros que acabam isolando o processo e o governo de importantes setores médios. Mas não creio que seja a marca predominante das equipes de governo, das equipes que me rodeiam e que me têm rodeado. Se alguém analisar a composição dos gabinetes que vêm passando pelo governo, poderia se dar conta de que a maioria não é composta por figuras do partido [MVR].

Consciência da necessidade da aliança

Temos consciência da necessidade da integração de diversos setores ao processo revolucionário. Inclusive – como disse – antes

de ser governo, vínhamos trabalhando com o documento que chamávamos “mapa estratégico”.

Daí nasceu o Movimento V República; a aliança com outros partidos, fundamentalmente de centro, de direita e pequenos grupos que se incorporaram também. E, além dessas alianças com partidos políticos, tínhamos outro espaço ao qual chamávamos de “polinômio de poder”, “el popo” – embora eu tenha inventado o termo, nunca gostei, mas assim ficou – com a visão estratégica de fazer alianças com setores das igrejas, empresariais, intelectuais, acadêmicos, profissionais etc. Desde então, vimos fazendo esforços para aglutinar esses setores, mas não tivemos muito êxito e precisamos ter. Claro, isto é como jogar xadrez: eu tenho minhas peças, armo meu jogo mentalmente e jogo; mas lá na frente tenho um adversário que tem muita força, muito poder para influir sobre esses setores, e conta principalmente com o poder dos meios de comunicação, que influi muitíssimo nas camadas médias. Aí é o alvo dos impactos desse bombardeio dos meios de comunicação, que não é novo, já tem mais de dez anos. A campanha de satanização começou tão logo ocorreu o 4 de fevereiro de 1992 e, em vez de diminuir de intensidade, intensificou-se contra mim diretamente, contra o nosso projeto, contra nossa tentativa de formar esse amplo bloco que denominamos de “polinômio de poder” e que estava dirigido e orientado para esses setores médios, intelectuais, mal definidos como “pensantes”, um termo bastante...

Marta – Pejorativo para todos os outros?

Chávez – Sim, porque todos nós pensamos. Tentamos – não poucas vezes – nos unir a setores da classe média, dos intelectuais, mas não tivemos êxito. A estratégia do adversário pode mais, embora nós também temos cometido erros.

Voltando à tua afirmação de que eu me rodeio de pessoas leais, creio que a crítica não se refere a que elas sejam leais, mas a que sejam setores sectários, chavismo obstinado – como são chamados –, que se fecham para os demais.

Mas acontece que costumam me criticar pelo oposto. Dizem que fui muito liberal na hora de escolher as equipes, mas creio que assim faço porque tenho sempre presente a idéia do “polinômio de poder”. Por exemplo: do meu primeiro gabinete participaram figuras como Alfredo Peña, que agora é o prefeito de Caracas e adversário visceral, não só meu, mas do projeto. Por que Alfredo Peña entrou no governo? Foi um erro de quem? Foi meu. Eu o nomeie nada mais nada menos do que ministro da Secretaria. Por quê? Precisamente porque era jornalista, um homem de televisão de muitos anos, com bastante conexão com alguns setores dessas classes médias e pensei que fosse me servir como canal de comunicação, de ligação com diversos setores, incluindo os meios de comunicação.

Se procuras outros nomes, encontrarás alguns professores universitários de prestígio, como, por exemplo, Héctor Navarro, que dirigiu cursos de pós-graduação durante anos na Universidade Central. Foi ministro da Educação por três anos e agora é ministro da Educação Superior. Por ele, chegaram ao governo muitas pessoas que eu nem conhecia, como María Hanson, uma mulher muito dinâmica, que foi vice-ministra de Gestão Educativa. Foi deles a idéia do projeto da Escola Bolivariana. María foi membro da direção da Federação de Associações de Professores Universitários da Venezuela e tinha uma série de contatos. Carlos Lanz, ex-guerrilheiro, um homem de esquerda, escritor, também trabalha nesse ministério. Eles fizeram algo que aqui nunca havia sido feito: chamaram-no de Constituinte Educativa. Realizaram centenas de reuniões nas escolas, com pais de alunos e representantes, professores e alunos, para propor e apresentar o Projeto Educativo Na-

cional (PEN), surgindo daí o projeto da Escola Bolivariana e outras idéias, das quais participaram muita gente do setor educativo.

Se continuarmos analisando esse primeiro gabinete, poderás conhecer outro personagem, o escritor e planejador Jorge Giordani, de quem já havia falado antes, que atuou por três anos como ministro do Planejamento e Desenvolvimento.

Outro exemplo é o do Ministério do Meio Ambiente, dirigido por Ana Elisa Osorio, uma mulher de uma grande trajetória universitária, médica especialista na área social. Forem também incorporadas a esse ministério pessoas de muita experiência em matéria ambientalista etc.

Então, ao longo desses anos, foram sendo formadas diversas equipes, das quais participaram muitas pessoas “leais” no sentido que assinalavas. Talvez esta não seja a palavra adequada para qualificar essas pessoas, mas, sim, a de gente inflexível, sectária. Ainda temos isso, mas quero que essas atitudes sejam superadas.

Mas, além de governo, em outros espaços, como a Assembléia Constituinte, ocorreu uma avalanche de novas caras. Muitos dos novos parlamentares não tinham trajetória política, incluindo acadêmicos, jornalistas, escritores, cantores, poetas. O governo começou muito bem, com uma grande abertura; não foi um governo que começou fechado.

Mas quando começamos a perceber que, valendo-se dessa abertura, as forças adversárias estavam penetrando, infiltrando-se, desviando o processo, neutralizando-o, então começamos a fechar. E isso aconteceu até, inclusive, com figuras como Luis Miquilena, um homem que esteve firme ali, trabalhando durante todos esses anos, com muita habilidade política, com muitos contatos com diversos setores, um homem de quase oitenta anos, com muita experiência. Mas, finalmente, percebemos que ele não compartilhava da real intenção, dos objetivos, da estratégia revolucionária que nos anima.

E, então, esse pessoal foi nos deixando e começamos a pensar que talvez fosse preciso fechar um pouco a mão. Isso talvez venha acontecendo ultimamente, principalmente quando uma conspiração, uma tentativa de infiltração começou a se manifestar.

Em todo o caso, reconheço que tivemos pouco êxito com esse plano ou programa de “polinômio de poder” e é preciso ter consciência de suas razões. Trata-se de erros nossos? Não nego que esteja presente esse fator que assinalas. Mas também é preciso levar em conta que, antes de nós chegarmos ao governo, uma boa parte dos mais brilhantes intelectuais havia assumido posições entreguistas, para dizer o mínimo. Isto é confirmado por um livro de Néstor Francis, um bom jornalista venezuelano de esquerda: *O antichavismo e a estupidez ilustrada*, onde ele faz uma série de análises bem interessantes sobre a atitude desses setores esclarecidos.

Mas eu creio que o principal fator, o mais destruidor, é o da mídia.

Documento de intelectuais

Marta – Li um interessante documento de um grupo de intelectuais, entre eles, Edgardo Lander: “Um diálogo para a inclusão social e o aprofundamento da democracia”, publicado em maio de 2002, que apóia o processo, mas com críticas. Penso que os fatos do 11 de abril abriram os olhos de muita gente e que hoje existem melhores condições para o diálogo com setores médios, especialmente com os intelectuais. Segundo soube, tu leste o documento e propuseste reunião com alguns dos autores, o que não ocorreu até agora.

Chávez – É verdade, essa reunião está pendente, escapuliu-nos em duas oportunidades, mas pedi a José Vicente Rangel que se reunisse com eles e assim o fez. Eu tenho de vê-los. Foi uma falha nossa não haver sabido aproveitar as contribuições de grupos de intelectuais.

Assessoria estrangeira

Marta – E a propósito de profissionais, surpreende-me o fato de haver tão poucos quadros revolucionários estrangeiros colaborando com o processo. Lembro-me de quantos profissionais chilenos foram apoiar o processo cubano, o mesmo ocorrendo com a Nicarágua. Os tempos terão mudado tanto ou será que não souberam motivar e procurar esse apoio? Pensando um pouco na estratégia de comunicação de vocês e nos muitos defeitos que tu reconheces, há muita gente boa em jornalismo em outros países que poderia colaborar.

Chávez – Bem, creio que há falhas de ambas as partes – em primeiro lugar, falhas nossas. Mas também teve impacto internacional o tratamento – em geral e a mim, em particular – que a mídia nos deu.

Se eu fosse um intelectual de esquerda de qualquer país da América Latina, ao olhar este processo com distanciamento, é possível que pudesse guardar alguma prevenção. Quem governa o país é um militar, um militar que, além do mais, pretendeu dar um golpe, e, bem, tudo o mais que surgiu. Por exemplo, associaram-nos, e muito, e isso correu pelo continente, com os “caras-pintadas”⁹¹ da Argentina. Eu me lembro de que, chegando a Buenos Aires, pela primeira vez, as manchetes diziam: “Chegou o ‘cara-pintada’ venezuelano”. Os setores de esquerda, os intelectuais, estavam ausentes.

Agora, observe que a primeira pessoa que rompe com isso é Fidel.

Fizemos empenho, na Colômbia, para contatar setores sociais, políticos, mas foi difícil: fomos rejeitados, porque nos associaram

⁹¹ Grupo militar fascistoíde da Argentina

com a guerrilha, com os movimentos armados. Fomos à reunião do Fórum de São Paulo, em El Salvador, conhecemos e saudamos muita gente, mas uma boa parte dela pensava: Cuidado, chegou um coronel golpista!

Fiz muitos esforços, viajei pelo continente, conheci muita gente nos anos de 1994-1995 e consegui fazer alguns contatos importantes, mas, depois, isso não resultou em quase nada. Não foi fácil devido aos preconceitos, à falta de equipamentos, de recursos, às vezes não tínhamos nem para o telefone, que era cortado. Mais de uma vez tivemos de trabalhar em escritórios emprestados. Também não tínhamos uma visão clara da importância disso. Mas tenho certeza de que isso nos afetou.

Certa ocasião, fui ao México e consegui conversar com Cuauhtémoc Cárdenas, que havia sido recém-eleito Prefeito do Distrito Federal do México, mas igualmente não se concretizou nada, porque o PRD mexicano foi um dos que mais se opuseram, em San Salvador, à nossa integração ao Fórum de São Paulo. Ali, em me senti como em uma inquisição. Pediram-me para fazer uma carta solicitando a nossa inclusão. Nunca fizemos isso, porque, na verdade, eu senti muita frieza.

Mas a situação mudou muito depois do golpe de 11 de abril. Uma grande simpatia internacional pelo nosso processo foi despertada. Acho que a reação golpista da direita foi, para muita gente, a melhor prova de que algo sério estávamos tentando fazer em nosso país. Ao mesmo tempo, nós desenvolvemos maior consciência da importância dos contatos e do apoio internacional. Tu pudeste ver a afluência de personalidades e a quantidade de fóruns, cursos, seminários que estão acontecendo em Caracas.

Mas continuamos com muitas falhas neste processo, apesar de termos uma direção internacional no Movimento V República, uma direção internacional no Comando Político da Revolu-

ção. Falta-nos também uma diplomacia mais dinâmica, que leve adiante esse trabalho de contatos em nome do governo.

Há muitos funcionários antigos nas embaixadas que não cumprem essa tarefa; mas, ao contrário, muitas vezes sabotam ou criam obstáculos aos contatos com grupos políticos e com setores intelectuais amigos deste processo.

FALHAS NA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Como enfrentar a campanha de oposição da mídia

Este é um dos nossos desafios atuais: como avançar e nos consolidar nesses espaços. E precisamos saber como enfrentar a poderosa ação dos meios de comunicação de oposição, que deturpam as nossas intenções, que nos satanizam.

Por exemplo, eles publicam em primeira página fotos de pessoas dos setores culturais protestando porque seus recursos não são liberados. Então, alguns intelectuais dizem que “Chávez não se interessa por cultura e nega-lhe recursos”. Essa estratégia é aplicada em todos os campos. Em compensação, pouco ou nada é informado sobre o esforço cultural popular que se está fazendo. Tu viste aquele modelo de escola em Puerto Cruz, diferente das do passado,⁹² as crianças com roupas adequadas para suas festas típicas. Há, agora, um espaço para os festejos, um espaço digno para os jogos, para pensar, para estudar. Construímos centros culturais comunitários em vilas, povoados, bairros populares, onde há um centro de computação com o acesso à Internet totalmente gratuito para a população, ou onde há espaços para as festas, para o

⁹² Refere-se a uma escola que foi inaugurada em um ato, do qual participei, realizado em 13 de julho de 2002.

teatro popular, instalações bem modernas administradas pelo governo em acordo com os governos locais. Todas elas são ações em benefício da cultura do país e quase não são percebidas.

Falhas próprias

Mas também é verdade que nós falhamos muito na estratégia de comunicação. Eu tenho uma obsessão por comunicação e, às vezes, sou rígido com os que me acompanham porque falhamos na hora de prever coisas. Por exemplo, esta manhã falei com meu pai, o governador do Estado de Barinas, e ele me disse: “Bem, Hugo, ontem entregamos cinqüenta tratores”, do programa que o Governo Nacional assinou com o governo do Brasil. Nesse Estado, a maquinaria agrícola – tratores, arados, semeadores – estava totalmente sucateada e há muito tempo que os pequenos e médios produtores não tinham um apoio contundente do governo. E, então, eu perguntei ao meu pai: “Trouxeste-me algum vídeo? Filmaram a entrega? O país não sabe que estamos entregando tratores novos e modernos aos produtores rurais”.

Poucas pessoas sabem que realizamos um plano de moradias bem-sucedido, com uma boa parte direcionada para atender os setores médios, e outra parte para atender os setores de renda mais baixa. Fizemos um projeto no passado para fabricar um veículo popular. Foi um convênio com as montadoras e os bancos e bateu o recorde de venda. Quem foi favorecido? Principalmente os setores médios. Em todos esses casos, repito, houve falhas de comunicação de nossa parte; não fomos capazes, por diversas razões, de levar ao conhecimento dos trabalhadores, dos intelectuais e do país em geral tudo aquilo que estamos fazendo em benefício de muita gente, principalmente, desses setores.

Marta – Posso te interromper?

Chávez – Sim, claro, eu tendo muito o que falar.

Marta – Na época de Allende, tivemos o mesmo problema no Chile. Por um lado, a oposição manipulou para não perder o controle dos meios de comunicação. As três condições que a Democracia Cristã estabeleceu para apoiar Allende foram de não tocar nos meios de comunicação – os meios que informavam de maneira deformante, nas Forças Armadas e na Educação. Quando o governo quis fazer uma educação mais democrática, mais orientada para o social, houve uma reação incrível da direita. Por outro lado, a esquerda, o pessoal progressista estava acostumado a fazer imprensa de oposição e não sabia fazer uma imprensa capaz de informar e dar conta de tudo o que o governo fazia.

Chávez – Estamos tentando publicar dois jornais para divulgação das ações e iniciativas do nosso governo e que a imprensa tradicional ignora ou relega a pequenas notícias em espaços internos, muitas vezes em notas de rodapé. Um bom jornal teria, sem dúvida, um impacto muito positivo.

A Constituição Bolivariana na era da informação

Marta – Voltando à situação venezuelana, eu não entendo como, realizando-se uma nova Constituição na era da informação, não haja normas que permitam controlar os meios de comunicação da oposição, porque eu vejo essa imprensa como absolutamente antidemocrática, ou seja, uma imprensa não objetiva, que não ajuda o país, que promove a desestabilização e o golpe. Creio não conhecer outro país com meios de comunicação tão incontroláveis.

Chávez – Na Constituição, ficou inserido o termo de “informação veraz”. Isso foi aprovado depois de um grande debate. Os meios de comunicação e seus representantes políticos não pude-

ram impedir que esse termo permanecesse. Por outro lado, o Tribunal Supremo de Justiça emitiu um comunicado, no ano passado, ratificando o princípio constitucional da “informação veraz”, afirmando que os meios de comunicação estão obrigados a respeitá-lo. E agora está em andamento um projeto de lei – que eles querer barrar –, a Lei de Conteúdo, que, ao ser aprovado, vai estabelecer, em um nível muito mais detalhado, normas, regras para concretizar o que a Constituição especifica como “informação veraz” provocando o ataque endurecido do ano passado.

Ou seja, não é que tenhamos uma absoluta carência em nível de instrumentos legais para regular essa falta de controle dos meios de comunicação, que não é nova, vem de longe, mas que, principalmente, mostrou-se sem limites nos últimos três anos.

Agora, eu falava de um dilema no qual vimos navegando: como conseguir que a imprensa escrita, a televisão, a rádio e quem as dirige, administra ou utiliza, entrem nesse quadro constitucional, legal e, além disso, ético.

Tentamos estabelecer um diálogo, de influenciar de diversas maneiras, mas, sem dúvida, não atingimos esse objetivo. O que ocorreu ultimamente demonstra que não há por parte deles, nenhuma disposição em moderar, em se enquadrar na Constituição. Estão apresentando uma resistência feroz, com apoio internacional que inclui até funcionários da OEA.

Muitas pessoas nos sugerem: “É preciso apertar o cerco em relação aos meios de comunicação, é preciso fazê-los entrar na linha”. A esta altura, creio que o único caminho que nos resta é a coerção, naturalmente dentro dos marcos jurídicos. Há uma nova lei de telecomunicações de 2000, no quadro da Lei Habilitante, que estabelece sanções aos meios de comunicação. Há um órgão que se chama Conatel (Conselho Nacional de Telecomunicações), que já esteve impondo multas, com procedimentos administrativos que às vezes

conduziram a punições mais brandas; apesar de haver razões suficientes para se aplicar medidas severas, não as aplicamos. Mas é bom que se saiba que não renunciamos à possibilidade de fazê-lo.

Os meios de comunicação comunitários

Marta – Eu soube que há um grande crescimento de meios de comunicação comunitários em todo o país. Sendo eles importantes instrumentos tanto para o conhecimento da verdade sobre o processo, quanto de ajuda para a organização das comunidades, que avaliação tens desse fenômeno?

Chávez – Os meios de comunicação comunitários são muito importantes para nos contrapormos à campanha de desvirtuamento atualmente em uso, de iniciativa de emissoras e jornais privados. Não podemos ficar calados diante do uso dos meios de comunicação privados para envenenar a mente da população.

Comunicando-se diretamente com o povo

Marta – Intei-me de que está acontecendo um boicote popular em relação aos jornais e canais de televisão que se lançaram contra o sistema democrático; e que o boicote foi tão bem-sucedido que os proprietários dos principais jornais de oposição acusados de golpistas, como o *El Nacional* e o *El Universal*, assim como a rede Globovisión, decidiram reconhecer que houve uma extraordinária diminuição em suas vendas e em seu *rating*. Por exemplo, o colunista do *El Nacional*, Miguel Salazar, confessou que a tiragem desse jornal havia se reduzido significativamente, situação que qualificou como “preocupante”, levando em conta a sua vendagem histórica. Por sua vez, o canal Gobovisión admitiu que o *rating* dos principais horários nas últimas semanas diminuiu entre 3 e 5 pontos. Eu soube também que, somado-

se ao boicote, procedeu-se a um chamamento para não se consumir os produtos ou as marcas dos anunciantes em tais veículos, divulgando-se uma listagem com seus nomes. Sempre me pareceu muito interessante o papel que os consumidores organizados podem desempenhar no confronto com determinadas políticas. E esses fatos seriam uma mostra disso. Mas, como temos pouco tempo, prefiro não me deter nesse tema, pois gostaria que me falasses do teu programa dos domingos. Por que não explicas como surgiu o programa “Alô, Presidente!”, o que te fez pensar em fazer tal programa, como ele foi se desenvolvendo e mudando e o balanço que fazes dele.

Chávez – A idéia nasceu no início deste governo, como resultado da nossa debilidade em comunicação.

Marta – Foi uma idéia que te ocorreu?

Chávez – Surgiu da equipe que havia trabalhado comigo durante a campanha eleitoral, um pequeno grupo de três ou quatro pessoas, quando avaliávamos a nossa terrível debilidade em comunicação. Dali surgiu a estratégia de se usar o presidente Chávez como comunicador, dado o peso – isto me custa dizer, mas é assim – que sua figura tinha no processo e, sobretudo, no começo do governo.

Começamos fazendo um jornal que se chamava *El correo del Presidente*. Era um bom jornal, mas fracassou.

Marta – Por que fracassou?

Chávez – Embora tivesse um bom formato, uma boa mensagem, era muito “governista” e, além disso, houve falhas de distribuição e, depois, na administração. Durou vários meses e cumpriu uma tarefa importante.

Marta – Qual era a sua tiragem?

Chávez – Não lembro bem; mais ou menos 20 mil exemplares.

Marta – Ah! Então era um jornal sem visibilidade?

Chávez – Quase.

Marta – Não chegava a toda a população...

Chávez – Não chegava. Em seguida, fizemos um programa de televisão semanal. “De frente com o Presidente”, ao vivo, todas as quintas-feiras à noite, em um estúdio cheio de gente e a população perguntava, chamava por telefone. Não era ruim, mas começou a se tornar muito chato e a perder audiência. Creio que o formato do programa deixou a desejar; talvez com um novo formato..., mas a idéia continua sendo válida, eu sempre gostei dela.

Em seguida, surgiu o “Alô, Presidente!” aos domingos. Eu tinha então dois programas, às quintas-feiras e aos domingos. Inicialmente eram só programas de rádio que se resumiam principalmente a ligações telefônicas, uma avalanche de ligações. Tínhamos a preocupação de que as perguntas e as respostas fossem curtas, principalmente as respostas, porque a minha tendência é me prolongar muito nas respostas. Além disso, era sempre feito no mesmo local: a sede da Rádio Nacional da Venezuela, que fica em uma área muito populosa da cidade, de setores de classe média.

Era aos domingos, às nove da manhã, e, às vezes, durava até as duas horas da tarde. Sua estratégia era a das chamadas telefônicas. Eu insistia muito: “Deixem que muita gente telefone”. Não havia um roteiro. Eu chegava, sentava-me e dizia, por exemplo: “Bom dia, hoje é o dia de São Barnabé, é domingo, está chovendo etc. Há ligações?”. O programa ia se desenvolvendo com base nos temas abordados nas ligações, quase todas eram de mulheres expondo problemas. Algumas criticavam, mas não muitas, porque despencava uma avalanche de ligações defendendo o governo e, além disso, eu lhes respondia firmemente.

O programa durava mais ou menos cinco horas e a metade do mesmo – quando tornava inflamado e eu gostava muito –, era a chamada: “A hora do chumbo”, e era “chumbo grosso” mesmo, atacando implacavelmente...

Marta – A quem atacavas?

Chávez – A oposição, os meios de comunicação, alguém em particular que disse tal coisa. Esse programa era bem animado.

A partir do seu início, foram se somando muitas outras emissoras, principalmente as regionais. Chegamos a ter 100 emissoras coligadas ao sinal, como se fôssemos uma cadeia nacional de rádio.

Mas, o que aconteceu? Como fazíamos todos os domingos no mesmo local, cujo prédio tinha uma única saída, eu comecei ser alvo de muita gente que chegava chorando com pastas, papeizinhos. Quando chegávamos ao local às 9 horas da manhã, o povo já estava lá, amanhecia lá, vinha de longe. E os vizinhos começaram a se queixar, pois não havia instalações e as pessoas faziam suas necessidades onde fosse possível. Elas dormiam nas portas das casas, traziam colchões. Bem, era um fenômeno que foi crescendo, crescendo até que dissemos: “Não podemos continuar fazendo este programa aqui; vamos mudar”.

Então, passamos a fazê-lo em um pequeno estúdio em Miraflores. Mas como ali havia pouco calor humano, ocorreu-me fazer o programa em diferentes lugares do país. E assim fazemos programas da Ilha de Aves⁹³ até La Sabana, percorrendo todo o país.

O programa continuava sendo realizado todos os domingos e nós íamos, ministros e jornalistas, de avião, para cada um desses

⁹³ Esta ilha fica ao norte da linha costeira, nas proximidades das Ilhas Virgens.

lugares. Mas num determinado momento, confesso, resultado do cansaço, do esgotamento – porque acontecia em todos os domingos e eu retornava daqueles confins à noite e segunda-feira continuávamos trabalhando – eu resolvi: “Vamos transferi-lo para o sábado. Não posso continuar assim, vou me dedicar à família, mesmo que seja por um momento no domingo”. Mas quando o programa foi transferido para o sábado, a audiência caiu muito, porque aos sábados a população vai ao mercado e faz outras coisas fora de casa. A queda da audiência foi tanta que os adversários começaram a explorar isso dizendo: “Seis milhões de pessoas deixaram de ouvir o Chávez”. E isso foi verdade, porque o programa era visto por muitas pessoas.

Quando percebemos isso, reunimos uma equipe de ministros e outros funcionários, para definir por que não podíamos abandonar as batalhas da comunicação: José Vicente Rangel, sua esposa Anita, que entende muito disso, Diosdado, que era ministro da Secretaria, Teresita Maniglia.⁹⁴ E a nossa primeira decisão foi a de retornar com o programa aos domingos, porque nesse dia a população fica mais em casa.

Nos domingos em que estou fora do país, montamos um programa, gravamos ou mandamos uma mensagem. Fizemos programas “Alô, Presidente!” na República Dominicana, na Guatemala.

A segunda decisão foi a de rever o formato do programa e para isso convocamos técnicos no assunto. Foi quando se propôs combiná-lo com a televisão.

Tive de fazer um esforço para mudar um pouco o estilo e me adaptar às exigências da televisão. Isso determinou uma diminuição do peso das ligações telefônicas no programa porque, claro,

⁹⁴ Ex-vice-ministra de Gestão da Comunicação.

eu compreendo, não parece muito atrativo aos produtores de televisão que o desenho de um telefone apareça na tela quando uma pessoa fizer uma ligação. Segundo eles, fica ridículo. Tive de lhes dizer: “Não descaracterizem o programa; as ligações telefônicas são fundamentais para a estratégia da comunicação”. Agora as intercalamos e temos um roteiro.

São programas muito longos, de cinco, seis e até sete horas. O recorde é de sete horas.

Marta – E por que tem de ser tão longo?

Chávez – Eu gosto que seja assim. Sei que há quem não goste. Fiz um esforço para reduzi-lo, mas a tendência – que afinal eu imponho (risadas) – foi a de ampliá-lo. Anita Rangel se cansou de me passar papezinhos: já se passaram vinte minutos, quarenta, sessenta... A audiência continua se mantendo muito alta, pelas pesquisas que fizemos.

Marta – Há quem vai vê-lo mais tarde?

Chávez – Sim, minha filha me disse uma vez: “Mas, papai, até quando? Veja, eu me levantei, tomei banho te ouvindo, fui com umas amigas fazer compras e estavas na televisão. Voltamos e, no carro, ligamos o rádio e lá estavas; chego em casa, tomo outro banho e tu ainda lá estavas, papai. Até quando? Cinco horas assim, não te cansas?” Agrada-me muito isso, eu aprecio muito. E, além disso, eu sinto que há correspondência no povo.

Uma senhora escreveu afirmando que finalmente conseguiu se livrar do marido aos domingos para ouvir o programa. Como o fez? Passando roupa. Ela resolveu passar toda a roupa no domingo. E junta uma grande trouxa para que o marido não a leve para passear e se põe a passar desde o começo do programa. O televisor em frente e ela ouvindo.

Além disso, há o rádio, que tem muita penetração. Vemos às vezes até jovens na praia ouvindo.

Marta – Como estruturaram o programa?

Chávez – Combinamos o formato e já o temos muito mais organizado. É iniciado por um vídeo recolhendo algum aspecto importante da vida nacional, crianças, ecologia ou algum evento, cuidando para que não seja diretamente político, que seja mais cultural, de significado, de importância generalizada, muitas vezes histórico e às vezes relacionado com aquele dia. Em seguida faço um comentário em relação ao vídeo, abrindo o programa. Antes, havia um apresentador, que acabou se juntando ao golpe, imagina! Quando esse apresentador se foi, sugeriram que eu mesmo fizesse esse papel; embora eu não seja jornalista, sou locutor – tenho meu diploma há quinze anos.

Há uma parte dedicada à agenda da semana, que agora tem o nome de Agenda Nacional. Antes do golpe de abril de 2002, anunciávamos a agenda da semana seguinte; eu lia na minha agenda: “Segunda-feira pela manhã estarei em tal parte, terça à noite não sei onde...” Mas, por razões de segurança, tivemos de suspender essas informações e sequer dizemos onde vai ser o próximo programa. Agora, estou dando conta da agenda da semana já transcorrida.

Há uma sessão que se chama “Notícias Positivas”, porque, diante da avalanche de coisas negativas veiculadas pelos meios de comunicação, temos de falar das coisas positivas que ocorrem no país.

Marta – Vi que estão repetindo essa parte no Canal 8⁹⁵ à noite.

Chávez – Essa é uma nova estratégia traçada por Rafael Vargas⁹⁶

⁹⁵ Canal estatal.

⁹⁶ Ministro da Secretaria da Presidência.

e a equipe que está na Secretaria e que muito me surpreendeu. Disseram-me: “Fizemos um resumo do programa, que resultou num vídeo de uma hora, para ser veiculado à noite, no horário de maior audiência, porque, na televisão, cinco horas é muito tempo”.

Geralmente, eu preparo o programa; às vezes, vejo os vídeos, às vezes não tenho tempo. Então, chego, sento-me e começo a trabalhar. No início, não havia uma equipe de produção; agora há uma e confio nela. Assim que terminamos o programa, a equipe começa a trabalhar no próximo.

Bem, também devo dizer que a situação política do país influi no programa, a conjuntura faz com que, às vezes, se mude o que foi planejado, se cometo erros ou faço comentários que não estavam previstos.

Marta – Uma das críticas que ouvi é que tu anunciaste a demissão de pessoas que ficam sabendo disso através do programa.

Chávez – Esse foi um dos erros mais graves que eu cometi e, além disso, com um apito... (risadas)

Marta – Como com um apito?...

Chávez – Eu estava bastante irritado porque um pessoal da Pdvsa, um pessoal que devia ser de confiança e estava fazendo greve contra o governo. Finalmente, os órgãos responsáveis enviaram-me a lista dos demitidos na manhã do domingo, pouco antes do programa. Então, peguei um apito, foi um abuso de minha parte, nunca mais vou fazer isso, Marta, juro, mas é que eu já estava muito cansado daquilo...

Marta – Isso não estava programado...

Chávez – Então, peguei um apito e disse: “Bem, senhora Marta Harnecker: está demitida”. E toco o apito. E assim com todos os

da lista. Isso caiu como uma bomba nos meios profissionais. Sentiram-se ofendidos como se eu os houvesse atacado.

Marta – Bem, independentemente de erros como esse e outros que sei que cometeste nesse programa, a opinião majoritária que obtive é que “Alô, Presidente!” é uma verdadeira escola de educação para o povo venezuelano, que tu utilizaste essas horas semanais de contato com o povo para informá-lo das políticas do governo, para elevar seu nível de consciência política...

Chávez – O que posso te dizer, Marta? Tem sido uma experiência maravilhosa!

DIÁLOGO TRUNCADO?

Marta – Passando a outro tema, logo depois do golpe de abril, tu propuseste abrir um processo de diálogo nacional com todas as forças políticas e setores sociais e a única coisa que pediste foi que estas respeitassem a legislação vigente e, portanto, as novas regras do jogo propostas na nova Constituição. Mas dá a impressão de que esse espírito de conciliação foi interpretado pelos inimigos do processo como uma debilidade do governo e que estes continuam apostando na tua queda e não em um diálogo construtivo. Isso me lembra quando Lenin e os bolcheviques adotaram uma série de medidas que respeitavam o funcionamento da propriedade privada e das empresas privadas e sua publicidade, supondo que a burguesia russa aceitaria conviver pacificamente dentro da revolução. Mas, diante da estratégia benevolente da revolução, aquela burguesia opôs uma estratégia de tudo ou nada, de guerra civil, e apostou na destruição do novo poder, contando com o apoio da burguesia de outros países. Não achas que é isso que pode estar ocorrendo na Vene-

zuela? Parece que a estratégia é derrubar Chávez e não construir o país. Que balanço fazes do diálogo? Porque a visão que se tem de fora é que não se avança nada.

Chávez – Creio que o diálogo avançou e deu alguns resultados. Claro que há setores, como tu dizes, que se negam ao diálogo.

Marta – Entre eles Miquilena.

Chávez – E muitos setores políticos: a Ação Democrática, o Copei e outros. Mas repare como sua negativa não tem sustentação real. Seria compreensível que alguém se negasse ao diálogo pelo fato de seus direitos serem desrespeitados. Mas nada disso ocorreu e nós demos demonstrações mais do que evidentes, não só em palavras, mas também em fatos, de nossa disposição a dialogar. Torna-se evidente que esses setores não têm uma razão firme para se oporem e que se trata muito mais de obsessão para defender privilégios, de tirar Chávez para refazer o Pacto de Punto Fijo ou outro semelhante que favoreça as elites.

Ninguém pode negar que tivemos atitudes que se poderia chamar de retificação – vamos dar esse nome: mudança de direção da Pdvs, mudança de ministros, anúncio de políticas, mesas redondas de diálogo, o consenso de Anzoátegui,⁹⁷ a decisão de transferir recursos para as regiões, o respeito aos direitos humanos no caso do julgamento dos golpistas. Por isso, creio que é fácil desmascarar essa atitude.

Por outro lado, vários setores da vida nacional incorporaram-se a esse diálogo. Além disso, ele foi se regionalizando, dele participando dirigentes sociais, políticos, inclusive alguns governadores e dirigentes políticos da oposição, mesmo quando as direções nacionais de seus partidos se negam ao diálogo. Quando tu entravas, ainda

⁹⁷ Conseguido com governadores de todo o país com vários da oposição.

agora, eu estava falando por telefone com o governador de Apure⁹⁸ – Estado que atualmente está com problema de inundação. Bom, lá temos ministros, aviões, militares, é algo que atinge o país, não importa que esse governador seja da Ação Democrática e que seu partido esteja se negando ao diálogo. E o governador me dizia: “Veja, presidente, estou reunido com prefeitos, há pessoas da imprensa, e estou dizendo a eles que sou sumamente agradecido pelo apoio do governo nacional e que estou disposto a trabalhar com o senhor para solucionar todos esses problemas e encontrar uma saída para os problemas do país”. Ele é um governador da Ação Democrática. E há outro, o de Monagas. A eles se somam prefeitos, dirigentes regionais do Copei, da igreja, padres, bispos, presidentes de federações regionais de empresários mesmo pertencendo à Fedecámaras.⁹⁹ Eles se somaram ao diálogo enquanto a cúpula da Fedecámaras se nega a participar. Em Fedeindústria,¹⁰⁰ em Conindústria¹⁰¹ há empresários que vêem a realidade e que não querem se deixar manipular e que os levem a se somar a uma oposição política, mas que querem assumir seus deveres de empresários. Recebi banqueiros que disseram: “Presidente, queremos trabalhar com o senhor no problema das taxas de juros, do crédito, da recuperação econômica do país, não queremos que nos manipulem outra vez”. Eles se deram conta de que eram usados. Não creio que sejam totalmente inocentes, mas acredito que houve muita manipulação, que levou algumas pessoas por temor, por pressão da mídia, a participar ou não, de alguma maneira, no golpe.

O diálogo foi atacado pela imprensa desde o primeiro dia. Para a grande imprensa, não importou que nessa comissão de diálogo

⁹⁸ Terça-feira, 23 de julho de 2002.

⁹⁹ Federação de Artesãos, Micros, Pequenos e Médios Industriais da Venezuela.

¹⁰⁰ Federação Nacional de Industriais.

¹⁰¹ Confederação Venezuelana de Industriais.

estivessem figuras como Janet Kelly – uma professora universitária estadunidense do Iesa,¹⁰² que vive aqui há muito tempo, uma crítica do governo, mas me parece ser crítica não visceral – ou adversários críticos viscerais, como José Luis Betancourt, do setor dos pecuaristas, que em seguida se retirou.

Eu acredito, sim, Marta, que o diálogo deu alguns resultados.

Veja bem o que aconteceu em 11 de julho, nessa nova marcha que convocaram: ficou evidenciada uma divisão no grupo de pessoas que vêm encabeçando a oposição. No último dia – em 11 de julho à noite – houve um diálogo entre representantes do governo e esse grupo e desde então já se notava a divisão. Um setor desse grupo reconheceu que o governo tinha razão, que essa marcha não podia ser levada até o palácio de Miraflores a qualquer custo, rompendo barreiras policiais, militares, criando o caos. E, ao final, aceitaram chegar até onde chegaram, a uma esquina a várias quadras do palácio, e se foram. Outro sintoma dessa divisão acontece quando um grupo da oposição visceral decide ir para La Carlota, a base aérea de Caracas, logo após terminada a marcha. Alguns dirigentes dessa mesma oposição criticaram essa ação. Creio que isso não é exterior a todos os esforços que são feitos para que se estabeleça o diálogo.

¹⁰² Instituto de Estudos Avançados de Administração.

UM PARTIDO À ALTURA DO PROCESSO

COMO A FORÇA É CONSTRUÍDA

Marta – Tu me dizias que, se uma grande força social for desencadeada, sem direcionamento, sem canalização, ela pode terminar sendo destrutiva e, às vezes, até autodestrutiva, anárquica, como ocorreu em muitos países. Por outro lado, tens dito repetidamente que coincides com o que proponho em meu livro *La izquierda en el Siglo XXI. Haciendo posible lo imposible* sobre a política como arte de construir força para tornar possível, no futuro, o que parece impossível no imediato. Como concebes a construção dessa força?

O povo é o combustível

Chávez – Dizíamos, em 1993, que o povo era o combustível da máquina da história e dizíamos também que não basta que em um determinado território haja 20 ou 40 milhões de pessoas, para que possamos dizer, do ponto de vista sociológico, sociopolítico ou

histórico, que aí há um povo. Para que haja um povo precisa haver uma espécie de sentimento comum. Algum historiador falava de beber na fonte comum ou de haver um projeto comum, um sonho comum; de haver um fio invisível que una a grande maioria dos cidadãos desse território.

O povo venezuelano, durante muito tempo, esteve sem consciência, esteve dividido, não tinha um projeto comum, era um povo sem esperança, sem rumo. Mais do que um povo, éramos um conjunto de seres humanos. Mas em seguida, resultado do processo histórico que aconteceu em nosso país nas últimas décadas, o povo veio sendo formando. Trata-se de um gigante que despertou.

O despertar do povo não é suficiente

Agora, esse despertar não era suficiente. Era fundamental que o povo se organizasse, era fundamental unificar e fortalecer essa força popular inaudita, que andava dispersa por mil caminhos, para lhe dar um só caminho. Precisávamos orientar o povo para que aumentasse seu nível organizativo, ideológico e sua capacidade de combate. Naquele momento, tínhamos uma direção nacional formada no cárcere, mas não queríamos que se transformasse em cupulismo, em que nós decidíssemos tudo, sem nos importar os demais. Procurávamos modelos de organização para transformar a organização popular em uma força de baixo para cima.

Ao sair da prisão, começamos a desenvolver algumas teses organizativas para ajudar o movimento de massas, ainda sem forma, a tomar corpo. Passamos horas discutindo, comparando modelos organizativos, realizamos seminários, fóruns.

Uma equipe se pôs a avaliar teses organizativas, modelos de diferentes tipos e nos apresentaram várias alternativas. Consegui-

mos avançar bastante, embora inicialmente o MBR-200 fosse um movimento perseguido, quase ilegal, declarado subversivo, seus líderes eram vigiados e muitas vezes detidos. Naquele momento, decidimos criar os comitês bolivarianos como comitês de base. Eram pequenos grupos quase clandestinos. Percorriamos o país com essa proposta de organização para os povoados, comunidades, bairros etc. A idéia dos comitês foi retomada em seguida sob o nome de círculos bolivarianos durante o processo constituinte.

Essa tentativa de organização não era a de um partido, havendo muita oposição a que se transformasse em partido.

Marta – Mas qual era a estrutura desse movimento?

Chávez – Havia coordenações regionais e uma coordenação nacional. A situação não permitia que a direção fosse escolhida de forma democrática. Era um movimento *sui generis* em uma situação muito especial: os anos de 1994-1996.

O que buscávamos colocar em prática não eram idéias completamente originais, mas que provinham de diversas experiências, da reflexão sobre erros cometidos por outros. Sabíamos que tínhamos de estar atentos a qualquer tendência ao inchamento, ao desconhecimento das bases. Queríamos gerar um processo que viesse realmente de baixo.

A NECESSIDADE DE UM PARTIDO ELEITORAL

Marta – Como surge a idéia de criar o Movimento V República?

Chávez – Transformar o MBR-200 em Movimento V República (MVR) para enfrentar as eleições de 1998 foi todo um debate intenso e duro, porque o MBR-200 foi se radicalizando e, quando em 1996, começamos a estabelecer a via eleitoral como possibilidade, houve – como te contava – uma reação muito forte no

movimento, que não era partido nem tinha estrutura partidária, nem havia ali inicialmente uma intenção eleitoral.

Foi em uma Assembléia Nacional do MBR-200 – realizada em Valência, em 19 de abril de 1997 – que se decidiu participar da luta eleitoral. A idéia foi manter o perfil e o projeto do MBR-200, mas fazer com que esse movimento se transformasse no motor central de um movimento político eleitoral, que em seguida se chamou Movimento V República. Nunca pensamos que o MBR-200 devesse desaparecer, mas que devia se transformar na força impulsionadora do partido eleitoral.

Marta – Quando é criado exatamente o MVR?

Chávez – O MVR nasceu em uma conjuntura tática bem determinada: as eleições para a Assembléia Constituinte em 1999, participando dos processos eleitorais de 2000. Da mesma forma, foi formado no calor de um processo, não foi forjado na luta clandestina. Como nasceu em meio a uma avalanche de apoio a Chávez, foi incorporada muita gente interesseira, ambiciosa, camaleões etc. Sabíamos que isso podia acontecer; foi parte do risco assumido conscientemente.

Mas, como foi um partido que nasceu para as eleições, as pessoas se prepararam para isso em primeira instância, quer dizer, para o tático, e talvez tenhamos esquecido um pouco o estratégico. Por outro lado, boa parte dos nossos principais líderes assumiram cargos: chegaram a ser governadores, prefeitos, deputados, embaixadores e foram absorvidos pelos novos deveres. Viram-se comprometidos com um sistema que absorve, que limita e tiveram de enfrentar os problemas do aparato burocrático.

A mim, pessoalmente, também aconteceu isso. De 1994 a 1997, eu era um líder político que dedicava meu tempo a orga-

nizar o movimento, a ler, a estudar, a orientar a estratégia, a ideologia, a doutrina, a tática, mas quando sou eleito presidente, de onde podia tirar tempo para essas tarefas? Tive de delegar a outros quase todo o trabalho político-partidário, sendo presidente do partido como era e continuo sendo.

Resultado dessa situação, fomos sentindo que o MVR foi se burocratizando e se distanciando das massas. Era um clima de apatia, de opressão, Marta. Começaram a surgir sinais preocupantes; por exemplo, as pessoas se queixavam muito nas regiões de que não havia dirigentes à altura das necessidades, de que havia divisões internas, rivalidades.

Eu sentia que o partido já não tinha apelo, que já não servia para a nova situação estratégica na qual estávamos entrando: uma fase de aprofundamento do processo. Estou falando de 2001, quando entramos na fase habilitante das leis transformadoras. Eu estava consciente de que com isso aprofundaríamos o processo e que, logicamente, geraria reação, o que, de fato, ocorreu. Eu sentia o partido como quando se tem um veículo, apertadas o acelerador e ele não arranca. A isso é preciso acrescentar as contradições internas que foram surgindo.

Havia uma frieza mortal nos bairros, nas ruas, nos atos. Muitas queixas da população sobre um partido sem contato com o povo. Eu o sentia, porque – como sabes – eu não me fechei nunca em Miraflores. E isso gelava o meu sangue.

Naquele momento, acontece no partido uma discussão teórica: é um partido de quadros ou é um partido de massas.

Os prefeitos, os governadores não estavam cumprindo seu papel, porque todas as queixas chegavam até mim: que estou doente, que não tenho onde morar. Era um acúmulo de trabalho extraordinário que caía sobre os meus ombros. Eu tinha de me valer de uma série de equipes menores para atender problemas que

deviam ser atendidos pelos prefeitos e governadores. Onde estavam os quadros do partido que deviam ajudar essa gente?

Apesar de tudo isso, não podemos esquecer que o MVR cumpriu um papel muito importante, em 1999, no combate constituinte e, em 2000, no processo de relegitimação de todas as autoridades. Conduziu sete campanhas eleitorais e ganhamos todas.

A NOTÍCIA DO RELANÇAMENTO DO MBR-200 SURPREENDE E AGITA

Motivado pela situação preocupante em que se encontrava o MVR, em 25 de abril de 2001 anunciei o relançamento do Movimento Bolivariano Revolucionário 200, idéia que vinha discutindo com grupos de pessoas há tempo.

Marta – Dizem que não consultaste ninguém antes de lançar esta idéia publicamente. Foi assim?

Chávez – Dei a notícia como resultado de reflexões não discutidas no Partido, assim como não foi feita uma consulta ao Partido, estou de acordo. Agora, eu me lembro de que, quando fiz o anúncio, todos na Assembléia aplaudiram, e essa é gente do Partido: deputados e outros dirigentes que estavam lá. O aspecto central do meu discurso era a necessidade de gerar um movimento de massas. Esse anúncio surpreendeu a todos e, como sempre, a imprensa adversária começou a manipular: “Que Chávez decretou a morte do Movimento V República e agora vem com o MBR-200, outra vez a violência militar”. Claro, isso foi assumido com preocupação por algumas pessoas. Na verdade, não era minha intenção acabar com o MVR. Creio que uma importante parte dos dirigentes entendeu e assumiu a orientação que eu estava dando. Naquele momento, apresentei a orientação

geral e disse: “Vamos planejar a metodologia, a tática, como fazer para reativar a organização popular, os círculos bolivarianos”.

Creio que o trabalho feito desde então, com todas as suas falhas e contradições, nos permitiu dar uma resposta à greve geral convocada pela oposição em 10 de dezembro. Naquele dia houve uma resposta popular muito importante.

Meu discurso provocou uma grande agitação e, creio, obrigou o partido a assumir o trabalho popular que havia quase abandonado. Por outro lado, revitalizou as bases populares dando início a um processo coordenado.

Relançar o V República

Meses depois do relançamento do MBR-200, esclarecemos, em 17 de dezembro de 2001,¹⁰³ que esse fato não significava que o Movimento V República devia desaparecer, mas que, ao contrário, devia ser “relançado” e fortalecido para que se transformasse em um dos motores fundamentais para impulsionar e orientar o movimento.

Esclarecemos que o MBR-200 não era um partido, nem patrimônio de qualquer partido; era o próprio povo organizado defendendo e impulsionando a revolução. E demos o exemplo das gotas d’água: cada um de nós é como uma gota d’água; unida a outras gotas formamos uma corrente e muitas correntes formam um grande rio. Um círculo bolivariano pode ser formado com sete pessoas, dez pessoas, 15 pessoas e devem estar presentes em cada esquina, em cada bairro, nas vilas, nos campos petrolíferos, no comércio, nos colégios, nas escolas bolivarianas, nas escolas técnicas, nas fábricas, nas aldeias indígenas. Os círculos bolivarianos

¹⁰³ Hugo Chávez: “Relançamento do Movimento Bolivariano 200 e do juramento dos círculos bolivarianos”, discurso de 17 de dezembro de 2001.

devem estar presentes em todas as partes e devem ser constituídas redes sociais de círculos bolivarianos, e várias redes sociais formam uma corrente de círculos bolivarianos que se transformam como em um rio. As várias correntes devem formar as forças bolivarianas. Muitas já existem, mas é preciso fortalecê-las muito mais, como, por exemplo, a força bolivariana dos trabalhadores. Existem forças bolivarianas das mulheres, da juventude e dos camponeses, e todas elas unidas formam o grande Movimento Bolivariano Revolucionário 200. É esse movimento que vai garantir, acima de todos os riscos e perigos, a consolidação do processo revolucionário.

Os núcleos básicos do MBR-200 são os círculos bolivarianos e as forças bolivarianas. Essas organizações, como eu dizia, estão acima e fora da órbita dos partidos.

As forças bolivarianas nascem no mesmo processo e se agrupam por setores sociais, como eu disse antes. No seu interior há militantes do V República, do PCV, do PPT, mas a maioria é gente sem partido. Esse é um outro lado da nossa realidade: nosso povo foi se distanciando dos partidos e muita gente teve dificuldades para aceitar o MVR por vê-lo como um partido a mais. Ainda falta muito em matéria de organização.

O processo desenvolveu muito dinamismo: há redes populares por todas as partes, há organizações culturais, há organizações ambientalistas, sindicatos. Como se organizaram sindicatos nos últimos anos! Especialmente no ano passado. Enfim, os círculos bolivarianos não são mais do que a manifestação do poder constituinte se organizando, se movimentando.

Marta – Quais são as tarefas concretas realizadas pelos círculos bolivarianos?

Chávez – Eles assumem as mais diversas tarefas: trabalham, por exemplo, em sua comunidade, atendendo idosos, cuidando da

ecologia, plantando árvores, garantindo a segurança da cidadania e a ordem pública nos bairros, combatendo a delinquência...

E quero esclarecer que os círculos bolivarianos não são financiados pelo governo. Eu lhes propus que façam coletas, levantem algumas finanças entre eles mesmos, formem cooperativas de produção, de consumo. Que façam algo, que inventem, porque a maior força que um povo tem é o seu próprio poder, a sua inteligência, o seu próprio vigor.

Marta – Por que a direita tem satanizado tanto os círculos bolivarianos?

Chávez – Porque acumularam muita força e o que a direita mais teme é um povo organizado. Por isso, realiza uma campanha sistemática contra os círculos, fazendo uma espécie de terrorismo, acusando-os de grupos paramilitares violentos. Mas eu creio que essa campanha de satanização, em vez de debilitá-los, deu-lhes mais forças.

Marta – Quero que me esclareças uma coisa: se o MBR-200 se transforma em V República e este é, como disseste, um partido que permite o ingresso de muitos oportunistas etc.; se a metade ou mais de seus membros não está à altura do que as circunstâncias exigem; se são quadros que não estão dispostos a se arriscar pelo processo – esta foi a minha impressão em todos os lugares em que estive na Venezuela – como é que esse partido pode ser o instrumento apto para conduzir o processo revolucionário?

Chávez – Eu não condenaria o partido de forma tão drástica. Eu digo que, se compararmos os quadros dirigentes do que foi o MBR-200 até 1997 e os quadros dirigentes do Movimento V República hoje, veremos que eles são basicamente os mesmos. Ou seja, a direção nacional e muitas direções locais e regionais do

movimento continuam sendo hoje dirigentes do MVR. Em nível nacional, temos William Lara, Iris Varela, Cilia Flores, Pedro Carreño e muitos outros, que continuam sendo os líderes principais, sendo os deputados mais inflexíveis, mais firmes. E os governadores Reyes Reyes, Florencio Porras, Blanco La Cruz (que se afastou quando saiu da prisão, mas foi dos nossos no início), Hilmer Vilorio, o de Trujillo, meu pai, que se meteu no movimento quando eu estava na prisão, Adán, meu irmão, Freddy Bernal e muitos dos quadros que trabalham com ele, o prefeito de Barquisimeto. Todos foram fundadores do movimento e muitos outros que estão em postos do governo.

O núcleo do MBR-200 se mantém no seio do Movimento V República e creio ter sido ele o impulsionador fundamental do partido. Claro que, depois, figuras como Miquilena, que adquiriram muito poder, se aproximaram, mas o conjunto das lideranças iniciais foi rechaçando essas figuras até que elas deixassem o partido.

O núcleo do MBR-200 foi impulsionador do Movimento V República. Claro, o que dizes é correto: chegaram aproveitadores, pessoas sem escrúpulos, sem ideologia, sem concepção revolucionária, mas creio que o próprio processo vai decantando, vai excluindo. Creio que depois do golpe – e isso é positivo – surgiu um movimento para dentro, de reflexão, de retificação, como uma força social situada além dos partidos.

UM CHEFE SEM ESTADO-MAIOR

Marta – Conversando contigo, dizias que eras um chefe sem estado-maior. Creio que a forma como foi relançado o MBR-200 é uma prova disso, mas entendo que quiseste formar esse estado-maior. É assim ou não? Quais as tentativas que fizeste nesse sentido nesses

três anos? Conseguiu trabalhar em equipe? Quem formou essas equipes?

Chávez – Confesso que sou um tipo difícil. Se trabalhasse comigo diretamente, talvez brigássemos, perceberias que sou difícil para trabalhar. Essa é uma particularidade minha, mas tenho feito esforços para melhorar nesse sentido.

Marta – E por que é difícil trabalhar contigo?

Chávez – Creio que sou extremamente exigente. Muitas vezes faço críticas enérgicas e isso vai provocando distanciamentos – eu me distancio ou a outra parte se distancia. Isso não deveria acontecer, porque eu deveria criar condições para as pessoas se modificarem e, com isso, melhorar o trabalho em equipe. Eu gosto do trabalho em equipe, não gosto da solidão. Creio que ninguém gosta. Agora, os que trabalharam comigo sentiram o impacto de um chefe exigente, às vezes implacável quando se refere ao trabalho, sem limites de tempo, nem de dia, nem de hora. Creio ser essa uma dificuldade. Tive equipes, claro, e tenho equipes. Às vezes, quando ocorre algo ruim, digo que não tenho equipe, mas tenho, sim! Disse que não tinha estado-maior, mas tenho, sim, e não só um, mas vários: o Gabinete, o Conselho de Ministros, a equipe política do partido, a equipe econômica e o Comando Político da Revolução. Isso não tem funcionado da forma como deveria por diversas razões, algumas possivelmente estruturais.

Marta – Estruturais em que sentido?

Chávez – Por exemplo, às vezes os ministros são absorvidos quase totalmente pelo seu espaço, pela sua estrutura, pelos seus desafios, pela dinâmica de cada ministério, pelas falhas da estrutura do Estado e então é difícil manter uma equipe integrada. Os ministros tendem a se isolar em seu próprio espaço. Essa é uma

das causas das nossas dificuldades, além das minhas próprias falhas.

Marta – Tu falhas?

Chávez – Eu costumo trabalhar num dinamismo apressado, com uma agenda muito variável. Em uma ocasião alguém me disse: “Tu tens de organizar mais cientificamente tua agenda, aplicar a ela alguma ciência”. Minha agenda é de uma dinâmica tão variável que dificulta, e muito, aquele que trabalha comigo a usar uma agenda mais científica, mais programada. Às vezes, modifico tudo o que está preparado para o dia e coloco de pernas para o ar. Não faço isso por prazer, pois creio que muitas vezes se justificam as mudanças na agenda. Porém, acredito que nem sempre as pessoas que trabalham comigo compreendem isto, ou eu não sei explicar, e isso gera transtornos no trabalho da equipe.

Além disso, Marta, creio que estamos em uma dinâmica envolvente, o que gera dificuldades próprias e rotatividade de pessoas. Alguns me criticam, sei disso, pelas mudanças permanentes que faço, mas às vezes temos de avançar pelo experimento do acerto/erro. A Pdvsa, por exemplo, teve cinco presidentes sem contar o atual, mas isso se deu em razão de não ter sido encontrado alguém que assumisse com êxito a responsabilidade técnica e política de dirigir uma entidade tão importante para o país como essa. Há alguns meses nomeei Alí Rodríguez e estou certo de ter encontrado a pessoa de que precisava.

Substituí várias vezes ministros e vice-ministros. Às vezes, é demorado a uma pessoa desenvolver as duas qualidades de que falava Maneiro: eficácia política e qualidade revolucionária, ou o que Matus designa como a tecnopolítica. Tu tens, às vezes, alguém muito bom na política, mas no momento de se mostrar apto no gerenciamento técnico ou na administração de uma área

específica, as debilidades começam a aparecer. Tive e tenho ministras e ministros maravilhosos. Tive outros, no entanto, que acreditei que fariam um bom trabalho, mas não fizeram, seja por individualismo, seja por quererem trabalhar apenas com a equipe com a qual estavam acostumados há anos, seja por considerarem ter chegado o momento de colocar em prática teses há muito por eles defendidas, teses essas, de iniciativa particular em vez de grupos, para uma área específica, que não coincidem muito com a estratégia geral do governo. Então, começaram a acontecer choques com outros ministros ou com diretores, inclusive com o próprio presidente. Com muita tristeza, tive de fazer substituições, porque houve quem não entendesse o projeto, nem o processo pelo qual estamos passando, uma ótica diferente, mais particular ou mais geral. Enfim, há uma série de causas que explicam essa rotatividade, que sei ser prejudicial.

Marta – Há quem diga que tu diriges de forma muito militar.

Chávez – É verdade. Talvez isso seja reflexo de um firme desejo de levar adiante algo importante, mas digamos que, para as grandes coisas de governo não creio que seja assim. Eu gosto muito de delegar. Dificilmente encontrarás um ministro que diga que eu o estou pressionando. Na verdade, eles se queixam de que eu os abandono, ou de que não lhes dou atenção. Creio que meu estilo é muito diferente do método militar clássico, que se limita a dar ordens e a passar por cima das pessoas. Eu delego muito; se tu entrevistas as pessoas que trabalham comigo podes verificar o que estou dizendo. Eu gosto de fazer isso em quase todas as áreas, para que seus responsáveis desenvolvam iniciativas. Creio que, vez ou outra, deleguei em excesso a pessoas como Miquilena, ou a determinados grupos, que adotaram decisões sem me consultar; quando me intei das decisões tomadas, já não havia como voltar atrás para

corrigir uma iniciativa que talvez não fosse a mais conveniente. A área em que menos delego é a área militar.

O PARTIDO DE QUE O PROCESSO NECESSITA

Marta – Tu mencionaste o Comando Político da Revolução¹⁰⁴ como um de teus estados-maiores e explicaste – no momento em que o oficializaste, em janeiro deste ano¹⁰⁵ – que tua idéia era de que esse comando fizesse a articulação dos responsáveis por conduzir o processo nas diferentes esferas do governo: governadores, prefeitos, ministros, deputados etc., os quais então, estavam atuando de forma isolada. Defendias que o comando conjunto era particularmente importante nesta fase política tão complicada que estão vivendo, quando se procura aprofundar o processo revolucionário e a direita opõe uma tenaz resistência às mudanças. Apontavas a necessidade de planejar as lutas para conduzir as forças populares à vitória. Estimavas que, para conseguir esse objetivo, era necessário que o comando tivesse clareza do momento em que se está vivendo, para onde o processo se encaminha, quais são as metas e os objetivos da revolu-

¹⁰⁴ O Comando Político da Revolução, instrumento político criado por Chávez para conduzir o processo revolucionário e oficializado em 10 de março de 2002, está formado por 41 membros, com representantes dos diferentes partidos que me apóiam (MVR, PCV, MEP, MAS MAS, Liga Socialista) e de organizações populares (FBT, FBM, FBC etc.). Tem um diretório-geral e um secretariado permanente. Tem um comandante-geral, que é, neste momento, Hugo Chávez. No diretório-geral estão William Lara (MBR-200), Aristóbulo Istúriz (PPT), Ismael García (MAS MAS), Freddy Bernal (MVR), María Cristina Iglesias (PPT), Emma Ortega (dirigente camponesa), Luis Reyes Reyes (MBR-200), Diosdado Cabello (MBR-200), Nicolás Maduro (MVR), Rodrigo Cabezas (deputado independente pelo Estado de Zulia) e Guillermo García Ponce (ex-PCV), que foi designado chefe desse comando. A Secretaria Permanente está formada por María León (PCV) e Nora Uribe (jornalista independente). O restante dos membros está agrupado em subdireções: Políticas Públicas e Governabilidade; Organização e Participação Popular; Propaganda e Comunicação Social; Ideologia e Cultura e Soberania e Defesa Nacional.

¹⁰⁵ Hugo Chávez, *Oficialização do Comando da Revolução na Sala Plenária do Parque Central de Caracas*, Venezuelana de Televisión (VTV), Caracas, 10 de janeiro de 2002.

ção. Lembravas, então, que o projeto revolucionário tem cinco grandes pontos estratégicos: o político, que se propõe a construir a democracia bolivariana; o econômico, que procura construir um modelo econômico produtivo, humanista, sustentável e diversificado; o social, que objetiva saldar a dívida social e alcançar a justiça social, objetivo máximo da revolução; o territorial, que tem como meta a descentralização do poder e o equilíbrio no desenvolvimento territorial; e, por último, o internacional, orientado para fortalecer nossa soberania no quadro de um mundo multipolar. Dizias que esses 5 grandes eixos do projeto nacional da revolução foram aprovados pela Assembléia Nacional nesse ano e que se tratava, então, de levá-lo à prática. Para cumprir essas tarefas com eficácia política, insistias na necessidade de abandonar os interesses individuais, partidários, os sentimentos mesquinhos de rivalidade entre partidos, entre grupos. Dizias que assumirias com firmeza a direção da nave revolucionária para levá-la a sua consolidação.

Com todo esse projeto político, onde fica teu antipartidarismo?

Chávez – Eu critiquei atitudes de determinados partidos políticos, mas isso não significa que condene os partidos políticos. Ao contrário, gostaria que houvesse um partido que estivesse à altura do processo.

Marta – Como imaginas esse partido?

Chávez – Penso que deve ser um partido apropriado ao processo revolucionário pelo qual lutamos e à realidade na qual se insere.

Assim como uma organização militar deve ser suficientemente flexível para se adaptar a uma realidade em transformação – tu não podes ter uma unidade blindada, rígida, que não seja capaz de mudar, de se adequar a diferentes situações de combate, seja na selva, seja no deserto, no inverno ou no verão, que não possa se adaptar à realidade que se impõe – um

partido político deve ser capaz de se adaptar à realidade. Hoje, por exemplo, seja qual for o partido – falemos do MVR, do PPT, do MAS MAS,¹⁰⁶ do PCV, de qualquer um deles – num período eleitoral, ele deve ser capaz de exercer influência para ganhar as eleições: esse é o elemento determinante nesse momento. Mas, passadas as eleições, o partido deve se dedicar a outras coisas.

Suponhamos que, como resultado da batalha eleitoral, alguns espaços foram conquistados: uma prefeitura, um governo estadual, um conselho político. Creio que o partido deve transformar esses espaços em uma base de operações, em um instrumento para começar a exercer a sua ideologia, a pôr em prática suas teses programáticas. Deve começar a transformar a concepção e a *praxis* do governo. Colocar em prática uma forma diferente de governar: pelo povo, para o povo e com o povo. Deve promover a participação popular. Dependendo do espaço disponível, do nível em que estiver, da força com que possa contar, esse trabalho será mais ou menos profundo. Desse ponto de vista, nós, a partir da presidência, estamos aplicando muitos critérios que procedem de nossas concepções ideológicas. Os governos estaduais, as prefeituras devem fazer o mesmo.

Entretanto, há outros espaços com uma situação diferente, onde não se conquistou o poder. Nessa situação, o partido deve ser capaz de se adaptar às particularidades. Em um município onde não é governo, o partido deve trabalhar sem trégua na organização popular, deve fortalecer ainda mais os movimentos populares, a consciência popular, a ideologia que o sustenta, a visão estratégica. Isso não quer dizer que nos espaços conquistados também não o deve fazer, mas nos primeiros é ainda mais importante.

¹⁰⁶ Fração do MAS (Movimento ao Socialismo), que continua apoiando Chávez.

Um partido deve ter claro seu mapa estratégico e deve navegá-lo. “Organizar o movimento popular” deve ser a palavra de ordem de todos os dias, principalmente quando se é um partido revolucionário. Para isso, deve utilizar todos os mecanismos de que disponha, esteja no governo ou não. Eu me lembro de que líamos, na prisão, algumas concepções de Gramsci. Ele dizia que um partido que tem como objetivo dirigir a sociedade deve ser dirigente antes de chegar ao Poder, entendendo por Poder o que classicamente se entende como tal.

Não contamos com um partido ou com partidos como esse, mas tampouco podemos dizer que não temos nada disso, porque, se não tivéssemos nada, esta realidade não seria como é hoje. Creio que há dirigentes políticos, dos nossos, em nível local e nacional – e não só do MVR – que estão fazendo um trabalho muito bom.

Já começamos a mudar de partidos que atuam num quadro eleitoral para partidos que trabalham por uma revolução, por uma organização popular com uma ideologia clara, ajudando as massas a avançar através de quadros bem formados. Creio que é preciso aperfeiçoar melhor, trabalhar muito mais nisso, mas não acho que estejamos no zero – já avançamos nesse sentido.

Talvez a solução para se ter o instrumento político de que necessitamos seja criar uma instância que esteja além dos partidos e que proponha um movimento unitário, um bloco popular bolivariano. Creio que é parte do que estamos procurando.

O que fazer com os quadros de governo que não incentivam a participação

Marta – Tu insistes para os quadros do partido no governo incentivarem, como uma de suas tarefas fundamentais, a participação po-

pular, mas a população se queixa de que é isso o que menos fazem muitos desses quadros.

Chávez – É preciso funcionar com o que existe. Mas logo virá a dinâmica social que solucionará isso e a dinâmica política também. Eu acho que a participação da população poderia oferecer soluções para esses problemas: este não trabalha, o outro não veio... Na medida em que a maioria da comunidade tenha participação, esses líderes ou dirigentes serão obrigados a mudar ou serão rejeitados. Eu acredito nisso.

Na Constituição fala-se das assembléias comunais, cujas decisões terão caráter vinculante nos termos apontados pela Lei de Participação. É verdade que a lei ainda não foi aprovada, mas já no ano passado, em um município, creio que no Estado de Trujillo, a população, em uma assembléia, decidiu destituir o prefeito e foram à prefeitura com suas assinaturas. Embora aquilo que fizeram, segundo a lei, não era admissível, conto isso porque reflete tudo o que o processo constituinte gerou na população no que se refere ao espírito de participação. Há, em todas as partes, um espírito de participação liberto. As pessoas já não se sentem contidas, reprimidas. Agora, esse espírito está tomando corpo. Creio que a maior parte das vezes não está tomando corpo nos marcos da Constituição, mas eis que há muitos procedimentos espontâneos. Em Caracas, por exemplo, há os “grupos de água”,¹⁰⁷ – existiam antes, mas agora foram reativados.

Agora, não creio que todos os prefeitos sejam indiferentes em relação à participação. Eu tomei conhecimento de que algumas prefeituras estimulam a participação. Por exemplo, Caracas, com Freddy Bernal. Ele idealiza e propõe algumas importantes polí-

¹⁰⁷ São grupos de trabalho que agrupam técnicos e pessoas de um bairro interessados em resolver os problemas com a água em uma localidade.

ticas de participação em nível de bairros, de programas, de projetos. Está tendo algumas experiências com brigadas juvenis e infantis e está estimulando com grande força os comitês de terras urbanas. E, em Sucre, em Barquisimeto, e em vários outros lugares ocorre o mesmo.

Aqui, em Caracas, há dois projetos em andamento – que são do meu conhecimento, mas há outros – que poderiam ser considerados projetos-piloto de participação: o de Las Malvinas e o Winche. Eu já falei sobre o de Las Malvinas, onde estivemos com o prefeito Freddy Bernal – pena que tu não foste. Fizemos, inicialmente, uma reunião com os líderes da região, com a exposição de problemas, a apresentação de propostas, projetos, queixas, conquistas. Via-se neles muito entusiasmo. Em seguida, fomos ver um dos trabalhos que a comunidade está fazendo com recursos administrados por eles mesmos, através de cooperativas, de grupos de vizinhos, com o apoio do Plano Bolívar. Ali estavam recuperando o bairro, construindo áreas comuns; praticam esportes, têm uma estação de rádio comunitária e solicitaram permissão para outra. Observa-se uma interessante atividade de motivação e participação popular, embora ainda muito incipiente, porque falta muito em termos de método, de acompanhamento, mas há um dinamismo que não fica na teoria, que tem um impacto real, que está começando a se concretizar.

O outro exemplo foi no Winche, no extremo oposto da cidade, no município de Sucre, com José Vicente Rangel como prefeito. Essa é uma das zonas mais desatendidas, em Petare. Fizemos aí, recentemente, o programa “Alô, Presidente!” Participou do programa uma senhora, a presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade que existe no lugar. Eu lhe perguntei: “Tu és a chefe?”. E ela me deu uma resposta extraordinária: “Não, não sou a chefe. Aqui não há nenhum chefe, presidente.

Aqui temos uma organização horizontal”. “Ah, muito bem! – lhe digo – veja como fiquei arrepiado! Explica melhor”. “Bem, aqui não há chefes, há uma coordenadora, este é um Conselho de Desenvolvimento que existe há um ano. Por aqui nunca vinha prefeito nem ninguém. Uma vez apareceram umas pessoas com camiseta da prefeitura de Sucre, distribuindo folhetos e um cartaz nos convidando para uma reunião. Fizemos uma assembléia, quando nos orientaram a nos reunir para formar o Conselho de Desenvolvimento, que eram instruções do prefeito, que logo nos visitaria.”

Participaram da reunião para formar este conselho umas 700 pessoas, uma quantidade importante para este bairro, e foram elas que nomearam sua direção. Eles estão organizados com relação às moradias que estão sendo construídas e opinam sobre a sua construção. Também foram eles que procuraram a solução para algo gravíssimo, que é o problema da água. Lá não têm água: um caminhão, a cada 20 dias, distribui um mínimo de água a cada família, que a guarda num tambor. Eles descobriram que seria possível levar ao bairro a água de uma represa próxima. Sua iniciativa foi levada em consideração: a prefeitura, através do Plano Bolívar, do Plano Caracas e do Ministério do Meio Ambiente, fez um estudo e comprovou que seria possível resolver o problema, com a captação da água da represa para abastecer o bairro. A prefeitura já conta com recursos e, dentro de um ano, a obra para levar a água a essa localidade poderá estar concluída.

E também terá escola, quadra esportiva; estão pensando em uma maneira de processar a mandioca etc. Quer dizer, tu vês ali uma determinação constitucional posta em prática, a participação, que se tornou realidade.

Há outros projetos na Comunidade 23 de Janeiro, em Catia. São projetos que estão sendo implantados.

Controle popular, fazer chegar idéias

Temos de nos aproximar, cada vez mais, das organizações populares, ouvir cada vez mais suas críticas, suas contribuições, suas idéias, porque, quem melhor do que elas para fiscalizar a ação do governo, em todos os níveis e em todos os lugares? A mim podem enganar, eu tenho só dois olhos, mas à medida que todos os venezuelanos conscientes nos transformemos em fiscais, em sentinelas, tanto das menores obras que estão sendo feitas no município, quanto das atividades que o governo municipal desenvolve... Que descubram suas falhas, onde estão os espiões no governo municipal, no governo estadual, no governo nacional, onde estão os quinta-colunas. É preciso estar atento, porque há vira-casacas por todos os lados. Essa é uma das maiores dificuldades quando se quer fazer as revoluções pacificamente.

Pedi às organizações populares que me enviem informações e, principalmente, recomendações sensatas e justas para com decisões progressivas, pontuais e eficientes, para solucionarmos os problemas.

É preciso fazer com que os projetos concretos em cada área se sujeitem ao texto da Constituição, e nada melhor do que a participação da comunidade organizada sugerindo idéias na área da educação, da saúde, do trabalho e em outras áreas.

Agora eu estou consciente, Marta, de que a nossa liderança precisa contribuir muito mais e desenvolver maior clareza para dar solidez e formas permanentes à participação popular.

CHÁVEZ POPULISTA?

Marta – A propósito da liderança que promove a participação popular, costumam te acusar de populista, de caudilho, quando o que tu procuras é organizar o povo, fazer com que o povo seja sujeito,

estimular o surgimento de lideranças locais, entender que uma das falhas mais importantes do processo foi a de não ter sido formado um comando estratégico único da revolução, embora já se tenha avançado nesse terreno.

Por outro lado, sei que não se pode fechar os olhos diante do fato de que para o povo tu és um mito, uma lenda, mas também sei que afirmaste que importante é transformar o mito em movimento e não o contrário. Não se trata de substituir o movimento por um caudilho ou um messias, mas de transformar “uma massa imóvel, disforme, em uma massa em movimento”. No entanto, não achas que há um estilo teu que propicia esse mito, como, por exemplo, o programa “Alô, Presidente!”, referido anteriormente, no qual quem contata a pessoa de Chávez resolve seus problemas?

Por outro lado, eu sei que tu tens uma grande sensibilidade social. Quando te acompanhei ao programa “Alô, Presidente!”, ao ato de entrega da escola e do centro médico em Puerto Cruz, vi como tratavas as pessoas, como te interessavas por seus problemas. Passaste várias horas nisso. Quando te via, pensava o que aconteceria se dedicasses todo esse tempo ou, pelo menos, parte dele a promover discussões com as comunidades organizadas e a estimular a população a discutir seus problemas e a procurar soluções; passar do morador que implora ao morador que decide, como se diz em um de nossos documentários. Eu me lembro de que, em alguns dos governos locais estudados por mim, a população era recebida para que expusesse suas reivindicações, mas sempre que o fizesse de maneira organizada de tal forma que a solução se convertesse em uma ação comunitária.

Chávez – Vou me defender. Vamos ver o caso de hoje.¹⁰⁸ Não creio

¹⁰⁸ Refere-se à atividade em Puerto Cruz. Nessa mesma noite foi gravada esta parte da entrevista.

que minha atitude tenha sido contraditória com a idéia estratégica de construir uma força organizada, de conseguir a participação. Agora, creio, sim, que essa ação deve ser introjetada de uma maneira mais contundente, com maior metodologia; e é precisamente aí que essas experiências, nas quais tu tens trabalhado, nos interessam muito e a mim, pessoalmente, interessa-me melhorar os métodos e ativar outros métodos complementares. Repito, isso não se choca com a idéia da participação, é uma maneira de levá-la à prática. Vou lembrar de alguns dos casos de hoje. Descemos do helicóptero e tu talvez notaste que nos esperavam os veículos que nos levariam ao lugar do ato, mas eu decidi ir a pé. Vi as pessoas que estavam esperando minha chegada querendo ser cumprimentadas e não pude reprimir o impulso de falar com elas. Então, uma visita programada para durar duas horas, como a de hoje, termina tomando todo o dia.

Mas, sim, é preciso melhorar o método. Lembro-me de que, quando Fidel veio nos visitar e viu que o povo se aproximava e me passava bilhetes, me pedia coisas, ele disse à população: “Chávez não pode ser prefeito de toda a Venezuela, vocês vão matá-lo”.

Deixe-me dizer, Marta, que aqui estiveram jornalistas do mundo todo e alguns me acompanharam como estás fazendo. O que acontece é que, neste momento de tua visita, eu estou atuando quase como guerrilheiro social. Eu apareço às vezes sem avisar, inclusive esta manhã não sabiam se eu ia ou não ia chegar.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Em seguida ao golpe militar de 11 de abril de 2002 e às ameaças de morte por parte da reação, a segurança do presidente lhe expôs que restringisse ao máximo seus contatos públicos. Foi assim que, durante mais de dois meses, saiu muito pouco à rua. Um jovem oficial me dizia a respeito: “a segurança é pior do que os fascistas, está afastando o presidente de seu povo quando sua força está justamente nesse contato fluido que manteve com os setores populares”.

Primeiramente, aquilo ultrapassava a nossa capacidade, nos deixava loucos com tantas reivindicações. Agora, passamos a outra etapa, vimos desenvolvendo um método. Um funcionário itinerante coleta e processa as reivindicações e há um escritório no palácio, onde trabalham quarenta pessoas: advogados, sociólogos, principalmente gente jovem, que organizam as reivindicações e selecionam problemas relacionados com moradia, com a agricultura, com o emprego, com a saúde. Então, uma parte desses problemas transforma-se em procedimentos de organização popular e eu insisto muito nisso. Tu viste, esta manhã, aquela senhora que tem a casa na baixada, da turma da limpeza do hospital, expondo seu problema, que não é apenas dela. Então, propus que, amanhã ou depois de amanhã, uma comissão de moradia, de agricultura, fosse até lá e estudasse o problema, que é comum a toda aquela população, porque, estou seguro, a maioria tem problemas parecidos. É assim que surgem projetos como o Plano Avispa, do qual falei antes.

Há um capitão-de-fragata que é chefe do Projeto Bolívar na zona do litoral. Falei um pouco com ele. Ele se envolveu na comunidade. O ideal é que ouçam a comunidade, pesquisem o que ela necessita antes de elaborar algum projeto. O hospital que vimos, bem bonito, é exemplo disso. Como é uma região quente, ele tem uma altura adequada e um pátio no centro, para que haja ventilação. Da mesma forma é a escola. Já não é como antes, quando se usava o mesmo modelo para as regiões frias e as quentes. Agora, estão sendo levadas em conta as particularidades de cada região. Eu não posso garantir que a construção dessa obra tenha uma porcentagem importante de participação comunitária, mas, pelas coisas que vi, pelo que me disse o governador, creio que sim.

Foi insistência minha sobre a necessidade de motivar a população a expressar suas idéias, de os projetos serem elaborados

de acordo com a comunidade e não executados friamente por nós, sobre um mapa, sobre um gráfico. Não, vamos primeiro falar com a comunidade.

Tu viste que estavam fazendo plantações nos morros. Não é que a terra seja tão boa para a agricultura, mas eles dizem que é boa e isso quer dizer que é boa para eles. Então não se pode descartar, não podemos decretar de cima que naquele local não deve haver agricultura. Um técnico deve se apresentar e perguntar o que eles têm produzido, mas também deve ser feito um estudo científico do solo para saber para o que ele se presta, se para arroz, fava, melancia. Então, com base nisso, lhes é liberado um microcrédito. Às vezes, o crédito não é fornecido em dinheiro – porque as pessoas são tão carentes que o gastariam em outras coisas – mas são entregues instrumentos de trabalho como a *escardilla*,¹¹⁰ a picareta, o machado, facões para limpar o *conuco*,¹¹¹ e ainda lhe é oferecido curso de orientação para o cooperativismo, ministrado por técnicos agrícolas. A Constituição diz que o regime socioeconômico da Venezuela deve ter um forte conteúdo cooperativista e associativo e isso lhe dá uma força que rompe com o individualismo e o neoliberalismo, o que dá ao projeto um forte conteúdo socialista. Temos de jogar com tudo nessa direção. Cooperativizar é socializar a economia, dar a ela um conteúdo social. Estou seguro de que em Puerto Cruz vão surgir as cooperativas agrícolas.

Hoje, um senhor me pedia, em uma carta, um *rústico*¹¹² porque não pode levar sua produção agrícola ao povoado, perdendo-a. O que eu disse aos responsáveis? Vejam, não podemos dar um *rústico* a esse senhor, mas podemos, sim, dar esse veículo a uma

¹¹⁰ Enxada pequena de cabo curto.

¹¹¹ Roça ou roçado ao redor da moradia, que o lavrador cultiva para seu consumo.

¹¹² Pequeno veículo preparado para transitar por caminhos íngremes, de montanha.

cooperativa agrícola. É preciso estimular para que ele se organize com outros em uma cooperativa e, quando a registrarem, vamos fornecer o *rústico*, não a ele como indivíduo, mas à cooperativa. E, na melhor das hipóteses, dar a ela, além disso, um microcrédito para que os produtores possam comercializar sua produção.

Deste método tu viste só uma parte, a primeira, o início, quando é feito o levantamento dos problemas. E há problemas individuais, como da pessoa que tem câncer na bexiga e necessita de uma operação, ou do menino deficiente físico, que não pode andar. Esses são casos particularmente dolorosos. Mas, em relação ao aspecto econômico, sempre procuramos dar às respostas um conteúdo social, e essa é uma orientação estratégica. Essa escola que foi inaugurada hoje, por exemplo, deve ser não só a escola onde as crianças vão aprender matemática ou computação, mas também deve ser um centro de ação comunitária, onde se vai fazer cultura. Os computadores não devem ser usados somente pelos alunos dessa escola, mas devem servir também aos jovens desse povoado. É uma revolução que essas crianças, nesse pequeno povoado, tenham um computador. Já estão escrevendo coisas, já estão aprendendo alguma coisa. Esse hospital também deve ser um centro de ação comunitária.

Agora, em tua pergunta te referias ao mito Chávez e isso existe, embora eu nunca o tenha estimulado. Arias Cárdenas era um daqueles que me acusavam de fomentar o mito, mas eu lhe dizia que não tinha culpa pelo mito que se formou a partir de meu aparecimento na televisão, por trinta segundos, quando disse “por enquanto”,¹¹³ e outros elementos que poderiam explicar esse fenômeno.

¹¹³ Frase que emprega ao aparecer na TV, quando se rende no frustrado golpe de fevereiro de 1992. Seu gesto de assumir a responsabilidade pelo golpe e sua advertência de que as coisas poderiam mudar no futuro ficaram gravados na memória popular e o transformaram em uma figura carismática.

Quando saí da prisão, uma das coisas em que pensei foi que, se esse mito existia, eu iria destruí-lo. E a partir da Presidência venho desmistificando tudo isso. Não tem sido nada fácil. Durante os primeiros dias e meses de meu governo, o povo era uma avalanche de emoção e de paixão. Várias vezes ocorreu que eu, estando sentado em um banco ou debaixo de um toldo, não sei onde, ou na rua, a população vinha, como uma avalanche, e derrubava cadeiras, soldados, tudo aquilo que a impedia de chegar até mim. Muitos queriam apenas me tocar, entregar um papel ou me dizer algo. E isso ainda ocorre em alguns lugares. Como poderás imaginar, essas avalanches de pessoas impedem ou dificultam muito fazer uma assembléia mais ou menos ordenada. No entanto, eu estou de acordo contigo em que esse elemento faz falta, pelo menos em minhas atividades mais restritas, nas reuniões de trabalho.

Realmente, eu não creio que esse tipo de comportamento esteja produzindo um povo de mendigos. Não sinto isso assim, porque a nossa não é a atitude daqueles governantes que chegavam a um povoado com um saco de dinheiro e repartiam o dinheiro, ou andavam com um saco de comida – isso, sim, era populismo. Eu sou inimigo disso. Nós estamos fazendo o levantamento das necessidades, processando-as. E o processamento das informações nos permitirá ter dados sobre todas as pessoas que receberam casas, terra, microcréditos, para que se avalie, três anos depois, tudo aquilo que fizemos e o grau de organização social que resultou da nossa ação.

O Banco da Mulher, por exemplo, é dirigido por uma revolucionária muito qualificada, mulher extraordinária, que se chama Nora Castañeda. Eu me lembro de que, quando ela tomou posse, eu lhe disse: “Nora, vou te destinar uma verba da Presidência para que comeces”. Ela me disse: “Não, não é preciso dinheiro agora;

vamos começar a fazer cursos e oficinas”. Nesse banco não se dá crédito a nenhuma mulher que não tenha passado por alguns cursos e, principalmente, por um trabalho social e comunitário.

Estou pressionando para que também façamos a revolução na habitação popular, ou seja, para dar maior carga social ao trabalho de habitação. Vamos aos locais mais pobres e de classe média mais necessitada para organizar as chamadas OCV (*Organizaciones Comunitarias de Viviendas*). É preciso fazer avançarem muito mais os projetos comunitários. Agora, vou criar o Ministério da Habitação para separá-lo do Ministério da Infra-estrutura, um ministério gigantesco, que se encarrega do transporte por água, do aéreo e de terrestre, de moradias, de bairros etc.

Em Caracas há um bairro que se chama Las Malvinas – um bairro sobre um morro no vale de Caracas – do qual me falaram maravilhas. É um projeto tocado pelo general García Carneiro¹¹⁴ e por Nelson Merentes, ex-ministro de Ciência e Tecnologia, que também se preocupa muito com o aspecto social. Nele, a comunidade se organizou para reparar ruas, reformar suas casas, inclusive estive insistindo para que encontrem espaços para fazer cultivos, para que eles mesmos produzam pelo menos o que comem, que criem galinhas, que façam um pequeno galinheiro para criar uns cem pintinhos, que plantem tomates...

Ou seja, creio que estamos orientados nessa direção, mas muitas pessoas não conhecem todo o processo que é criado a partir de meu contato direto com o povo, que, como viste, não fica só recebendo papezinhos.

¹¹⁴ General Jorge García Carneiro, chefe da III Divisão de Infantaria, um dos generais que se destacaram na defesa do presidente nos dias do golpe militar de abril de 2002.

O GOLPE DE 11 DE ABRIL

POR QUE CHÁVEZ DECIDE SE ENTREGAR

Marta – Agora que estamos realizando a entrevista no mesmo lugar em que estive detido durante o golpe de 11 de abril, poderias me contar tuas recordações mais importantes daquelas horas amargas?

Chávez – Inicialmente, pensamos que tínhamos várias alternativas, inclusive a de nos mobilizar para Maracay, mas os tanques que eu havia mandado buscar cedo, que eram precisamente o poder de fogo, a mobilidade, o poder de choque, com que supúnhamos contar, haviam sido levados ao Forte Tiúna por pressões dos generais golpistas, de modo que ficamos sem mobilidade e, com isso, a opção Maracay se tornou para nós muito difícil. Depois de uma análise da situação e de discutir com alguns companheiros, decidi, finalmente, aceitar a determinação de me render.

Abracei Giordani e Navarro em meu gabinete, despedi-me e lhes disse: “Não houve saída possível”. Eles não me responderam nada. Pensei que fosse morrer. Essa idéia nefasta passou pela

minha mente por um instante. Despedi-me de todos os que, naquele momento, me acompanhavam no palácio.

Fui levado para o Forte Tiúna com os generais Rosendo,¹¹⁵ Hurtado¹¹⁶ e outro oficial de minha escolta pessoal.¹¹⁷ Não ia preso. Só quando lá cheguei e entrei no edifício do Comando Geral do Exército que passei a ser prisioneiro dos golpistas.

INTENÇÕES DE MATÁ-LO

No Forte Tiúna, vendo pela televisão – um televisor emprestado por um oficial – que anunciam minha renúncia, me dou conta da grande mentira. Naquele momento penso: “Agora vão me matar; a única forma de Chávez não dizer que não renunciou é a de cadáver”. Naquele momento, às escondidas, um oficial me empresta um telefone e chamo minha esposa e lhe digo: “Olha, faça algo porque vão me matar”. Tento falar com minhas filhas e consigo falar com María: “María, faça algo e denuncie porque vão me matar”.

Por que não o mataram

Marta – Eu também pensei que iam te matar. E ainda não entendo como não o fizeram.

Chávez – A ordem de me matar foi dada, mas os generais golpistas não tinham uma verdadeira liderança; e alguns generais, mais principalmente os militares jovens que me custodiavam, neutralizaram essa ordem.

Inclusive um garçom – desses rapazes que servem café – ouviu alguns militares falando, entre eles o almirante Molina, o que

¹¹⁵ Manuel Antonio Rosendo.

¹¹⁶ Ismael Hurtado.

¹¹⁷ Vietri Vietri, chefe da Casa Militar, hoje diretor da Escola Militar.

parecia ser pressão sobre Carmona pela minha eliminação física. Este rapazinho disse ter ouvido claramente, pois estava atendo, que Carmona disse: “Bom, está bem, apliquem-lhe, então, a lei de fuga”. Naquela noite me levaram de helicóptero a Turiamo – um local inóspito – e, pelas circunstâncias do momento, e a tensão que eu sentia no ambiente, eu pensei: “Chegou a hora” e comecei a rezar o Pai Nosso com este crucifixo. Estava disposto a morrer de pé, com dignidade. Disse a mim mesmo: “Chegou tua hora, mas vais morrer por ser fiel ao teu povo”.

O apoio que recebe nos diferentes lugares em que está preso

O pessoal subalterno que me rodeou nos diferentes lugares em que estive, desde os soldados da tropa até os oficiais que queriam limpar o pequeno aposento, o banheiro, que era muito modesto, traziam objetos. Havia uma cama muito pequena e procuraram outra, uma cadeira. O que quer, um fresco, um café? Foram atenciosíssimos comigo.

Quando me permitiram caminhar, me levaram uma camiseta, eu estava descalço e me deram uns chinelos, estavam preocupados que me faltasse alguma coisa.

Também há o caso de duas fiscais militares. Acontece que as moças, inicialmente, entraram sozinhas no meu quarto, mas num minuto depois, determinaram que elas saíssem; poucos minutos depois, elas entram novamente, agora acompanhadas por um coronel dos golpistas, que era advogado, e se sentaram. Então, deduzi que as mandaram sair porque o coronel queria estar presente.

Falamos durante uns minutos. Perguntaram-me como eu me sentia. Inicialmente, disse-lhes que queria que elas soubessem que eu não havia renunciado e que não pensava em fa-

zer isso; e que denunciava a mentira que estava sendo veiculada pelos meios de comunicação.

Eles escreveram à mão em um papel apenas dados relativos à saúde, que eu tomei conhecimento e assinei ali. Quando li e me dei conta de que não haviam anotado o detalhe sobre a renúncia, soube que estavam sob pressão, mas não quis ser impertinente com elas. Além disso, eu não as ia pressionar, apenas lhes disse: “Bem, muito obrigado”.

Fizeram com o olhar um gesto de cumplicidade e saíram. E sabes o que fizeram? Depois de assinarem e de o coronel revisar a folha e saírem, uma delas escreveu em letra pequenina, debaixo da assinatura, uma nota: “Manifestou que não renunciou”. Em seguida, fizeram chegar uma cópia por fax à Procuradoria Geral da República e por isso é que Isaiás Rodríguez, o procurador, nessa entrevista que saiu à tarde, disse: “Chegou-nos informação da Procuradoria Militar de que o presidente não renunciou”.

Há a ajuda do soldado que me dá uma pedra para que eu a esfregue e que peça aquilo ao Espírito Santo. Este é um patriota a sua maneira. E o tenente que, em Turiamo, me disse: “Fique tranquilo, o senhor é nosso presidente, não se preocupe que, quando anoitecer, vamos deter os oficiais superiores e sairemos daqui”. Também há um outro rapaz, que chegou de repente à minha cela e me disse que ele era dos pampas, e eu lhe escrevi uma nota, joguei-a no lixo e ele saiu, levou o papel para a esposa, tirou não sei quantas cópias e divulgou que eu não havia renunciado.

Todas elas foram ajudas, uma gotinha atrás da outra. Nunca me esquecerei dessas pessoas e desses dias.

O QUE OCORREU NA ILHA DE ORCHILA

[Olha o relógio: são duas e pouco da madrugada.]

Estar em Orchila me faz lembrar, hoje, duas coisas: uma agradável e outra desagradável. A agradável é que estive aqui na Semana Santa tomando banho com minha menina Rosa Inés, com María Isabel¹¹⁶ e o menino Raúl. Dei uma escapulida e passamos momentos agradáveis. A desagradável foi a lembrança daquela noite quando me trouxeram preso.

Ao anoitecer, comecei a me dar conta de que algo estava acontecendo no país, algo a favor da revolução. Notava isso na atitude dos militares que me custodiavam. Vinham mudando, comecei a senti-los mais solícitos. Em uma ocasião, estive lá um almirante, de helicóptero; e quando entra no aposento onde me encontrava – descalço, com um calção e uma camiseta, comendo um peixe, depois de ter caminhado um pouco com os sargentos que estavam em atividade – se detém firme e me diz: “Presidente, venho com uma comissão especial”. Esse foi outro sinal: ninguém, desde a minha prisão, me chamou de presidente. Em seguida, chegou a comissão enviada pelos golpistas: um general da Justiça Militar, um coronel dos golpistas e o arcebispo. Eu estava naquele aposento imaginando a situação, pensando no que aquelas pessoas iriam me propor. Eu queria, principalmente, ganhar tempo para tratar de me informar do que estava ocorrendo no país. Havia aceitado ir para La Orchila porque, como a conheço, sabia que, apesar de ser uma ilha, eu tinha mais oportunidades de obter informações. Até cheguei a avaliar que a situação não mudara e eles iriam me propor que saísse do país. Talvez devesse aceitar, sem renunciar ao governo, com a idéia de que, a partir do exterior, de algum país amigo, eu pudesse me inteirar do que estava acontecendo na Venezuela, agir em nível internacional e começar uma ação. Eu primeiro quis falar com o

¹¹⁸ Sua esposa.

arcebispo e lhe disse que me fizesse ir até ele; falei com ele algumas coisas, principalmente lhe perguntei como era possível que a Igreja Católica tivesse aceitado esse golpe, contrariando o mandato de Cristo. Falamos por uns instantes. Em seguida, fomos para a reunião. Eles me traziam o decreto de renúncia para que eu o assinasse e me disseram que havia um avião pronto para me tirar do país, uma vez que eu assinasse a renúncia. Duas noites antes eles haviam dito que não importava se eu assinasse ou não, que dava no mesmo de qualquer maneira. Quando vi aquilo, eu pensei: “Eles estão com problemas, está acontecendo algo muito sério para que cheguem ao ponto de colocarem um avião à minha disposição.”

Eu disse a eles que eu não poderia assinar aquilo assim, que se lembrassem de que eu me disporia a assinar, mas com uma série de condições, e lhes repeti as condições que eu havia estabelecido no palácio. Eu sabia que eles não as iam cumprir. Disse-lhes, primeiro, sobre a questão da segurança física de todos os homens, mulheres, povo e governo: “Os senhores violaram isso, agrediram, prenderam, quem sabe o que estará acontecendo por lá; mas, pelo pouco que eu soube enquanto estive no Forte Tiúna, vi que prenderam Tarek,¹¹⁹ outro deputado, os ministros foram tirados de suas casas quase arrastados”.

“Segundo: que se respeite a Constituição, quer dizer, eu renuncio perante a Assembléia Nacional e o vice-presidente assume a Presidência da República, até que se convoquem novas eleições. E os senhores pisaram na Constituição, dissolveram a Assembléia Nacional, o Tribunal de Justiça etc., de modo que é disso que vamos falar.”

¹¹⁹ William Tarek Saab, deputado pelo V República e membro de seu Comando Tático Nacional e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional.

Marta – E tu sabias disso?

Chávez – Eu sabia disso porque, no Forte Tiúna, como disse, um oficial me emprestou um televisor e, durante todo aquele dia, até as seis da tarde, vi televisão. Em seguida, quando me levaram daquele para outro local, durante a noite, não fiquei sabendo de mais nada. Eu vi que prenderam o Ministro do Interior, o governador de Táchira. Vi a posse de Carmona e todo o proceso.¹²⁰

A terceira condição era falar ao vivo ao país. “Como os senhores acham que eu vou partir assim, sem dizer nada ao país?”

Quarto: que me acompanhassem todos os funcionários do meu Governo, os jovens que me auxiliaram durante anos. Tampouco iriam aceitar isso, porque era um grupo de choque que eu teria em mãos.

E o bispo disse: “Bom, Chávez, tens de pensar no país, tu sabes, com esse discurso...”. “Bem, eu estou pensando no país”. Começamos a discutir e eu ganhando tempo. Via os sargentos que estavam ali perto com seus fuzis e lança-foguetes, conversando entre si e olhando-me de soslaio; havia nervosismo no ar. E, lá fora, o almirante, fazendo ligações, entrando e saindo. Eu sentia que algo estava acontecendo, para além da renúncia.

De modo que meu objetivo era ganhar tempo, falar e discutir. Então, foi quando eu estabeleci a segunda situação e disse: “Eu não vou assinar a renúncia, não insista, monsenhor. Os senhores violentaram tudo isto” e lhes mostrava a Constituição. “A absoluta falta de presidente é o que os senhores querem? Essa falta absoluta é a morte. Isso é o que querem? A renúncia depende de mim, a morte depende dos senhores. Ou querem que uma junta

¹²⁰ Refere-se ao processo em que Carmona tomou posse e declarou dissolvidos os poderes da Nação: Tribunal Supremo de Justiça, Procuradoria Geral da República, Defensoria Popular, Tribunal de Contas da República, Conselho Nacional Eleitoral e Poder Executivo (ministros etc.).

médica me declare mentalmente incapacitado e que essa declaração seja aceita pelo Tribunal Supremo de Justiça e validada pela Assembléia Nacional? Hoje não temos Tribunal de Justiça nem Assembléia Nacional, não sei se haverá médicos que possam fazer isso. Quem vai dar o aval? E isso tampouco é viável. Resta-lhes então uma alternativa que proponho para facilitar, uma alternativa constitucional: afastamento do cargo”. Então eu lhes lancei uma armadilha interpretativa, eu sabia que o monsenhor não conhece muito as leis, mas havia um coronel, advogado e muito astuto, e eu pensei: “É com esse que eu tenho de debater. Ele é advogado e eu não, mas ele não conhece a Constituição e eu sim”.

Então, lhe digo: “Eu posso abandonar o cargo, eis a Constituição. Vamos lê-la? Falta absoluta do presidente da República, tal e tal, abandono do cargo”. Mas acontece que a Constituição diz que o abandono do cargo deve ser reconhecido pela Assembléia Nacional, e isso eu não li para eles. “Eu sou capaz de assinar um documento que diga que eu abandono o cargo, mas não renuncio.” “Bem, mas qual é a diferença?” O coronel sai para fazer consultas, seguramente por telefone, e volta com uma Constituição que alguém lhe deu e ele se dá conta da armadilha. “Mas Chávez, acontece que há um problema: a Assembléia Nacional”. “Isso é problema dos senhores, mas é a única maneira de eu assinar; além disso, preciso de um telefone, porque, se vou para o México ou para Cuba, preciso falar com o presidente do país. Eu não vou sair daqui em um avião sem rumo e, além disso, preciso falar com minha esposa, meus filhos etc., e algumas outras pequenas coisas.”

Então, passei a redigir um documento que dizia: “Eu, Hugo Chávez Frías, cédula de identidade tal”. Claro, redigi como eu o havia concebido! “Diante da contundência dos fatos, aceito que fui removido do cargo e, portanto, o abandono”, algo assim. E

esse homem mordeu o anzol e me disse: “Bom, rapaz, está bem, eu tenho de levar para lá algo assinado”.

Então, eles começam a digitar o documento no computador. O oficial que escrevia – era do grupo do qual eu me aproximei e eu falei com eles um a um, a maioria era de jovens de boa fé – trabalhava lentamente, cometia erros, agia para ganhar tempo. O coronel o apressava. Nesse tempo, notei que havia nervosismo. Havia muitos sargentos em posição de defesa e eu vi que alguns estavam assumindo posições de combate, de alerta. Então, chamo o almirante, que estava lá fora, e lhe digo: “Que ameaça pode haver aqui? Por que os rapazes estão tirando os lança-foguetes, assumindo posição de defesa?” O homem nervoso diz: “Não, não presidente, não é nada, não aconteceu nada, o senhor sabe que é preciso proteger sua vida”.

Eu fico sozinho na sala e o chefe de minha custódia se aproxima silencioso e me fala quase no ouvido: “Presidente, não assinie nada” e desaparece como um presságio. Fico pensando o que estaria acontecendo. Entrei no banheiro para ganhar um pouquinho mais de tempo e estabelecer rapidamente uma estratégia. Então decidi não assinar. Saio e digo: “Tenente, não continue escrevendo nada aí”, e digo ao arcebispo e aos outros: “Não vou assinar nada definitivamente, de modo que: muito obrigado pela sua visita”. E então fiz uma brincadeira com eles: “Se quiserem fiquem esta noite aqui no meu cárcere, que é de luxo, e amanhã poderão partir. Eu pensei bem nisso e, definitivamente, eu não vou partir. Aqui está minha família, meus filhos, minha mulher, meus seguidores, o povo... Eu não sei o que está acontecendo, os senhores se negaram a me informar, nem sequer tive um telefone para poder falar com alguém, me mantiveram incomunicável”.

Foi muito estranho o fato de que eles não opuseram nenhum tipo de resistência à minha idéia, mas disseram de repente, assim,

rápido: “Bem, Chávez, tens razão, vamos embora” e saíram rápido, nervosos, mas mais nervosos estavam quando entraram novamente depois de cinco minutos. O padre estava da cor dessa cadeira [aponta], branco, os demais nervosos, e os rapazes, então eu os notei ainda mais tensos. O almirante me diz: “Presidente, há uma situação, um esquadrão de pára-quadistas, está chegando” – ele não sabia que também vinha uma fragata e uma patrulha ligeira da Marinha. E eu pergunto: “Mas, a que vêm?” “Vêm resgatar o senhor”. “E tu, o que pensas fazer?” “Não, nada, estamos aqui para custodiar sua vida, não vai acontecer nada. Eu já falei por telefone com o general Baduel – o dos pára-quadistas – e pedi que dissesse por rádio aos helicópteros que não vai haver resistência, não vai haver nenhum disparo”. “Ah! Parece muito bom!” – lhe disse e perguntei: “E essa gente, por que está aqui?” “Bem, porque o avião que os trouxe partiu e os deixou aqui!” Imagino que, pelo rádio, o piloto ouviu que os pára-quadistas estavam chegando e se foi como o diabo fugindo da cruz. Eu, rindo, me ofereci para levá-los em meu helicóptero. O almirante sai outra vez e se aproxima de mim: “Presidente, há uma chamada telefônica”. “Quem me chama?” “O ministro da Defesa”. “Não quero falar com esse almirante” – o que os golpistas haviam nomeado ministro da Defesa. “Não, não é ele, é o seu ministro da Defesa, o doutor Rangel”. Aí, subitamente descobri que na cozinha havia um telefone que me haviam escondido. Ouvir a voz de José Vicente foi como se o sol saísse na metade da noite. Aquela voz inflamada. “Bem, estamos te esperando! Depois te explico”. “Mas, onde estás tu?” Aqui, no Ministério da Defesa; retomamos o palácio; Carmona está preso. Os pára-quadistas estão indo te buscar, devem estar chegando. Estamos te esperando, o povo está aqui na rua”. “Houve mortos?” “Bem, alguns, depois te explicamos”. “E com quem tu estás aí?” “Com o general López Hidalgo”.

“Passa para ele”. E falei com ele um momento: “Veja, compadre, o que aconteceu? Há muitos mortos?” “Não, presidente, não se preocupe, há alguns, mas o povo está na rua e nós estamos controlando o Exército e as demais forças”. “Bom, nos veremos”.

Então, liguei para o general dos pára-quedistas, em Maracay, que foi o bastião da resistência. Falei com Baduel, falei com García Montoya, que estavam lá no comando operacional. Explicaram-me algumas coisas, mas não houve tempo, em instantes os helicópteros já estavam aterrissando. Não houve nenhum problema, alguns advogados vieram checar meu estado físico, porque houve boatos de que me espancaram muito, que meu fígado tinha sido rompido, não sei que coisa mais, e o povo estava muito preocupado com isso.

Bem, eu acho que foi mais ou menos a essa hora quando eles chegaram (olha o relógio, são duas e pouco da madrugada), porque eu cheguei no palácio cerca das quatro da manhã. De maneira que, por isso, disse que me lembrarei desse local por toda a minha vida.

Quando penso no golpe de 11 de abril lembro-me das idéias de Kennedy, que já citei antes: “Os que fecham o caminho para a revolução pacífica abrem o caminho para a revolução violenta”. Nós escolhemos fazer a revolução constitucionalmente, por um processo constituinte de inquestionável legitimidade. Se em algum momento de 11 e 12 de abril duvidei que uma revolução democrática e pacífica fosse possível, o que aconteceu em 13 e 14 de abril – quando essa imensa quantidade de pessoas saiu às ruas para rodear o palácio de Miraflores e vários quartéis, exigindo meu retorno – reafirmou em mim com muito vigor a idéia de que é possível, sim. Claro que a batalha é dura e será dura e difícil. Trata-se da arte de tornar possível o que pareceu e continua parecendo para muitos como impossível.

POSFÁCIO

VENEZUELA PÓS-REFERENDO: OS NOVOS DESAFIOS

Marta Harnecker

25 de setembro de 2004

1. Em 15 de agosto passado, a oposição venezuelana sofreu a terceira grande derrota em sua tentativa de acabar com o governo do Presidente Chávez. Um referendo revogatório inédito na história mundial o ratificou em seu mandato com uma enorme diferença de votos,¹ ante o olhar atento de centenas de observadores internacionais, que comprovaram unanimemente seus resultados.

2. Na opinião de um desses observadores, Eduardo Galeano, conhecido escritor uruguaio, o referendo constituiu “uma injeção de otimismo neste mundo em que a democracia está tão desprestigiada” por ter sido incapaz de resolver o problema da pobreza.

¹ Cerca de 2 milhões.

3. Foi o triunfo, não de um homem, mas de um projeto de país humanista e solidário, tanto em sua projeção nacional quanto internacional, que surge como alternativa ao modelo neoliberal voraz e predatório. Um modelo de desenvolvimento endógeno e de economia social.

4. Foi o triunfo da atual constituição venezuelana, a única constituição do mundo que contempla a figura do referendo revogatório do mandato presidencial.²

5. No entanto, acima de tudo, foi um triunfo do povo, da organização popular, dos moradores da periferia, e também das pessoas de classe média que responderam ao chamado do presidente e se organizaram nos locais de votação, tomando essa iniciativa sem esperar que os organismos de condução da campanha eleitoral fossem constituídos.

6. Com esse triunfo, começa uma nova etapa do processo revolucionário bolivariano. A oposição foi derrotada nessa batalha, mas não há dúvida de que ainda não se venceu a guerra. Antes de me referir a essa nova etapa, é importante observar o contexto em que ela ocorre, analisando brevemente as fases anteriores.

² A Constituição diz textualmente em seu Capítulo IV: Dos direitos políticos e do referendo popular, seção segunda: do referendo popular, artigo 75:

“Todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis.

Transcorrida a metade do período para o qual o funcionário ou funcionária foi eleito, um número não menor que 20% dos eleitores ou eleitoras inscritos na correspondente circunscrição poderá solicitar a convocação de um referendo para revogar seu mandato.

Quando igual ou maior número de eleitores ou eleitoras que elegeram o funcionário ou funcionária votem a favor da revogação, desde que tenha participado do referendo um número de eleitores ou eleitoras igual ou superior a 25% dos eleitores ou eleitoras inscritos ou inscritas, será considerado revogado seu mandato e se procederá imediatamente a cobrir a falta absoluta conforme o disposto por esta Constituição e pela lei.”

ANTECEDENTES ECONÔMICO-SOCIAIS

7. A Venezuela, a quinta potência petrolífera mundial,³ tem sido historicamente uma sociedade muito desigual. Uma oligarquia desfrutava de um nível de vida extraordinariamente alto, enquanto uma grande parte da população vivia na pobreza. No início dos anos de 1970, quando os militares – entre eles Chávez – patrulhavam as fronteiras em operações antissubversivas, não encontravam guerrilheiros, mas apenas pobreza.

8. Em fevereiro de 1989, o presidente Carlos Andrés Pérez adotou um pacote de ajuste neoliberal, que provocou uma enorme explosão popular. Os pobres desceram dos morros, assaltaram supermercados e todo tipo de lojas. A Força Armada impôs ordem por meio das metralhadoras. Milhares de pessoas morreram devido às balas assassinas. Uma parte da população começou a acordar.

9. As medidas neoliberais só aumentaram os índices de pobreza. Os principais afetados foram os camponeses. Em apenas 3 anos, 600 mil pessoas migraram para as cidades. A força de trabalho no campo se reduziu para 10%. Aumentou enormemente o número de trabalhadores informais (de 34,5%, em 1980, passou para 53%, em 1999). A classe operária industrial diminuiu; a privatização parcial ou total de setores como as telecomunicações, os portos, o petróleo, o aço e as linhas aéreas, depois de 1980, também provocou a redução da força de trabalho em lugares estratégicos e transferiu a propriedade para os capitais estrangeiros. A prática da terceirização criou um problema adicional. A desigualdade econômica e o desemprego aumentaram

³ Quase 80% do petróleo venezuelano destina-se ao mercado dos Estados Unidos. A Citgo, empresa venezuelana, o refina e vende como derivado ou gasolina. Só essa empresa detém 10% do mercado da gasolina dos Estados Unidos; 40% da energia que movimenta sua costa Leste provém do petróleo venezuelano.

(este chegou a 15,4%). O salário real sofreu uma grande redução. A fragmentação social cresceu consideravelmente. Nasceram diversas organizações populares, porém elas não obtiveram representatividade em nível nacional. Só 17% do movimento sindical manteve-se organizado e deixou de representar os setores populares.

10. A crise econômica provocou uma crise política. A corrupção imperava. Aumentava o ceticismo com relação à política e aos políticos. Reinava a apatia. Não se vislumbrava uma saída.

11. Tudo isso explica por que Hugo Chávez Frias – cuja figura emerge como uma alternativa à crise – ganhou com uma grande margem as eleições presidenciais de 6 de dezembro de 1998, com 56% dos votos no primeiro turno. O povo, cansado da corrupção e cada vez mais cético com relação à maneira tradicional de fazer política, apostou em um candidato diferente.⁴

12. O ex-tenente-coronel tinha se apresentado ao país como líder do movimento de militares bolivarianos MBR-200,⁵ ao tentar realizar uma insurreição militar em 4 de fevereiro de 1992⁶ para derrubar o então presidente Carlos Andrés Pérez, por corrupção e traição à Constituição. Após sua libertação, mais de dois anos depois da fracassada tentativa golpista, Chávez começa

⁴ Marta Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI. Haciendo posible lo imposible*, Siglo XXI Editores, España, 3ª ed., 2000, pp. 70-74.

⁵ O Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (o número corresponde ao bicentenário da morte de Simon Bolívar) foi fundado por um grupo de jovens oficiais do Exército, em 17 de dezembro de 1982, em Maracay, como homenagem ao libertador Simon Bolívar, *com o objetivo estratégico de tomar o poder e, histórico, de construir um novo modelo de sociedade*. (Alberto Jordan Hernández, *Prueba al MBR-200*, Caracas, 15 de maio de 2001 – documento).

⁶ Esses militares decidiram agir contra Carlos Andrés Pérez depois que este os lançou contra o povo para controlar os levantamentos populares motivados pela fome e pela pobreza, em 27 de fevereiro de 1989, no chamado *caracazo*.

a percorrer o país tentando convencer a população da necessidade de uma profunda mudança institucional para tirar a Venezuela do caos, da corrupção, da inoperância, assim como realizar as transformações econômico-sociais tão necessárias ao país.

13. Depois de descartar o caminho da insurreição, ele decide conquistar o poder pelas vias institucionais. Um quarto de século depois da derrota de Allende no Chile, outro governante latino-americano decide tentar realizar profundas transformações econômico-sociais em seu país pelo caminho pacífico. No entanto, dessa vez tratava-se de uma via pacífica armada (contava com o apoio da grande maioria da instituição militar), cuja premissa fundamental era mudar as regras do jogo no terreno institucional, dois elementos ausentes no processo chileno.

Primeira etapa: criar as condições institucionais para a transformação socioeconômica

14. Chávez inicia seu mandato totalmente isolado internacionalmente. O neoliberalismo era imposto como modelo único. A retaguarda socialista, que dera cobertura a tentativas revolucionárias anteriores, havia desaparecido. Seu principal adversário, os Estados Unidos, se transformara na primeira potência militar mundial sem nenhum contrapeso.

15. Que fez ele nessa situação? Dedicou seu primeiro ano de governo a tentar mudar a correlação internacional⁷ de forças ne-

⁷ Nesse sentido tem impulsionado processos de integração sul-americanos e caribenhos; privilegiou a relação com seus parceiros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep) e se aproximou de outros pólos de poder mundial, como a Índia, Rússia e China, estreitando ao mesmo tempo os laços com os fóruns de nações emergentes, como o Grupo dos 15 de cooperação Sul/Sul e o Grupo dos 77. No cone Sul, Chávez tentou fazer uma parceria com o Brasil para se contrapor à Alca e entrar como membro no Mercosul (Marta Harnecker, Venezuela: *Una revolución sui generis*, trabalho apresentado ao seminário da LAC durante o Terceiro Fórum Social de Porto Alegre, janeiro de 2003. Esse artigo desenvolve mais profundamente alguns dos temas mencionados aqui nas duas primeiras etapas do processo).

gativa e a consolidar a correlação de forças interna. Criou um plano de emergência social para atender aos setores mais desvalidos, sua principal base social de apoio (Projeto Bolívar 2000) e adotou medidas educacionais que favoreceram esse setor: recuperação da gratuidade do ensino escolar e criação de escolas bolivarianas.⁸ Também se preocupou com a formação ideológica da população. Inaugurou seu programa de rádio dominical “Alô Presidente”, de contato direto com o povo (mais tarde esse programa seria apresentado pela televisão). Ao mesmo tempo, passou a construir as condições institucionais que depois lhe permitirão avançar no âmbito das transformações socioeconômicas.

16. Por sua vez, a oposição oligárquica trabalha para neutralizar o novo mandatário, tentando cooptá-lo. Derrotada eleitoralmente, ela conta com um enorme poder: o poder econômico-financeiro, o controle da indústria petroleira estatal (Pdvs), uma maioria esmagadora nos órgãos do Poder Legislativo e Judiciário e nos governos locais (governadores e prefeitos), um controle quase monopolista da mídia, o apoio dos setores empresariais e o da mais poderosa central sindical (CTV), além do apoio de alguns generais de alta patente e da alta hierarquia da Igreja Católica, intimamente ligados às elites empresariais. Também se devem acrescentar a tudo isso as boas relações com Washington.

17. Embora o presidente recém-eleito conte com o apoio de amplos setores populares, camadas médias e militares, que nele depositaram suas esperanças, trata-se de uma maioria eleitoral muito desorganizada. Na Venezuela não existiam – como no Chile ou no Brasil – partidos de esquerda fortes. O Movimento V República (MVR) recém-criado foi afetado pelo processo constituinte. A Central Sindical e, em geral, os movimentos

⁸ Escolas de período integral em que os alunos recebem café da manhã e almoço.

populares eram fracos e tinham sido descaradamente manipulados pelos partidos tradicionais. Portanto, não é de estranhar que Chávez tenha sido obrigado a se apoiar na Força Armada, única estrutura nacional com a qual contava, naquele momento, para realizar seus planos.

18. No âmbito interno, a prioridade do governo foi mudar as regras do jogo institucional, isto é, tudo o que tinha a ver com o processo constituinte⁹ e a aprovação da nova Constituição, que desde então tem sido a pedra fundamental de todos os que apóiam o processo. Uma Constituição antineoliberal, que propõe um novo modelo de democracia profundamente participativa e um novo modelo econômico cooperativo, de autogestão, com uma lógica humanista e solidária.

19. Depois da aprovação da Constituição, o segundo passo¹⁰ foi mudar a correlação de forças nas instituições do Estado. Em 30 de julho, são realizadas as eleições gerais (para presidente, deputados, governadores e prefeitos). Os resultados são muito favoráveis ao governo. O presidente é reeleito com 57% dos votos contra 37% obtido pelo seu rival mais próximo, Arias Cárdenas. O Pólo Patriótico¹¹ obtém uma esmagadora maioria de deputados. A segunda força política é a AD, que obtém uma bancada de apenas 20 membros. O Copei é virtualmente extinto.

20. É sintomático que Chávez tenha sido acusado de ditador em nível internacional, embora seja o governante que realizou

⁹ Em 25 de abril, o povo é consultado sobre a convocação da Assembléia Constituinte; em 25 de julho são eleitos os membros da Assembléia Constituinte (o Pólo Patriótico controlava 121 de 131 mandatos); em 15 de dezembro é aprovada a nova Constituição com um amplo apoio dos votantes, embora a abstenção tenha sido muito elevada (62,2%).

¹⁰ Isso foi realizado principalmente durante o ano de 2000, segundo ano do governo.

¹¹ Frente eleitoral formada por todos os partidos que apoiavam o processo naquele momento.

mais consultas eleitorais no mundo em um tão curto período: oito, se contarmos o recente referendo revogatório.¹²

21. Graças aos resultados eleitorais, o chavismo passa a dominar os aparelhos institucionais; e a oposição, profundamente dividida, perde influência no Congresso. Diante da crise dos partidos tradicionais, a mídia se transforma no verdadeiro partido da oposição.

22. O terceiro passo¹³ foi elaborar uma legislação revolucionária. Mas como o processo legislativo, que devia materializar a Constituição por meio de leis que permitissem torná-la operante, era excessivamente lento (inexperiência dos deputados chavistas, interferência dos deputados opositores), o presidente foi obrigado a aproveitar as facilidades que a Constituição lhe concedia (amplios poderes especiais para legislar ou a chamada Lei Habilitante)¹⁴ para promulgar, em 10 de dezembro de 2001, 49 leis, entre elas a Lei de Terra, a Lei de Pesca, a Lei de Hidrocarburetos, a Lei dos Microcréditos e a Lei das Cooperativas. Esse pacote de leis demonstra sua decisão de continuar com

¹² Eleições para presidente da República (dezembro de 1998); referendo sobre a instalação da Assembléia Constituinte (25 de abril de 1999); eleição dos constituintes (25 de julho de 1999); aprovação da nova Constituição (15 de dezembro de 1999); eleições gerais para presidente, deputados, governadores e prefeitos (30 de julho de 2000); eleições para vereadores e membros das juntas paroquiais (3 de dezembro de 2000); eleições sindicais (agosto-outubro de 2002); referendo revogatório (15 de agosto de 2004). A única eleição que aparentemente o governo perdeu foi a eleição para os dirigentes da Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) em outubro de 2001, quando o opositor, Carlos Ortega, membro da direção executiva do Partido Ação Democrática, é proclamado vencedor, apesar das acusações de fraude sobre as quais o Tribunal Nacional Eleitoral ainda não se pronunciou definitivamente.

¹³ Esse processo transcorreu fundamentalmente durante o ano de 2003, terceiro ano de governo.

¹⁴ A chamada "Lei Habilitante" é aprovada em novembro de 2000; trata-se de uma medida transitória (dura um ano) e consiste em que a Assembléia Nacional entrega ao Executivo o poder de elaborar leis fundamentais para o futuro do país, na área financeira e na área social. O Conselho de Ministros elabora a lei, o presidente a aprova, notifica-se a Assembléia Nacional e sem mais delongas ela se transforma em lei.

o processo revolucionário. A oligarquia, afetada pela primeira vez em seus interesses econômicos, perde a esperança de cooptá-lo, como fazia com outros políticos.

23. Pensando na forma de melhorar a correlação interna de forças ante a ofensiva opositora, Chávez lança a iniciativa dos “círculos bolivarianos”. Conclama a população a se organizar em grupos de 7 a 11 pessoas, para difundir a Constituição e realizar algumas tarefas concretas: atender às necessidades do bairro, formar uma cooperativa, conseguir um empréstimo em um banco etc. O presidente tem plena consciência de que, sem a participação popular, a revolução ficaria sem combustível.¹⁵

SEGUNDA ETAPA: GRANDE OFENSIVA Opositora E ESFORÇOS DE SOBREVIVÊNCIA DO GOVERNO

24. Diante dessa expressa decisão de Chávez de continuar avançando no processo, a reação da oposição foi imediata. Ela começa a organizar uma grande ofensiva para terminar com seu mandato, oxigenada pela forte investida dos meios de comunicação. Além de grandes manifestações nas ruas, programa uma greve para o dia 10 de dezembro de 2001, dia em que Chávez decretou as 49 leis.

25. Qual é a correlação de forças no momento? Muito menos favorável que ao início no plano institucional. Miquilena (que, naquele momento, era Ministro do Interior e fora o principal assessor político do presidente no início do processo) é demitido de seu cargo (princípio de 2002) depois de ter manifestado seu desacordo com as 49 leis, passando a ser uma das principais figuras do bloco antigovernamental. Sua retirada do campo

¹⁵ Intervenção de Chávez quando entregou a Fidel Castro o Grande Colar da Ordem de Angostura, em 11 de agosto de 2001, em Ciudad Bolívar.

chavista foi um duro golpe para o presidente, pois seu gesto foi imitado por muitos de seus seguidores que, em sua maioria, deviam seus cargos em instituições estatais à influência dessa controvertida figura. Dessa forma, o governo deixa de ter uma maioria esmagadora no Congresso e perde o controle do Poder Judiciário. Muitos altos magistrados ligados a Miquilena passam a ter uma posição abertamente antigovernamental, unindo-se aos magistrados que tinham uma postura alinhada com as posições políticas da oposição. Por sua vez, um número significativo de deputados abandona as fileiras do chavismo. As mobilizações contra o governo aumentam nesse período e a oposição vai adquirindo maior confiança em si mesma.

26. Depois, vieram os acontecimentos de 11 de abril e os posteriores – que não abordaremos por serem suficientemente conhecidos pelos leitores. O fracasso do golpe militar de abril de 2002 (mais de 80% dos generais com comando operacional permanecem fiéis a Chávez e à Constituição) constitui a primeira grande derrota da oposição e um verdadeiro presente para Chávez.

27. Essas circunstâncias permitiram que os atores fossem desmascarados e o povo adquirisse um nível político muito maior (entre os militares e a população civil sabe-se com quem se conta ou não). Elas criaram o terreno propício para avançar na depuração da instituição militar, dividiram a oposição, fizeram recapacitar setores cada vez mais numerosos das camadas médias, que antes estavam contra o processo, vendo a anarquia que poderia ser provocada pela marginalização de Chávez.

28. A organização popular cresceu de forma acelerada. Os círculos bolivarianos multiplicaram-se em todo o país, adotando as mais variadas formas. Surgiram novas organizações do povo, como os Comitês de Terras Urbanas e diversos agrupamen-

tos das camadas médias: médicos, professores, advogados etc. Os dirigentes sindicais das diversas categorias da produção, críticos da cumplicidade da CTV, aceleraram seus trabalhos para construir uma força sindical autônoma, porém disposta a apoiar o processo. Os diferentes partidos de esquerda, que continuavam apoiando Chávez, mas com atitudes muito críticas, decidiram se rearticular e formar uma frente comum de apoio a seu governo. Por outro lado, a experiência vivida levou a estudar formas que permitissem que o presidente tivesse contato direto com os comandantes de tropas, caso os comandos superiores não pudessem desempenhar sua função, e estabeleceram-se canais de comunicação entre os regimentos e as populações próximas deles. O processo, que tinha sido pouco compreendido e valorizado pela esquerda e pelas forças progressistas do mundo, começa a despertar simpatias. A atitude violentamente contra-revolucionária da oposição só podia ser explicada pela existência no país de um verdadeiro processo revolucionário. Por último, hoje existe uma opinião mundial contrária a qualquer outra tentativa de golpe de Estado.¹⁶

29. No entanto, a esmagadora e inédita vitória, cujos protagonistas foram a população e a Força Armada, não desencadeou uma atitude ofensiva no plano do governo, como muitos esperavam. Primeiramente, Chávez considerou necessário medir suas forças. Apesar de o golpe ter sido derrotado e a Constituição ser restabelecida, nesse momento ele não sabia com quanto apoio contava para continuar avançando no processo revolucionário. Diante disso, primeiro consolidou suas forças com relação a um possível novo golpe de Estado. Em particular, dedicou-se a depurar as instituições militares; nomeou ministros mais aceitáveis

¹⁶ Harnecker, Marta, Venezuela: *Una revolución sui generis*, op. cit.

para o meio empresarial no plano econômico; colocou a direção de oposição da Pdvsa¹⁷ no lugar que ocupava antes; tolerou a revisão de algumas Leis Habilitantes; aceitou o estabelecimento de uma mesa de diálogo entre as partes em conflito.

30. Enquanto os tribunais deixavam os golpistas em liberdade, estimulada por essas aparentes mostras de fraqueza do governo, a oposição começa a reagrupar suas forças e, depois de várias tentativas de desestabilização do governo – 14 militares, apoiados por mais de 80 oficiais, protestam na Praça de Altamira (22 de outubro); há iniciativas destinadas a forçar o Presidente a se submeter a referendo antes do previsto, assim como novas tentativas de greve – finalmente decide transitar pelo caminho do golpe econômico.

31. Em 2 de dezembro de 2002, conclama a uma greve cívica nacional. Seu objetivo é paralisar o país, obrigando Chávez a renunciar. Tenta-se deter a produção e a distribuição de petróleo. Embora a maior parte dos funcionários de alto nível e a gerência média abandone as fábricas, acatando o chamado à greve da direção opositora, os trabalhadores permanecem e conseguem manter as fábricas funcionando. Como não consegue realizar a greve, a oposição opta pela sabotagem. Através de seus conhecimentos técnicos e do controle absoluto da informação da empresa, os altos executivos da Pdvsa modificam as chaves de acesso a ela, interrompem processos, danificam gravemente algumas instalações e quase as explodem: o pessoal altamente qualificado recentemente contratado descobriu que o sistema de controle da temperatura de algumas refinarias tinha sido modi-

¹⁷ Devemos recordar que a substituição dessa direção (25 de fevereiro de 2002) foi uma das principais motivações das mobilizações da oposição, que culminaram com o golpe de abril desse ano.

ficado. Por último, embora a produção, ainda que reduzida, não tivesse sido interrompida, optaram por bloquear o transporte do petróleo cru tanto dentro do país quanto para o exterior. Durante duas semanas conseguiram deter a circulação de navios. Suas expectativas eram de que Chávez saísse do governo antes do Natal.

32. Novamente, graças à firme liderança do presidente Chávez e da conduta exemplar dos trabalhadores petroleiros e, em geral, do restante dos trabalhadores e dos setores populares do país, que souberam estar à altura das duras exigências desses dias, a oposição sofreu sua segunda grande derrota. O país não parou, Chávez não desistiu. E, mais importante que tudo, a indústria petroleira realmente passou para o controle do Estado venezuelano. Esse foi o segundo grande presente da oposição. Por sua atitude subversiva e por sabotagem, cerca de 18 mil funcionários de alto e médio níveis, que na verdade exerciam o controle da empresa, criaram as condições legais para serem demitidos.

33. No entanto, o mais importante foi que, a cada novo ataque da oposição, aumentava a consciência e o papel protagonista da população. Não só se multiplicaram os círculos bolivarianos, os comitês de terras urbanas, as assembleias de cidadãos, entre outras coisas, mas surgiram novas formas de organização popular: os correios motorizados, os grupos encarregados de abrir as escolas que a oposição queria paralisar, círculos agrários e pesqueiros para a defesa de seus direitos e das leis promulgadas pelo Executivo; grupos de defesa de consumidores que promoveram o boicote da mídia, mas protegeram os postos de gasolina e a adequada distribuição do gás, custodiaram os caminhões que transportavam o combustível, protegeram as instalações da empresa petroleira de possíveis sabotagens da oposição, assim como o Palácio de Miraflores; círculos de ajuda aos mais neces-

sitados para resolver os problemas criados pelo golpe econômico. Nasceu a *Clase Media en Positivo* para manifestar o respaldo desse setor social ao governo.

34. Com todo esse apoio popular e com a ativa participação da Força Armada, recuperando barcos e protegendo os centros de produção e distribuição de alimentos e combustível, em 7 de fevereiro de 2003, pouco mais de dois meses depois do início da paralisação petroleira, o presidente pôde anunciar ao país e ao mundo o fracasso da nova tentativa de desestabilização.

35. No entanto, não podemos deixar de mencionar o incalculável prejuízo econômico causado pelas ações opositoras: até hoje a economia venezuelana não se recuperou completamente.

TERCEIRA ETAPA: O ÁRDUO PROCESSO DO REFERENDO

36. Com a mediação do Centro Carter,¹⁸ o grupo de países amigos (que inclui os Estados Unidos) e a OEA, que pressionam por um diálogo entre representantes do governo e a oposição, chega-se finalmente à decisão de buscar uma saída pacífica para a crise (29 de maio).

37. Depois de muitas negociações, ambas as partes finalmente aceitam utilizar o instrumento legal que a Constituição lhes concede para resolver o conflito: o referendo revogatório. Devido à existência de muitas pesquisas que mostravam a crescente

¹⁸ Em 30 de janeiro de 2003, o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter propôs uma saída institucional para a crise; pedia-se que o presidente aceitasse participar de um referendo ou que a Constituição fosse modificada para convocar eleições gerais. A oposição sente-se reforçada e realiza um novo processo de coleta de assinaturas (fevereiro de 2003). Dessa vez, afirma ter alcançado mais de 4 milhões de assinaturas. A sala eleitoral do Tribunal Supremo de Justiça se pronuncia contra esse procedimento por ser inconstitucional. Na Constituição bolivariana são contemplados 4 tipos de referendos: consultivo (sobre grandes projetos nacionais); revogatório (para revogar mandatos, que deve ser realizado depois de transcorrida a metade do mandato); aprovatório (para aprovar projetos) e ab-rogação (para abolir leis).

perda de popularidade do presidente entre as camadas médias e os quadros políticos que o tinham apoiado inicialmente e entre os setores populares, que percebiam que suas vidas não tinham mudado com a revolução, apesar de todas as promessas, a oposição confiava que podia remover Chávez por meio desse instrumento legal.

38. Mas com o fracasso do golpe econômico e o início da recuperação da economia (inclusive a recuperação da produção petrolífera), o governo começa a alterar a correlação interna de forças. Em abril de 2003, Chávez anuncia que retomou a ofensiva. A partir desse momento começa a lançar várias campanhas em prol dos setores sociais mais carentes (chamadas de missões): consultórios de saúde nos bairros populares,¹⁹ campanha de alfabetização,²⁰ de ensino médio e superior,²¹ abertura da Universidade Bolivariana aos estudantes que nunca tinham podido se matricular, venda de produtos alimentícios a preços muito mais baixos do que os habituais;²² todos esses programas foram calorosamente recebidos pela população e somaram novos adeptos ao processo.

39. Planeja-se a coleta de assinaturas em duas etapas: de 21 a 24 de novembro e de 28 de novembro a 1º de dezembro. A primeira, para destituir deputados da oposição, é realizada de forma exemplar; mas, na segunda, para destituir deputados chavistas e o primeiro mandatário, ocorrem várias irregularidades que fazem com que o presidente denuncie, no meio do pro-

¹⁹ Os consultórios médicos em Caracas são inaugurados em 7 de junho.

²⁰ A Missão Robinson começa em 1º de julho de 2003.

²¹ Em 29 de julho, inaugura-se em Caracas a Universidade Bolivariana da Venezuela.

²² A partir dessa greve do final do ano começa-se a trabalhar com uma rede alimentar alternativa. Daí surge a idéia dos Mercal, isto é, de mercados populares, cujos preços são bem mais baixos que as redes privadas de comércio.

cesso, que está sendo realizada uma grande fraude. Inicia-se assim um lento processo de análise de planilhas e assinaturas. A oposição afirma que as assinaturas são válidas, enquanto os chavistas insistem que são fraudulentas.

40. Depois de uma minuciosa revisão, o CNE chega à conclusão (2 de março) de que, além das assinaturas rejeitadas como não válidas, existem mais de 800 mil assinaturas da oposição que podem ser qualificadas como duvidosas e que devem ser reexaminadas.²³ Se cerca de 600 das assinaturas não pudessem ser aprovadas, os adversários de Chávez teriam fracassado em sua tentativa de realizar o referendo revogatório contra o presidente. A oposição não aceita o veredicto e recorre aos tribunais, onde se reconhece um litígio interno.²⁴ Finalmente (final de abril), o CNE estabelece o processo para reexame das assinaturas: de 21 a 23 de maio de 2004 para os deputados e de 28 a 30 desse mesmo mês para o presidente.

41. Durante esse período, os ataques e mobilizações da oposição contra o governo e para pressionar o CNE são constantes.

42. Seu setor mais radical decide aproveitar a reunião do chamado Grupo dos 15, em Caracas (27 de fevereiro), para promover uma série de ações violentas que visam criar uma imagem internacional de caos e ingovernabilidade no país que permitisse uma intervenção estrangeira. No entanto, comete o grande erro

²³ Em uma rede nacional de rádio e TV, o Presidente do CNE, Francisco Carrasquero, anuncia que 1.832.493 assinaturas são válidas para o referendo revogatório presidencial; 876.027 serão reexaminadas por caligrafia semelhante, erros na impressão digital e erros no registro eleitoral; 233.573 assinaturas foram invalidadas por resoluções dos artigos 3, 5 e 7 (nas quais se expõem os critérios de validação do CNE); 143.930 assinaturas foram invalidadas por serem de pessoas não inscritas no REP, por serem menores de idade ou inabilitadas para assinar.

²⁴ Ainda é preciso esclarecer quando o CNE vai se pronunciar e o número exato de assinaturas obtidas.

de realizar as ações em locais urbanizados de classe média alta, provocando um enorme repúdio da mesma.²⁵

43. Diante dessa situação, decide mudar a campanha na mídia. Procura aproveitar o comportamento excessivamente drástico de alguns elementos militares que tentam impor a ordem, para acusar o governo de violação dos direitos humanos e para montar um *show* internacional com esse pretexto.

44. Em maio, poucos dias antes do referendo e prevendo uma derrota na disputa que se aproxima, a oposição decide infiltrar um grupo de paramilitares colombianos, com a provável intenção de assaltar o palácio do governo e eliminar Chávez.

45. Concluída a contagem da maior parte das assinaturas, o CNE anuncia, em 3 de junho, que a oposição obteve o número de assinaturas suficientes para que se realize o referendo.²⁶ A oposição precisava de assinaturas equivalentes a 20% dos eleitores que haviam votado em Chávez e alcançou essa meta.

46. Que fazer diante dessa situação? Muitos chavistas estavam convencidos de que houvera uma enorme fraude e de que a oposição não havia obtido as assinaturas requeridas. Consideravam que Chávez não devia reconhecer os resultados. Isso também era o que a oposição esperava: que Chávez se apresentasse perante a opinião nacional e internacional como um antidemocrata, ao rejeitar o procedimento democrático estabelecido pela Constituição.

47. No entanto, o presidente, um dos principais promotores da figura do referendo revogatório na Constituição,²⁷ contra todas

²⁵ Pesquisas realizadas nos bairros de Baruta e Chacao refletiram uma rejeição de 70 a 80%. A mesma rejeição foi captada pelo Centro Carter e pela OEA.

²⁶ A oposição precisava reunir pelo menos o equivalente a 20% das assinaturas dos que votaram em 1999, e obteve apenas 15 mil mais do que isso.

²⁷ Na verdade, durante o processo constituinte, lutou-se por um número menor de assinaturas para torná-lo possível. Pretendia viabilizá-lo e não criar obstáculos.

as previsões, que tinham muito a ver com a imagem criada pelos meios de comunicação opositores sobre sua pessoa e intenções, aceita os resultados do CNE e transforma de forma magistral a derrota parcial sofrida no processo de reexame em uma contundente vitória.

48. Com o otimismo que o caracteriza e que sempre consegue transmitir aos seus seguidores, conclama-os a enfrentar a contenda eleitoral como uma batalha que deve ser preparada com grande seriedade. Estima corretamente que o enfrentamento eleitoral seria muito duro, porque não seria suficiente vencer por uma pequena margem, seria preciso ganhar com uma vantagem muito contundente para que ninguém duvidasse dos resultados da disputa. Ele considera que essa meta só poderia ser alcançada mediante o compromisso de todos os que apoiavam o processo para conquistar o maior número possível de votos.

49. O grande desafio era como alcançar esse objetivo sem contar com um instrumento político capaz de canalizar de forma militante todo o apoio popular com o qual contava. Infelizmente o Comando Ayacucho, frente eleitoral criada em 3 de outubro do ano anterior (2003), para enfrentar o processo revogatório e outros processos eleitorais, não tinha sido bem-sucedido no processo de coleta e reexame de assinaturas e na seleção dos candidatos a prefeito do próximo processo eleitoral. O sectarismo, o clientelismo, o personalismo, a ineficiência, a incapacidade de fazer previsões corretas, as manobras pouco transparentes, não permitiram que ele desempenhasse um papel de liderança na contenda. Só o presidente podia desempenhar esse papel, comunicando-se diretamente com seus seguidores mais comprometidos. Surge assim a idéia de criar pequenos núcleos de militantes ou patrulhas eleitorais por todo o país. Unidades formadas por grupos de 10 ativistas políticos ou sociais

(militantes), cuja tarefa era conseguir mais 10 pessoas cada um, visitando casa por casa e tentando obter um compromisso com relação ao voto contra o revogatório, isto é, o voto pelo NÃO, da maior quantidade possível dessas pessoas. Cada patrulha, portanto, era responsável por comprometer mais 100 eleitores. Se uma área eleitoral tivesse 2 mil inscritos, por exemplo, era preciso formar 20 patrulhas, ou seja, organizar 200 patrulheiros que deviam dividir o trabalho com relação a esses 2 mil eleitores. A idéia original de Chávez era que todas as famílias fossem visitadas.

50. Ao mesmo tempo em que conclama a população a se organizar na base, o presidente designa uma instância nacional de direção da campanha eleitoral. Sua composição é interessante; além de vários ministros e de escassos quadros políticos, ela é formada principalmente por pessoas que não haviam participado de instâncias políticas anteriores: artistas, acadêmicos, comunicadores sociais. Essas caras novas, não contaminadas pelo passado, deram uma imagem de prestígio e frescor à campanha.

51. Embora as instâncias estadual e municipal da campanha deixassem muito a desejar e em muitos casos haviam sido portadoras dos mesmos vícios, constituindo o ponto fraco da campanha, felizmente elas influíram pouco no trabalho de base e nos resultados da campanha.

52. O que em muitos casos salvou a situação foi a composição correta das unidades organizativas em cada área eleitoral (Unidades de Batalha Eleitoral [UBEs]): uma espécie de direção operacional organizada em cada área eleitoral, formada por não mais que 20 pessoas. O presidente insistiu na composição democrática dessas unidades: nelas deviam estar representadas as forças vivas de cada área eleitoral. Podemos dizer que, nos locais onde havia organizações populares fortes, isso aconteceu, mas em

muitos lugares isso não foi possível, ou funcionou apenas parcialmente.

53. Mas com o sem UBEs eleitas democraticamente, com ou sem Comandos Maisanta estaduais e municipais à altura do que estava em jogo, ninguém podia impedir que as patrulhas se formassem na base por decisão soberana dos partidários do presidente e realizassem sua tarefa com a dedicação e o amor de quem sabe que, através de seu trabalho, estava sendo jogado o futuro de seu líder e do processo revolucionário.

54. No entanto, muitas delas não respeitavam os requisitos propostos por Chávez: a) não foram constituídas por ativistas políticos ou sociais, mas por simples simpatizantes do processo que iam votar no NÃO; b) não trabalharam com a lista eleitoral entregue a elas, mas decidiram fazer um percurso quadra por quadra ou edifício por edifício; c) não se constituíram nos locais de moradia, mas nos de trabalho; não há dúvida de que, através delas, criou-se o maior fluxo participativo até então vivido pelo processo revolucionário venezuelano. Dessa forma, centenas de milhares de simpatizantes puderam se incorporar a uma tarefa política concreta, independentemente da existência ou não de uma condução partidária nessa área geográfica.

55. Muitas pessoas emocionalmente comprometidas com o processo, mas até aquele momento inativas, começaram a ter sua primeira experiência organizativa e política. Milhares de seres anônimos colocaram seu grãozinho de areia. E o mesmo fizeram os dirigentes capazes de deixar de lado seus projetos setoriais e pessoais, que decidiram trabalhar muito ligados às bases em função de apenas um objetivo: a vitória do NÃO.

56. O povo venezuelano saiu muito fortalecido da experiência prática vivida. Cresceu em auto-estima, cresceu humanamente. Tudo o que for planejado no futuro não pode deixar de lado

esse fato. Mais que uma vitória eleitoral, quantitativa, a vitória foi moral e qualitativa.

QUARTA ETAPA: CONSOLIDAÇÃO E APROFUNDAMENTO DA REVOLUÇÃO

57. O triunfo eleitoral de Chávez no referendo de 15 de agosto de 2004 é a terceira grande derrota sofrida pela oposição, significando um enorme apoio ao processo revolucionário venezuelano, para que ele se consolide e se torne algo irreversível.

58. Qual é a correlação de forças existente nesse momento e como ela pode mudar? Evidentemente, o governo se fortaleceu, tanto nacional quanto internacionalmente. Ninguém mais pode negar o caráter democrático do processo bolivariano e o grande apoio popular a Chávez. Os guerreiros da mídia ficaram sem munição. A oposição foi desmascarada e perdeu muita credibilidade (suas análises demonstraram ser ilusórias e distantes da realidade e da população). Aguçaram-se as lutas internas entre suas frações.

59. Nessas circunstâncias, para os membros mais radicais da oposição, o assassinato de Chávez pode parecer a única opção, extremamente arriscada. Poderia provocar o maior banho de sangue ocorrido no continente a partir da conquista e seu resultado final é imprevisível.

60. Entretanto, tudo isso não pode nos fazer esquecer da existência dos cerca de 4 milhões de pessoas que votaram na revogação, que claramente não são membros da oligarquia. Um dos grandes futuros desafios do atual governo é justamente conquistar para o processo uma parte significativa dessas pessoas, bem como daquelas que ficaram em casa por falta de motivação para participar do processo eleitoral. Também não é possível esquecer as expectativas que o triunfo despertou nesses 6 milhões de pessoas que votaram pelo NÃO.

61. Há vários desafios que devem ser enfrentados nessa nova etapa: políticos, econômicos, institucionais e de comunicação.

62. O processo revolucionário bolivariano deveria dar um salto qualitativo na participação do povo como protagonista. A idéia mais importante do presidente: “a pobreza não poderá ser eliminada se não se entregar o poder ao povo” deveria se materializar em formas organizativas e participativas concretas, deveria se encarnar nas pessoas. Seria preciso aperfeiçoar os instrumentos de participação cidadã estabelecidos pela Constituição e que não puderam ser exercidos devido à polarização política do país. Seria necessário colocar em ação as Juntas Paroquiais e nutri-las com os melhores quadros populares, assim como impulsionar a atuação dos conselhos locais de planejamento e dos órgãos de controle sociais. Esse é o momento de impulsionar o Poder Cidadão e Eleitoral, para que seus membros possam desenvolver suas funções de forma independente. E, na medida em que surjam novas lideranças e se consolidem algumas das antigas, seria preciso avançar rumo a uma direção cada vez mais coletiva do processo. Fidel tem razão quando diz que Chávez não pode continuar sendo o prefeito de toda a Venezuela, e o próprio Presidente tem total clareza sobre esse ponto.

63. Seria preciso fazer um esforço para superar os problemas herdados da IV República no plano político. Não se pode perder toda a experiência de organização e participação popular acumulada na recente campanha eleitoral. As patrulhas e as UBEs deveriam fazer um balanço de seu trabalho e seria recomendável que esse fosse discutido em assembléias locais. Nos locais em que as UBEs não funcionaram, seria preciso buscar formas de reunir as patrulhas da maneira mais eficiente possível. Toda a experiência acumulada e as reflexões sobre essa experiência devem constituir contribuições muito valiosas para elaborar conjuntamen-

te a proposta de uma grande frente política que reúna todos os militantes que se identificam com o processo bolivariano. As patrulhas eleitorais deveriam ser transformadas em patrulhas sociais, e as pessoas interessadas de cada comunidade deveriam ser convidadas a analisar e discutir os problemas sociais. Todos os que se sentirem patriotas e amarem a Venezuela devem ter um espaço no projeto revolucionário, ainda que não seja necessariamente partidário de Chávez. Seria preciso descobrir uma maneira de fazer com que toda essa gente se sinta útil. Há muito a fazer por este país e, quanto maior for o número de pessoas organizadas e mobilizadas com essas bandeiras, mais rapidamente será possível avançar. O radicalismo do processo não depende do radicalismo do discurso, mas da capacidade de mobilização e envolvimento ativo no projeto dos mais amplos setores da população.

64. Que organização política poderia surgir da experiência do referendo? Sem dúvida é preciso superar a dispersão orgânica do imenso potencial militante existente no país, criando um espaço para as pessoas que não militam em uma determinada organização política ou social. O novo instrumento político deveria ser muito mais que a soma de partidos e organizações sociais populares; deve-se evitar a reprodução da disputa por cargos nos níveis de direção; os que estiverem organizados na base devem estar representados em todos os níveis, de forma proporcional ao trabalho de base que cada um deles realiza; deve-se reunir todas as forças patrióticas sem exclusão, em torno de um programa único; é preciso ter uma relação privilegiada com os movimentos sociais; contar com uma direção amplamente respeitada; possuir regras de jogo claras que especifiquem os direitos e deveres de todos os membros e nas quais existam mecanismos de controle dos dirigentes pela base; seu crescimento deve partir de

baixo e não depender apenas de acordos políticos; e, por último, deve-se estimular o surgimento de uma liderança autêntica.

65. Também é preciso avançar na construção de um instrumento unitário dos trabalhadores. Ainda há muita dispersão e os velhos métodos continuam sendo usados. Parece imprescindível discutir sobre o novo tipo de sindicalismo necessário para enfrentar as mudanças radicais sofridas pela força de trabalho nas últimas décadas e para refletir sobre o papel dos trabalhadores venezuelanos no processo revolucionário que o país está vivendo.

66. É indispensável avançar no desenvolvimento do modelo econômico alternativo e, para isso, a iniciativa estatal é essencial. Por isso, é preciso ir consolidando grandes empresas estatais nas áreas estratégicas: petróleo, energia elétrica, telecomunicações, finanças, distribuição de alimentos, transporte, que não estejam regidas pela lógica do lucro, mas por uma lógica humanista e solidária, e em cuja gestão os trabalhadores desempenhem um importante papel, garantindo a aplicação dessa lógica; ao mesmo tempo é preciso desenvolver em grande escala a economia popular, através de cooperativas e associações dos mais diversos tipos, que permitam a participação ativa dos trabalhadores no processo, para transformar dessa forma as relações de produção.

67. A atividade em ambas as esferas é fundamental, porque se destinam a resolver o problema do desemprego e do emprego disfarçado no setor informal, um dos mais sérios problemas que afeta os pobres. Sobre este ponto, a iniciativa estatal mais relevante para enfrentar esse desafio é o projeto de Missão Vuelvan Caras, uma combinação de iniciativas estatais e cooperativas, que pretende impulsionar o desenvolvimento interno (criando núcleos de desenvolvimento orientados para satisfazer as necessidades internas e preparando técnica e integralmente a força de traba-

lho que deve realizar essas tarefas). Essa missão deve se consolidar e se expandir para resolver os problemas econômicos.

68. E, como uma das tarefas prioritárias dessa etapa é resolver a questão do emprego, também deve ser impulsionada a reativação do setor industrial privado disposto a colaborar com o projeto de desenvolvimento endógeno proposto pelo governo, assim como estimular o desenvolvimento de empresas mistas nesse mesmo sentido.

69. Por outro lado, o desenvolvimento endógeno só poderá ocorrer com todas as suas potencialidades se, ao mesmo tempo, houver uma integração latino-americana alternativa a que o governo dos Estados Unidos tenta impor, regida por outra lógica, pela lógica humanista e solidária que caracteriza o projeto bolivariano. Por esse motivo, outra das tarefas importantes dessa nova etapa é o apoio à Alba (proposta de Chávez alternativa à Alca).

70. Deve-se melhorar a correlação de forças no âmbito institucional. Nesse sentido, adquirem grande importância as próximas eleições para governadores e prefeitos no final de outubro,²⁸ assim como as eleições para vereadores e juntas paroquiais e para deputados à Assembléia Nacional, que serão realizadas no próximo ano. Se não se obtiver uma clara maioria nessas instituições será preciso realizar pactos com setores da oposição para que elas possam funcionar.

71. O processo bolivariano deve passar de uma acumulação quantitativa a uma qualitativa. Até agora, foi preciso priorizar o apoio quantitativo para obter correlações de força favoráveis ao

²⁸ Nessa data, devem ser eleitos 23 governadores e 337 prefeitos. Nesse momento, a oposição conta com 9 governos e 150 prefeituras, entre elas a estratégica área metropolitana.

processo nas instituições, e por isso priorizou-se o fato de obter votos e cargos. No entanto, agora deve ser priorizada a eficiência, um melhor desempenho das responsabilidades que cada um teve de assumir para poder pôr em prática todos os projetos e iniciativas anunciados pelo governo e que devem melhorar radicalmente as condições de vida da população, que até agora foram pouco modificadas.

72. É preciso avançar na transformação do Estado, superar os problemas da IV República. Como disse Ali Rodríguez: “Temos um governo revolucionário, mas ainda não temos um Estado revolucionário”²⁹ e isso explica por que as “missões” tiveram de ser realizadas à margem das estruturas dos ministérios correspondentes. Está na hora de inseri-las nesse novo modelo de Estado. Para isso é preciso reestruturar ministérios e criar outros novos. O essencial é que essas instituições deixem de efetuar apenas trâmites burocráticos nas grandes cidades e cheguem até os locais onde a população mora e trabalha, de onde as pessoas possam exercer um controle social da gestão pública. Para isso é fundamental que haja transparência, entre outras coisas. As pessoas devem estar informadas dos recursos existentes e de seu destino para poder exercer esse controle, única forma de poder superar o flagelo da corrupção, outra das tarefas prioritárias dessa nova etapa que se inicia.

73. Os funcionários do Estado deveriam se transformar em eficientes servidores públicos onde quer que seus serviços sejam requeridos, em vez de se instalar atrás de uma escrivaninha esperando o horário de saída do trabalho ou usando o aparelho estatal para tráfico de influências e desvios de recursos.

²⁹ Em sua intervenção no Segundo Encontro Internacional de Solidariedade com o processo revolucionário bolivariano de abril de 2004.

74. Em último lugar vamos mencionar o desafio da área de comunicações, um dos maiores problemas existentes. Deve-se chegar à mente e ao coração desses milhões de venezuelanos que até agora não se sentiram identificados com o projeto. Muitas pessoas, sobretudo as provenientes da classe média, rejeitam Chávez e seu projeto porque foram enganadas pela mídia, que as convenceu que Chávez é um ditador que pretende cubanizar a Venezuela, que quer destruir a propriedade privada, que luta pelo desaparecimento da classe média, que não respeita a liberdade sindical, que persegue os jornalistas e é responsável pela situação de violência reinante no país. Todas essas acusações são totalmente falsas. Portanto, o que essas pessoas (muitos desses 4 milhões que votaram para destituir Chávez) rejeitam não é o projeto de Chávez, mas uma caricatura totalmente deformada desse projeto, produzida pelos meios de comunicação. Essas pessoas realmente não sabem qual é o projeto de país que o Presidente pretende construir. De que forma fazer com que conheçam o projeto talvez seja um dos maiores desafios que o governo terá de enfrentar para criar uma correlação de forças suficientemente favorável ao processo, que lhe permita avançar e consolidar as transformações que se propôs a realizar de forma pacífica. O governo enfrenta o mesmo desafio em nível internacional.

75. É essencial que o governo descubra uma maneira de impedir que essas distorções criadas pela mídia continuem existindo. Deveria exigir que os meios de comunicação opositores sejam meios de informação e não de desinformação. Baseado na força internacional acumulada em função do resultado do referendo, deve defender firmemente o direito da população de estar corretamente informada. Não há democracia sem pessoas bem informadas. Todos os meios de comunicação, inclusive os do

Estado, devem sofrer um profundo processo de transformação. Devem ser potencializados tecnicamente para ter maior alcance e trabalhar de forma mais eficiente. Deve-se apoiar os meios de comunicação alternativos. Por último, deve-se materializar o quanto antes o projeto de uma televisão para o Sul, tanto para comunicar um quadro verdadeiro do que acontece na Venezuela quanto no restante da América Latina, como para proporcionar uma fonte informativa alternativa aos venezuelanos.

76. Observemos com atenção esses quatro desafios apresentados anteriormente: político, econômico, institucional e de comunicação. Todos eles possuem um elemento comum. Não pregam o fim imediato do capitalismo, mas cada um deles tem a ver com a capacitação do povo para que possa participar de forma mais consciente e protagonista na vida de seu país: política, econômica, institucional e ideologicamente. Só isso permitirá o avanço do processo revolucionário bolivariano de forma segura e o tornará irreversível.

Tradução: Cláudia Schilling